UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

JEAN SEBASTIAN TOILLIER

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (DE MATEMÁTICA) EM TERRAS PARANAENSES INUNDADAS

Rio Claro - SP
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

JEAN SEBASTIAN TOILLIER

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (DE MATEMÁTICA) EM TERRAS PARANAENSES INUNDADAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática.

Orientadora: Ivete Maria Baraldi

Rio Claro - SP

2013

JEAN SEBASTIAN TOILLIER

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (DE MATEMÁTICA) EM TERRAS PARANAENSES INUNDADAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática.

Orientadora: Ivete Maria Baraldi

Comissão Examinadora

_____

Profª. Drª. Ivete Maria Baraldi

_____

Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica

_____

Profª. Drª Rosinéte Gaertner

Rio Claro, SP 22 de fevereiro de 2013

Aos meus pais,

Ao professor Nelson Domingues

Ao lugar que eu tanto gosto

Agradeço...

Aos meus pais Arlice e Urbano, por toda a força e incentivo dado ao longo desses dois anos de mestrado, pois sem esse apoio e os conselhos seria muito mais difícil.

À minha orientadora, Ivete, pelo grande apoio, paciência, puxões de orelha, confiança e valiosas orientações que me fizeram crescer como educador matemático e como pessoa.

À Ângela pelo companheirismo e por ser compreensiva ao longo das várias dificuldades enfrentadas.

Aos colaboradores da pesquisa, José Griebeler, Guido Miranda, Cecilia Moretto, Nelson Domingues (*in memorian*), Oneide Patrício, Derseu de Paula, Lotário Knob e João Kazmirczak, que sempre foram atenciosos comigo em todos os momentos que foram procurados.

À professora Rosinéte Gaertner e ao professor Antonio Vicente Marafioti Garnica que compuseram a banca examinadora do presente trabalho, tanto na qualificação como na defesa, e que contribuíram muito para a realização dessa dissertação com suas ótimas ideias.

Aos membros do GHOEM que ajudaram muito para o desenvolvimento dessa dissertação, tanto ao longo das reuniões realizadas em Rio Claro, como nos encontros em congressos e nos churrascos.

Aos grandes amigos de Rio Claro que ajudaram em vários momentos de dificuldades, de forma especial ao Filipe, Luciano e Flávio pelos vários almoços e muitas conversas sérias e descontraídas; ao Niltinho, parceria e boleragem; ao Washington, Anderson (Kochym) e Roger por terem me acolhido em sua casa quando cheguei a Rio Claro; ao Marcelo pelo companheirismo e orientações conjuntas; ao Jamur, Marcos Lübeck, Vinícius Tizzo, Federico, Fabian, Fernando, Renato, Hernando, Thiago, Nick, grandes companheiros dos nossos incríveis futebóis pelas quadras rio-clarenses; à Fernanda, Ana Claudia, Miliam, Bruno, Simone, Felipe, Kleyton, Nilson, Luciana, Rodrigo, Inajara, Elmha e Adriel.

Aos professores da PPGEM que auxiliaram muito na minha formação.

Ao grupo UNS e ao professor Carrera pelas discussões muito produtivas.

À CAPES pelo apoio financeiro ao longo da realização da pesquisa.

Aos responsáveis pelo Colégio Estadual Costa e Silva, Colégio Estadual Tiradentes, Arquivo Central da Biblioteca da UNIOESTE de Cascavel pelo acesso às informações e de forma especial à professor Iria Brüch, que me indicou muitas pessoas e locais para procurar informações sobre o tema da pesquisa.

E não podia deixar de agradecer aos grandes amigos de Itaipulândia que sempre me incentivaram na minha pesquisa, bem como os ex-colegas de trabalho de Costa e Silva e Tiradentes: Felipe (Gordo), Cleiser, Julhano (Dorme), Leila, Fabinho, Gustavo, Rafael (Morcego), André (Amarelo), Dionei, Leonardo (Alemão), Rafael (Paulão), Michael (Mico), Thais, Darnei, Tati, Diogo, Thiago, Rogério, Iury, Charles, Jaime e tantos outros que faziam com que cada viagem à Itaipulândia fosse muito prazerosa, mesmo tendo, em várias vezes, muito trabalho a fazer.

Resumo

Visamos, com este trabalho, fazer apontamentos sobre o processo de formação dos professores de Matemática que atuaram no município de Itaipulândia, Paraná, no período de 1961 ao início da década de 1990. Itaipulândia passou por muitas transformações ao longo de sua história: colonização a partir da década de 1960, o alagamento de boa parte de suas terras por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a emancipação do município em 1993 e o início do pagamento dos *royalties* da Itaipu pelas terras desapropriadas e inundadas. Nesse cenário, utilizamos a História Oral como metodologia de pesquisa para emergirmos perspectivas de como se deu a formação do professor de Matemática que atuou nesse município. Com base nos documentos gerados pelas entrevistas realizadas e por outras fontes documentais, elaboramos uma versão (histórica) de como ocorreu a formação desses professores. Essa pesquisa faz parte do projeto maior do Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM), que visa realizar um mapeamento (histórico) de como ocorreu o processo de formação e a atuação dos professores de Matemática nas distintas regiões do Brasil.

Palavras-chave: História Oral. Itaipulândia. História da Educação Matemática.

Abstract

This work aims to trace some notes about how occurred the formation of mathematics teachers that acted in Itaipulândia city – Paraná, since 1961 until the early 1990s. Itaipulândia passed through many changes along its history: colonization starting from the 1960s, the emancipation of the municipality in 1993, the flooding of much of its lands because of the construction of the Itaipu Hydroelectric Usina, and the start of royalties' payment from Itaipu for the expropriated and flooded land. In this scenario, we used oral history as a research methodology to find out prospects of how was the training of mathematics teachers who acted in this city. Based on documents generated by interviews and other documentary sources, we developed a historical version of how occured the movement for teachers' training. Still, this research project is part of the larger project from Group of Oral History and Mathematics Education (GHOEM), which aims to map historically how was the training and work of mathematics teachers from different regions of Brazil.

Keywords: Oral History. Itaipulândia. History of Mathematics Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa do Paraná …….. 16
FIGURA 2: Mapa da Divisão Política do Paraná em 1960 47
FIGURA 3: Primeiras famílias a se instalarem na região 48
FIGURA 4: Avenida principal de Itacorá durante a década de 1970 52
FIGURA 5: Mapa de São Miguel do Iguaçu na década de 1970 54
FIGURA 6: Antigo leito do Rio Paraná 58
FIGURA 7: As Sete Quedas em Guaíra pouco antes do desaparecimento 59
FIGURA 8: Acampamento realizado em Foz do Iguaçu 63
FIGURA 9: Mapa dos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu 65
FIGURA 10: Área atingida pelo Lago de Itaipu atualmente submersa 65
FIGURA 11: Casas sendo demolidas em Itacorá antes da subida do Lago 66
FIGURA 12: Casas sendo transportadas para outros lugares em virtude da formação do reservatório 66
FIGURA 13: Túmulos do cemitério de Itacorá sendo removidos 67
FIGURA 14: Pessoas acompanhando a subida das águas do Lago de Itaipu 67
FIGURA 15: Área comprometida do município de São Miguel do Iguaçu 68
FIGURA 16: Comissão pró-emancipação de Aparecidinha do Oeste 70
FIGURA 17: Território do município de Itaipulândia 71
FIGURA 18: Escola Municipal Carlos Gomes durante a década de 1970..... 191
FIGURA 19: Escola D. João Bosco de Sol de Maio durante a década de 1960 192
FIGURA 20: Interior da Escola José Bonifácio em Cristo Rei – Professor Romeu Manteufel – 16 de agosto de 1977 192
FIGURA 21: Alunos do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima em desfile cívico em Itacorá 196
FIGURA 22: A Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste 197
FIGURA 23: Formatura dos alunos da última turma de oitava série de Itacorá e da primeira turma da Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste, em 1981 199
FIGURA 24: Fanfarra em Aparecidinha do Oeste na década de 1980 201
FIGURA 25: Locais onde foi buscada a formação dos professores entrevistados 207

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Área total dos municípios atingidos, área comprometida e área das lavouras comprometidas em quilômetros quadrados 57
QUADRO 2: População total dos municípios em 1970, 1975 e 1980, população atingida e número de propriedades 58
QUADRO 3: Área alagada e valor dos *royalties* repassados 72
QUADRO 4: Escolas de Itaipulândia: localidade de sua instalação e os anos de funcionamento
..... 190
QUADRO 5: Munícipios e distância percorrida pelos entrevistados para realizar a sua formação
..... 208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – UMA METODOLOGIA E UM PARALELO: COMO O FILME *OS NARRADORES DE JAVÉ* ME FEZ COMPREENDER MAIS SOBRE A HISTÓRIA ORAL 17

1.1 Uma possibilidade metodológica: a História Oral 17

1.2 Explicações sobre a "ciência" e o nosso método – de onde falamos 18

1.3 Os procedimentos da nossa metodologia 28

1.4 E pensava-se apenas no alagamento... 36

CAPÍTULO 2 – O TESOURO ESTÁ ESCONDIDO NO OESTE DO PARANÁ: HISTÓRIAS DESTE CENÁRIO 38

2.1 O ofício do pesquisador em História da Educação Matemática e o ofício do pirata 38

2.2 O Oeste do Paraná no mapa do tesouro 40

2.3 Surgem Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó 48

2.4 Surgem a Itaipu e a quase ilha Itaipulândia 55

CAPÍTULO 3 - PISTAS PARA UM TESOURO: HISTÓRIAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE MATEMÁTICA) 75

3.1 O que não fica submerso: memórias de professores 75

3.2 A pista de José Jacob Heckler Griebeler 78

3.2.1 Entre um chimarrão e outro 79

3.3 A pista de Guido Miranda 98

3.3.1 4192 quilômetros 99

3.4 A pista de Cecília Folador Moretto 105

3.4.1 Lembranças daquele tempo 105

3.5 A pista de Nelson Domingues 118

3.5.1 O quase padre 120

3.6 A pista de Oneide Martins Patrício 128

3.6.1 A professora de Português? 129

3.7 A pista de Antonio Derseu Cândido de Paula 142

3.7.1 "Passei em Itacorá por acaso" 143

3.8 A pista de Lotário Oto Knob 156

3.8.1 A história do professor de História 157

3.9 A pista de João Kazmirczak 170
3.9.1 O que começa e termina 171
CAPÍTULO 4 – O TESOURO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISES 184
4.1 Como apreciar o tesouro 184
4.2 Sobre a Educação em Itaipulândia 185
4.3 O processo de formação de professores (de Matemática) 205
4.3.1 A formação primária em Itaipulândia e o seu professor 208
4.3.2 A formação em nível colegial ou de segundo grau 212
4.3.3 A formação do professor de Matemática em nível superior 222
4.3.3.1 A formação procurada em Ijuí (RS) 225
4.3.3.2 A formação em Filosofia e em Ciências em Passo Fundo (RS) . 231
4.3.3.3 Professores de Itaipulândia estudando no Paraná: o caso de Umuarama 233
4.3.3.4 A outra opção viável do Paraná para os itaipulandienses: os cursos em Palmas (PR) 237
4.3.3.5 A volta das viagens longas: os cursos em Presidente Prudente .. 239
4.3.3.6 Enfim o ensino superior no Oeste do Paraná 241
4.3.3.7 A controversa formação em seminários 244
4.3.4 E a formação continuada? 246
4.4 Uma breve conclusão 250
CONSIDERAÇÕES FINAIS 251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 256
VIDEOGRAFIA 266
APÊNDICES..... 267
ANEXOS 270

INTRODUÇÃO

Falar da formação do professor de Matemática que atuou em Itaipulândia, um município tão novo e desconhecido para muitos, mas tão velho e conhecido para mim, pode ser considerada uma grande aventura[1].

Itaipulândia é um município localizado na região Oeste do Paraná[2], na divisa com o Paraguai. Sou filho de uma gaúcha e de um catarinense, que desde as décadas de 1960 e 1970, respectivamente, residiam no município vizinho de Missal, o local do meu nascimento.

Resido em Itaipulândia desde 1991, antes mesmo de tornar-se município, sendo ainda, nessa época, o distrito de Aparecidinha do Oeste. Foi apenas em 1993 que Itaipulândia foi reconhecida como município. No ano seguinte inicia-se minha trajetória educacional.

Fui aluno de uma das primeiras turmas do novo prédio da Escola Municipal Carlos Gomes, quando estudava no Pré-Escolar III, e me recordo que estava tudo em construção. Havia apenas quatro salas de aula, não existia refeitório (o lanche da hora do intervalo era feito próximo aos tijolos que seriam usados para a ampliação da escola), nem saguão, nem biblioteca. Estava tudo começando. Mas a situação foi melhorando, as obras foram concluídas e assim segui a minha escolarização até a quarta série do ensino fundamental naquela escola.

Em 1999, ingressei no Colégio Estadual Costa e Silva, onde cursei as outras séries do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, concluído em 2005. Durante esses anos comecei a ter contato com a Matemática de maneira mais próxima e fui gostando cada vez mais, sendo motivado tanto pelos meus professores quanto pela família. Assim, em meu último ano como aluno em Itaipulândia, comecei a lecionar aulas particulares da disciplina e decidi fazer o vestibular para o curso de Licenciatura Plena em Matemática da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) no qual fui aprovado e ingressei em 2006.

Esse curso foi realizado em Cascavel, uma cidade localizada a 130 quilômetros de Itaipulândia, para a qual eu me deslocava todos os dias, durante quatro anos. Ao longo desse período, continuei lecionando aulas particulares e em 2007 iniciei o trabalho como professor de Matemática contratado pelo Colégio Estadual Costa e Silva. Até o ano de 2010 continuei trabalhando em outras escolas como o Colégio Estadual Tiradentes, de São José do Itavó, no município de Itaipulândia, e em duas outras escolas do município de Missal. Dessa maneira, passei a ser colega de meus antigos professores e posso afirmar que foi uma boa experiência,

[1] Somente na introdução desse trabalho, uma parte dela, escreveremos na primeira pessoa do singular. Nas demais partes do trabalho, usaremos a primeira pessoa do plural.

[2] Ao longo do texto, usaremos o termo região Oeste do Paraná, pois se trata da subdivisão específica do Estado em cinquenta municípios, o que diferencia de tratarmos como oeste do Paraná como um todo.

que me ajudou muito a compreender os aspectos do trabalho em uma escola, o contato diário com os alunos e também como ensinar Matemática.

Ainda no ano de 2009, comecei a pensar na hipótese de fazer um curso de pós-graduação em Educação Matemática motivado pela orientadora de monografia, Dulcyene Maria Ribeiro, ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro. Assim, no ano de 2010, presto a seleção no mesmo Programa que ela havia estudado. Após contato com a orientadora desse trabalho, a professora Ivete Maria Baraldi, passamos a pensar em uma pesquisa que fosse inserida no projeto maior do Grupo História Oral e Educação Matemática[3], que visa o mapeamento (histórico) da formação do professor de Matemática, das distintas regiões brasileiras.

Decidimos, então, inserir Itaipulândia nesse mapa, pensando nos aspectos do processo de formação do professor de Matemática que atuou nesse município desde 1961, quando o local começa a ser povoado, até a década de 1990, quando houve a emancipação de Itaipulândia.

Para realizarmos este trabalho, utilizamos uma metodologia que é comum a vários trabalhos do GHOEM: a História Oral. Esse método de pesquisa

> […] permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que seriam inacessíveis; a evidência oral permite compreender, corrigir ou complementar outras formas de registro (quando existem); e a evidência oral traz consigo a possibilidade de transformar 'objetos' de estudos em "sujeitos", ao evitar que, como na "historiografia clássica", os atores da História sejam compreendidos à distância e (re)elaborados em uma "'forma erudita de ficção" (GARNICA, 2007, p.29).

Com a História Oral nos é permitida a criação de fontes orais que são a base para nossa pesquisa. Esses documentos gerados são de grande importância, pois ao propormos estudar a formação do professor de Matemática de Itaipulândia desde a sua colonização em 1961 até a primeira metade da década de 1990, quando o local se torna município, nos deparamos com um processo histórico com muitas reviravoltas causadas por uma ocupação recente de seu território, criação de várias escolas das quais existem poucos registros e uma emancipação nos últimos vinte anos.

Contudo, o que mais deixou marcas na região foi a formação do Lago de Itaipu, que atingiu muitas comunidades, fazendo com que pessoas deixassem o lugar, escolas fossem

[3] GHOEM, cujos trabalhos podem ser encontrados em www.ghoem.com.

fechadas, toda uma estrutura mudada de local, afogando várias histórias. É desse cenário que "submergimos" para realizar a nossa pesquisa.

Por isso a História Oral é uma metodologia que acreditamos ser mais apropriada para identificar a formação do professor de Matemática que atuava no local, bem como mostrar os aspectos relativos ao ensino. Por meio das entrevistas, geramos documentos que nos habilitam a falar sobre o tema que propomos pesquisar, até mesmo com mais clareza do que se pensarmos nos documentos oficiais, devido à dificuldade de extrair informações acerca de aspectos que norteiam a formação escolar dos professores que atuavam em Itaipulândia.

Essas entrevistas nos fizeram perceber não apenas os aspectos da formação dos professores, mas a mobilização para a construção de uma escola (apenas encontramos documentos que nos falam da abertura de uma, mas não como tudo aconteceu), a forma de lecionar de nossos professores, os métodos que eles encontravam para aperfeiçoar a sua própria formação, entre outros aspectos.

Durante toda a pesquisa surgiram também situações referentes à construção da Hidrelétrica de Itaipu, pois a maioria dos nossos entrevistados residia ou residiu no município antes da formação do Lago de Itaipu e presenciaram o que construíram ou do que fizeram parte, ser tomado pelas calmas águas do reservatório.

Para a elaboração desse trabalho, usamos, em alguns momentos, analogias com um filme que retrata como constituir a história de um povoado antes de uma inundação causada por um reservatório de uma usina hidrelétrica, o que nos fez pensar muito a nossa prática como pesquisador que trabalha com História Oral. O filme intitulado *Os Narradores de Javé* nos mostra como o personagem principal, Antônio Biá, tenta registrar a história do povoado do Vale do rio Javé. A partir das ideias desse filme, constituímos o primeiro capítulo, o qual retrata a forma e o posicionamento que tomamos para o nosso trabalho, discutindo os procedimentos que utilizamos para trabalhar com a História Oral e como esse trabalho pode ser visto de forma "científica", reconhecido pela academia.

No segundo capítulo, começamos a traçar o cenário da pesquisa, no qual constituímos um mapa do tesouro. Nele retratamos os aspectos da colonização do território de Itaipulândia, pois vários entrevistados, além de estarem ligados às questões educacionais, também fizeram parte do movimento de ocupação da região, convivendo com o novo que surgia a cada momento. Assim, esboçamos como toda a mesorregião Oeste do Paraná foi sendo estabelecida, fazendo apontamentos sobre as características que marcaram tanto a referida região como Itaipulândia em particular, pois muitos aspectos ocorreram em ambas e influenciaram (e influenciam) também o sistema educacional do município.

Ainda no segundo capítulo concentramos os estudos em três distritos que fazem ou fizeram parte de Itaipulândia: Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó. Fizemos essa escolha pelo fato dos três sediarem escolas nas quais se ensinava Matemática nos antigos primeiro e segundo grau. O nosso objetivo foi mostrar como Itaipulândia ganhou a forma de um município, perpassando por todos os momentos principais desses distritos: a colonização, a modernização da agricultura, a formação do Lago de Itaipu, o isolamento, até chegar à criação do município e o incentivo oriundo das indenizações pagas pela Itaipu.

As pistas para chegar ao tesouro de como ocorreu a formação do professor de Matemática estão no terceiro capítulo. Nele estão contidas oito textualizações de entrevistas realizadas com professores que atuaram em três escolas de nossa região de inquérito: Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, de Itacorá; Colégio Estadual Costa e Silva[4], de Aparecidinha do Oeste; e Colégio Estadual Tiradentes[5], de São José do Itavó. Escolhemos essas três instituições por se tratarem das únicas que atendiam alunos do que atualmente seriam as séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Tratamos cada entrevista como pistas, que quando juntas com outros documentos oficiais, referenciais bibliográficos e fotografias, nos possibilitam constituir um mapa para o tesouro. No quarto capítulo, fazemos a análise do tesouro descoberto ao seguir as pistas deixadas anteriormente. Entendemos que ele só terá significado para nós quando nos remetermos a toda aventura que passamos e não apenas por aglomerarmos todas as peças e ficarmos contemplando a sua beleza.

Para as análises, seguimos o que Martins-Salandim (2012) chama de *análise de convergências*. Dessa forma, separamos o tesouro em duas pilhas, duas *categorias*, sendo uma complementar à outra. Na primeira delas, separamos o que trata sobre a Educação de Itaipulândia, fazendo uma análise do processo de desenvolvimento pelo qual o local da pesquisa passou, bem como de toda a região Oeste do Paraná.

Após constituirmos o estudo da primeira categoria, nos dedicamos a segunda que trata sobre a formação do professor que atuava em Itaipulândia no período de 1961 até o início da década de 1990. Notamos a existência de vários aspectos norteadores da formação de professores de um modo geral, e não somente dos docentes de matemática. Assim, buscamos fazer uma análise que trate sobre os vários aspectos de formação de professores que

[4] Tomamos como ponto de partida não o ano de 1982 quando foi criada a Escola Estadual Costa e Silva, mas sim o período de 1978 à 1981 quando a Escola Municipal Carlos Gomes atendia alunos de quinta à oitava série, que depois passou a ser a clientela desse novo colégio.

[5] A mesma situação explicada na nota anterior ocorreu em São José do Itavó, quando a Escola Estadual Tiradentes assumiu o ensino de quinta à oitava série da Escola Municipal Rondônia no ano de 1982.

apareceram em Itaipulândia, tendo em vista as políticas educacionais que vigoravam e o movimento de suas formações em diferentes níveis: básica, técnica ou colegial e superior.

Enfim, nesse quarto capítulo buscamos dar uma interpretação sobre a formação do professor (de Matemática), mesmo já conhecendo algumas respostas que poderiam surgir, uma vez que ao longo de mais de vinte anos residindo no município, alguns aspectos foram incorporados. No entanto, entendemos que essas versões devem ser expostas para que compreendamos como se constituiu uma História da Educação Matemática no Brasil.

O leitor pode esperar muitas histórias, novidades sobre Itaipulândia (que em si, já é uma novidade), sobre a educação local, vários aspectos sobre formação de professores, muita "ciência" e algumas coisas que encontramos em histórias de piratas. Para facilitar a localização de todos os leitores, segue na Figura 1, o mapa do Paraná com a localização de Itaipulândia.

FIGURA 1: Mapa do Paraná.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paraná, 2012.

CAPÍTULO 1

UMA METODOLOGIA E UM PARALELO: COMO O FILME *OS NARRADORES DE JAVÉ* ME FEZ COMPREENDER MAIS SOBRE A HISTÓRIA ORAL

1.1 Uma Possibilidade Metodológica: A História Oral

Durante o ano de 2010, quando ainda escrevia o projeto desta pesquisa, a orientadora deste trabalho recomendou-me a assistir um filme, que, segundo ela, poderia ajudar-me a pensar sobre a prática de pesquisador e, também, sobre a metodologia que estava sendo proposta no trabalho – a História Oral. Isso porque a região de realização desta pesquisa – e também de minha origem – se assemelhava muito, e em vários aspectos, com a que existia no longa-metragem sugerido.

Assim, assisti ao filme indicado, *Os Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé, produzido em 2003[1], que retrata as histórias dos moradores do Vale do Rio Javé, que buscavam evitar o fim do vilarejo, este, sob o risco de ser inundado pelas águas de uma represa a ser construída no Rio Javé. A única forma que os moradores encontraram e acreditavam que daria certo para evitar a construção da represa foi a composição de um livro que retratasse quão gloriosa era a história da Vila. Procuraram então o ex-funcionário da agência dos Correios, Antônio Biá, para registrar essa história, pois se tratava da única pessoa alfabetizada vivendo no povoado, também conhecido por sua imaginação fértil ao inventar diversas histórias acerca dos habitantes locais (o que, muitas vezes, provocou a ira de muito deles).

De fato, posso afirmar que esta pesquisa se assemelha com a história do filme sob dois aspectos. O primeiro por se tratar de Itaipulândia, localizada no oeste do Paraná, um município tão pequeno quanto o vilarejo do filme, e que, quando atingido pelas águas do Lago de Itaipu em 1982, teve boa parte de suas terras submersas, o que ocasionou a retirada de muitos de seus moradores. O segundo aspecto é porque, nesta pesquisa, "escutei" as pessoas, buscando deixar registradas as histórias referentes à formação de professores de Matemática que atuaram em Itaipulândia desde 1961, quando o local passou a ser povoado, até os anos iniciais da década de 1990, anos após a formação do Lago de Itaipu.

[1] CAFFÉ, E. Os Narradores de Javé. Bananeira Filmes, 2003.

Para realizar sua pesquisa, Antônio Biá, o escolhido para salvar as memórias do Vale do Javé e escrevê-las, escutou alguns moradores, fazendo isso de uma maneira que ele afirmava ser "científica". Essa forma "científica" é explicada pelo personagem Zaqueu (ex-morador da região e narrador da história): "Científico é que não pode ser essas patacoadas mentirosas que vocês inventam, essas patranhas que vocês gostam de dizer e contar".

No entanto, como foi feita esta pesquisa, já que uso um processo de obtenção de informações semelhante ao de Biá? Como foi usada a metodologia da História Oral na realização desta pesquisa? Será que minha posição como pesquisador vinculado à academia foi a mesma que a do morador do Vale do Javé, em relação à "ciência" que estamos abordando e o saber que estamos constituindo? Nas próximas seções esclarecemos alguns pontos sobre a "ciência" em nosso trabalho, desde o que a sustenta até o uso de uma metodologia e de seus procedimentos ao longo do trabalho.

1.2 Explicações sobre a "ciência" e o nosso método – de onde falamos

A produção de um saber científico é uma grande preocupação do universo acadêmico. As pesquisas são voltadas para a obtenção de um resultado que possa ser analisado, pensado, discutido, o que gera a produção de um saber – intencionalidades comuns nas práticas de um pesquisador. Essa preocupação em conseguir transformar uma quantidade de informações em algo inteligível e propício a uma interpretação ocorre conosco ao elaborarmos um trabalho que visa conhecer a formação do professor de Matemática que atuou em Itaipulândia.

Para Biá e para os outros moradores do Vale do Javé, no filme já citado, o saber científico passa pelo crivo de uma história ser verdadeira, ser comprovada, sem ser "chistosa". Dessa forma, temos algo científico, que, no caso dos habitantes do Vale, servirá para formar um dossiê que visa à interdição da construção da barragem no rio Javé.

A definição de ciência usada por aqueles personagens ao longo do filme nos remete ao pensamento de como entendemos a ciência existente na academia e se o nosso método propicia a formação de um saber científico. Sabemos, de antemão, que para constituirmos a nossa pesquisa devemos seguir um emaranhado de normas que nos são postas no mundo acadêmico. São esses os procedimentos que ajudam a legitimar um determinado saber científico.

No entanto, várias são as versões existentes sobre ciência e saber científico. Guiamo-nos pela discussão proposta por Lyotard (2008) sobre ciência, a qual é classificada como feita de enunciados denotativos e com duas condições para que seja aceita: que os objetos aos quais

os enunciados se referem sejam acessíveis recursivamente e que eles possam ou não pertencer a uma linguagem própria de algum grupo de especialistas no assunto[2]. Tudo isso está envolvido em algo maior, que ultrapassa os limites da ciência, que é o conhecimento, que segundo Lyotard (2008, p.35) é "[...] o conjunto dos enunciados que denotam ou descrevem objetos".

Assim, a ciência passou ao longo dos tempos por várias fases, que fizeram com que ela adquirisse essas características descritas por Jean-François Lyotard. No entanto, ela sempre esteve conectada à questão dos saberes:

> [...] o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir 'bons' enunciados denotativos, mas também 'bons' enunciados prescritivos, avaliativos... Não consiste numa competência que abranja determinada espécie de enunciados, por exemplo, os cognitivos, à exclusão de outros. Ao contrário, permite 'boas' *performances* a respeito de vários objetos de discursos: a se conhecer, decidir, avaliar, transformar... Daí resulta uma de suas principais características: coincide com uma 'formação' considerável de competências, é a forma única encarnada em um sujeito constituído pelas diversas espécies de competência que o compõem (LYOTARD, 2008, p.36, itálico do autor).

Os saberes se constituíram, com o passar dos anos, de geração em geração, muitas vezes de uma forma que Lyotard (2008) classifica como narrativa, ou seja, por meio de um relato, tornando-se um saber narrativo. Porém, esse tipo de saber não era legitimado por uma comunidade científica e nem pelo próprio saber narrativo:

> Dissemos que este último [o saber narrativo] não valoriza a questão de sua própria legitimação; ele autoriza-se a si mesmo pela pragmática de sua transmissão sem recorrer à argumentação e à administração de provas. Por isso acrescenta à sua incompreensão dos problemas do discurso uma tolerância determinada a seu respeito: considera-o de início como uma variedade na família das culturas narrativas. O inverso não é verdadeiro. O cientista interroga-se sobre a validade dos enunciados narrativos e constata que eles não são nunca submetidos à argumentação e à prova. Ele os classifica conforme outra mentalidade: selvagem, primitivo, subdesenvolvido, atrasado, alienado, feito de opiniões, de costumes, de autoridade, de preconceitos, de ignorâncias, de ideologias. Os relatos são fábulas, lendas, mitos bons para as mulheres e as crianças. Nos melhores casos, tentar-se-á fazer penetrar a luz neste obscurantismo, civilizar, educar, desenvolver (LYOTARD, 2008, p. 49, colchetes nosso).

A falta de legitimidade do saber narrativo é algo que acontece constantemente, pois se espera que haja uma verificação e uma validação por uma comunidade científica para provar que não se trata apenas de uma lenda. Assim, a busca pela verdade que transforma um saber

[2] Lyotard (2008, p. 46) afirma que "O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo" e que "[...] é-se um […] cientista se se pode proferir enunciados verificáveis ou falsificáveis a respeito de referentes acessíveis aos *experts*" (LYOTARD, 2008, p. 47).

em científico existe desde os estudos elaborados por Platão, passando pelas ideias racionalistas de Descartes e também pelas iluministas, o que legitimou essa forma de saber em relação ao conhecimento (PEREIRA, 2010). Com base nessa evolução, há uma modificação em relação à ciência que

> [...] deixa de ser um saber meramente contemplativo e se liga definitivamente à técnica. O conhecimento parte da realidade observada e experimentada e a ela retorna para transformá-la e controlá-la. Na nova ciência, não há lugar para explicações que recorram à causalidade divina. A verdade científica deve ser buscada independentemente das verdades reveladas (PEREIRA, 2010, p. 134).

Partindo desses pressupostos, surge uma busca de legitimação do saber científico. Ele passa a ser pautado por meio de regras que fazem parte de um debate científico, sendo realizadas as provas do que se espera estabelecer, feitas em um consenso geral dos *experts*, conforme Lyotard (2008). Ainda segundo o autor, essa legitimação não parte apenas desses pressupostos, mas também do povo que faz com que determinado saber seja validado em virtude do progresso e, com isso, torna as descobertas e comprovações feitas por meio da ciência como verdades máximas, sendo o conhecimento hegemônico, segundo Pereira (2010).

Para Lyotard (2008), o saber científico se relaciona de forma cada vez mais estreita com a universidade, uma vez que os *experts* em determinados assuntos começam a concentrar-se nessa instituição, em virtude do caráter especulativo que a ciência passa a ter. A universidade funciona para "expor o conjunto dos conhecimentos e evidenciar os princípios ao mesmo tempo que os fundamentos de todo saber" (SCHLEIERMACHER, 1808, apud LYOTARD, 2008, p. 61)[3]. Dessa forma, espera-se "[...] restituir a unidade dos conhecimentos dispersados em ciências particulares" (LYOTARD, 2008, p. 61). A universidade passa a ser aquela que legitima um determinado saber científico, que parte de convergências que ocorrem entre grupos de *experts* que fazem parte dela.

Esse processo de legitimação que ocorre nas universidades é também reconhecido pela comunidade em geral que acredita que ali ocorre a produção de um saber válido. Por isso, busca-se o respaldo de um determinado grupo de pessoas (os *experts* em determinado assunto), para que algo seja reconhecido, o que, em muitos casos, limita a ciência apenas à universidade, sendo praticada apenas por quem faz parte dela.

A preocupação que existia, expressa no filme por meio do personagem Zaqueu, em relação à validação do que é produzido na pesquisa de Antônio Biá, se dá pelas versões que são ditas pelas pessoas, pois se teme que muitas sejam "mentiras". Dessa forma, muitas vezes

[3] SCHLEIERMACHER, F. Pensées de circonstance sur les universités de conception allemande. 1808.

não se reconhece a potencialidade de um saber que é pautado na memória das pessoas, expresso pela oralidade. Isso nos remete a pensar no presente trabalho, pois acreditamos nas virtudes da memória dos nossos entrevistados. Com isso, começamos a refletir, pois fazemos parte de um grupo de pesquisa (o GHOEM), uma comunidade científica com os seus pressupostos definidos, que está inserida em outra ainda maior que é a Educação Matemática, a qual constrói e legitima saberes. No nosso caso, fazemos parte de um grupo que trabalha com uma metodologia de pesquisa específica e que parte de referenciais sobre Educação Matemática, História e formação de professores (de Matemática) também específicos.

Dessa forma, para o presente trabalho buscamos fazer uma operação historiográfica com base nas entrevistas dos sujeitos participantes da pesquisa. Por isso nos vem à tona um questionamento: como é reconhecido um saber que é relacionado à memória das pessoas? Esse saber é científico?

Voltando ao filme, nos valemos novamente da comparação: Zaqueu menciona que os saberes produzidos por meio das entrevistas realizadas por Antônio Biá deveriam ser comprovados de alguma forma, não poderiam ser mentiras. Para isso, as versões ditas deveriam ser repetidas – o que comprovaria serem informações verdadeiras – e, se possível, deveria haver alguma prova material para confirmar a existência de determinado acontecimento.

Essa forma de pensar de Zaqueu é a que foi por algum tempo legitimada pela academia e a única pensada na historiografia, deixando muitos resquícios para várias gerações de pesquisadores. Essa forma de tratar a História iniciou no século XIX, principalmente com os estudos de Leopold Von Ranke (1795-1886), nos quais predominavam o ideário de que a história deveria ser construída de maneira científica, sendo a figura do historiador neutra no processo, apenas contando a história como ela realmente ocorreu. De acordo com Souza (2006), essa forma de construção da história caracterizaria uma visão totalizante em relação ao saber histórico. Também, segundo Albuquerque Júnior (2007, p.62),

> Naquele século, as experiências históricas e o passado eram tomados como grau zero para o realismo, a realidade era mostrada e justificada pela História. A modernidade buscou, na história, as leis da evolução humana, evolução civilizatória. Leis que ajudariam a prever o télos para a humanidade. Tratava-se de evitar encarar o caráter finito e ilimitado da existência do homem. A história anunciava o encontro futuro da humanidade com a sua redenção, proporcionada pelo avanço do conhecimento, da ciência, da razão, da consciência.

Essa maneira de entender a história ainda pode ser detectada nos dias de hoje, porém outra forma de abordá-la pode ser encontrada. A história começou a ser vista por alguns

pesquisadores em seu caráter relacional, contextual e plural, pois não temos mais como afirmar que existe um ponto fixo e determinado para tratar da história, o que nos revela a relatividade da realidade, conforme trata Albuquerque Jr. (2007).

> O sujeito deixa de ser visto como uma totalidade fechada e fundante das ações e representações, para ser pensado como uma produção histórica, como um lugar que diferentes pessoas vêm ocupar sucessivamente ou como produção de uma identidade, em que vários fluxos de subjetivação e forças de sujeição se encontram. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 58-59)

O mundo passa a ser visto como o mundo da experiência, segundo Albuquerque Júnior (2007), no qual não se tem uma pretensão à verdade absoluta para dar uma determinada resposta. Surge como determinante "[...] a história do que construímos, como construímos, as condições da construção, porque o já feito limita o que se pode fazer agora. A historicidade reside nesta dependência das ações e experiências presentes e das ações e experiências passadas" (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 60).

Conforme Garnica (2004), alguns movimentos surgem com essas ideias, sendo que o principal vem da França, em 1929, a partir da criação da *École des Annales* (Escola dos Annales), que propôs uma nova forma de se pensar a pesquisa em história, contrária à visão de Ranke que predominava naquele período: começa-se a construir os "fatos" históricos a partir dos questionamentos que são feitos e não apenas sobre as fontes históricas, o que fez com que mudasse o entendimento sobre elas; percebe-se que não é mais possível partir de um local e chegar à sua origem, pois existem vários caminhos que podem ser traçados, e, seguindo neles, não é possível encontrar um "local" que seja o final da jornada; nota-se que a História não se basta em si mesma, mas que pode compartilhar de outras fontes do conhecimento, como a Sociologia, a Filosofia e tantas outras.

Assim, várias formas de elaborar um saber histórico foram surgindo, combinando outras áreas do conhecimento. Além disso, os estudos da Escola de Sociologia de Chicago[4] contribuem para que exista um diálogo com as diferentes áreas do conhecimento, utilizando em suas pesquisas uma abordagem etnográfica e de coleta de narrativas.

A forma engessada de conduzir uma operação historiográfica dá lugar a outras formas. Uma delas é a que escolhemos como metodologia para a nossa pesquisa, a História Oral. Essa modalidade de pesquisa se efetivou somente no final da década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, quando é inventado o gravador portátil, que propiciou o armazenamento do

[4] Criada na década de 1920 por um grupo de professores da Universidade de Chicago foi responsável por vários estudos nas áreas de sociologia, psicologia social e ciências da comunicação.

registro oral. Os trabalhos pioneiros usando essas técnicas de gravação foram feitos nos Estados Unidos na *Oral History Association*, envolvendo entrevistas realizadas com pessoas de grande reconhecimento público, priorizando as histórias de vida. Posteriormente, o mesmo foi acontecendo em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, quando começaram a ser realizadas pesquisas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, a partir de 1975, com o projeto intitulado "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", sobre as histórias de vida de políticos brasileiros (ALBERTI, 2004).

Com o passar dos anos, os "grandes nomes" passaram a dividir espaço com pessoas de diversas classes, com ocupações que não eram destacadas[5], buscando "[...] estudar grupos e populações de segmentos médios, que dão um panorama mais nítido da realidade" (GARNICA, 2004, p.85). Além disso, passou a existir uma diversidade de enfoques nas pesquisas historiográficas, que deixaram de ser apenas sobre os grandes acontecimentos. Nessas circunstâncias, a História Oral pode ser entendida como:

> [...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2004, p.18).

Contudo, as pesquisas que usam os relatos orais como fontes de investigação ainda não são bem aceitas por pesquisadores que carregam vestígios dos ensinamentos de Leopold Von Ranke:

> E o que nos trazem as narrativas? Elas não são testemunhos no sentido daquilo que se viu ou presenciou (do fato "tal como aconteceu"), mas um registro daquilo que se percebe, no presente, de algo que se vivenciou. Diante disso, é necessário aceitar teoricamente que um fato é aquilo que dele percebe-se. Uma preocupação daqueles que não dão credibilidade à memória ou desconfiam dela, tendo-a por algo lacunar, insatisfatório, deficiente face à magistralidade e à perenidade dos registros fixados em suportes rígidos como o papel e a pedra, é demarcá-la como fantasiosa, sonhadora, inventiva além dos limites desejáveis. Dessa posição decorre a desconfiança em relação às narrativas e a exclusão dessas narrativas dos domínios da historiografia julgada séria e legítima. Com veemência, alguns desprezam o que, em História Oral, concebemos como fonte legítima: os registros de memória feitos a partir de relatos orais. Isso, entretanto, não significa que a mera coleção de entrevistas constitui, em si, uma operação historiográfica em sua integralidade. Os registros de memória disparam um processo historiográfico que para constituir-se

[5] Por ocupações destacadas entendemos aquelas de grande reconhecimento público e político, como as celebridades (artísticas, esportivas e culturais) e os altos cargos políticos.

> plenamente como tal, exige o cotejamento dessas fontes com outras, de diversas naturezas, e requer um suporte narrativo próprio, concatenado, coerente, reconhecível aos que escrevem história (MARTINS-SALANDIM, 2012, p.57-58).

Entendemos que em nosso trabalho, nas narrativas orais muito da memória dos entrevistados comporão um cenário particular, esboçando suas experiências pessoais, criando aspectos memorialísticos na nossa operação historiográfica. No entanto, nessas fontes criadas por meio das entrevistas encontraremos ingredientes para compor os aspectos relacionados à nossa questão de investigação: a formação de professores de Matemática.

Para uma melhor aproximação com o nosso objeto de pesquisa, devemos perceber as limitações e as virtudes de nossas informações e de nossos vestígios. Entendemos que não poderemos demarcar um ponto inicial ou final, pois estamos partindo das fontes criadas a partir da memória, que não tem fim e nem origem – assim como a história (ALBUQUERQUE JR, 2007) – e, por isso, estamos "[...] mais sujeitos às soluções de criatividade do que os que se limitam aos exames das verdades" (MEIHY, 2005, p. 55). Então, não buscamos fazer uma aproximação ao real por meio de apenas uma visão, uma verdade sobre o acontecido, mas sim, expor algumas versões, sem a intenção de verificar se algo é verdadeiro ou não.

Assim, pensar a História Oral como metodologia de pesquisa é partir do testemunho oral como núcleo de investigação, gerando documentos baseados em entrevistas, e cuja análise é fundamentada em uma teoria pertinente, mesmo sendo em outras áreas do conhecimento (CURY, 2011). Com isso *podemos* constituir uma forma de esclarecer a questão diretriz.

Segundo os pressupostos que seguimos no GHOEM, a História Oral possibilita a criação de fontes documentais. Esse novo material, que é produzido a partir da memória dos entrevistados, funciona como disparador de perspectivas, pois entendemos que apenas a entrevista não nos basta para que façamos uma análise de como se deu a formação do professor de Matemática, mas pelo fato de que novas perspectivas são apontadas durante as entrevistas, ocasionando uma busca por outras fontes documentais e bibliográficas para que ocorra uma interpretação plausível dos dados produzidos.

Por buscarmos constituir uma versão histórica sobre a formação de professores de Itaipulândia, sem julgá-la como a definitiva, podemos classificar a História Oral como uma metodologia de pesquisa qualitativa, pois está relacionada à "[...] transitoriedade de seus resultados" (GARNICA, 2004, p. 88), além de não podermos comprovar ou refutar os resultados de nossa investigação. O autor ressalta ainda que o pesquisador não toma uma postura neutra no processo interpretativo e que isso se estabelece ao longo de uma trajetória

que pode ter seu aspecto reconfigurado, não sendo, portanto, um processo sistemático e que generaliza as conclusões obtidas.

Todavia, a História Oral "[…] é um espaço de contato e influência interdisciplinar; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais" (LOZANO, 2002, p. 16).

Para elaborar nosso saber histórico baseado nas entrevistas devemos lembrar que o entrevistado faz *uma* reconstituição do passado que não é definitiva, mas carregada das forças do tempo presente. Com isso, buscamos em nosso trabalho, valorizar a memória de nossos entrevistados, registrando em documentos esse seu regime de verdade, a sua visão do passado e, também, constituir uma versão, uma possibilidade, por meio de uma mobilização em relação à formação de professores de Matemática de Itaipulândia, sem pensar em constituir uma versão "verdadeira" sobre nosso tema, pois

> Falar em uma história 'verdadeira', de uma história que 'realmente aconteceu' – o que muitas vezes fica implícito quando falamos 'A' história – é desprezar a existência de vieses alternativos, de versões outras que não as tidas como 'reais', 'corretas', 'verdadeiras'. É, do mesmo modo, negligenciar como, por que e por quem essa história definitiva e unívoca é construída (GARNICA, 2004, p. 81).

Conforme Albuquerque Jr (2007), a produção de um conhecimento histórico com uma visão totalitária, como único, foi deixada para trás, pois a História é vista agora como a arte de inventar um passado que parte dos materiais deixados pelo próprio passado e que, segundo os nossos pressupostos, contrários a uma história totalizante, são organizados e expostos conforme as compreensões que assumimos em relação à historiografia. Lembrando que

> Isso não significa esquecermos nosso compromisso com a produção metódica de um saber, com o estabelecimento de uma pragmática institucional, que ofereça regras para a produção deste conhecimento, pois não devemos abrir mão também da dimensão científica que o nosso ofício possa ter. [...] Não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo. Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço. Mas desapareceram as fontes privilegiadas da História, ou aspectos que o historiador não poderia se ocupar e tudo se torna historicizável e fonte de historicidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 64).

A valorização da memória dos entrevistados, a partir da criação de fontes históricas pautadas na oralidade, é algo retratado nas pesquisas feitas por alguns membros do GHOEM, que usam a História Oral como metodologia de pesquisa e que buscam, por meio das narrativas de experiências de professores ou ex-professores, compor um cenário sobre os

aspectos que se relacionam à formação de professores, a sua relação com as instituições de ensino, com as reformas educacionais, entre outros aspectos.

Até o momento, vários trabalhos foram realizados para compreender esses aspectos por membros do GHOEM, em diferentes lugares do Brasil. Trata-se de um projeto maior desse grupo de pesquisa que visa um mapeamento[6] (histórico) sobre a formação dos professores de Matemática.

Esses trabalhos realizados já alcançam algumas regiões brasileiras: no Norte do país, o trabalho de Cury (2011)[7] nos mostrou aspectos sobre os cursos que preparavam professores de Matemática, fazendo uma constituição histórica sobre a formação desses profissionais no estado do Tocantins; no Centro-Oeste brasileiro, Cury (2007)[8] nos mostrou como era a composição dos primeiros cursos de ensino superior de formação de professores de Matemática em Goiás; no estado do Mato Grosso, na cidade de Sinop, Lando (2002) discutiu sobre a formação e atuação do professor de Matemática; no Nordeste brasileiro há três trabalhos: a tese de Fernandes (2011)[9] que semelhante à Lando, aborda a formação no estado do Maranhão, partindo do primeiro curso de Licenciatura Plena em Matemática do estado criado em 1961; Marta Macena fará abordagem semelhante no estado da Paraíba, em João Pessoa[10], assim como Marcelo Morais na região de Mossoró, no Rio Grande do Norte[11]; na região Sul foram realizados dois trabalhos: o de Fillos (2008)[12], que buscou compreender aspectos sobre a formação e atuação de professores de Matemática em Irati, no Paraná; e a pesquisa de Bernardes (2009)[13] que buscou estabelecer a Educação como instrumento de distribuição de saberes e poderes em universidades como a de Maringá, no Paraná; ainda

---

[6] O coordenador desse projeto de pesquisa, Vicente Garnica, caracteriza o uso do termo "mapeamento": "Esboçar um 'mapeamento' – termo inspirado nos fazeres cartográficos – é elaborar, em configuração aberta, um registro das condições em que ocorreu/ocorre a formação e atuação de professores de Matemática, dos modos com que se deu/dá a atuação desses professores, do como se apropriam/apropriavam dos materiais didáticos, seguiam/seguem ou subvertiam/subvertem as legislações vigentes. Tal mapeamento não se faz, de modo pleno, nem por um único pesquisador, nem num curto período de tempo. São necessários esforços vários e devem ser chamadas à cena diversas áreas do conhecimento e suas abordagens, posto que o retraço histórico pressupõe a conjugação de diferentes perspectivas e enfoques, a possibilidade de entender centros e margens, ouvindo professores, alunos, funcionários e administradores cujas vozes, via-de-regra, são silenciadas ou inaudíveis" (GARNICA, 2010, p.559).

[7] Trabalho de doutorado defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UNESP de Rio Claro (PPGEM-RC) em 2011.

[8] Trabalho de mestrado defendido no PPGEM-RC em 2007.

[9] Trabalho defendido no PPGEM-RC em 2011.

[10] Trabalho de doutorado iniciado em 2009 no PPGEM-RC.

[11] Trabalho de mestrado iniciado em 2011 no PPGEM-RC.

[12] Trabalho de mestrado defendido em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

13 Trabalho de doutorado iniciado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da UNESP de Bauru (PPGEC-Ba) iniciado em 2010.

nesse mesmo estado foi feita a pesquisa de Seara (2005)[14] sobre o NEDEM – Núcleo de Estudo e Difusão do Ensino de Matemática – que foi responsável pela instauração do Movimento da Matemática Moderna nesse estado; já em Santa Catarina o trabalho de Gaertner (2004)[15] estudou as escolas alemãs da região de Blumenau, enquanto Viviane Silva[16] investigará sobre os professores que atuam nos níveis Fundamental e Médio de ensino nessa região. Por fim, na região Sudeste concentra-se a maioria dos trabalhos, focando o estado de São Paulo e suas distintas regiões: o de Baraldi (2003)[17] discute a formação de professores da região de Bauru, enquanto Souza (1998)[18] aborda a Baixada Santista e Galetti (2004)[19] a região da Nova Alta Paulista. O trabalho de Martins (2003)[20] trata da formação de professores nas escolas rurais do Oeste do Estado; Martins-Salandim (2007)[21] trata das escolas agrícolas paulistas; Martins-Salandim (2012)[22] estuda a expansão dos cursos de formação de professores no interior do estado na década de 1960; a cidade de São Paulo foi o cenário do trabalho de Silva (2006)[23], que analisou a construção do Centro de Educação Matemática (CEM), um grupo de docentes atuantes na formação continuada de professores de Matemática nas décadas de 1980 e 1990; Souza (2011)[24] faz a construção de uma versão histórica sobre o ensino de Matemática no Grupo Escolar Eliazar Braga de Pederneiras, enquanto Bernardes (2003)[25] analisou o uso de um referencial foucaultiano para a História Oral, tematizando a profissionalização do professor de Matemática. Além de todos esses trabalhos que focavam determinadas regiões, há ainda o de Rolkouski (2006)[26] que envolve professores de regiões distintas procurando compreender como eles se tornaram os professores que são.

Uma prática que é comum nesses trabalhos realizados por membros do GHOEM é a utilização de outras fontes, com outros textos e documentos que foram deixados por gerações passadas, fazendo uma recriação do que nos é dado (ALBUQUERQUE JR, 2007). Dessa forma, partilhamos o que Durval Albuquerque Jr. pensa sobre o conhecimento histórico:

---

[14] Trabalho de mestrado defendido em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.
[15] Trabalho de doutorado defendido no PPGEM-RC em 2004.
[16] Trabalho de mestrado defendido em 2003 no PPGEC-Ba.
[17] Trabalho de doutorado defendido no PPGEM-RC em 2003. Foi o primeiro trabalho realizado após a criação do GHOEM em 2002.
[18] Trabalho de doutorado defendido em 1998 no PPGEM-RC.
[19] Trabalho de mestrado defendido em 2004 no PPGEM-RC.
[20] Projeto de Iniciação Científica desenvolvido junto ao curso de Licenciatura em Matemática da UNESP de Bauru no ano de 2003.
[21] Trabalho de mestrado defendido em 2007 no PPGEM-RC.
[22] Trabalho de doutorado defendido em 2012 no PPGEM-RC.
[23] Trabalho de doutorado defendido em 2007 no PPGEM-RC.
[24] Trabalho de doutorado defendido em 2011 no PPGEM-RC.
[25] Trabalho de mestrado defendido em 2003 no PPGEC-Ba.
[26] Trabalho de doutorado defendido em 2006 no PPGEM-RC.

> O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos (ALBUQUERQUE JR, 2007, p 63).

Assim, diante do que também é proposto pelo referido grupo de pesquisa, pensamos que trabalhar com História Oral é "[...] sempre um exercício, um fazer de trajetória e não uma mera e simples aplicação linearizada que nos permite passar por etapas em procedimentos mecanicamente implementados" (MARTINS-SALANDIM, 2012, p. 51). Além disso,

> [...] ao aliar-se às novas abordagens que surgem nas trajetórias de investigações do grupo, a História Oral praticada no GHOEM vai deixando-se contaminar por um modo específico de pensar e fazer pesquisa, expressando as aspirações desse grupo e sendo constituída, de modo cada vez mais pleno, ao mesmo tempo em que se realizam pesquisas específicas, como uma metodologia própria, diferenciada, que vincula procedimentos e fundamentações (MARTINS-SALANDIM, 2012, p.50).

Dessa maneira, por meio da metodologia adotada para esse trabalho, estabeleceremos um "saber científico" que encontra respaldo em nosso grupo de pesquisa, bem como na universidade. Deste modo, com o intuito de vincular algumas ideias, nos valemos novamente do filme *Os Narradores de Javé* para concluir nossa analogia quanto ao saber[27]. Podemos escrever em um livro que estava em branco, partindo das marcas da experiência de nossos entrevistados, mesmo sendo versões distintas e que em muitos momentos não convergem.

Diferente de Antônio Biá, que recebe o livro em branco e o devolve da mesma forma por acreditar na impossibilidade de escrever a história do Vale do Rio Javé, nós acreditamos que é possível constituir uma versão da história da formação dos professores de Matemática de Itaipulândia, mas sem completar todo o livro, pois conforme nossos pressupostos, muitas páginas podem ser completadas e rabiscos podem ser feitos às margens do texto, caracterizando que essa história nunca estará encerrada.

1.3 Os procedimentos metodológicos da pesquisa

Como dito na seção anterior, trabalhos que empregam a História Oral como metodologia de pesquisa têm como um de seus objetivos a criação de fontes documentais para possibilitar diversas interpretações. Além disso, conforme Garnica, Silva e Fernandes (2010),

[27] Um aviso aos leitores: esse trecho contém *spoilers* sobre o filme *Os Narradores de Javé*.

para essas fontes, criadas a partir da oralidade, há uma análise compatível com uma determinada concepção e com uma fundamentação teórica.

Para a criação dos nossos documentos para a pesquisa, delineamos alguns procedimentos comuns em trabalhos que utilizam a História Oral. Delimitada a questão de pesquisa, procuramos os possíveis colaboradores que se encaixavam no perfil que elegemos para entrevistar. No nosso caso, já sabíamos dos vários anos de atuação na disciplina de Matemática de pelo menos três professores de Itaipulândia[28] e que aceitaram participar da pesquisa: o professor José Griebeler, o professor Nelson Domingues (*in memorian*) e a professora Cecília Moretto.

O professor José Griebeler nos indicou outras duas pessoas que não residiam mais no município, mas poderiam contribuir conosco: o senhor Guido Miranda, morador de Roraimópolis, Roraima, e o senhor Derseu de Paula, residente em Foz do Iguaçu, Paraná. Isso caracterizou, assim como em outras pesquisas do GHOEM, um "critério de rede", ou seja, a indicação de prováveis entrevistados por colaboradores da própria pesquisa. Além disso, alguns documentos oficiais das escolas, no caso os livros de chamada, nos levaram a mais dois professores que também aceitaram participar: a professora Oneide Patrício e o professor Lotário Knob, ambos residentes em Itaipulândia. O oitavo e último entrevistado, o senhor João Kazmirczak, também morador de Itaipulândia, foi citado, praticamente, por todos os demais entrevistados e também por encontrarmos seu nome constantemente em documentos sobre o em Itaipulândia, fechando assim o grupo de entrevistados[29].

A escolha dos entrevistados vem atrelada ao objeto de análise do nosso trabalho. Remetemo-nos novamente ao filme *Os Narradores de Javé* e pensemos no caso de Biá para que possamos fazer uma comparação. O personagem Biá procurou, para a confecção de seus escritos, aqueles que eram antigos moradores da região ou que tivessem algum grau de parentesco com os "famosos" Indalécio e Maria Dina, responsáveis pela formação do povoado do Vale do Javé. Dessa forma, estabeleceu alguns critérios para conversar com as pessoas que conheciam mais detalhadamente a história do povoado.

Outro passo realizado para esta pesquisa foi a elaboração de um roteiro de entrevista. Em acordo com Silva (2005), acreditamos que o roteiro deve ser coerente com as questões individuais e sócio-históricas dos depoentes-colaboradores. Além disso, deve ser bem elaborado para que o pesquisador faça vir à tona as memórias dos entrevistados, sem forçá-

[28] Esse conhecimento se deu por sermos colegas de trabalho tanto no Colégio Estadual Costa e Silva como também no Colégio Estadual Tiradentes, ambos do município de Itaipulândia.

[29] Mais informações de como aconteceu o contato com cada entrevistado são dadas na apresentação feita antes de cada textualização.

los, e também para assegurar que seja mantido o foco central da entrevista. Montamos, portanto, um roteiro com dez questões que funcionaram como disparadores de conversas, não seguindo necessariamente uma ordem rígida. Optamos também por entregar uma carta de apresentação a todos os entrevistados (inclusive para aqueles que já sabiam do tema da pesquisa) e também o roteiro com o intuito de sanar possíveis dúvidas, caso houvesse, antes da realização da entrevista[30]. Tomamos essa atitude por entendermos que isso poderia auxiliar na preparação do depoente-colaborador.

Decidimos colocar questões específicas no roteiro, por exemplo, sobre a formação profissional do depoente-colaborador, deixando que a partir disso a entrevista prosseguisse, sem termos que fazer apontamentos direcionados. Decidimos também por trazer uma questão a respeito da influência da formação do Lago de Itaipu para a região pesquisada, com a intenção de verificar o que os professores vivenciaram à época da inundação.

Essa questão causou reações distintas por parte dos entrevistados antes mesmo da entrevista ocorrer, de modo que muitos deles adiantavam que não tinham nada a dizer sobre o tema, uma vez que passaram a residir em Itaipulândia após a formação do Lago de Itaipu ou por classificarem o ocorrido como algo normal. No entanto, no momento da gravação, a pergunta apareceu em todas as entrevistas, ora por questionamento do pesquisador, ora pelos próprios depoentes-colaboradores, inclusive por aqueles que, inicialmente afirmaram não ter nada a dizer sobre o assunto, talvez intimidados por ser uma questão contida no roteiro.

A postura do entrevistador é algo que deve ser ressaltado. Não podemos exigir respostas "forçadas". Devemos saber "ouvir contar" como diz Alberti (2007) (característica que Biá não tinha, pois dormia durante a entrevista ou dava sugestões de como era e de como deveria ser). Necessitamos fazer uma interpretação crítica do que está sendo contado, sempre mantendo o respeito, pois várias situações que o entrevistado coloca podem ter mudado aspectos de sua vida. Porém, não podemos assumir uma postura fria em relação ao que é dito no momento da entrevista, pois podem ser inibidas algumas informações por parte dos colaboradores, além de causar uma quebra da interlocução entre as partes. Assim, deve haver uma aproximação do entrevistador com o seu colaborador, com questionamentos e troca de informações.

No caso das entrevistas realizadas para esta pesquisa, a proximidade existente entre o pesquisador e os seis entrevistados que residiam em Itaipulândia facilitou o processo de negociação para a realização das entrevistas. Na maioria dos casos, ao contatarmos os

[30] Tanto a Carta de Apresentação como o roteiro das entrevistas encontram-se no APÊNDICE A e APÊNDICE B, respectivamente.

participantes para saber sua disponibilidade de participar da pesquisa, já se iniciava uma prévia da entrevista em conversas que, em alguns casos, chegaram a durar mais do que a versão gravada.

Durante muitos momentos de conversas, "oficiais" ou não, era servido um chimarrão, como durante a entrevista do professor José Griebeler e do senhor João Kazmirczak, cujos encontros aconteceram na casa dos depoentes-colaboradores com a participação das esposas de alguns deles ou de outros membros da família, o que facilitou a recuperação de algumas memórias[31].

Nas escolas do município houve fácil acesso aos documentos e as conversas com os funcionários se alongavam por muito tempo, pois sempre surgiam informações novas e curiosas, o que levou ao contato com outros possíveis colaboradores.

Contudo, essa proximidade com os entrevistados não impediu que as primeiras entrevistas realizadas para o presente trabalho fossem truncadas. Uma possível explicação para isso foi o fato de o pesquisador não ter experiência com a realização de entrevistas, pois foi o seu primeiro contato com a metodologia da História Oral.

Mesmo com essa proximidade existente entre o pesquisador e boa parte dos entrevistados, não buscamos melhorar a história contada por eles a partir de intervenções particulares, que podem mudar o contexto do que foi dito pelo colaborador. Após as entrevistas, realizamos as transcrições, passando para a forma escrita a fala, tanto do depoente-colaborador como do entrevistador. Alguns fatores externos dificultaram um pouco o processo: os sons do ambiente de realização da entrevista, no caso, o barulho feito pelo filho do professor Nelson Domingues e de seus amigos ao arrastar alguns galhos cortados, o cumprimento do senhor João Kazmirczak às pessoas que passavam em frente a sua casa e os latidos do cachorro afoito do professor Lotário Knob que invadiu a sala e interrompeu a nossa gravação; interpelações de alguns familiares dos entrevistados; e, até mesmo, a interrupção de uma das entrevistas a pedido do professor José Griebeler para atender a um telefonema.

Após a transcrição, foi feita a *textualização*. Nesse momento, buscamos deixar o material da transcrição sistematizado sem "floreá-lo" (como Biá pretendia fazer após cada entrevista). Na textualização foram reordenadas as memórias, de forma que a interpretação do leitor seja mais fluente e que facilite a sua compreensão, sobretudo tentando deixar uma visão do entrevistado a partir de suas frases, no seu jeito de se expressar.

[31] Esses momentos de participação de outras pessoas ocorreram apenas nas conversas não oficiais.

Além disso, mantivemos as versões dos entrevistados, mostrando nossa parcialidade, pois optamos por apresentar todas as informações e não apenas aquilo que gostaríamos de saber. Ao ordenarmos as falas, já esboçamos algumas de nossas intenções e começamos um movimento de análise. Mantivemos também nossa imparcialidade ao deixarmos que várias vozes possam ser ouvidas ao mesmo tempo.

Não faremos juízo de valor sobre os dizeres dos entrevistados, afirmando se a informação é ou não verdadeira ou se faz ou não parte do nosso tema, pois essa é a maneira do depoente se mostrar para o mundo. A informação que ele nos passa possui alguma importância para ele e almejamos uma forma de analisá-la, percebendo-a como disparadora de novas perspectivas.

Depois de realizada a textualização, fizemos um trabalho em conjunto com o nosso depoente-colaborador de revisão da transcrição e da textualização da entrevista, o que Lincoln e Guba (1985) chamam de *membercheck*, que é quando o entrevistado contribui com outros elementos para o texto final. Esse foi um processo de acréscimo (de informações como datas, nomes, lugares, entre outras), de modificação ou de corte de algumas partes[32]. Ao longo do processo foi necessária uma postura ética por parte do pesquisador, tanto para as entrevistas como no momento final de textualização da entrevista.

Nossos depoentes foram muito importantes para a constituição dessa versão sobre a formação de professores. A importância está relacionada com a significação que suas memórias têm para eles e que agora estão sendo expostas. Em vários momentos houve uma ruptura dos solos epistemológicos das lembranças dos entrevistados. Em alguns casos, circularam por searas que por muito tempo não eram visitadas. Essa ruptura possibilitou evidenciar emoções dos colaboradores.

A memória pode não ser compreendida com exatidão, mas é carregada de significados que dão sentido à vida, pois segundo Ferreira (2002) no ato de rememorar, as memórias estão carregadas de forças sociais do presente, o que faz com que não se tenha as imagens do passado conforme aconteceram, mas que haja uma ressignificação do acontecido. Porém, o entrevistado está consciente da importância do que está sendo dito e lembrado para si mesmo, pois "a constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade" (ALBERTI, 2004, p.27). Assim, "[...] estudar a memória significa compreender o lugar onde

[32] Um pequeno *spoiler* sobre o filme: apontamos que Antônio Biá também pretendia fazer uma espécie de *membercheck*, mas não de forma individual e sim com todos os moradores do Vale do Javé para mostrar todas as informações obtidas ao longo de suas investidas. Porém, no momento que era pra isso ocorrer, Biá devolveu o livro da mesma forma que recebeu: em branco, pois alegava não ser possível escrever essa história.

o sujeito é produzido, já que lembrar é viver, construir e pensar o presente com elementos do passado" (SILVA, 2005, p.249).

O registro da memória por meio da oralidade foi a base principal para obtenção de fontes para o nosso trabalho. O processo de análise não teve início apenas depois das entrevistas realizadas e registradas, mas durante todo o desenvolvimento da pesquisa, pois quando delimitamos a questão de pesquisa, compomos o roteiro e escolhemos os nomes para conversarmos, estamos estabelecendo elementos de análise. Durante as entrevistas, vários fatores foram levados em conta, desde a postura do colaborador e do pesquisador, até seus gestos e suas emoções, além dos outros documentos que nos foram colocados à disposição. Dessa forma, entendemos, como Bogdan e Biklen (1999, p.49), que "A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo".

O fato de nada ser trivial fez com que percebêssemos a existência de visões diferentes sobre o tema desta pesquisa. Cada pessoa tem o seu olhar sobre o passado e essas interpretações variam conforme o espaço e o tempo. Como Jenkins (2004) afirma, não podemos entender que o passado e a história caminham juntos para uma única via da verdade. Existe apenas uma leitura sobre determinado objeto de investigação que nos dá várias interpretações por meio de diferentes discursos.

Outros ingredientes que enriqueceram o nosso trabalho foram os documentos escritos e as fotografias. Esses materiais contribuíram em vários momentos da pesquisa, desde o encontro de informações anteriores à realização da entrevista (no nosso caso, por meio de documentos foi possível conhecer a atuação de pelo menos três entrevistados que, em dois casos específicos, a da professora Oneide Patrício e do professor Lotário Knob, não seria possível saber de sua participação no ensino de Matemática) até a verificação de informações que surgem nelas, encontrando convergências e divergências nos depoimentos, o que pode nos dar novas possibilidades de análise.

Os documentos e as fotografias são vestígios, não como provas para as nossas interpretações. Usamos os vestígios para nossa argumentação. Com isso, seguimos a ideia de Jenkins (2004, p.82) que faz essa diferenciação para termos cuidado com o termo "prova":

> Com isso, quero dizer que devemos simplesmente recordar os principais aspectos: (a) o passado aconteceu; (b) ficaram vestígios dele; (c) esses vestígios estão lá, sem importar se o historiador vai a eles ou não; (d) 'prova' é o termo utilizado quando alguns vestígios são usados para corroborar algum argumento (interpretação) e não antes. Portanto, se a prova (à diferença dos vestígios) é sempre o produto do

> discurso do historiador, isso acontece simplesmente porque, antes de formular-se aquele discurso, a prova (história) não existe. Só existem os vestígios (ou seja, só existe o passado).

Por existirem apenas os vestígios é que podemos considerar a História como uma "arte de inventar o passado", como é defendida por Albuquerque Jr, pois, seguindo um compromisso com a produção de um saber, partimos com a ideia de que o que está posto só poderá ser analisado mediante um questionamento por parte do pesquisador. Não há como pensar em analisar algo sem que ele exista ou que não existam vestígios. Devemos lembrar que "O acontecimento, o evento em História não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador" (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 63) e que não existe um começo ou um fim ao pensar em História.

Por meio dos vestígios e do que surge na memória dos nossos entrevistados é que encontramos algumas respostas para a pergunta de pesquisa. Acreditamos nessa forma de produção de conhecimento, pois os documentos não nos trazem todas as respostas que queremos. Por exemplo, os documentos podem mostrar que o entrevistado cursou uma licenciatura em Matemática durante determinados anos, mas não explicita como se deu o processo, sendo que inúmeras circunstâncias fazem parte do processo formador do professor.

No entanto, se dependêssemos unicamente dos documentos oficiais, correríamos o risco de não conseguir encontrar boa parte das informações desta pesquisa, pois a região passou por uma inundação que culminou com o fim de várias escolas (e possivelmente de alguns registros); a emancipação de Itaipulândia, junto ao município de São Miguel do Iguaçu[33], fez com que alguns documentos ficassem em locais desconhecidos, de ambas as cidades; e vários documentos já foram exterminados, como aconteceu no início do ano de 2011 no Colégio Estadual Costa e Silva, de Itaipulândia, quando registros oficiais "sem importância" foram queimados em virtude do espaço que ocupavam, restando somente os materiais dos últimos cinco anos (que são os que a lei obriga a ficar ainda no colégio) e pouquíssimos livros de chamada e livros ponto das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Além disso, não tivemos acesso aos documentos do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima que possui sua sede em São Miguel do Iguaçu e que até o início da década de 1980 possuía uma extensão em Itacorá. Com isso, não tivemos a oportunidade de encontrar mais informações em relação ao período que funcionou a escola.

[33] Esse assunto será tratado em outra parte deste trabalho.

Apesar de algumas dificuldades em encontrar documentos nas primeiras tentativas, conseguimos dados importantes em outras instituições: no Colégio Estadual Tiradentes, de São José do Itavó, encontramos vários livros de chamada que nos possibilitaram chegar a dois entrevistados; na Casa da Memória de Itaipulândia encontramos várias fotografias e algumas notícias e livros sobre a colonização de Itaipulândia e também da construção da Hidrelétrica de Itaipu; na Secretaria Municipal de Educação de Itaipulândia e de São Miguel do Iguaçu encontramos alguns livros de registros finais de alunos e professores, além de informações com funcionários, que nos ajudaram a procurar possíveis entrevistados; na Documentação Escolar de São Miguel do Iguaçu encontramos registros de alunos e professores, além de outros documentos sobre o ensino nas antigas comunidades que pertenceram a São Miguel do Iguaçu e que atualmente não existem, como Itacorá; e no Arquivo Central da UNIOESTE, que possui um acervo sobre a educação na região Oeste do Paraná, nos deparamos com vários dados estatísticos, informações sobre cursos de formação continuada, material produzido e de projetos implantados nas cidades da região.

Com os documentos que ainda existem, enxergamos o potencial de análise em outros materiais bibliográficos, que servem para confirmarmos informações e também para obtermos novos dados, provenientes de possíveis dúvidas durante a entrevista.

O levantamento bibliográfico, os documentos e as fotografias que foram trazidos pelo colaborador são elementos adicionais para ambas as partes: a do colaborador, que teve suas memórias reveladas, e a do pesquisador que pode usar esses materiais para embasar sua pesquisa e suas análises posteriores.

Ainda, tivemos que elaborar uma *carta de cessão*. Esse documento, assinado pelo entrevistado, nos deu o direito de usar as entrevistas e as textualizações, seus vestígios de memória, suas fotos e seus documentos. Ressaltamos que entregamos para os nossos entrevistados, além da carta de cessão[34], a transcrição e textualização da entrevista, junto com uma carta de apresentação para esclarecer sobre o que seria feito com cada documento entregue[35]. Dessa forma, tivemos um procedimento ético, que respeitou a posição dos colaboradores em relação às suas lembranças de vida.

Após apontar todos os procedimentos mobilizados para a realização da pesquisa, até a validação por parte dos entrevistados, não nos demos por satisfeitos, pois compreendemos o trabalho com a História Oral assim como Lozano (2002), que afirma que não deve haver simplesmente um relato ordenado do que foi feito, contando apenas histórias de vidas e

[34] As cartas de cessão estão contidas no ANEXO A.
[35] A carta de apresentação está contida no APÊNDICE C.

experiências, mas sim produzir conhecimentos históricos (e científicos), constituindo a nossa versão da história da Educação Matemática referente à formação de professores.

Para a produção desses conhecimentos históricos e científicos faremos um procedimento que Martins-Salandim (2012, p. 62) chama de *análise de convergências*. Nesse processo analítico, atentaremos para os "[...] elementos que se mostravam mais insistentemente numa série de fontes ou elementos que, nesse mesmo conjunto, se mostravam claramente divergentes; ou seja, uma análise que só pode ser conduzida a partir de um cotejamento entre fontes [...]". Dessa forma, foi realizado um levantamento de categorias de análise, ou seja, tendências que emergem ao nos debruçarmos sobre as fontes, a partir das perguntas da entrevista. Com isso, torna-se possível a elaboração da nossa versão sobre o objeto de estudo, por meio de um processo interpretativo.

Por tratarmos as fontes orais como disparadoras de perspectivas, entendemos que essas categorias são oriundas das entrevistas, pois a partir delas é que poderemos nos debruçar e interpretar os documentos oficiais que encontramos. Além disso, acreditamos, conforme Bolivar (2002), que nas entrevistas são constituídas narrativas orais que têm como característica apresentar a experiência concreta humana como descrição das intenções em determinados tempos e lugares, na qual os relatos são os meios privilegiados de conhecimento e investigação. É a partir dessas narrativas orais que o colaborador e o pesquisador "[...] aprofundam e incrementam a compreensão da experiência humana." (GARNICA, 2007, p.38).

A partir da exposição anterior, intencionamos clarear as ideias dos leitores sobre como ocorreu nossa pesquisa, expondo o que entendemos como uma pesquisa que utiliza a metodologia da História Oral, fazendo os apontamentos sobre os procedimentos que utilizamos, e apontando algumas aproximações e afastamentos que temos com a pesquisa realizada pelo personagem Antônio Biá, a fim de exemplificar e compreender melhor a nossa prática.

1.4 E pensava-se apenas no alagamento[36]...

Quando o filme *Os Narradores de Javé* nos foi indicado, o primeiro e principal item observado foi a inundação de uma cidade e como era realizada a tentativa de recuperação da história local. Observamos também questões como a migração e a mudança drástica na vida

[36] Novamente alertamos aos leitores sobre a existência de *spoilers* do filme *Os Narradores de Javé*.

dos personagens. Contudo, ao assistirmos mais de uma vez esse longa-metragem, começamos a perceber outras situações que nos fizeram refletir e elaborar o presente capítulo. *Os Narradores de Javé* nos possibilitaram uma reflexão sobre a nossa prática de pesquisador, que utiliza a História Oral como metodologia de pesquisa, ora nos aproximando, ora nos afastando de várias ações de Antônio Biá, o "pesquisador" do filme.

A noção de ciência que os personagens do filme assumiram fez com que refletíssemos a respeito da nossa compreensão sobre esse conceito, bem como sobre a produção de um saber científico, relacionado com um saber histórico. Por entendermos que a história não precisa ser comprovada com base em provas da existência de algo, da repetição de versões ou de documentos como expressão da verdade, tomamos uma postura diferente do personagem Antônio Biá, pois acreditamos na existência de rastros do passado, e que a partir deles podemos constituir um saber histórico que, no nosso caso, é pautado nas memórias de nossos entrevistados.

Quanto à utilização do nosso método, com base no filme, enxergamos em Biá uma pessoa na qual não devemos nos espelhar: tem descaso com seus entrevistados e com sua pesquisa, acredita que as versões contadas pelos entrevistados sempre podem ser melhoradas e que ele possui a solução para isso. Ao contrário do personagem, compreendemos a História como a arte de inventar o passado. Não entendemos o passado como uma mera prática de contar histórias, mas sim, a partir de seus vestígios, nos pautando em vestígios que ele nos deixa, o que possibilita a constituição de uma das várias versões da história da formação dos professores de Matemática, que agora passa a ser descrita por nós pesquisadores.

Assim, lembramos que partimos da mesma forma que Biá: com um livro em branco (no nosso caso era um gravador "em branco"), no qual deveríamos escrever a história da formação de professores de Matemática de Itaipulândia. Enquanto Biá entregou seu livro da mesma forma que recebeu, nós voltamos com muitas histórias escritas, mesmo tendo algumas páginas em branco ou outras que estão todas rabiscadas com acréscimos. Isso porque compreendemos que a História é formada por incompletudes, por histórias que não aparecem e por vestígios ainda submersos. Cremos, ainda, na possibilidade da produção de um saber científico pautado na memória dos entrevistados, a qual é tão vasta que não podemos abarcar sua totalidade.

CAPÍTULO 2

O TESOURO ESTÁ ESCONDIDO NO OESTE DO PARANÁ: HISTÓRIAS DESTE CENÁRIO

2.1 O ofício do pesquisador em História da Educação Matemática e o ofício do pirata

A busca pela obtenção de uma versão relativa à educação em Itaipulândia nos fez pensar na analogia entre o modo como o pesquisador em História da Educação Matemática realiza o seu trabalho e nas aventuras de um pirata.

O primeiro nos remete a algumas concepções que achamos adequadas para a produção de um saber histórico. No nosso caso, temos uma postura que segue os princípios do grupo de pesquisa ao qual pertencemos, o GHOEM, tem ao se trabalhar com a historiografia da Educação Matemática: realizar uma constituição histórica a partir das várias versões, não assumindo uma postura totalitária que determine uma história como verdadeira, classificando-a como única versão. Entendemos que nem tudo tem uma explicação, um ponto de origem, e que, assim, não é possível constituir um objeto em sua plenitude.

Ao tratarmos da História, não existe apenas um passado e também um presente somente. Não conseguimos explicar algo sem nos desligarmos do tempo presente. Assim, podemos pensar que, conforme Albuquerque Júnior (2007), a História não tem início e nem fim. O que existe é um acontecimento, um evento que é retramado e refeito pelo historiador, algo que não é dado em sua completude. O que existem são perguntas feitas pelo historiador aos objetos, aos documentos, que, com isso, geram evidências.

No capítulo anterior descrevemos que utilizamos a História Oral como metodologia de pesquisa para encontrarmos as evidências por meio da elaboração de fontes documentais que funcionam como disparadoras de perspectivas, geradas a partir da memória de nossos entrevistados em seus registros orais. Assim, buscamos incessantemente por algo que almejávamos desde o início: responder a pergunta de pesquisa, apontar uma versão de como se deu a formação do professor de Matemática.

Agora, pensemos no que constitui o ofício de um pirata. O pirata é aquele que parte com uma missão: encontrar um tesouro e poder se constituir como um ser-pirata para toda a eternidade, por meio de seus feitos repletos de aventuras e perigos. O pirata, por meio de sua narrativa, busca deixar o seu legado e não apenas como alguém com vastas fortunas, mas como um ser aventureiro.

A busca que o pirata faz pelo tesouro não acontece de qualquer forma. Ele procura pistas, organiza suas missões, prepara a sua embarcação e encontra o seu mapa para o tesouro. Enquanto não encontra o tesouro, não descansa, luta a cada dia. Procura a cada parada de seu navio novas pistas, novas informações sobre a localização e enquanto o grande dia não chega, vai se preparando e enfrentando as adversidades para atingir seu objetivo.

Quando finalmente encontra o tesouro, se diz satisfeito, muitas vezes por um pequeno momento, mas recorda toda a sua jornada: ele só foi um pirata porque passou por todas as aventuras e não pelas riquezas que encontrou. Descobre que o seu maior tesouro não são as moedas de ouro e prata, os diamantes, as coroas e cálices de ouro cravejados de pedras preciosas, mas o navegar pelos mares, as batalhas, os lugares por onde passou ou talvez o vício pela adrenalina descarregada em sua corrente sanguínea. E assim cogita uma nova busca.

O pesquisador em História da Educação Matemática, tal qual o pirata, procura "suas pistas", que garantem a existência de algo, pois *vestígios* foram deixados. Ele não consegue *provar* que o tesouro realmente existe, mas fica sempre preparado para a busca, pois sabe que existem as "pistas" que podem levá-lo a algo.

Para o pesquisador em História da Educação Matemática, conforme as nossas concepções, a prova não existe. Existe uma busca, existem *vestígios*. Para o historiador, suas pistas são constituídas a partir das evidências que possui, dos materiais que poderá utilizar para a construção de sua versão. Assim, ao pensarmos que as evidências estão nos documentos gerados a partir das entrevistas, temos que a memória de nossos entrevistados são as nossas pistas, aquelas que nos guiarão na nossa jornada, o mapa para o tesouro.

A partir deste mapa, chegamos a outras pistas em um processo que não se esgota. A cada momento, a cada consulta aos depoentes-colaboradores, aos documentos, às fotografias, encontramos cada vez mais *vestígios*, que, em alguns casos, nos fazem pensar na existência de um grande tesouro ou de vários pequenos tesouros espalhados em um cenário. Isso se dá pelo fato de encontrarmos inúmeras versões: de um depoente que difere de outro, de um documento oficial que difere das informações já existentes.

O que fazemos, e que boa parte dos pesquisadores faz, é procurar cada vez mais fontes, para que a busca pelo tesouro não se dê por meio de "pistas falsas" que nos façam sair da aventura. Devemos conhecer outras fontes, não apenas os relatos orais. O bom pirata não acredita apenas no mapa do tesouro, mas aprende a partir da história, das lendas, dos artefatos, de todos os *vestígios* que puder encontrar. Para o historiador, o mapa do tesouro nunca está completo. Se pudesse, andaria e navegaria por toda a sua extensão para achar o seu tesouro

completo e se estabelecer na aventura que é a pesquisa. Parafraseando Garnica (2012, p. 4, no prelo):

> No limite, um mapeamento simbólico é um projeto fracassado se se pretende que ele seja completo a ponto de determinar, de forma coordenada, completa, consistente e inequívoca, a realidade que pretende representar. Todo mapa é presença e ausência, é registro de relevos que o cartógrafo decide ora registrar ora desconsiderar. Todo mapa que permite a busca e o encontro também permite que, nele e a partir dele, o leitor se perca: já dizia Clarice Lispector que um bicho conhece sua floresta e perder-se também é caminho.

Quando o material está em mãos, o pesquisador segue esse mapa do tesouro para encontrar o que tanto queria: a história que quer contar. Mas não apenas esse momento constituiu o ser-pesquisador, e sim, todo o movimento que realizou, toda a busca.

Quando o historiador vê seu trabalho estabelecido, se sente como um pirata ao jogar as suas moedas de ouro para o alto, contemplando o seu momento de abundância. Contudo, da mesma forma que o pirata não recebe todo o seu tesouro, pois divide o seu prêmio com toda a sua tripulação, o historiador não vê a sua versão como a definitiva, pois existem várias delas e o que fez foi seguir um emaranhado de evidências para que pudesse compor uma.

O "bom pesquisador", assim como o pirata, sabe que existem muitos outros tesouros a serem encontrados, espalhados por várias regiões. Sua busca não termina, assim como a do GHOEM, que também tem seus mapas traçados, na busca do tesouro da (história da) formação e atuação dos professores de Matemática nas distintas regiões brasileiras[1]. Vários tesouros já foram encontrados, várias histórias já foram contadas e muitas outras estão por vir, pois a quantidade de tesouros históricos espalhados pelo país é gigantesca e cada um vem com uma joia diferenciada, com um artefato diferente. "São infinitos baús espalhados pelo país".

Como todo mapa do tesouro está baseado num certo local onde as riquezas estão escondidas em um baú ou submersas em águas que carregam os resquícios do passado, conheceremos essa paisagem para que a nossa busca não seja tão tortuosa e possamos nos precaver sobre alguns perigos existentes.

2.2 O Oeste do Paraná no mapa do tesouro

Quando falamos de Itaipulândia, muitas pessoas desconhecem a existência desse município, torna-se, portanto, necessário fazer uma caracterização geográfica, descrevendo a sua localização, a região a que pertence e qual é o maior centro de referência próximo.

[1] Uma brevíssima apresentação dos trabalhos que compõe esse mapa está apresentada no capítulo anterior.

Itaipulândia está localizada na região Oeste do Paraná, na fronteira com o Paraguai, próxima à cidade de Foz do Iguaçu, famosa pelas suas belezas naturais[2].

A região Oeste do Paraná, a qual Itaipulândia pertence, é constituída por "[...] uma série de representações que possuem historicidade" (ARRUDA, 2000, p.24). Ela toma outros significados para cada pessoa que a vê, que passa por ela, que a estuda. Assim, faremos nossos apontamentos sobre a formação dessa região, tomando por base os nossos estudos sobre ela, o que nos falam os entrevistados desta pesquisa e a vivência do pesquisador no lugar. Dessa forma, não tomaremos como ponto de partida a história de como Itaipulândia foi colonizada e sim da maneira como a região Oeste do Paraná passou por esse processo.

No final do século XIX, a região passou pelas primeiras intenções mais fortes de ser colonizada[3]. Nesse período, o grande atrativo da região era o rio Paraná, que limitava as terras do Paraná (e do Brasil) com o Paraguai e com a Argentina, passando por Guaíra (cidade na fronteira do Paraná com o Mato Grosso do Sul) e seguindo o seu curso até o que hoje conhecemos como a cidade Foz do Iguaçu. Era um rio de correnteza forte e navegável, sendo muito usado pelos nossos vizinhos paraguaios e argentinos para o escoamento de bens extraídos de terras brasileiras até portos localizados na Argentina[4] (FREITAG, 2001; SCARPATO; BÖHM, 2006), atividade que predominou até o início do século XX. Essa exploração era feita em propriedades chamadas de *obrages*, em que predominava a extração de madeira e erva-mate[5] (FREITAG, 2001; SCARPATO; BÖHM, 2006).

Em virtude dessa ocupação estrangeira, a partir de 1889, ocorreu a primeira tentativa mais forte de colonizar a região Oeste do Paraná e "abrasileirá-la", com a formação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu[6]. Porém, não foi o que aconteceu. Mesmo com o surgimento de empresas colonizadoras brasileiras na região, os estrangeiros continuavam ocupando as

[2] Na introdução deste trabalho encontra-se um mapa do Paraná com a localização de Itaipulândia.

[3] Antes da época por nós estipulada como ponto de partida, sabemos que a região também era ocupada por outros habitantes (SCARPATO; BÖHM, 2006). Primeiramente, houve a presença indígena e depois passou a ser, por muitos anos, uma terra de passagem de colonizadores "brancos", em virtude do seu afastamento de grandes centros.

[4] Por ter poucos brasileiros residindo nessa região do rio Paraná, somente os estrangeiros que moravam no local e que eram em maior número é que o exploravam.

[5] Para realizar essa exploração e o escoamento dos bens extraídos, eram construídos portos nas margens brasileiras do rio Paraná, local de onde saia a produção, e nas margens argentinas de onde seguia até o porto de Buenos Aires, passando por outros rios da Bacia do Rio da Prata. Um dos portos construídos no lado brasileiro conforme Scarpato e Böhm (2006) é o de Sol de Maio, localidade que pertence ao território de Itaipulândia, porém o porto não existe mais.

[6] A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi fundada para estabelecer uma ligação entre a margem esquerda do rio Paraná e o litoral paranaense, além de protegê-la contra o perigo estrangeiro, desenvolvê-la criando um núcleo de povoação e construindo estradas entre outras regiões paranaenses (FREITAG, 2001).

terras e ficavam cada vez mais poderosos[7], enquanto os brasileiros que chegavam à região não tinham apoio financeiro para conseguir se firmar, conforme afirmam Gregory (2000) e Freitag (2001).

Dessa maneira, mesmo com a criação do município de Foz do Iguaçu[8] (1914), com a "propaganda" feita por militares, jornalistas e até mesmo Santos Dumont – que visitou as Cataratas do Iguaçu – e com a construção da estrada que ligava o rio Paraná a Curitiba, a situação não melhorou, não gerando desenvolvimento para a região, pois a distância e o isolamento em relação aos outros centros urbanos era muito grande. Permanecia, portanto, a presença dos estrangeiros, apontado pelo censo de 1920, que revelou existir "[...] um total de 2.282 brasileiros e 4.148 estrangeiros. Dessa população, 1.396 habitantes eram argentinos, 2.572 eram paraguaios, 36 uruguaios, dois norte-americanos e três de nacionalidade indeterminada (FREITAG, 2001, p.61)".

Esses números tornaram-se uma preocupação para Getúlio Vargas em 1930. Porém, a discussão não foi apenas relativa a essa região, mas sim nacional, envolvendo outros locais de fronteira do Brasil. Durante o período em que governou, Vargas restringiu a presença de estrangeiros no país por meio de algumas leis, como a "Lei dos 2/3", que estabelecia que as empresas nacionais devessem compor seu quadro de funcionários com maioria brasileira[9], e a "Lei das Fronteiras", que previa que em uma faixa de 150 quilômetros em relação aos limites do país somente pessoas brasileiras poderiam ocupar a área[10]. Essa política de proteção nacionalista era uma das características do governo de Getúlio Vargas e que, segundo Freitag (2001, p.29) era "[...] centralizadora e autoritária". Essas leis visavam à formação de um Estado nacionalista, no qual todas as regiões seriam ocupadas por brasileiros e haveria a produção de riquezas que possibilitariam o crescimento econômico do país.

Com isso, iniciou-se um movimento conhecido como *Marcha para o Oeste*[11], que não visava apenas à proteção do povo brasileiro que vivia nas fronteiras, mas, principalmente, a

---

[7] Segundo Gregory (2000), um dos motivos para que os estrangeiros ficassem mais poderosos foi a criação da Lei das Terras em 1892, que determinava que os estados membros da federação se tornassem donos das terras devolutas e que poderiam concedê-las para empresas colonizadoras. Assim sendo, muitas terras que já eram ocupadas pelas *obrages* – e eram devolutas – foram negociadas com os estrangeiros e, com isso, enfraqueceu os brasileiros que chegaram para ocupar a região.

[8] Vale ressaltar que não só Itaipulândia, mas praticamente toda a região Oeste do Paraná pertencia aos limites de Foz do Iguaçu quando ela se tornou município em 1914.

[9] Aprovada pelo Decreto de Lei 19.482 em 1931.

[10] Artigo 165 da Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937.

[11] Quando falamos sobre a Marcha para Oeste não estamos pensando apenas no Oeste do Paraná e sim do Brasil. Freitag (2001, p. 40-41) explica o significado desse slogan: "[...] *Marcha para Oeste*, foi elaborado no final do ano de 1937 e teve seus objetivos insistentemente retrabalhados nos anos seguintes. Através das mais variadas técnicas de propaganda, construiu a imagem da população marchando em direção da grande obra de construção

ocupação de regiões desabitadas – dando prioridade ao oeste brasileiro e a outras regiões de sertão – para a formação de núcleos populacionais, bem como a exploração de propriedades isoladas por meio do aproveitamento da terra (FREITAG, 2007). Como resultado dessa conquista dos sertões brasileiros, se esperava uma melhor relação entre a economia e a cultura de várias regiões, possibilitando uma integração nacional. Essa seria uma saída para que o progresso chegasse a todo país.

Essa política de desenvolvimento de regiões casou com boa parte dos interesses do governo paranaense, que não via com bons olhos a situação de abandono que o Oeste do estado enfrentava (FREITAG, 2007). Dessa forma, contando com os interesses políticos do Paraná, iniciou-se uma tentativa de colonizar a região que era dominada pela presença estrangeira. Zaar (2001)[12] aponta que

> a colonização do extremo oeste do Estado do Paraná ocorreu [...] com dois objetivos centrais: 1) nacionalizar a área que durante o século XIX, e início do século XX esteve ocupada por empresas denominadas '*obrages*'; 2) priorizar a expansão das 'fronteiras econômicas', em especial as 'fronteiras agrícolas', do Estado Brasileiro, centrando esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

Graças às políticas do governo de Getúlio Vargas na década de 1930, os *obrages* começaram a ser desativados e o Governo Federal iniciou um processo de divisão das terras da região em grandes lotes que foram vendidos para companhias colonizadoras, que passariam a ser responsáveis pelo afastamento da mão de obra estrangeira existente[13], dariam a possibilidade de colonização do local, ajudariam a ampliar a fronteira agrícola, e dinamizariam

> [...] áreas marcadas pelo vazio demográfico a partir de uma colonização dirigida em contraste, ou melhor, em oposição àquelas marcadas pela ocupação espontânea. Nesse sentido, sobressaem-se projetos de povoamento anteriormente planejados – posto que racionais e subvencionados – e, na mesma medida, dirigidos a um fim comum (SCHNEIDER, 2001, p. 101).

Essa política de desenvolvimento e de inserção de empresas colonizadoras possibilitou que a região Oeste do Paraná tivesse um processo de colonização mais intenso a partir da

---

da unidade nacional. Através da ideologia nela contida, o movimento migratório seria responsável pelo resgate da tradição histórica do país, integrando o homem à terra".

[12] Documento não paginado.

[13] A política de afastamento dos estrangeiros era uma característica dos governos nacional e estadual, pois conforme Freitag (2007, p.94) "As colonizadoras, por sua vez, em nada contestaram a presença estrangeira em seus projetos de colonização. Ao contrário, alemães, em especial, obtiveram um lugar de destaque junto ao empreendimento colonial". Além disso, muitos paraguaios eram contratados para fazer o trabalho de abrir as estradas na região em meio à densa mata (GREGORY, 2002).

década de 1940, pois os *obrages* começaram a ser desativados e chegaram os primeiros imigrantes. Porém, Itaipulândia, por estar em uma posição geográfica mais afastada, teve sua colonização realizada a partir da década de 1960, com algumas características que foram comuns para toda a região.

O movimento de colonização iniciou-se de uma maneira dirigida a partir da escolha de companhias colonizadoras de origem gaúcha. Essas companhias faziam propaganda de suas terras de forma acentuada entre os gaúchos e catarinenses, pois a maioria deles era descendente de alemães e italianos, povos caracterizados como colonizadores perfeitos, tanto pelas empresas colonizadoras, como também pelos governos do Estado e do Brasil (SCHENATO, 2010; FREITAG, 2007).

Os novos moradores que se instalavam na região, segundo Gregory (2002), vinham com o objetivo de prosperar e ter crescimento no aspecto econômico, visto que havia a necessidade de pagar pelas terras compradas. Com isso, o plantio de alimentos era uma das melhores alternativas, uma vez que a produção era para subsistência e o excedente era comercializado.

Essa ideia da colonização – de uma ocupação para a produção – é muito próxima a que Alfredo Bosi mobiliza. Segundo o autor, o verbo latino *colo* significa "[...] *eu moro, eu ocupo a terra,* e, por extensão, *eu trabalho, eu cultivo o campo*" (BOSI, 2010, p.11, itálico do autor). Essa era a expectativa dos governos Estadual e Federal para a região, visando o seu crescimento e desenvolvimento.

O mesmo verbo *colo* também é o que dá origem à palavra *culturus*, que tem o mesmo significado até hoje com o substantivo cultura da língua portuguesa: "[...] é o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social" (BOSI, 2010, p.16). Essa questão da cultura é também um dos elementos importantes para a colonização da região Oeste do Paraná feita pelas empresas colonizadoras, e seus resquícios podem ser percebidos em Itaipulândia: optar por famílias de origem alemã e italiana, oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pois elas já carregavam o espírito colonizador; prezar por famílias de fé cristã, sendo pessoas com "[...] sentimento de comunidade, ética de trabalho" (FREITAG, 2007, p.103), uma vez que eles seriam capazes de se organizarem; trazer pessoas de seus antigos locais de origem, pois assim ficam vivos os laços comunitários, o que facilitaria a nova vida em novas terras (GREGORY, 2002).

A partir desses atributos para a escolha da "cultura perfeita" a ser implantada no Oeste paranaense, foram famílias da região do Alto Uruguai, que abrange tanto o Oeste de Santa

Catarina como o Noroeste do Rio Grande do Sul, que vieram povoar a região. O local de origem dessas pessoas já havia sido colonizado por alemães e italianos, ou seja, um povo que já possuía a característica de colonizar novas regiões e que trazia os valores e as experiências para o cultivo da terra (GREGORY, 2002). Essas famílias vieram para o oeste paranaense não apenas por serem as escolhidas, mas como uma forma de recomeço para elas e de um futuro melhor para as próximas gerações, pois no Rio Grande do Sul e em determinadas partes de Santa Catarina, as pequenas propriedades que usavam mão de obra familiar estavam sendo substituídas por latifúndios agropecuários. Foi-se perdendo o estilo de propriedade em que os filhos recebiam como herança de seus pais lotes de terra, pois as novas gerações não tinham mais espaço para ocupar.

Essa prática havia se iniciado em meados do século XIX e várias gerações foram beneficiadas por ela, porém , a qualidade das terras já não era tão boa para o cultivo. Assim, existia um grande contingente populacional que não tinha condições de se instalar, sendo necessário procurar outro lugar. Dessa forma, a partir dos anos 1940, o Paraná se tornou um grande receptor de famílias gaúchas e catarinenses, algo que se intensificou a partir de 1956, segundo Gregory (2002).

A colonização da região Oeste do Paraná se intensificou também, à época, devido à implantação de muitas empresas colonizadoras que atingiam, principalmente, os municípios de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Palotina, Céu Azul, Matelândia, Medianeira e Santa Helena[14]. Essas empresas foram as que ditaram o ritmo de ocupação da região e também de áreas que não eram atingidas por elas. As empresas tinham o intuito de atrair famílias por meio de discursos sobre a construção de estradas, hospitais, escolas, que deveria existir água para todas as propriedades e de que os lotes precisariam ter, no máximo, 20 hectares, evitando assim a formação de latifúndios (FREITAG, 2007; ZAAR, 2001). Porém, vários serviços públicos eram precários, como os relativos à saúde e à educação, já que existiam poucos

[14] Foram várias empresas colonizadoras que se instalaram na região abrangendo diferentes municípios, entre elas a *Industrial Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá* – instalada em 1946, responsável pelos municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon; a *Companhia Pinhos e Terras Ltda* criada em 1946 ocupando as áreas relativas à Palotina, Céu Azul (sede), Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu; a *Meyer, Annes & Cia*, fundada em 1912 e que originou três núcleos populacionais: nas margens do rio Paraná os de Santa Helena e Sol de Maio e outro nas margens do rio São Francisco; a *Companhia Alegretti*, criada em 1921 que adquiriu as áreas da *Meyer, Annes & Cia*; a *Companhia Paranaense de Colonização Espéria* Ltda, fundada em 1926 na região de Santa Helena; a *Imobiliária Agrícola Madalozzo* fundada na década de 1920, mas que atuou na região de Santa Helena a partir de 1952 com a compra das terras da *Companhia Alegretti* e da *Companhia Espéria*; e a *Colonizadora Itacorá*, que adquiriu lotes na região de Itacorá por volta de 1960.

hospitais ou escolas instaladas na região. Apenas com o passar dos anos e a organização das comunidades é que começaram a surgir esses estabelecimentos[15].

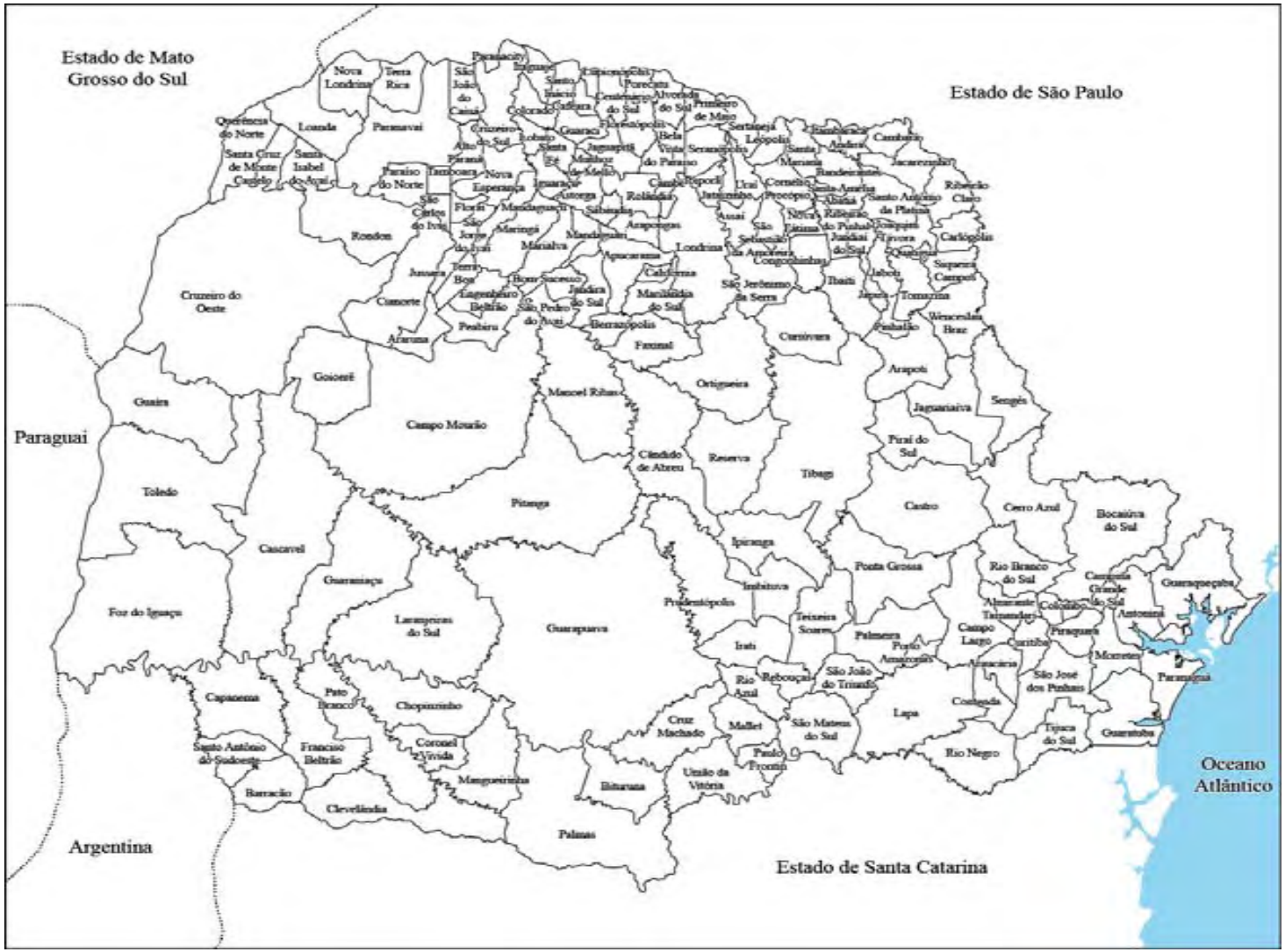
Na década de 1960, o Paraná estava assim dividido[16] (FIGURA 2[17]):

[15] Vale ressaltar que o modelo esperado de colonização ocorreu nas terras de empresas que estavam situadas nos municípios anteriormente citados, nos quais houve a construção de estradas e de escolas, assistência médica aos novos moradores, entre outros serviços; também houve outros auxílios, tais como o parcelamento da compra da propriedade até o empréstimo de instrumentos para a lavoura e proteção de todas as suas terras contra a invasão por moradores que não fossem sulistas. Um exemplo desse tipo de empresa foi a MARIPÁ, instalada em Marechal Cândido Rondon, responsável pela colonização dessa cidade e de Toledo.

[16] Em 1960, Itaipulândia ainda não era colonizada, assim como vários locais da região Oeste do Paraná. Suas terras faziam parte de Foz do Iguaçu, um dos cinco municípios que compunha a região.

[17] O mapa do Paraná contido na Figura 2 passou por um processo de vetorização, por meio da utilização do software Adobe Illustrator CS5 pela aluna da PPGEM e membro do GHOEM Ana Claudia Zaqueu.

FIGURA 2: Mapa da Divisão Política do Paraná em 1960.



Fonte: IPARDES. **Divisão Política do Paraná - 1960.**

2.3 Surgem Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó

Entendemos o "território" do que é hoje Itaipulândia, como definido por Vilson Schenato: "[...] é o lugar construído socialmente, ocorrendo produções e interações humanas, inclusive em um campo de forças em que se processam relações de poder e dominação ligadas às especificidades históricas do lugar" (SCHENATO, 2010, p. 3). Vemos o início da ocupação de Itaipulândia em um regime de forças, em que predominava a relação de poder existente entre o dono das terras e os novos moradores, assim como todas as relações de poder existentes entre os moradores, os estabelecimentos públicos e o Estado.

Enquanto boa parte do Oeste do Paraná estava sendo colonizada, Itaipulândia ainda estava coberta de matas e sem um núcleo populacional. O primeiro núcleo populacional a ser formado foi o de Itacorá. Esse povoado[1] foi fundado em 1960, sob a responsabilidade de uma empresa chamada Colonizadora Itacorá, de propriedade de Luiz Trentini Neto, com 1600 hectares[2] (Figura 3). Nessa época, o território de Itaipulândia pertencia ainda a Foz do Iguaçu, mas, no ano seguinte, passou a fazer parte dos limites de São Miguel do Iguaçu que se emancipou de Foz do Iguaçu, no dia 25 de janeiro de 1961.

FIGURA 3: Primeiras famílias a se instalarem na região.

Fonte: Arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

[1] Segundo o Dicionário UNESP do Português Contemporâneo, povoado significa o que é "ocupado por um povo; habitado" (BORBA, 2004, p. 1104).

[2] Segundo Scarpato e Böhm (2006), boa parte da propriedade foi adquirida de um argentino chamado Patrício Moleda que vivia na região desde 1913.

Itacorá localizava-se às margens do Rio Paraná, na antiga rodovia 317, conhecida como Caminho das Quedas, pois ligava as Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, aos Saltos das Sete Quedas, em Guaíra. Segundo Scarpato e Böhm (2006), antes da chegada de Trentini, a região já era ocupada por algumas famílias, mas não chegava a constituir um povoado, o que só foi possível quando houve a divisão das terras em lotes urbanos e rurais pelo proprietário. Os autores ainda ressaltam que boa parte dessas terras foi vendida para rio-grandenses da região do Alto Uruguai com a ajuda de um corretor de imóveis, seguindo o exemplo das grandes empresas colonizadoras instaladas na região.

Os primeiros moradores da região eram chamados *caboclos* e foram responsáveis pela abertura das primeiras estradas da região. Seu trabalho era caracterizado pela exploração da terra e criação de animais e o que ganhavam a partir do seu trabalho era investido no pagamento de sua propriedade (SCHENATO, 2010).

Além dos *caboclos* outro grupo foi atraído para Itacorá: os imigrantes descendentes de alemães e italianos, vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os chamados *colonos*[3], que caracterizavam um estilo de colonização "perfeita". Tanto os *colonos* como os *caboclos* faziam a exploração da terra de forma parecida, porém os primeiros tinham uma ambição de crescimento, pois sua produção era voltada não apenas para o pagamento da propriedade e subsistência, mas também para comercialização e geração de lucro.

Mesmo com o incentivo para a vinda de colonizadores sulistas, não havia condições mínimas de sobrevivência e de serviços para o local, garantidas pelo Estado. Todo o trabalho deveria ser feito pelas pessoas que ocupariam a região ou pelas empresas colonizadoras. Dessa forma, ao chegarem à região Oeste do Paraná, muitas famílias encontraram dificuldades para se instalar, pois não existiam os serviços básicos de saúde e educação, havia dificuldade em adquirir produtos necessários para sobrevivência em virtude da distância dos centros maiores[4], as estradas que ligavam os municípios da região eram de terra, o que piorava muito o trânsito nos dias de chuva, e também existia uma grande quantidade de matas que precisava ser derrubada para o desenvolvimento do local.

Dessa maneira, entendemos que a atitude do governo em atrair gaúchos e catarinenses não foi visando apenas ao povoamento do local, mas a criação de toda uma infraestrutura para a região Oeste do Paraná, pois, por serem povos acostumados a desbravamentos, tinham por

[3] As propriedades dos *colonos* são chamadas de *colônias*.
[4] Itacorá era distante 40 quilômetros de São Miguel do Iguaçu, sede do município, 60 quilômetros de Foz do Iguaçu e 169 quilômetros de Guaíra. A distância até Curitiba, capital do Estado, era de 618 quilômetros.

característica construir escolas, abrir estradas, criar um sistema de comércio interno para não faltarem os produtos necessários à sobrevivência.

Essa não era uma característica muito bem vista nas pessoas que vieram de outras regiões do país para ocupação, como, por exemplo, os *nortistas*, que ajudaram a colonizar boa parte de Itacorá. Eles eram assim chamados por virem de estados da região Nordeste e Sudeste do Brasil ou do Norte do Paraná – que foi colonizado basicamente por pessoas vindas dos estados ao norte do Paraná. O trabalho braçal era uma de suas principais características, pois já estavam habituados ao trabalho em lavouras de café ou plantações de algodão e hortelã. Porém, eram vistos com muito preconceito tanto pela população oriunda do Sul do Brasil e de origem europeia, como também pelas autoridades oficiais que os culpavam por problemas sanitários ou epidêmicos (SCHENATO, 2010).

A distribuição de terras seguia uma determinada ordem de preferência, segundo Schenato (2010), o que influenciou a ocupação das terras de Itaipulândia. Primeiro havia a prioridade para os *colonos* de origem do Sul do Brasil; em segundo lugar vinham os *caboclos*, pois eles já ocupavam terras da região; por último vinham os *nortistas* que não eram bem vistos pelas autoridades e nem pelos vendedores de terra. Assim, o autor defende que

> O ‘outro’, que diferia do *colono* ‘ideal’ era visto como empecilho para a colonização, sendo preciso ‘limpar o terreno’ para a vinda dos que eram denominados como ‘superiores’, ‘mais trabalhadores’, ‘mais produtivos’, ou que carregavam uma ética e disciplina de trabalho com sonhos de melhorarem as condições de vida. Esse discurso era proferido tanto pelas colonizadoras como pelos governos do Estado do Paraná (Lupion, Ney Braga, Munhoz da Rocha), para incentivar a vinda e legitimar a presença daqueles *colonos* migrantes que já tendo interiorizado nas colônias ‘velhas’, a imagem de propulsor do ‘moderno’, do ‘progresso’, reforçava-a no novo contexto que lhes garantiria o acesso a terra e a respectiva permanência naquele espaço enquanto assim fossem considerados (SCHENATO, 2010, p. 7, itálicos do autor).

Mesmo não sendo como as autoridades esperavam, houve em Itaipulândia uma mescla dessas três formas de colonizadores, talvez em virtude do seu desenvolvimento tardio em relação a outros locais, fazendo com que o desenvolvimento do lugar fosse feito em conjunto por essas pessoas. Para se juntar a eles ainda haviam os *posseiros*.

Os *posseiros* vinham de outras regiões e tomavam terras por meio de posse, mesmo sem ter a escritura. Na maioria dos casos, eles se instalavam em grandes propriedades e se apropriavam de alguma parte dessas terras, realizando atividades agrícolas e de criação de

animais. Eles permaneceram por vários anos na região Oeste do Paraná sem ter as suas terras tomadas, pois essa era uma prática muito comum[5].

Todo esse contingente populacional era atraído graças às boas características da terra, o que resultou em um rápido desenvolvimento de Itacorá. Além disso, outro fator que ajudou o seu desenvolvimento acelerado, em comparação com outras localidades[6] que hoje fazem parte de Itaipulândia, foi a existência da rodovia que ligava Foz do Iguaçu a Guaíra, localizada muito próximo ao centro de Itacorá, o que facilitava a comunicação com essas duas cidades polos do oeste paranaense. Dessa forma, em 24 de Maio de 1966, Itacorá foi elevada à categoria de distrito[7] (Figura 4). Scarpato e Böhm (2006, p. 46) destacam as principais características de Itacorá:

> O distrito de Itacorá tinha na agricultura sua principal base econômica. O comércio era forte e diversificado atendendo perfeitamente às necessidades dos seus habitantes. Além do comércio, a população do distrito contava com serviços na área de saúde, com farmácia e hospital[8]; educação, com escolas públicas e particular, postos de combustíveis, rede de energia elétrica, agência bancária, destacamento da polícia militar, correio, cartório, escritório de contabilidade, hotéis, cinema, serviços de transporte coletivo ligando o distrito à sede do município e às cidades entre Foz do Iguaçu e Guaíra.

[5] Para regulamentar as suas terras, muitos recorriam ao escritório contábil de Derseu de Paula, aberto em 1970, conforme afirmado por ele em sua entrevista.
[6] "Cidade pequena; povoação; vila" (BORBA, 2004, p. 852).
[7] "Cada uma das partes em que se divide o território administrativo do município" (BORBA, 2004, p. 449). Dessa maneira, Itacorá passou a responder por uma região que abrangia várias localidades, inclusive São José do Itavó, da qual falaremos na sequência, funcionando como uma sede administrativa, com a instalação de uma subprefeitura.
[8] Curiosa é a origem dos donos da Clínica Ventura de Itacorá: eles eram nordestinos, contrariando o que se pensava de pessoas vindo do Nordeste.

FIGURA 4: Avenida principal de Itacorá durante a década de 1970.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

Outra forma de renda para os moradores de Itacorá eram as madeireiras que existiam em grande número, uma vez que na região havia muitas matas e era necessário o desmatamento para a construção dos núcleos populacionais, bem como para a criação das lavouras. Assim, essa prática extrativista durou por vários anos, enquanto as famílias se instalavam na região.

Paralelamente ao desenvolvimento de Itacorá, também surgiu uma localidade pertencente a São Miguel do Iguaçu: Aparecidinha do Oeste. Sua colonização foi iniciada a partir de 1961, em um local distante 35 quilômetros da sede do município de São Miguel do Iguaçu, quando Francisco Dornelles Taborda adquiriu 800 alqueires de terra por meio de posse em um local que atualmente abrange a sede do município de Itaipulândia e as localidades de Caramuru e Santa Inês. Segundo Scarpato e Böhm (2006), Francisco loteou as suas terras e passou a vender para gaúchos e catarinenses que viviam na região sudoeste do Paraná, mesmo não possuindo os documentos das terras, mas com o consentimento dessas pessoas[9].

[9] Um fato que atentamos é sobre o tamanho pequeno da localidade que até mesmo afetou a escolha do seu nome. A princípio, a comunidade era para se chamar Aparecida do Oeste, pois os habitantes haviam escolhido Nossa Senhora Aparecida como a padroeira do local. Porém, de tão pequena que era a localidade, os próprios moradores começaram a chamar de Aparecidinha do Oeste, sendo o nome escolhido.

Podemos dizer que a situação de Aparecidinha do Oeste nos seus primeiros anos era parecida com a de Itacorá, pois as complicações eram semelhantes (não existiam os serviços básicos, muitas matas e estradas ruins). No entanto, seu desenvolvimento era retardado devido ao difícil acesso aos outros centros da região, pois era bem mais afastada. A economia era voltada para a agricultura e não havia outras opções nos seus primeiros anos.

O procedimento de posse, grilagem ou anexação de terra era muito comum tanto nos arredores de Itacorá como de Aparecidinha do Oeste, pois poucas delas eram obtidas por meio de compra ou concessão do Estado (SCARPATO; BÖHM, 2006). Assim que os donos as adquiriam havia a divisão em lotes e a venda, fazendo com que o Estado, verdadeiro dono da terra em muitos casos, não as tomasse de volta, diminuindo o risco de despejo. Dessa maneira, surgiu outra comunidade: São José do Itavó. A intervenção nessas terras foi feita por Varisto Bombardeli e a situação foi muito semelhante a das outras duas comunidades citadas anteriormente. Porém, o desenvolvimento de São José do Itavó foi mais rápido do que o de Aparecidinha do Oeste, em virtude de ser mais próxima de Itacorá que se tornava um centro importante.

A colonização de São José do Itavó foi marcada pela grande presença de *nortistas,* de *caboclos* e de *posseiros*, enquanto existiam poucos *colonos* sulistas. Esse fato se deve a grande quantidade de plantações de algodão e também de hortelã[10] nesse local, o que fez com que houvesse um rápido aumento populacional. Para esses tipos de lavouras, o trabalho braçal é mais intenso e é necessária uma quantidade maior de funcionários, porém sendo muito mal pagos.

Além dessas localidades citadas, outras foram se formando no que hoje abrange o município de Itaipulândia[11] (Figura 5). Em todas elas, a característica principal era a dificuldade enfrentada pelos moradores nos primeiros anos e a existência de pequenas propriedades voltadas tanto para a subsistência como para o comércio. Na economia, destacava-se a grande quantidade de madeireiras existentes, em virtude da imensa área ocupada por matas e que precisavam ser derrubadas para o estabelecimento do novo morador. Boa parte dessa madeira retirada era usada para construir os galpões e casas dos novos

[10] Da hortelã é produzido um óleo que era vendido para vários compradores da região de Foz do Iguaçu, conforme Scarpato e Böhm (2006).

[11] Destacamos Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó por serem as comunidades que mais se desenvolveram e tiveram uma participação maior na vida escolar da região do município de Itaipulândia, mas outras comunidades foram formadas e existem até os dias atuais: Lageado do Cedro, Buriti, Caramuru, Guaraci, Jacutinga, Santa Inês, Esquina Gaúcha, Botafogo, Cristo Rei, Lindamar, Luzitânia e Sol de Maio.

moradores, os quais viveram muitos anos "românticos[12]" nessa região, convivendo com casas feitas de madeira verde, estradas de chão batido por todo lado e poucos estabelecimentos comerciais.

FIGURA 5: Mapa de São Miguel do Iguaçu na década de 1970.

Fonte: adaptado dos arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia[13].

[12] Esse termo que usamos é apropriado da entrevista de Derseu de Paula ao descrever os seus primeiros anos em Itacorá.

Com o passar dos anos, a agricultura tornou-se a principal responsável pela explosão demográfica das localidades e distritos, conforme afirmam Scarpato e Böhm (2006), em virtude da alta qualidade das terras para o plantio. Aos poucos, essas localidades e o distrito se desenvolveram e obtiveram uma pequena estrutura necessária para a sobrevivência: os armazéns, como o Armazém dos Feldmann, citado por Guido Miranda; instala-se a Clínica Ventura para o cuidado dos doentes em Itacorá; criam-se hotéis em São José do Itavó e Itacorá para acolher os viajantes; Derseu de Paula abriu o primeiro escritório contábil de Itacorá; foi instalado um batalhão do exército em Itacorá para proteger a fronteira, pois segundo Derseu de Paula, havia contrabando de produtos brasileiros para o Paraguai por meio do rio Paraná[14]; a energia elétrica foi distribuída para as residências e os estabelecimentos comerciais; as escolas foram construídas pelos moradores e mantidas graças a eles; algumas estradas foram melhoradas e novas foram construídas; e também havia uma rodoviária que recebia um elevado número de ônibus e viajantes, diariamente.

Superadas as dificuldades iniciais, as comunidades passaram a se desenvolver em um ritmo bom, pois havia uma infraestrutura básica. No entanto, na década de 1970, a paisagem da região Oeste do Paraná começou a ser drasticamente alterada.

2.4 Surgem a Itaipu e a quase ilha de Itaipulândia

Durante toda a década de 1960, Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó se consolidaram como centros com os serviços básicos, com uma pequena infraestrutura para atender suas populações, e tiveram no desenvolvimento da agricultura a maior fonte de renda para os seus habitantes. Assim, a década de 1970 parecia oferecer rumos prósperos para essas localidades.

Muito distante da região Oeste do Paraná começava a ser tomada uma decisão que afetaria diretamente o futuro de Itaipulândia (que nem existia ainda) e do oeste paranaense: uma parceria entre Brasil e Paraguai para o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma ou várias usinas hidrelétricas na região que delimitava a fronteira entre os dois países, ou seja, entre Guaíra e Foz do Iguaçu.

---

[13] Para a confecção desse mapa foi utilizado um mapa escaneado do Paraná e o s*oftware online pixrl* disponível em www.pixrl.com.

[14] Atualmente, o contrabando de produtos continua acontecendo no território de Itaipulândia e na região Oeste do Paraná em geral por meio do Lago de Itaipu. Porém, o comércio ilegal é feito de "produtos paraguaios" para o lado brasileiro da fronteira.

Os primeiros estudos para o aproveitamento do rio Paraná foram realizados durante o período em que Juscelino Kubitschek esteve na presidência da República (1956-1961), porém foram apresentados em 1961 e 1962, quando João Goulart era o presidente (1961-1964). Este último começou as negociações com o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, porém elas foram concretizadas apenas no governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), já no período da Ditadura Militar. Assim, no dia 22 de junho de 1966, os ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai assinaram a "Ata das Cataratas", para realizar o estudo e o levantamento das possibilidades econômicas de se construir uma hidrelétrica no Salto das Sete Quedas, em Guaíra (GERMANI, 2003).

Entre 1967 e 1972 as empresas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS) e Administración Nacional de Eletricidad (ANDE), desenvolveram pesquisas no leito do rio Paraná que originaram duas propostas: a construção de uma ou duas hidrelétricas. No dia 26 de abril de 1973, o presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai, e Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, assinaram o "Tratado de Itaipu" que firmava o pacto de construção de uma usina hidrelétrica binacional no leito do rio Paraná. Em 17 de maio de 1974, foi constituída oficialmente a empresa Itaipu Binacional para a construção de uma usina hidrelétrica em Foz do Iguaçu, 20 quilômetros distantes da foz do Rio Iguaçu e a 190 quilômetros abaixo das Sete Quedas de Guaíra, tomando como local de referência uma ilha chamada de Itaipu:

> Diz a lenda que um velho cacique indígena, ao escutar o murmúrio do Rio Paraná na pequena ilha situada exatamente à porta da atual barragem, deu-lhe o nome Itaipu, que, em sua língua, quer dizer "pedra que canta". Nos anos 1970, a ilha ficou silenciada para sempre. Seu nome foi dado a mais onerosa e extraordinária obra da engenharia já construída, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, uma monumental massa de concreto que represa um dos sete maiores rios do planeta (RIBEIRO, 2002, p. 21-22).

Em 1974, foi instalado o canteiro de obras e em 1975 iniciou-se a construção da Usina. Ao longo de sete anos, a paisagem da região Oeste do Paraná mudou completamente.

O primeiro lugar a ser afetado pela construção da Hidrelétrica foi Foz do Iguaçu. Em 1970 havia, aproximadamente, 35 mil habitantes, e em virtude da grande quantidade de empregados necessária para a construção da Usina, em 1980, sua população era de mais de 135 mil habitantes. No restante da área atingida o impacto seria diferente.

Em virtude da formação de um reservatório para o funcionamento da Hidrelétrica – o Lago de Itaipu – uma grande quantidade de terras ficaria submersa. Segundo os estudos, entre

os locais que seriam cobertos pela água estava Itacorá. No Quadro 1, listamos todos os municípios existentes à época e as terras atingidas[15]:

Quadro 1: Área total dos municípios atingidos, área comprometida e área de lavouras comprometida, em quilômetros quadrados.

Municípios	Área Total	Área Comprometida	Porcentagem	Área de lavouras comprometida
Guaíra	536,66	55,30	10,3	28,17
Terra Roxa	829,25	1,83	0,2	0,79
Marechal Cândido Rondon	1410,10	250,75	17,8	148,24
Santa Helena	819,16	259,92	31,7	174,36
Matelândia	1086,97	4,92	0,5	0,82
Medianeira	1227,72	42,37	3,5	23,20
São Miguel do Iguaçu[16]	1221,88	262,53	21,5	152,45
Foz do Iguaçu	880,46	235,70	26,8	86,26
Total	**8012,20**	**1113,32**	**13,9**	**61.429**

Fonte: Adaptado de CEAG-PR, 1983, p. 92.

Apesar de existir um levantamento feito pela Itaipu da área atingida pelo reservatório, boa parte da população ainda não acreditava que isso ocorreria (Figura 6):

> Quando começaram a surgir os primeiros boatos sobre a construção da usina, muitos moradores da região não acreditavam que uma barragem no Rio Paraná 60 km abaixo, elevasse tanto o nível das águas a ponto de atingir a vila de Itacorá. Isso porque o Rio Paraná possuía um canal com barrancas muito altas (SCARPATO, BÖHM, 2006, p. 106).

[15] Vale ressaltar que não encontramos informações sobre a área atingida em cada uma das localidades e distritos que compunham São Miguel do Iguaçu à época. Porém, sabemos que boa parte das terras afetadas faz parte do território atual do município de Itaipulândia, que se desmembrou de São Miguel do Iguaçu. Assim, Itacorá pertencia à área atingida e foi totalmente inundada, assim como partes de São José do Itavó e de Aparecidinha do Oeste.

[16] Dos 1221,88 km² de São Miguel do Iguaçu, 327,73 km² são de Itaipulândia. Além disso, a área comprometida equivale a 179,73 km², ou seja, Itaipulândia ficou com mais de 68% da área total comprometida de São Miguel do Iguaçu.

FIGURA 6: Antigo leito do rio Paraná.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

Não apenas as terras seriam atingidas pela inundação, mas também a vida das pessoas que residiam nesses locais. Ao todo, 42.444 habitantes foram atingidos pela formação do Lago de Itaipu e precisaram procurar outro lugar para viver, segundo estudo desenvolvido pelo Convênio SUDESUL/UFPR (Quadro 2):

Quadro 2: População total dos municípios em 1970, 1975 e 1980, população atingida e número de propriedades.

Municípios	População em 1970	População em 1975	População em 1980	População Atingida[17]	Número de Propriedades
Guaíra	32.950	47.482	40.869	3.659	400
Terra Roxa	37.452	55.628	25.216	146	7
Marechal Cândido Rondon	44.037	63.458	56.229	10.600	1.257
Santa Helena	26.947	38.831	34.952	12.181	1.666
Matelândia	24.617	35.473	33.212	70	30
Medianeira	31.378	45.216	49.255	1.540	428
São Miguel do Iguaçu	25.285	36.436	34.189	8.639[18]	1.778
Foz do Iguaçu	34.377	49.538	136.479	5.609	697
Total	**257.043**	**371.702**	**410.401**	**42.444**	**6.263**

Fonte: Adaptado de Germani (2003, p. 227) e de CEAG-PR (1983, p. 12).

[17] Conforme o levantamento de 1975.

[18] A maioria dessa população era de habitantes de Itacorá. Outras fontes apontam que a população atingida, apenas em Itacorá, passou dos 10 mil habitantes.

Podemos notar com base no Quadro 2, que o crescimento populacional que ocorria em vários municípios, desde a colonização, foi estancado em virtude da obra. Conforme Mazzarollo (2003), várias localidades e distritos inteiros foram inundados, como foi o caso de Itacorá em São Miguel do Iguaçu, e de Alvorada do Iguaçu em Foz do Iguaçu. Além disso, outros centros urbanos ficaram ilhados parcialmente ou totalmente, como o caso de Porto Mendes em Marechal Cândido Rondon, das cidades de Santa Helena e Guaíra e de algumas partes dos municípios de Foz do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu.

Guaíra foi o município mais afetado pela formação do Lago de Itaipu, pois além de ter uma parte de sua área urbana inundada, perdendo boa quantidade de sua estrutura física, teve um porto de transporte fluvial submerso, assim como um ponto turístico internacional: as Sete Quedas (Figura 7).

FIGURA 7: As Sete Quedas em Guaíra pouco antes do desaparecimento.

Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

> As perdas de território devem ser vistas no que significam em termos de produção interrompida e evasão populacional e seus reflexos no decréscimo da receita e diminuição da capacidade de investimento dos municípios afetados, além das perdas de infraestrutura e equipamentos, como estradas, escolas, hospitais, templos, sedes de órgãos públicos, redes e instalações elétricas, estabelecimentos comerciais, industriais e agropecuários, residências, clubes sociais e de serviço, investimentos

> feitos na terra para torná-la produtiva etc., e, ainda, o comprometimento da articulação entre os municípios (MAZZAROLLO, 2003, p. 32).

Segundo Mazzarollo (2003), o maior desfalque para a economia da região Oeste do Paraná ocorreu no setor agrícola, pois os municípios atingidos tiveram uma perda de 15,17% da quantidade de sua produção, sendo que Foz do Iguaçu foi o mais prejudicado com uma perda de 33%, enquanto São Miguel do Iguaçu teve sua área cultivada reduzida em 25%, Medianeira em 4,6%, Guaíra em 10,7% e Marechal Cândido Rondon em 17,8%.

> No sentido viário, os oito municípios perderam mais de 900 quilômetros de estradas, ou 23,8% do total, seja pela inundação ou inutilização por perda de sentido em trechos remanescentes, custo ao qual deve ser acrescentado o da abertura de novas estradas, construção de pontes e aumento de percurso no remanejamento viário determinado pela nova configuração topográfica e geográfica imposta pelo Lago de Itaipu. Tais custos foram assumidos pela Itaipu apenas em parte, diga-se (MAZZAROLLO, 2003, p. 32).

Em São Miguel do Iguaçu, mais especificamente no que atualmente é município de Itaipulândia, muita coisa foi afetada pela formação do Lago de Itaipu, principalmente no distrito de Itacorá.

Durante toda a década de 1970, Itacorá funcionava como uma referência para as demais localidades dessa região de São Miguel do Iguaçu, pois tinha mais de 10 mil moradores que concentravam suas atividades na agricultura. Além disso, o município possuía a melhor infraestrutura, com hospital e escola com todas as séries do ensino de primeiro grau. Assim, a evolução populacional era constante, pois muitos viam nesse distrito uma oportunidade de crescimento.

Com o anúncio da construção da Hidrelétrica de Itaipu, a situação começou a mudar em Itacorá, uma vez que ela seria atingida completamente pelas águas do Lago de Itaipu. O distrito passou a não atrair mais as pessoas, pois as terras produtivas seriam inundadas e não seria viável um investimento para o aproveitamento da terra por poucos anos. Além disso, os moradores começavam a deixar as suas terras, uma vez que em 1977 começou o pagamento pelas propriedades que seriam atingidas pela formação do reservatório, e, com isso, o comércio foi perdendo força, já que muitos comerciantes fecharam os seus estabelecimentos, procurando outros lugares para se fixar.

Um dos locais que passou a receber a infraestrutura de Itacorá foi Aparecidinha do Oeste, graças ao envolvimento de algumas lideranças da localidade junto aos moradores do distrito que seria inundado, com os comerciantes e empresários e também com os políticos de São Miguel do Iguaçu. Como o centro de Aparecidinha do Oeste não sofreria tanto com a inundação, no início da década de 1980 conseguiu o hospital, a agência bancária e a dos

Correios que estavam localizadas em Itacorá, tornando-se referência para essa região de São Miguel do Iguaçu.

Nessa região de São Miguel do Iguaçu, São José do Itavó tinha uma população muito maior do que Aparecidinha do Oeste e era próximo à Itacorá, o que, talvez, favorecesse para esta localidade tornar-se o centro da região. A sede de São José do Itavó não seria afetada pela formação do Lago de Itaipu, apenas uma parte de suas terras produtivas, nas quais eram cultivados o algodão e hortelã, as principais fontes de renda para a população. Porém, não houve uma mobilização das lideranças locais da mesma forma que em Aparecidinha do Oeste para trazer os serviços que existiam em Itacorá.

Os moradores de toda a região afetada pelo Lago de Itaipu passaram por um processo de conscientização de que as águas do reservatório atingiriam as suas propriedades e que, com isso, teriam que se mudar. Desde as primeiras reuniões realizadas entre funcionários da Itaipu com a população uma promessa foi feita: a de que os habitantes seriam indenizados pelas terras atingidas até 1978, com o pagamento de um preço justo (SCARPATO E BÖHM, 2006; MAZZAROLLO, 2003; GERMANI, 2003). Assim, os moradores de Itacorá e de uma boa parte da região Oeste do Paraná deveriam deixar as suas casas.

Germani (2003) afirma que a partir de 1977, a Itaipu começou o pagamento das indenizações, mas de forma aleatória, "escolhendo" moradores de lugares distintos ou, em alguns casos, procurando lideranças comunitárias para logo indenizá-los para que não tivessem problemas futuros[19]. Esse processo de pagamento pelas propriedades não foi da forma que todos esperavam, pois os valores que eram pagos pela empresa estavam muito defasados em relação ao preço real das terras. As condições de avaliação da terra eram obscuras e não eram levadas em conta várias benfeitorias que existiam na propriedade, por exemplo, galpões construídos ou energia elétrica, algo que não era acessível para muitas famílias da região Oeste do Paraná. Outros problemas enfrentados pelos futuros desapropriados era a falta de um plano de reassentamento e o descaso com os posseiros que, por não terem a escritura de suas terras, não estavam recebendo as indenizações, apesar de participarem da produção agrícola da região.

Os agricultores passaram a se organizar a partir de 1978, exigindo melhores condições para a desapropriação (GERMANI, 2003; LAZZAROTTO, 2003). Várias denúncias foram feitas contra a Itaipu, relacionadas, principalmente, com o pagamento de um valor muito

[19] Essa prática foi denunciada por Derseu de Paula em seu depoimento. Ele por ser dono de um escritório de contabilidade, diretor e professor do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima e uma das lideranças políticas de Itacorá, foi procurado rapidamente pela Itaipu para ter a sua indenização paga.

aquém para as propriedades e por praticamente despejarem alguns moradores, pois os assustavam com possíveis investidas na justiça. Diante disso, os agricultores conseguiram mobilizar o apoio de várias lideranças religiosas, como a Igreja Católica, representada pelo bispo de Foz do Iguaçu Dom Aurélio Fazza, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de vários sindicatos dos agricultores dos municípios da região Oeste do Paraná e da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETEAP).

Durante 1979 e 1980 mesmo contando com o apoio dessas lideranças, a situação ainda era ruim. Poucos avanços aconteceram e a Itaipu continuava pagando pouco pela desapropriação e continuava sem existir um plano de reassentamento, algo que era muito almejado pelos atingidos, pois eles já haviam passado por um processo de colonização e tudo indicava que isso ocorreria novamente.

A organização dos agricultores se fortaleceu, pois, conforme Germani (2003), até meados do ano de 1980, 60% das terras haviam sido desapropriadas e a previsão de entrega da obra era para 1982. Com isso, no dia 14 de julho de 1980 foi criado o Movimento Justiça e Terra que buscava melhores condições para o pagamento das indenizações.

A primeira reunião do Movimento ocorreu em Santa Helena, com o cerco ao escritório local da Itaipu. Foi uma manifestação pacífica, sem invasão, apenas com o acampamento de várias famílias de agricultores das regiões atingidas, buscando melhores soluções para os casos dos desapropriados. Assim, uma reunião foi marcada com uma comissão dos manifestantes e os membros da Itaipu, que se mostrou favorável a algumas solicitações feitas pelos desapropriados. Doze dias após a reunião, os pontos não foram assumidos e uma comissão foi à Foz do Iguaçu reivindicando mudanças. No dia 29 de julho de 1980 é desfeito o acampamento em Santa Helena, pois novas promessas foram feitas pelos membros da Itaipu, mas com vários pontos ainda obscuros (GERMANI, 2003).

Durante todo o período de pagamento das indenizações das terras desapropriadas, o mercado imobiliário teve seus preços elevados de forma drástica em toda a região Oeste do Paraná. Assim, tornou-se muito difícil para que as famílias desapropriadas conseguissem permanecer na região, pois o preço que era pago pela Itaipu estava defasado. Com isso, surgiam algumas opções de reassentamento no interior da Bahia, de Rondônia e do Acre.

Após a reunião de Santa Helena, a situação dos posseiros começou a ser revista, mas de uma maneira muito lenta. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), regularizou aos poucos a situação dessas terras invadidas para que fosse feito o pagamento da indenização.

Com poucos avanços sendo realizados, o Movimento Justiça e Terra marcou para 16 de março de 1981 uma assembleia em Itacorá para reivindicar mudanças nos planos de indenização da Itaipu. Segundo Germani (2003), estiveram presentes mais de 2 mil pessoas, com várias lideranças sindicais, religiosas e políticas, como deputados estaduais, que tomaram uma decisão arrojada para conseguir melhorias no processo indenizatório: fechar o acesso ao canteiro de obras da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu.

> E com a Igreja, com os Sindicatos, com os deputados, CPT e CPJP, aproximadamente 800 colonos marcharam na manhã do dia 17, rumo a Foz do Iguaçu, com a finalidade de acamparem por tempo indeterminado no canteiro de obras da Itaipu Binacional. A palavra de ordem agora era: "O preço da paz: Justiça e Terra" (GERMANI, 2003, p. 148).

Ao chegarem à Foz do Iguaçu, os manifestantes foram reprimidos e tiveram que deixar os seus veículos e seguirem caminhando até o trevo de acesso ao Centro Executivo da Itaipu Binacional. Nesse local ergueram acampamento e afirmaram que não sairiam se seus pedidos não fossem atendidos (Figura 8).

Manifestantes ficaram num trevo, que era a principal forma de acesso para o canteiro de obras da Itaipu. Ele está localizado na BR 277, que liga o leste ao oeste do Paraná, sendo encerrada na Ponte da Amizade, local da divisa entre Brasil e Paraguai. O movimento foi intenso no local, facilitando com que os desapropriados conseguissem apoio de muitas pessoas.

FIGURA 8: Acampamento realizado em Foz do Iguaçu.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

Esse acampamento se estendeu até o dia 9 de maio de 1981 quando foi firmado um pacto entre a Itaipu e os agricultores, na qual a Binacional atendia em torno de 80% das reivindicações. Dessa forma, terminava o sofrimento daqueles que lutavam por um pagamento justo pelas suas terras. Entre as vitórias conseguidas pelo Movimento Justiça e Terra estavam:

- Aumento de 62% em relação aos 290 mil cruzeiros que a Itaipu pagava por alqueire de terra de primeira classe[20], fruto de um estudo realizado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná (ITC) a pedido dos agricultores que não julgavam justo o valor pago pela Binacional;
- Reajustes mais justos a cada três meses;
- Aumento de 62% no valor das benfeitorias;
- Garantia do reassentamento de uma parte dos posseiros e arrendatários em Arapoti (PR), Bom Jesus da Lapa (BA) e no Acre;
- Promessa do pagamento imediato pela Itaipu, algo que não acontecia antes;
- Indenização pelas redes elétricas e estradas que cruzavam as propriedades;
- Titulação para áreas de documentação conflituosas ou indenizações por instrumento de cessão dos direitos;
- Pagamento de translado para as famílias se deslocarem para os programas de assentamento dirigido;
- Verba de compensação por perda no comércio;
- Permanência na propriedade até 30 de abril de 1982, aproveitando a última colheita de soja.

Com essas conquistas, bastava recomeçar a vida em outro lugar e esperar as águas subirem. Assim, as localidades foram virando "cidades fantasmas" restando apenas ruínas de concreto. Várias casas de madeira eram removidas para outros lugares, as escolas eram fechadas, assim como o comércio. No dia 13 de outubro de 1982 as comportas do canal de desvio do rio Paraná foram fechadas. Durante quatorze dias o rio parou de correr e foi formado o reservatório. O cenário mudou completamente, como vemos nas próximas figuras (Figuras 9 – 14):

[20] A Itaipu classificava a terra em quatro classes, conforme as especificidades do solo, como a capacidade de produção e se era pedregoso ou não. As terras de primeira classe eram as que possuíam um valor mais elevado. Os desapropriados não apoiavam esse tipo de classificação da terra.

FIGURA 9: Mapa dos municípios atingidos pelo Lago de Itaipu (1982).

Fonte: Germani, 2003, p. 186

FIGURA 10: Área atingida pelo Lago de Itaipu atualmente submersa.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 11: Casas sendo demolidas em Itacorá antes da subida do Lago.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 12: Casas sendo transportadas para outros lugares em virtude da formação do reservatório.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 13: Túmulos do cemitério de Itacorá sendo removidos.

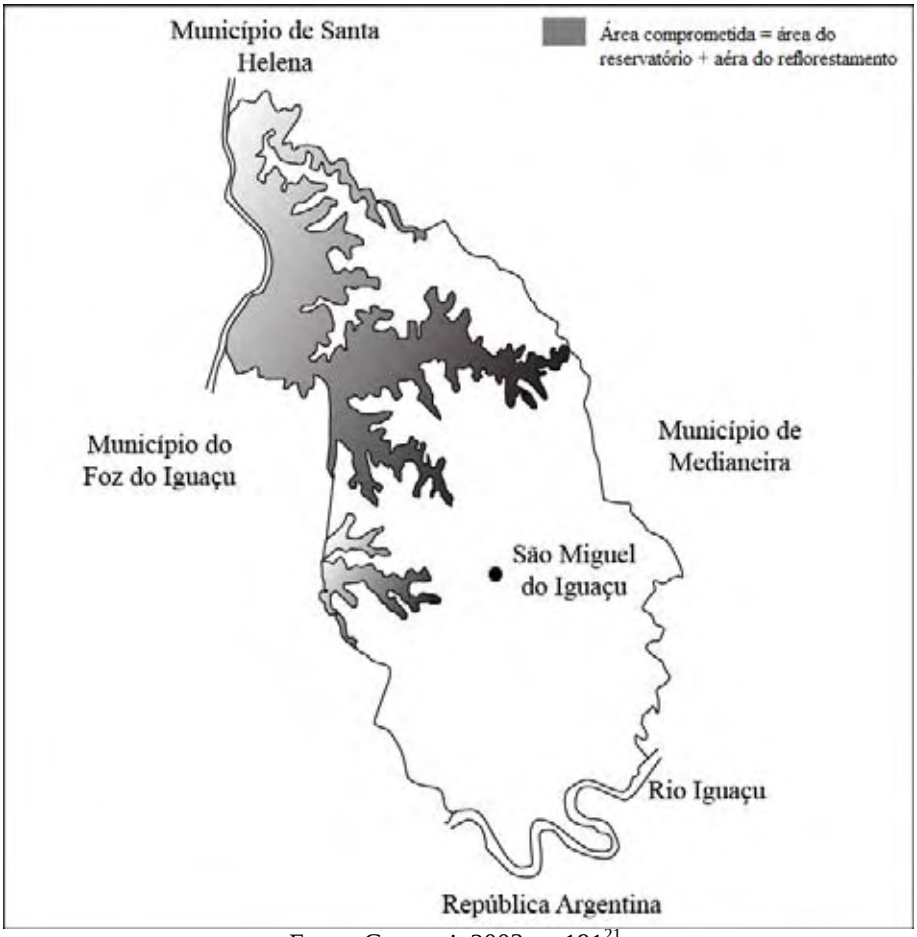
Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 14: Pessoas acompanhando a subida das águas do Lago de Itaipu.

Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

São Miguel do Iguaçu teve 21,49% de seu território desapropriado, afetando 23% de sua população, conforme vemos na Figura 15 abaixo:

FIGURA 15: Área comprometida do município de São Miguel do Iguaçu.



Fonte: Germani, 2003, p. 191[21].

Muitas localidades, que hoje fariam parte do território de Itaipulândia, deixaram de existir por causa da formação do Lago de Itaipu. Além de Itacorá, principal distrito de São Miguel do Iguaçu, outras localidades que faziam parte do distrito foram inundadas: Inhuverá, Aratinga, Buritama, Moema, Araticum, Butiá, Caturetã, Ingá e Dorados; Sol de Maio, Cristo Rei e Luzitânia ainda continuaram a existir, mas com muitas de suas terras produtivas afetadas. Em Santa Inês, Esquina Gaúcha, São José do Itavó, Jacutinga e Aparecidinha do Oeste, algumas terras foram inundadas, mas nada que afetasse efetivamente essas localidades.

> As famílias que residiam em Itacorá, depois de indenizadas, buscaram outros lugares para se instalar, algumas continuaram no próprio município (São Miguel do Iguaçu), mas a maioria se deslocou para outros estados, como: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Bahia, Minas Gerais; e muitos inclusive para o país vizinho, Paraguai (SCARPATO, BÖHM, 2006, p. 116).

[21] Novamente foi utilizada figura escaneada e o software Adobe Illustrator CS5. A edição foi feita por Ana Claudia Zaqueu.

Com a formação do Lago de Itaipu, o município de São Miguel do Iguaçu transformou Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó em distritos, por meio das Leis Estaduais nº 7438 e 7439, respectivamente, de 29 de dezembro de 1980. Porém, conforme afirma Scarpato e Böhm (2006) isso não foi suficiente para atrair os moradores de Itacorá, pois com a inundação de boa parte da região, houve uma diminuição acentuada da quantidade de terras produtivas e as que existiam já eram cultivadas.

Os dois novos distritos ficaram isolados da sede do município de São Miguel do Iguaçu com a formação do Lago de Itaipu, o que prejudicou o desenvolvimento de ambos. Outro complicador para o crescimento inicial dos dois novos distritos foi a mecanização da agricultura, conforme Scarpato e Böhm (2006), o que ocasionou o desemprego de muitas pessoas que trabalhavam no campo. Assim, os dois distritos passaram por uma situação complicada, uma vez que a agricultura era a maior fonte de renda dos seus habitantes e isso fazia com que os comerciantes locais não tivessem perspectivas em continuar com seus negócios. Inevitavelmente, o êxodo rural passou a ser maior, já que as famílias procuravam novas oportunidades em centros urbanos maiores.

Esse problema causou maior impacto em São José do Itavó. A grande maioria de sua população, que segundo ex-moradores chegou a 10 mil pessoas, eram *nortistas* e estava relacionada com o plantio da hortelã e do algodão. Com o alagamento de uma parte de suas terras produtivas, a queda de investimentos e de lucros dessas principais culturas, a inserção de lavouras de soja e de milho e a mecanização da agricultura, muitas famílias não tiveram mais condições para se manterem, sendo necessário se mudar para outro lugar. Ainda, a população de São José do Itavó passou por um período de extrema pobreza, com serviços precários nas áreas de saúde e educação, e com sua população diminuindo a cada momento. A situação foi mudar apenas a partir dos anos 2000, quando passou a existir maior investimento nos vários setores e quando o distrito voltou a crescer.

Enquanto São José do Itavó passava por várias dificuldades, a situação não era diferente em Aparecidinha do Oeste:

> Nos primeiros anos da década de 80 registrou-se um certo progresso no distrito de Aparecidinha do Oeste, mas logo se percebeu que não haveria sustentabilidade e viabilidade econômica, pois aos poucos a população foi diminuindo. O hospital que havia sido instalado fechou as portas e deixou de atender a população. O mesmo aconteceu com a agência bancária do Bradesco que também fechou porque se tornou inviável manter uma agência na localidade. Comerciantes estavam deixando o distrito para investirem em outras cidades, dificultando com isso cada vez mais a vida dos habitantes locais. Todos percebiam que de certa forma a comunidade estava regredindo ao invés de evoluir (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 124).

Para que a situação mudasse seria necessário fazer algo diferente. Então, no final da década de 1980 surge a ideia da emancipação de Aparecidinha do Oeste junto a São Miguel do Iguaçu, o que criaria um novo município. Essa medida se dava principalmente pelo isolamento desses locais, pois Aparecidinha do Oeste ficava a 35 quilômetros de distância da sede do município, distância que era ainda maior quando se pensava em São José do Itavó. À época, havia uma comunicação muito maior com o município de Missal que ficava a dez quilômetros de distância, do que com o município sede.

Em 1989, foi formada a primeira comissão para a emancipação, contando com a presença de Lotário Knob e João Kazmirczak, ambos entrevistados nesta pesquisa (Figura 16). Vários levantamentos foram feitos para definir as fronteiras do novo município que seria formado. Porém, com o Decreto nº 1 de janeiro de 1991 que definiu o pagamento mensal de uma compensação financeira pela área atingida pelo Lago de Itaipu, os *royalties*, a situação ficou complicada, uma vez que São Miguel do Iguaçu não aceitava os limites que estavam sendo determinados para o novo município (SCARPATO, BÖHM, 2006).

FIGURA 16 – Comissão pró-emancipação de Aparecidinha do Oeste.

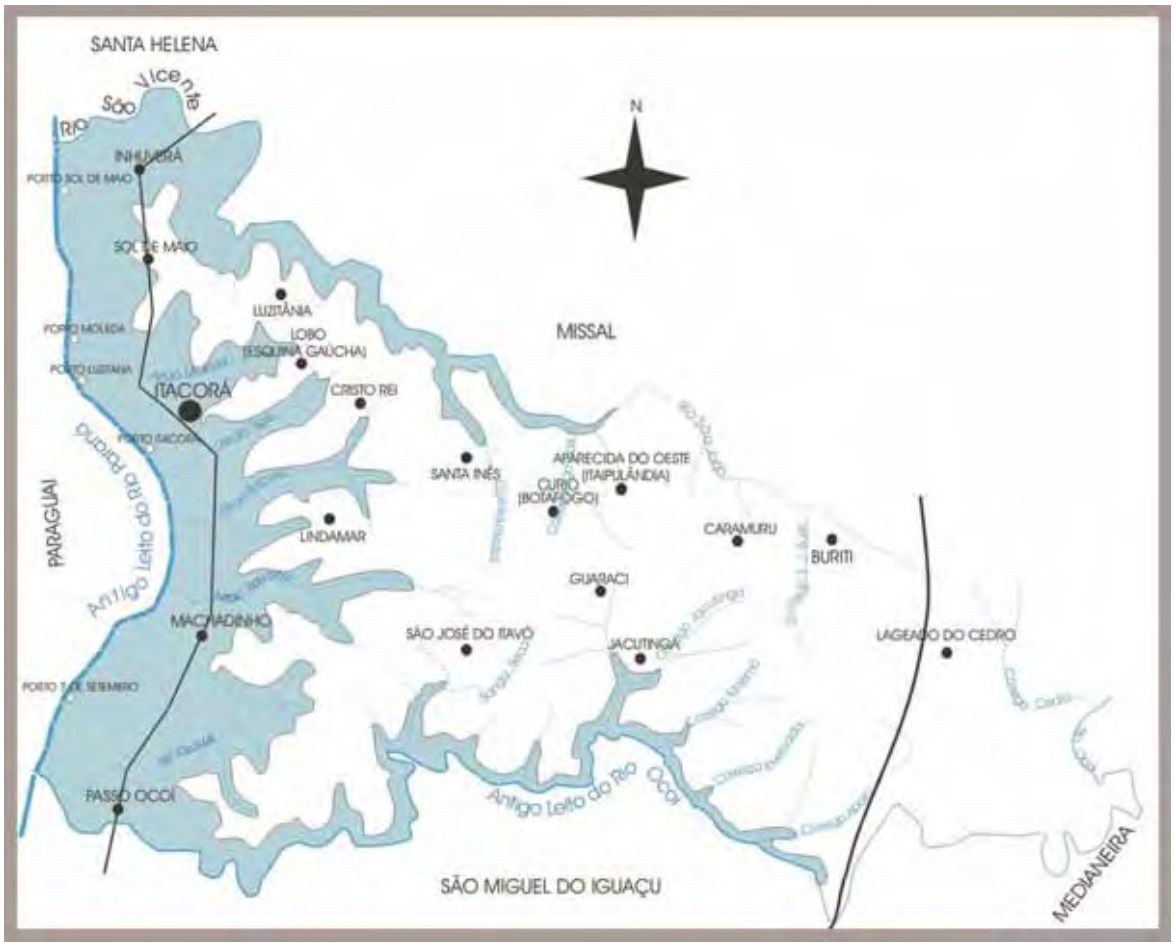
Fonte: arquivos da Casa da Memória de Itaipulândia.

Nota: Da esquerda para a direita: Lotário Knob, João Kazmirczak (entrevistados da pesquisa), Romeu Manteufel. Irineu Friedrich (*in memorian*), David de Oliveira, Domingos Viar e Paulo Rene Pauli.

Apesar da resistência de São Miguel do Iguaçu, por meio da Lei Estadual nº 9.908 de 19 de março de 1992, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a emancipação Político Administrativa de Aparecidinha do Oeste. Como já havia um município com esse nome, foi escolhido Itaipulândia como nome para o novo município, prestando uma homenagem à Itaipu.

O novo município, com sede em Aparecidinha do Oeste, surgiu com uma área de 327,728 km², dos quais 179,73 km² haviam sido desapropriados pela Itaipu, ou seja, 54,8% de sua área total. O território que antes fazia parte da região norte de São Miguel do Iguaçu, passou a abranger o distrito de São José do Itavó e as localidades de Lageado do Cedro, Buriti, Caramuru, Guaraci, Jacutinga, Botafogo, Santa Inês, Cristo Rei, Esquina Gaúcha, Sol de Maio, Lindamar e Luzitânia. Na área desapropriada, Itaipulândia tem em seus limites as terras que faziam parte de Itacorá, Inhuverá e outras pequenas comunidades, como podemos ver na Figura 17:

FIGURA 17: Território do município de Itaipulândia.



Fonte: Arquivo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Em virtude da grande área inundada, o primeiro prefeito, Lotário Knob, passou a contar com os *royalties* pagos pela Itaipu. Itaipulândia é o município com a terceira maior arrecadação dentre os atingidos pelo Lago. Essa compensação é feita mensalmente a todos os municípios, sem grandes fiscalizações de sua aplicação. No Quadro 3, temos o demonstrativo de quanto cada município recebe mensalmente e o total acumulado:

Quadro 3 - Área alagada[22] e valor dos *royalties* repassados[23].

Município	Área Alagada (em km²)	Repasse atual (em dólares)	Acumulado (em dólares)
Foz do Iguaçu	201,84	775 mil	268 milhões
Santa Terezinha do Itaipu	41,90	160,9 mil	55,6 milhões
São Miguel do Iguaçu	90,91	349,1 mil	133,1 milhões
Itaipulândia	179,73	690,1 mil	226,1 milhões
Medianeira	1,16	4,5 mil	1,5 milhão
Missal	40,07	153,7 mil	53,2 milhões
Santa Helena	263,76	1.012,7 mil	350,2 milhões
Diamante do Oeste	5,62	21,6 mil	7,4 milhões
São José das Palmeiras	1,94	7,5 mil	2,5 milhões
Marechal Cândido Rondon	56,04	215,2 mil	81,3 milhões
Mercedes	19,32	74,2 mil	24,3 milhões
Pato Bragado	47,07	180,7 mil	59,2 milhões
Entre Rios do Oeste	32,90	126,3 mil	41,4 milhões
Terra Roxa	1,58	6,1 mil	2 milhões
Guaíra	51,01	195,9 mil	67,7 milhões
Mundo Novo (MS)	14,71	56,5 mil	19,4 milhões

Fonte: Adaptado de Itaipu Binacional, sem página, disponível em <www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>.

Itaipulândia sempre recebeu um valor alto de *royalties*, desde os primeiros anos de emancipação. Assim, sempre foi possível fazer altos investimentos nas diversas áreas: educação, saúde, indústrias, turismo, saneamento básico e em tantas outras. Nos primeiros anos após a emancipação, a situação que era muito complicada, principalmente na questão de vias de acesso e escolas, foi sendo aprimorada. As estradas finalmente foram asfaltadas ou foi colocado cascalho e as escolas tiveram suas estruturas melhoradas, com a construção de novos prédios e repasse de mais materiais.

Esses investimentos ficaram cada vez mais evidentes e a quantidade de *royalties* recebida cresceu muito no final da década de 1990, quando a cotação do dólar aumentou, chegando próxima à proporção de um dólar para quatro reais. Com isso, a renda *per capita* do

[22] Diferentemente dos quadros anteriores, nesse temos informações dos novos municípios que, assim como Itaipulândia, tiveram a sua emancipação após a formação do Lago de Itaipu.
[23] Levantamento realizado no dia 10 de outubro de 2012.

município foi a maior do Brasil, sendo que Itaipulândia foi considerada por muitos a “Suíça brasileira”.

Os *royalties* ajudam, em muito, para que Itaipulândia tenha uma posição de destaque tanto a nível estadual como nacional: segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas de 2007, Itaipulândia foi o município brasileiro com maior investimento *per capita* em saneamento básico e saúde no ano 2000; em 2007 foi o município que mais investiu em educação no Paraná, com o investimento de 106,39% da sua arrecadação de impostos, quando o mínimo exigido por lei é de 25%, ou seja, todo o valor arrecadado pelo município, além de uma parte dos *royalties*; segundo levantamento do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (DERAL) é o 26º município do Paraná em destaque no agronegócio, algo digno de reconhecimento, uma vez que o município é pequeno se comparado com outros, além de investir nas áreas de desenvolvimento rural sustentável e cuidado com matas ciliares; e finalmente, com uma parceria com a Itaipu Binacional, reduziu a zero os passivos ambientais de suas microbacias hidrográficas, sendo o primeiro município da Bacia do Paraná III que abrange a região Oeste do Paraná.

Os investimentos nos mais variados setores ainda continuam o que deixa o município em um ótimo patamar. Porém, criou-se uma “royalties-dependência”, pois são poucos os investimentos em áreas de criação de empregos, principalmente no setor industrial. Assim, em Itaipulândia honra-se a cada instante a homenagem que foi feita à Hidrelétrica de Itaipu, pois ela é vital para que o município se mantenha. A quantidade de empregos no setor público assusta, mas é a principal saída para muitos moradores, pois não há criação de outras oportunidades.

Além dos *royalties*, outra herança deixada pelo Lago de Itaipu foi a praia artificial formada em Jacutinga, localidade do interior do município. Com uma boa estrutura para *camping*, ela recebe muitos turistas nas épocas mais quentes do ano. Outro investimento feito no turismo local foi a construção de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do município, localizada na localidade de Caramuru, no ponto mais elevado do município. Assim, o turismo religioso é um setor em crescimento no município.

Atualmente, outro investimento feito em Itaipulândia é a construção de um Parque Aquático, obra que por vários anos esteve parada devido às acusações de superfaturamento. Essa foi uma herança negativa da Itaipu para o município: a corrupção e o desvio de dinheiro, uma vez que a quantidade recebida de *royalties* é muito grande para um município que, segundo o Censo 2010 contava com 9.026 habitantes. Várias investigações já foram realizadas com ex-prefeitos, vereadores e pessoas que ocupavam cargos de confiança. Os

problemas são tão grandes que um prefeito foi assassinado no último ano do seu mandato[24] a mando de seu vice,– que havia perdido seu cargo de Secretário de Finanças.

Outra herança negativa deixada pelo Lago de Itaipu é o contrabando, que é intenso nessa região, uma vez que a pouca fiscalização das vias fluviais e os inúmeros portos clandestinos construídos nas margens brasileira e paraguaia do Lago facilitam o transporte ilegal de mercadorias oriundas do Paraguai, como cigarro, produtos eletrônicos, pneus e até mesmo armas, munição e drogas. Assim, é comum vermos notícias relacionadas ao contrabando na fronteira e um dos principais cenários é Itaipulândia.

Com isso, a Itaipu deixou muitas marcas em Itaipulândia. Não só o nome ficou, mas muitas lembranças de um tempo quando ainda corria o rio Paraná, e de outras comunidades que não existem mais. Agora o panorama é outro: um município rico, porém, muitas vezes mal administrado, com serviços públicos de qualidade, poucos investimentos na geração de empregos, que vive entre a beleza de uma praia artificial e o medo ocasionado pelo contrabando, tudo isso fruto de um certo lago.

[24] Isso ocorreu em 2008 e o prefeito assassinado foi Vendelino Royer, um ex-professor de Matemática que deixou a sala de aulas para se tornar prefeito.

CAPÍTULO 3

PISTAS PARA UM TESOURO: HISTÓRIAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES (DE MATEMÁTICA)

3.1 O que não fica submerso: memórias de professores

A nossa busca pelo tesouro se deu ao seguir várias pistas, mas um grupo delas se sobressaiu nessa busca e são aquelas que trataremos nesse momento: as memórias dos professores.

Mesmo conhecendo vários donos dessas principais pistas, por muito tempo, durante os anos em que fui aluno e professor em Itaipulândia, não atentava para os aspectos da formação desses professores que ensinavam Matemática. Porém, quando nos propusemos a realizar um projeto de pesquisa para evidenciar a formação do professor de Matemática, comecei a me questionar cada vez mais e, antes mesmo de me tornar aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, já buscava respostas para a pergunta elaborada. Como nos diz Albuquerque Jr (2007), precisamos conhecer o passado para que as coisas que encontramos terem algum sentido. E assim, essa busca começou.

Porém, logo no início da minha busca, encontro algo que já era de meu conhecimento, mas que eu imaginava que poderia ser um grande percalço na minha jornada: o que havia acontecido com Itaipulândia ao longo de sua história. Dentre tudo o que aconteceu na região afirmo que o que mais me deixou preocupado foi a formação do Lago de Itaipu. Explico meus motivos: muita coisa ficou submersa em 1982: casas, estradas, escolas, igrejas, cemitérios e até mesmo a perspectiva de futuro de alguns atingidos. E eu pensava que isso poderia ter acontecido com as pessoas que eu procurava. Não pensando em coisas palpáveis, mas na sua memória. Porém, com a memória não é da mesma forma.

"A memória filtra, reordena, fantasia. A memória interpreta, redimensiona, inventa, complementa" (GARNICA; FERNANDES; SILVA, 2011). Com a memória de nossos entrevistados é possível pensar que alguma marca ficou, que nem tudo foi submerso, que existe ainda uma saída para conhecer o passado e dar sentido ao que hoje presenciamos.

> A experiência é o que nos passa, que nos acontece, que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. [...] é aquilo que 'nos passa', ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da

> experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação (LARROSA, 2002, p. 21 e 26)

Não só o alagamento, mas outros acontecimentos da história de Itaipulândia tocaram os moradores dessa região. E essas experiências deixaram marcas (profundas) na memória e que, até mesmo, chegaram a ficar submersas. Mas, talvez, chegou a hora delas voltarem à superfície.

As memórias dos entrevistados constituem o ponto de partida para a nossa busca. Com elas elaboramos o mapa do tesouro e pudemos sair à busca dessas riquezas. Porém, para que essa busca aconteça é necessário que atribuamos significados para o que encontramos ao longo de nossa jornada e assim possamos montar o grande mapa, juntando os vários pedaços dele que estão espalhados em vários locais.

Em princípio, tínhamos algumas pequenas pistas, frutos de conversas informais e de buscas em locais estratégicos, de forma que a partir delas montássemos o verdadeiro mapa de tesouros, ou seja, aquele baseado nas memórias. Inicialmente, conhecíamos três professores que poderiam nos ajudar nos compartilhando suas pistas: José Griebeler, Cecilia Moretto e Nelson Domingues, antigos colegas e ex-professores do presente pesquisador. Até esse momento a jornada estava tranquila, mas com apenas essas três pistas não seria fácil chegar a algum tesouro.

Outras duas pistas chegamos a partir de uma das anteriores: em conversas com José Griebeler ele indicou outras duas pessoas, ex-professores de Itacorá, que poderiam ajudar a constituir o nosso mapa: Derseu de Paula e Guido Miranda. Porém, uma delas era praticamente impossível de se obter, por causa da distância que o pesquisador se encontrava dela. Mas os ventos viraram e fomos parar em frente a essa pista.

Outras duas pistas foram mais difíceis de serem obtidas. A professora Oneide Patrício e professor Lotário Knob foram colegas e professores do presente pesquisador, mas não sabíamos que eles também continham parte do mapa que procurávamos, pois eram professores de outras áreas e não Matemática, mas foi possível descobrir após várias buscas que eles também faziam parte do mapa.

A oitava e última pista, a do senhor João Kazmirczak surgiu a partir de várias evidências: seu nome constava em documentos escolares, figura política importante de Itaipulândia e antigo morador do local. Isso nos levou a acreditar que ele poderia ajudar a constituir o mapa do tesouro e a nossa intuição surtiu efeito.

Com essas oito grandes pistas conseguimos juntar e formar um mapa para buscar o tesouro da formação do professor de Matemática de Itaipulândia. Sabemos que nele faltam vários pedaços, mas a partir dos que possuímos é possível elaborar um percurso para seguir até encontrar o nosso tesouro.

3.2 A pista de José Jacob Heckler Griebeler

Foi com o professor José Jacob Heckler Griebeler, no dia quinze de julho de 2011, a primeira entrevista para a composição deste trabalho. Aproveitamos essa data, pois o professor José estava de férias de suas atividades no Colégio Estadual Costa e Silva e assim nos encontramos às 8 horas da manhã no escritório ao fundo da papelaria da sua família e local onde cuida de seus negócios.

José é um conhecido meu e de minha família de longa data. Como sempre foi uma pessoa influente na política local lembro-me dele ocupando cargos na prefeitura e sendo vereador. Outro fato que ajuda a ter recordações a seu respeito é graças à papelaria que a família dele possui, uma das mais antigas da cidade. O nome dessa loja é Joia, em homenagem a sua própria família: José, Olívia (esposa de José, uma professora aposentada muito atenciosa e divertida e que é a responsável pela loja), Isac e Anderson (filhos, esse último um amigo desde a minha adolescência).

José é um senhor de estatura média, com um olhar sério e concentrado. Todo dia faz as suas caminhadas para manter-se bem e, como bom gaúcho, não dispensa o chimarrão, nem mesmo durante a entrevista, momento em que nós dois tomamos uma térmica da bebida entre as conversas.

Por ser meu colega de trabalho de 2007 a 2010 tínhamos uma boa proximidade, principalmente por três fatores: ele foi o documentador[1] do município até o ano de 2008 sendo responsável pela contratação dos professores (inclusive a minha); em 2009, o substituí em duas oitavas séries e duas quintas séries no Colégio Estadual Costa e Silva, pois ele estava afastado para participar do PDE[2]; e no ano de 2010 quando iniciei com duas oitavas séries e uma quinta série no Colégio Costa e Silva e uma quinta e uma sexta série no Colégio Estadual Tiradentes que passaram para ele após o seu retorno do PDE. Por termos essa troca de turmas, conversávamos muito sobre elas, o seu rendimento, os conteúdos trabalhados e outros

[1] Documentador é como se chama o funcionário representante do Núcleo Regional de Educação em cada município do Paraná nas escolas estaduais. Sua função é semelhante a um chefe de recursos humanos, fazendo a contratação de funcionários, a distribuição de aulas e encaminhamento dos processos de promoção.

[2] O PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – é uma política pública do estado do Paraná regulamentada pela Lei 130 de 14 de julho de 2010, desenvolvida com professores da rede pública estadual para dar subsídios teórico-metodológicos e que redimensione a sua prática, por meio de diálogo entre professores do ensino superior e da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas. Os professores que participam das atividades devem ser do quadro próprio do magistério (QPM) e que estão num certo nível na tabela de vencimentos do plano de carreira. Quando começam a fazer parte do Programa, os professores recebem afastamento remunerado de 100% de suas atividades no primeiro ano e 25% no segundo ano.

assuntos de professor. Dessa forma, já havia feito várias visitas à sua casa e tomado várias cuias de chimarrão com ele e sua esposa.

Esse contato nos ajudou e, com isso, pude saber um pouco de sua história e assim que delimitamos o tema da dissertação em 2010 já comecei a conversar com ele sobre o que iríamos propor. A cada retorno que eu fazia para Itaipulândia, durante os primeiros meses de 2011, ele perguntava quando eu iria fazer a entrevista e me falava de pessoas que eu podia entrar em contato e a localização delas. Após meio ano de conversas, marcamos a entrevista na data acima e a iniciamos às oito e meia da manhã.

3.2.1 Entre um chimarrão e outro

Meu nome é José Jacob Heckler Griebeler, nascido no dia 17 de novembro de 1953, sou casado com Olívia Griebeler, nascida no dia 10 de dezembro de 1954, que também era professora, mas já é aposentada. Temos dois filhos: um já formado em Ciências Contábeis e o outro terminando Farmácia. O nome do meu pai é Germano José Griebeler – nascido no dia 20 de novembro de 1925 – e da minha mãe é Selvina Heckler Griebeler – nascida no dia 15 de fevereiro de 1927. Ambos estão vivos, trabalhando, fazendo matemática até hoje.

A minha história até que me tornei um professor é bem comprida. Na época que eu comecei a lecionar não tinha professores preparados. Era 1979, eu era funcionário na Cooperativa Lar[3] em Medianeira, que na época tinha outra denominação social, a COTREFAL[4], quando eu fui procurado pela direção da Escola Carlos Gomes através do professor João Kazmirczak[5], meu amigo, para lecionar aulas de Matemática na quinta e na sexta série. Nessa época, como não tinha professores formados e eu possuía apenas o Técnico em Contabilidade, fui convidado e comecei a lecionar aulas de Matemática, sem um aperfeiçoamento, sem uma faculdade específica em Matemática. Mas eu fui.

Comecei a lecionar achando que tinha condições sobrando, que dominava bem o conteúdo e que não era necessário nem me aperfeiçoar mais. Na escola tinha um professor licenciado em Português que era o Plácio Heckler[6]. Ele me orientou que eu também

[3] Cooperativa Agroindustrial Lar é uma empresa que atua no setor agropecuário, trabalhando com a produção e comercialização de grãos, animais e vegetais. É oriunda da COTREFAL.
[4] A Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras – COTREFAL – criada em 1964 na vila de Missal – atualmente é município – por 55 agricultores vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
[5] João Kazmirczak é um dos entrevistados desta pesquisa e, em 1979, foi diretor da Escola Municipal Carlos Gomes.
[6] Plácio Heckler foi professor de Português, chegando na região de Itaipulândia na década de 1970 sendo um dos primeiros professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima de Itacorá.

procurasse fazer uma faculdade, pois faria uma diferença muito grande com o tempo, principalmente numa hora em que outros viriam com formação e poderiam tirar nossa vaga. Como não tinha uma faculdade de Matemática perto, eu fiz vestibular em 1980 em Ijuí[7], no Rio Grande do Sul, para fazer Ciências. As faculdades que tinham ou eram em fim de semana ou eram de férias, como a de Ijuí. Nós lecionávamos o ano inteiro e cada vez que nós entrávamos em férias íamos para lá e, às vezes, até tinha que antecipar a nossa ida e, com isso, não conseguíamos cumprir o horário, o calendário escolar, porque nós já tínhamos que ir à faculdade. Era muito puxado, nós estudávamos de manhã, à tarde e à noite, você ficava sem férias, sem nada. Você trabalhava com os alunos o ano inteiro e, então, nas férias tinha que estudar no cansaço, quando se deveria descansar um pouquinho. Eu consegui fazer isso dois anos e achava que era muito "antididático". Assim, eu transferi minha faculdade para Umuarama[8] em 1982, então fiz duas: terminei Ciências lá e depois fiz outra faculdade plena que é de Ciências Contábeis, pra ser professor licenciado para dar aula de Contabilidade e Estatística. Então, já tive uma formação melhor, a primeira especialização que eu tive em Matemática.

Foi por isso que me tornei professor somente com o Segundo Grau[9]. À época, não tinha professores. Até hoje falta, muitas vezes, professor de Matemática, mas naquela época era mais raro ainda. Muitas escolas tinham somente professores com o Segundo Grau completo e que lecionavam para o [Ensino] Fundamental, todos sem faculdade. Mais tarde foram, então, criados vários cursos de Matemática em diversas faculdades, tanto do Estado – públicas – como nas particulares.

Mas quando nós viemos aqui em 1973 eu vim ajudando os pais na lavoura. Na época, o meu estudo era o antigo Ginásio e com isso eu era considerado professor formado pra dar aula no primário. Esse antigo primário eu fiz no Rio Grande do Sul, lá em São Paulo das

---

[7] O entrevistado foi aluno da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – FAFI de Ijuí, que teve como primeira mantenedora a Ordem dos Capuchinhos. Desde 1985 chama-se UNIJUÍ – Universidade de Ijuí e a partir de 1993 continua com a mesma sigla, mas transforma-se em Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

[8] Umuarama é uma cidade do Noroeste paranaense. Nos anos em que estudou lá, o entrevistado era aluno do curso de Ciências pela FAFIU – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama – criada em 1972. Quando era aluno do curso de Ciências Contábeis, ele pertencia à FACEU – Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Umuarama – criada em 1980. Essas duas faculdades, junto com algumas outras possibilitaram a criação da UNIPAR – Universidade Paranaense – em 1993, com o caráter multicampi.

[9] Cabe aqui ressaltar a estrutura de ensino existente nessa época. Antes da Lei 5692/71 de 11 de Agosto de 1971 o ensino era dividido em Primário (quatro primeiras séries) e Ensino Médio (quatro séries do ginasial e três séries do colegial). Com a Lei promulgada, o ensino ficou estruturado em Primeiro Grau (oito primeiras séries) e Segundo Grau (três séries finais). Atualmente, segundo a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, o ensino é chamado de Fundamental, que abrange as nove primeiras séries (o antigo Primeiro Grau, que pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, passou de oito para nove anos), e Médio, que compreende os três últimos anos.

Missões[10], bem no interior, no distrito de Pinheiro Machado, que até hoje não cresceu e que está bem menor do que em 1960. Da primeira à quarta série eu fiz dos anos 1960 até 1965 e então parei. Naquela época, só quem ia ao seminário é que estudava mais, senão parava sempre no quarto ano primário. Depois já dizia que tinha o quinto ano com um livro grosso, o "Admissão ao Ginásio", só pra eles continuarem mais um ano.

O que eu mais me lembro dessas fases de 1960 a 1965 é da revolução de 1964, que estava lá no meio. Eu sei que era muito forte no Rio Grande [do Sul].

Eu acho que só tive professores bons na base, pois eles cobravam mesmo. Mas o sistema como eles trabalhavam era bem carrasco, porque naquela época era normal que todos os alunos apanhassem uma vez por dia. Podia ser um aluno superinteligente, que tirava só cem, mas também apanhava. Eles sabiam era de bater. Não parece que existia uma época assim, pois era. Daí dá pra concluir o que eu quero dizer, porque é tão amplo, que a gente sabe diferenciar. E eu comecei a diferenciar depois que a época é muito importante.

Depois que nós terminávamos o Primário tínhamos que fazer um Exame de Admissão, para ver se tinha qualidade suficiente em Matemática, Português pra entrar no Ginásio[11]. Era tipo um vestibular hoje. No seminário era Ginásio, com quatro anos de novo. Então existia muita procura, mas poucos tinham estudado, a não ser quem tinha ido ao seminário. Eu parei por um tempo e depois fui fazer o Ginásio, dos dezesseis aos vinte anos, pois começou a oferecer um pouquinho mais de vagas. As freiras abriram uma escola nos municípios maiores, mas não era assim tão fácil, pois tinha que ser bom senão não entrava contrário do que acontece hoje. Atualmente eu acho que é mais fácil entrar nas faculdades, porque tem muito mais faculdades do que naquela época em que eu fiz o Ginásio.

Em 1972 eu terminei o Ginásio e vim para o Paraná. Então, em 1973 eu fui professor substituto, porque a maioria dos professores – tinha cinco professores aqui na escola municipal atuando – me procurou para que eu desse uma força, pois a maioria deles só tinha a Quinta série e não tinham estudo como eu. Um dos professores que estava no seminário tinha a Quarta série ginasial e os demais ainda estavam somente com a quinta série[12].

Por causa dessa falta de professores em 1973 eu substituí no Primário. E não era registrado legalmente, mas eu sempre fazia. Em 1974, eu comecei a lecionar registrado como

[10] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[11] Em linhas gerais o entrevistado já explicou o que seria o Exame de Admissão. Ele consistia em um exame de conhecimentos feito pelo aluno que encerrava o Primário e visava entrar no Ensino Ginasial, vigorando até que a Lei 5692/71 suprimiu a sua realização.
[12] Quando o entrevistado fala 5ª Série estamos entendendo como o último ano do Ensino Primário, quando era realizada a prova de Admissão ao Ginásio.

professor municipal, no Primário em Aparecidinha do Oeste. Pode pegar na história, era assim.

Então, logo que eu vim para cá [Itaipulândia], comecei a trabalhar, porque eles viram a necessidade pela formação que eu tinha. Mas o professor tinha dificuldade, naquela época, só para te falar um pouquinho. Eu lecionei em 1974 e eles não pagavam. À época precisava lecionar seis, sete meses pra você receber o primeiro pagamento e eram todos os municípios que faziam isso. Até agosto de 1974 eu não tinha recebido nenhum salário ainda. Com isso eu parei de lecionar nesse ano e fui trabalhar na COTREFAL, onde fiquei até 1979. Então, fiquei quatro anos: de 1974 até 1979 sem lecionar, fazendo o Técnico em Contabilidade em Medianeira e trabalhando na COTREFAL. E lá que depois eles foram me procurar para voltar a lecionar.

O Técnico em Contabilidade foi feito com muito problema, com muito sofrimento. Era estrada difícil naquela época. Nós éramos quatro. Um deles era o João Kazmirczak que era dentista prático e que tinha um carro. A estrada era bem complicada, mas nós não faltávamos. Passávamos por São Miguel do Iguaçu e percorria 50 quilômetros de distância. Nós íamos e voltávamos toda noite e quando chovia nós acorrentávamos o Fusca e "se atracava[13]", mesmo que muita gente de lá não quisesse participar das aulas, mas nós exigíamos aula. Mas só eu que continuei no segundo ano, pois os outros não aguentaram, porque era muita despesa: o estudo era particular e também tinha que pagar o transporte. Era bem complicado de fazer esse estudo também.

O curso Técnico em Contabilidade, em si, não ensina muito a Matemática que você ensina na escola. Ele tinha mais a matemática financeira, as matrizes, umas coisas assim, mas não preparava o professor. Mas eu acho que é a Matemática do dia-a-dia que deveria ser ensinada, que ele usa no comércio, pois tem muito aluno que está na oitava série e não sabe fazer a Matemática do dia-a-dia. Assim, foi de 1974 até 1978 que eu fiz o Técnico. Graças a ele eu lecionei dois anos aqui na quinta série, sexta série e depois até a sétima série.

Quando eu terminei o curso, o diretor João Kazmirczak da Escola Municipal Carlos Gomes foi lá me procurar para que eu lecionasse nessa quinta e sexta série. Era a época que aqui [Aparecidinha do Oeste] estava crescendo por causa da inundação do distrito de Itacorá. Eles sabiam que eu gostava muito de Matemática. Quando começou aqui a quinta série, ainda tinha outro professor no primeiro ano. Ele tinha formação, mas depois já foi procurado pra outro município, porque ele tinha feito concurso. Com isso ficou tempo sem professor de

[13] Essa é uma expressão popular da região e significa que eles prosseguiam com os seus objetivos apesar dos obstáculos.

Matemática aqui, tinha só Flávio Lüdke[14], que era contador. Deu um tempo até que eu cheguei. Quando eu vim, aguentei como professor de Matemática no município, principalmente quando comecei a estudar.

Em 1979 e 1980 somente eu dava aula de Matemática aqui [Aparecidinha do Oeste] e em São José do Itavó. E depois por mais uns quatro, cinco anos praticamente só eu era o professor de Matemática. Daí eu me aperfeiçoei. Sempre estudava Matemática. Eu acredito que todos os professores eram assim na década de 1970. Não dava nem pra imaginar como é hoje, por exemplo, você pode estudar numa faculdade, fez o vestibular e pode só estudar, não precisava lecionar[15]. Nós tínhamos que lecionar, éramos mais pobres, eu acho. As famílias eram grandes e os pais não poderiam dar estudo assim como é atualmente. E também poucos estudavam na época.

Mas a fala do professor Plácio [Heckler] de que ele estudou e fez a faculdade em Ijuí, me incentivou a também fazer o vestibular em 1980 e fiquei dois anos lá estudando, depois transferi para Umuarama.

A diferença entre as duas faculdades é que em Ijuí nós estudávamos nas férias. Um pouquinho antes, no início de dezembro nós íamos lá estudar e voltava em fevereiro. Ficávamos noventa dias lá: dezembro, janeiro e fevereiro eram diretos, tinha somente o Natal que nós não estudávamos de manhã, à tarde e à noite. Enquanto que em Umuarama era feita em finais de semana.

Mas o curso que eu fiz em Ijuí não era Matemática, era Ciências. Tinha fundamentos por causa disso, que eu acredito que tenha essa diferença. Nós tínhamos que fazer no primeiro ano Fundamentos de Português, tinha que fazer Lógica, Sociologia, Filosofia, essas matérias todas, então você tinha o conhecimento. Depois você entrava mais na matemática: tinha Cálculo I, Cálculo II. Isso na licenciatura curta da faculdade de Ijuí, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. As faculdades tinham quase tudo o mesmo nome, só mudava de onde era, por exemplo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí. Hoje tem outros nomes, então essas faculdades não existem mais. Ijuí é uma Universidade muito forte. Até os padres iam fazer Filosofia, um aperfeiçoamento lá. Era o lugar mais perto ou tinha Palmas (PR) (PR)[16] que também era da

[14] Flávio Lüdke é irmão de Clausio Ludke, o primeiro diretor da Escola Municipal Carlos Gomes após a escola começar a atender alunos de todas as séries do ensino de primeiro grau.
[15] Embora o professor José desconheça ou não lembre a minha realidade – visto que em alguns anos fomos colegas de trabalho – , trabalhei durante os quatro anos que cursei a graduação em Licenciatura em Matemática (2006-2009), sendo que o primeiro apenas como professor particular e os demais como contratado pelo Estado no cargo de professor.
[16] Cidade localizada no Sudoeste do Paraná.

Igreja – Igreja Católica, dos bispos. Hoje Palmas (PR) também foi toda transformada. Então de 1980 a1982 eu fiz em Ijuí, quando mudei pra Umuarama e fiz mais as outras faculdades de Esquema II[17], que aperfeiçoava professores pra dar aula de Contabilidade, Estatística no Segundo Grau, com licenciatura plena.

Lá em Umuarama eles ofereciam para os técnicos em contabilidade e que já atuavam. Com a profissão de técnico havia uma facilidade de fazer aquele curso em dois anos e com isso obtínhamos licenciatura plena para dar aula de contabilidade e estatística, pois também não tinham professores que fossem licenciados pra lecionar essas matérias, tinham só os bacharéis que não teriam o direito de dar aula, pois não eram preparados didaticamente, pedagogicamente para atuar em sala de aula. Eles eram profissionais pra exercer a função deles. E naquela época, nós tínhamos aqui o curso Técnico em Contabilidade, depois foi implantado aqui o Segundo Grau, uma extensão de São Miguel [do Iguaçu][18] e por causa disso que eu mais fiz esse curso. E não terminei a plena em Matemática logo, naquela época de 1980. Eu comecei mais tarde novamente. Terminando esse curso.

Esse Esquema II era o seguinte: para suprir a demanda dos contadores foram criados cursos técnicos em contabilidade em todos os municípios para exercer a profissão com habilitação, isto é, com registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade). Mas como não tinha professores licenciados para atuar, as faculdades ofereciam o curso de Esquema II para os professores que concluíram uma licenciatura curta em Ciências, que habilitava o professor a dar aula de Matemática no ensino fundamental. Também era exigido que o acadêmico do curso de Esquema II fosse, no mínimo, técnico em contabilidade com boa prática e com conhecimentos gerais para administrar um escritório de contabilidade. As aulas presenciais deste curso eram realizadas nos fins de semana, sextas-feiras e sábados o dia inteiro, durante quatro semestres. As disciplinas do curso obrigatórias da parte comum eram Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º Grau, Psicologia da Educação (adolescente e aprendizagem) II, Didática I e II, Matemática, Economia, Administração, Contabilidade Geral e Aplicada, Contabilidade Comercial e Estatística I e II.

Então eu fiz dois cursos: o primeiro que eu fiz tinha o nome de Ciências que habilitava os professores com licenciatura curta, somente para lecionar Ciências e Matemática no ensino

[17] Os cursos chamados de Esquema II fizeram parte de uma política emergencial do Governo Federal para formar mais professores aptos a trabalhar nos cursos técnicos. Os alunos que frequentavam essas turmas eram os técnicos já diplomados e faziam disciplinas pedagógicas e de conteúdos específicos do curso técnico. Na sequência do trabalho serão postas mais informações sobre essa política.

[18] Em 1984, foi instalada uma extensão do Colégio CNEC em Aparecidinha do Oeste, na Escola Estadual Costa e Silva. A partir desse momento começou a ser ofertado o curso de técnico em contabilidade, no qual José lecionou.

fundamental. Ele foi iniciado nos anos de 1980 com colação de grau no dia 20 de julho de 1983. Já o Esquema II iniciei em 1984 e concluímos no mês de julho de 1986.

Depois fiz a Pós-Graduação em 2005, em Educação Especial, cada vez eu entendia mais os problemas. Porque muitas vezes o aluno não aprende e você não faz esse aperfeiçoamento. Eu vejo assim: o professor, muitas vezes, se coloca diante dos alunos dizendo: "Vocês tem que aprender como eu aprendi". Lascam-se. Ele também tinha que estudar, mas ele tem outros problemas, como problemas mentais, a dislexia, o déficit de atenção.

Eu acredito que um bom tanto que também ajudou foi quando tive a oportunidade de, em 2009, começar o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional), pois ele me rejuvenesceu bastante em como ser professor, porque anteriormente estava afastado como documentador, não estava mais em sala de aula, e quando voltei não conseguia mais entender os alunos, não me adaptava com o sistema atual de dar aula, porque a maioria desses professores deixava mais a vontade e eu achava que ainda deveria ser naquele sistema que o aluno tinha que prestar atenção, que podia questionar e os demais tinham que ouvir e que não poderia ter essa liberdade na sala de aula como a maioria tem. E eu acredito que consegui fazer mais esse "meio de campo" aqui pra entender essa *nova* maneira de dar aula, a atual. Se eu não tivesse feito o PDE, eu acredito que eu estava excluído, assim como o teu pai[19], pois eu acho que um dia se ele entrasse na sala de aula jamais iria admitir como os alunos são hoje em dia. Eu sei, pois, às vezes, eu vou com os alunos lá e ele fala "Vocês prestam atenção". E a Cecília é a mesma coisa. A Cecília [Folador Moretto][20] está tempo fora da sala de aula, se ela volta na sala de aula vai ser um... isso se não ir pra dentro de um hospício em um ano. Não adianta dizer, mas se a pessoa fica um tempo fora, parece que não é, mas...

Outra coisa que a gente discutia no PDE era sobre a função do pedagogo na escola. Ele tem que estar se aperfeiçoando mais pra enfrentar os problemas no dia-a-dia, mas solucioná-los também, ajudar a solucionar, não vendo o problema e deixá-lo. Não sei como fazer pra que isso realmente aconteça, pois não vejo muito que isso esteja acontecendo no colégio, a reclamação dos professores era geral.

Agora falando sobre os primeiros anos que eu dei aula. Enquanto tinha aula em Itacorá eu lecionei nos dois últimos anos. No início quando eu comecei a trabalhar aumentou a demanda de alunos em Aparecidinha do Oeste, porque com a inundação do distrito de Itacorá

[19] Meu pai, Urbano Wilibaldo Toillier, foi professor de séries do atual Ensino Fundamental e por poucos anos do atual Ensino Médio entre 1970 e 1994.
[20] Cecília Folador Moretto é uma das depoentes do nosso trabalho. É professora de Matemática em Itaipulândia desde 1986 até os dias atuais e também já foi diretora do Colégio Estadual Costa e Silva.

as coisas começaram a vir tudo pra cá e o lugar começou a crescer, aí veio a emancipação política do município[21], mas isso não foi uma grande influência do Lago.

Em Itacorá eu lecionei nos dois últimos anos, ou seja, 1980 e 1981 em todas as turmas de quinta à oitava série. Mas os documentos e os registros aparecem como escola Nossa Senhora de Fátima que era da sede do município de São Miguel do Iguaçu, um colégio de freiras onde você permanece até hoje essa documentação de cada aluno que estuda naquela época[22].

O trabalho do professor daquela época, em 1980, era idêntico da forma como eu fui educado: o professor era muito respeitado, era quem sabia de tudo, por isso ninguém podia discutir com ele, ele falava e o aluno ouvia e fazia o que era mandado. Se o aluno não procurava entender os conteúdos sabia que o resultado final seria a reprovação. Repetia as séries até que conseguia a média mínima exigida. Não tinha recuperação paralela ou outra coisa parecida para milagres e conseguir obter as médias. Também somente estudava quem realmente estava interessado, não tinha inclusão e não era respeitada a lei que todos tinham que estudar até a oitava série ou até os catorze anos de idade[23]. Hoje o nível de aprendizado, no nono ano, acredito que é bem inferior do que nos anos 1980, porque se o professor atualmente reprovar muito aluno é capaz até de perder o cargo e responder processo para o Estado.

Mas a maior influência do Lago de Itaipu é que Aparecidinha do Oeste cresceu, pois veio muita gente de fora, fortalecendo o colégio[24]. Então, o Lago de Itaipu começou mesmo a influenciar quando o pessoal tinha que sair de lá [Itacorá], diminuindo a quantidade de famílias. Quando a escola em Itacorá fechou nós começamos em Aparecidinha do Oeste. O restante dos alunos que estavam lá vieram para a Escola Municipal Carlos Gomes, pois ela tinha o direito de começar a dar aula de quinta à sexta série, era autorizada e precisava de uma ordem como acontece até hoje em qualquer lugar. E lá, naquela época, as exigências eram essas.

---

[21] A emancipação política e administrativa de Aparecidinha do Oeste perante o município de São Miguel do Iguaçu ocorreu por meio da Lei Estadual nº 9.908 de 19 de março de 1992. Porém, ele só passou a ser reconhecido como município a partir de 1º de janeiro de 1993, com a posse do primeiro prefeito Lotário Knob, entrevistado da pesquisa.

[22] Em visita ao Colégio Nossa Senhora de Fátima não conseguimos ter acesso a tal documentação.

[23] Lei 5692 de 11 de agosto de 1971.

[24] Nesse caso trata-se da Escola Municipal Carlos Gomes, que, a partir de 1978 começou a atender alunos de quinta série, com a instituição gradativa das outras séries. Nesses anos, houve um aumento do número de alunos em virtude da inundação causada pelo Lago de Itaipu que ocorreria no ano de 1982, pois muitas famílias que tinham alunos no Colégio Nossa Senhora de Fátima de Itacorá se transferiram para Aparecidinha do Oeste.

Veio muita gente de Itacorá e também por causa dos *royalties* [para Itaipulândia], pois com a emancipação do município gerou *royalties* e a população do município passou a ter uma grande renda *per capita* e com isso veio o "olho grande" de outras pessoas e de outras regiões que começaram a vir pra cá, gerando crescimento[25]. Então veio a concorrência, vieram profissionais, cada vez vinha mais e mais e o lugar cresceu. Até era difícil um tempo, pois não teve um planejamento aqui no município. Então, o Lago veio influenciar bastante na educação aqui no município, porque o ensino foi modificando com as pessoas que vieram pra cá. Você tinha que pegar outras maneiras. Você via a cidade diferente.

Na década de 1980 eu trabalhei nos primeiros anos na [Escola Municipal] Carlos Gomes, pois a extensão do Colégio Nossa Senhora de Fátima foi transferida para ele[26]. Atualmente a [Escola Municipal] Carlos Gomes é o Colégio Estadual Costa e Silva, pois com o tempo foi mudando o nome da escola pra separar a municipal e a estadual[27]. Eu acredito que quinta e sexta série, a documentação ainda era Nossa Senhora de Fátima, que foi quando nós dávamos aula em Itacorá.

A [Escola Municipal] Carlos Gomes surgiu depois, até que foi reconhecida. Mas, no início, nós trabalhávamos "frios", nem éramos registrados. Os professores não recebiam salário, não tinha nada na carteira e o município era quem nos pagava para que nós lecionássemos, mas até hoje essa fase me complica, esse tempo que eu lecionei, porque todos nós temos dois anos que não são considerados, pois não estávamos registrados em nenhuma parte que éramos professor. Está nos livros ponto, mas nem o município – que mantinha a escola –, nem o Estado assumiram. Foi mais ou menos em 1981, 1982 que passou pro Estado assumir todos os professores e funcionários que trabalhavam e assim a escola foi

[25] Os *royalties* foram regulamentados pelo Decreto número de 11 de janeiro de 1991, que atribui "O cálculo e a distribuição mensal da compensação financeira decorrente do aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, bem assim dos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Governo Brasileiro, estabelecidos pelo Tratado de Itaipu, seus anexos e documentos interpretativos subsequentes". Os *royalties* são distribuídos da seguinte maneira: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais. Do que é repassado aos municípios 85% do valor são para os municípios diretamente atingidos, recebendo de forma proporcional à área atingida. O seu pagamento foi aceito antes da emancipação do município. Então, esse crescimento do qual fala o entrevistado, começou na década de 1990, nos anos próximos à emancipação.

[26] Em virtude da formação do Lago do Itaipu, houve o fechamento do Colégio Nossa Senhora Aparecida de Itacorá em 1980. Seu último ano de atividade foi em 1981 e ficou sobre os cuidados do diretor da Escola Estadual Carlos Gomes, João Kazmirckzak, que assumiu a direção do Colégio de Itacorá. Nesse ano, o Colégio Nossa Senhora de Fátima passou a ser uma extensão da Escola Estadual Carlos Gomes. Mais informações são das nas entrevistas de Guido Miranda e João Kazmirckzak que fazem parte desse trabalho.

[27] A Escola Municipal Carlos Gomes atendia alunos até a 8ª série até o ano de 1981. Em 1982 houve a criação da Escola Estadual Costa e Silva que passou a atender os alunos de 5ª série à 8ª série e que em 1986 passou a se chamar Colégio Estadual Costa e Silva, pois passou a contar com turmas de Segundo Grau (atual Ensino Médio). Com isso, as outras séries passaram a ser de responsabilidade do município de São Miguel do Iguaçu, sendo criada a Escola Municipal Carlos Gomes. Ambas os estabelecimentos funcionavam na mesma estrutura predial até 1994 quando foi construída a sede da Escola Municipal Carlos Gomes.

desmembrada. Mas um bom tempo ainda, as escolas, tanto de [São José do] Itavó como aqui eram conjugadas, ou seja, de primeira à quarta série a entidade mantenedora era o município e de quinta à oitava série era de responsabilidade do Estado do Paraná. Tinha dois diretores no mesmo prédio e cada qual respondia pelos atos da sua clientela. Somente depois de mais ou menos seis, sete anos é que foi separado isso. Um bom tempo só tinha um diretor pra municipal e pra estadual. Era bem diferente. Não tinham professores concursados, eram todos CLT[28] e um sistema bem diferente do atual.

Quando eu trabalhei os últimos anos com as turmas de Itacorá os habitantes de lá estavam fazendo um movimento de desapropriação das terras, então existia uma preocupação. Você começava a dar aula pra uma turma e lá pelas tantas não ia nem trinta dias o aluno tal já se mudou. Era difícil entrar algum aluno, cada vez reduzia mais e você sempre terminava com uma turminha bem pequena, porque eram obrigados a sair da região. Mas você não via tristeza, uma complicação por parte deles ou que eles estavam preocupados que tinham em ir embora. Não. Foram bem indenizados, eu acho. Tenho a certeza que todos receberam justo, enquanto eu sei e ouvi de pessoas que eu conhecia, pois todos receberam justo da Itaipu pelo patrimônio que tinham na região, pelas terras que tinham. E eles também poderiam entrar na justiça se não estavam de acordo com a proposta que eles faziam à Itaipu pra indenizá-los.

Então, eu não vi pelos comentários que tinha descontentamento por eles terem que sair daquele lugar. Todos aceitavam. Parecia até que eles estavam contentes que eles podiam morar em uma cidade maior, em outro centro. Eu não morava lá e a gente só entrava mais na sala e lecionava, não ouvia falar deles sobre o comportamento. Deveria ter ficado mais com os alunos pra poder responder isso aí, das atitudes deles, como eles estavam agindo.

Trabalhar aqui naquela época, nessas localidades era diferente. Então, vamos pegar um pouquinho por etapas. Você notava que existiam diferenças de um lugar, de um distrito, de uma vila, conforme a cultura da população. Você tinha que dar aulas diferentes, não havia um padrão de preparação. Quando lecionava Matemática em Itaipulândia, na época Aparecidinha [do Oeste], tinha que mudar bastante quando ia para o distrito de Itacorá e de [São José do] Itavó, pois conforme a população, você tinha que ser diferente em sala de aula. Por exemplo, eu via que aqui no Colégio [Estadual] Costa e Silva que era um nível melhor, pois eles vinham com uma educação e até melhor preparados, com base em Matemática, por exemplo. Eu só dava aula de Matemática e via que aqui no Colégio [Estadual] Costa e Silva onde todo

[28] Quando o entrevistado fala sobre professores CLT quer dizer que todos eram contratados por um tempo determinado, conforme era regido pelo Artigo 443 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

mundo tinha uma média boa, mas em São José do Itavó não conseguia nem chegar perto dessa média. Com isso, eu tinha que trabalhar diferente com eles, mas não iam com o meu jeito de dar aula, porque eu dava aula aqui e achava que estava certo. Pode ser que era eu que tinha que mudar e descobrir como é que eles iam aprender Matemática, algo que eu descubro mais hoje, depois de quarenta anos, que poderia ter ajudado um pouquinho mais para que eles pudessem aprender. Também não foram só os alunos que eu achava que o nível era tão mais baixo.

Mas em setenta mesmo, 1979, 1980 quando dei aula nós recebíamos pouco e se sobrelotava, dando aulas além da carga horária máxima. Eu acho que o professor se "mata". E ainda juntava duas turmas. Uma turma de trinta alunos já era grande e daí põe duas, era impossível aprender bem. Isso começou nos anos setenta e continuou nos anos oitenta, porque faltavam muitos professores, então juntava duas turmas pra não ficar uma escola toda desorganizada e não ter aulas. Então fazíamos o que a gente podia fazer. Se um ficava doente, era pior ainda. Eu acho que aquela sobrecarga de dar até oitenta aulas[29] era algo anormal de um professor fazer. Isso se não exercia mais a profissão de diretor e secretaria junto, o que não era nada agradável.

Eu fui diretor também. Teve épocas que a gente trabalhava exclusivo, só como diretor. Mas teve época que quando faltava professor a gente também não deixava os alunos sem aula e substituía. Nos anos 1970, 1980, até metade da década de 1990 não tinha substituto, não tinha equipe pedagógica, então era o diretor. Se ele queria que os alunos aprendessem alguma coisa, ele entrava na sala de aula ou poderia pegar outro professor se ele substituía. Não tinha pedagogo pra pôr no lugar. Mas como sempre faltava professor tinha que fazer as duas coisas: diretor e ao mesmo tempo professor.

Fui oito ou nove anos diretor e como não tinha horário diretamente pra cumprir eu ficava de manhã, à tarde e à noite e também tinha as minhas horas que eu dava aula, diferente do que é hoje, pois o diretor não leciona simultaneamente. Mas eu fazia isso no tempo que eu era diretor e acho que teu pai também, pois foi diretor pertinho daqui[30]. Ele deve ter feito isso, se você questionar ele, vai ser mais ou menos a mesma coisa.

[29] Não era possível um professor dar 80 aulas por semana, mas conforme muitos professores afirmam sobre essa época citada por José, a carga horária era muito alta, superando as 40 horas-aula.

[30] Além de professor, meu pai foi diretor do Ginásio Anchieta CNEC de Missal (cidade vizinha à Itaipulândia) em 1971 e da Escola Municipal Joaquim Nabuco e da Escola Estadual Tancredo Neves, simultaneamente entre 1987 e 1989 em Dom Armando, comunidade do interior de Missal.

Eu acho assim, para os novos ouvir essa história como era tão diferente e essa mudança tão grande em quarenta anos dentro da educação é fundamental, é importante saber o desenvolvimento.

Nesse período que eu trabalhei houve influências políticas nas escolas onde eu leiconei. Primeiro vamos pegar mais pra trás, nos anos 1970 quando o professor era perseguido conforme lecionava, pois fazia críticas com os alunos em sala de aula. Com isso era preso, torturado e demitido conforme ele dava as aulas. A gente sabe disso, porque os colegas falavam: "Ó, o professor foi demitido, porque fez uma crítica, alguém o escutou", principalmente nos anos quando eu era aluno, quando eu fiz o técnico.

Mais adiante nos anos 1990 eu não sei. Eu acho que foi mais por causa do governo que fazia os empréstimos e não poderia mais reprovar alunos. O aluno estava cheio de direitos e o professor estava todo errado, mudou muito. Antes o professor era o dono do saber e os alunos tinham que se submeter ao conhecimento que ele tinha e, de repente, nos anos noventa era o contrário: os alunos tinham todo direito e o professor era funcionário, era empregado deles e acabava que muitos não conseguiram aceitar essa parte. O aluno estudava se quisesse e, como estava cheio de direitos, se quisesse prestava atenção, se quisesse fazer uma coisa ele fazia, mas tinha que aprová-lo. Não poderia reprovar mais que cinco por cento, se não era demitido, mesmo que o aluno não soubesse nada. Daí começou a existir no governo que tinha que apresentar uma aprovação boa, caso contrário não conseguiria recursos para a educação. Porém, o professor queria exigir nível, mas não podia e aprovava os alunos, muitas vezes, sem saber. Isso começou mais na década de 1990, mas a gente sabe que existe muito até hoje.

Se não houvesse a aprovação do aluno o professor também era perseguido politicamente, era demitido, não era profissional. E ele era muito profissional. É que a educação mudou. Faz-se muitas vezes uma falsidade. Na avaliação só pra dizer que pode conseguir mais recursos ele dá nota, dá a média e é por causa disso que caiu o nível. Não é só no [Ensino] Fundamental, no Segundo Grau [Ensino Médio] e nas faculdades também. Muitas vezes eu fico pensando "Esse aluno nunca vai conseguir fazer uma faculdade" e ele teve vários problemas no [Ensino] Fundamental. Ele passa nas faculdades, meio sem saber, como eu sei de professores que hoje estão aqui, trabalhando e sem as mínimas condições. Coisas como regra de três, porcentagem, não conseguem nem na faculdade, mas fizeram lá e passaram, porém não sabem. Passam e não são avaliados. Então, por quê? Porque foram perseguidos. Influenciou a política sim e sempre influenciou de umas maneiras diferentes, pois cada governo tem a sua política que muda de quatro em quatro anos. Por exemplo, hoje é

bem outra coisa do que quando era o governo [Roberto] Requião[31]. O governo Requião eu sei que ele se preocupou muito em aperfeiçoar os professores.

Naquela época, o professor era mais autoritário. Isso acontecia ainda na década de 1980: os doutores com os quais eu conversei falaram que os professores que eles tiveram nessa época davam tapa na cara, eram bem carrascos, muito cruel para os alunos e não tinham nada de amizade com eles. "Era mais no coice". Os professores se sentiam o dono do saber e o aluno não tinha direito de discutir, devendo apenas aprender, não valorizando o conhecimento que ele [aluno] tinha. Até lembrando um pouquinho da história, que mesmo os grandes cientistas reprovaram nas escolas e eram mais perseguidos pelos professores, por exemplo, o [Albert] Einstein que reprovou e era um grande conhecedor da ciência e o motivo dessa reprovação pode ser por perseguição, pois o professor não conseguia entender o talento que ele tinha. Isso eu via mais forte nos anos 1970, 1980 isso, pois era outro sistema de lecionar.

Já nos anos 1990 os professores tinham que começar a ser diferente e essa mudança não foi aceita por muitos professores mais antigos, pois ele tinha que aprender com o aluno, se aperfeiçoar, conhecer as culturas, tudo aquilo que ele não aceitava. Se ele não fosse se aperfeiçoar caia fora mesmo, porque cada década é outra realidade. O professor tem que mudar, se adaptar àquela realidade que está no momento.

É importante o momento quando o professor se deixa avaliar pelos alunos, mas muitas vezes ele tem medo. Elogiam a atitude dele de professor: "Tá bom, o professor é ótimo", mas por trás, os alunos têm uma coisa contra o professor, pois ele é meio rígido, cobrador. Os alunos gostam mais de um professor brincalhão, que fique mais a vontade, nem que eles não aprendam, pois eles querem "matar a aula[32]", não estão muito afim, principalmente na escola pública. Outro motivo é por estarem muito perdidos, não terem a base.

E o que eu estava falando com você antes, o currículo deveria ser modificado. Eu vejo que não existe uma força, por enquanto, do Ubiratan D'Ambrosio, que colocava a Etnomatemática em prática, porque não tem o espaço. Estão reduzindo as aulas de Matemática, não dá tempo de explicar tudo, então vem aluno com pouca base, que não tem os pré-requisitos pra estar naquela série. Com isso o professor perde muito tempo e ainda é pra dar aula de Matemática para todos, deixando a educação cada vez mais difícil. É difícil lidar com a educação dos alunos, porque eles não querem aprender. Como é que você faz? E tem

[31] Roberto Requião foi governador do Estado no período de 2003-2010. O atual governador é Beto Richa, que assumiu em 2011.
[32] Esse termo significa uma falta de interesse de forma intencional do aluno.

que aprovar por causa daquilo que eu falei antes. O professor tem que fazer um milagre lá. O aluno não quer aprender, porque acha a aula de Matemática difícil e por não ter um pré-requisito. Ele não sabe, pode até ser que exista uma falha entre os professores que não exigiram o suficiente na quinta série o que ele deveria saber e assim ele vai para a sexta série, a sétima, daí chega à oitava série e o professor não consegue fazer a metade que deveria fazer; vai ao Segundo Grau, continua isso aí também. Ele deixa passar, porque se ele reprova o que ele deveria reprovar, está demitido.

Naquela época, nos anos 1980 nós podíamos cobrar mais os alunos, até mesmo reprovar todos. Se o aluno não estudava, não fazia os trabalhos, ele sabia que ele reprovava, porque não era tão democrático. Hoje os alunos sabem que não reprovam, que tiram nota sem merecer; vai se falando isso para os outros alunos e é por causa disso que o nível cai cada vez mais. Eu acredito que o que prejudica o nível da educação é isso aí, pois se faz uma farsa dentro da sala de aula. Eu vejo assim, na oitava série hoje o aluno não consegue passar o conteúdo, nem cinquenta por cento do que deveria saber. Com isso ele faz provas em dupla, mas mesmo assim ele não sabe o conteúdo.

Eu acho que também houve coisas erradas. Eu sei que reprovei alunos na época que até dá certo remorso, que hoje eles têm qualidades. Citava em conselhos de classes alunos que achava que deveria reprovar e os demais professores também percebia isso, mas que não deveria. Citei até num conselho de classe um aluno que eu tinha reprovado em Matemática. Porém, mesmo ele nunca tendo gostado da matéria hoje é um grande profissional, é músico, é um ótimo locutor, se vira na vida, mas ele não merecia, pois não tinha conhecimento matemático. Eu poderia ter cedido, ter deixado uma chance de ele passar, porque ele não precisava tanto da matemática no que ele estava trabalhando e como nós estávamos exigindo dele. Então, se eu olho no sentido de preparar gente pra sociedade, de ter o mínimo, o necessário pra sobreviver, então, como professor eu deveria ter mudado naquela época, porque isso eu fazia nos anos oitenta.

Na época, eu acho que pelo fato do aluno ter mais medo e respeito pelo professor, ele estudava mais. Hoje é mais livre. Mas também, ele pode ter os talentos suficientes, pode ir bem, pois vai aprender na hora que precisar. O aluno não vai precisar saber todo o conteúdo e essa é a dificuldade que muitos professores encontram, pois quando começa a avaliar esse aluno, ele não pesa o erro dele ou se aprendeu o mínimo e acaba reprovando.

Por causa da falta de professores, os que tinham nos colégios pegavam várias disciplinas, pois não vinha professor aqui em uma época, porque eles preferiam os grandes centros, em cidades e não no interior, às vezes, por causa da dificuldade, medo dos alunos e

da adaptação. Também tinham poucas pessoas com estudo. Em distritos, por exemplo, São José do Itavó até hoje tem isso. Não tem o pessoal formado lá dentro. Falta o professor de Matemática que vem sempre de um município maior e não conhece a realidade e isso acaba prejudicando. Depois que ele chega e conhece o aluno ele é tirado de novo. Por exemplo, eu dei aula ano passado [2010] em São José do Itavó, levou tempo pra eu me entender com eles, até que eu fiz amizade. Esse ano eu queria dar aula de novo, mas eles não aceitaram, tinha que dar só aula aqui [em Itaipulândia]. Na distribuição de aulas o professor tem o direito de escolher, mas, às vezes, não pode, o que não deveria acontecer, pois influencia bastante se o professor pudesse escolher um pouquinho as turmas que ele gostaria de trabalhar.

Nas décadas de 1970 e 1980, o professor escolhia o lugar principalmente quando ele pegava mais disciplinas, mas isso foi há um tempo, quando aquela disciplina não tinha professor e ele pegava para completar as horas que ele tinha vago, mas nem todos faziam isso. Eu acho que eu dei todas as disciplinas por causa da falta de professores: Educação Física, Português, Educação para o Lar, Artística, dei todas e não tinha o preparo, mas fazer o que? O professor sempre tem que ter um conhecimento mais amplo. Mas eu me preparava. O que me ajudou é que vinha lecionando no primário e lá você ensina Português, Matemática, História, tudo. Eu me dava bem com História, com Português, mas não gostava de redação, pois eu era péssimo. Mas também se precisava, eu substituía em Português por pouco tempo, pois é uma matéria complicada.

O que também me ajudou é que a minha educação sempre mexia com tudo. Desde que eu cheguei o professor tinha que ser tudo: ser pai, ser advogado, porque povo procurava o professor pra tudo, pois quando o lugar é pequeno, ele quer saber do cartório, quer saber do padre e era o professor que dava essas informações, pois era mais próximo, chegado à comunidade. Então, tinha um cálculo lá pra fazer, era o professor de Matemática que procuravam. Depois como eu tinha escritório [de contabilidade] e era professor, então era mais ainda, pois tinha que resolver todos os problemas de casamento, de cálculo de terra. Então, a gente além de ser professor, tinha que dar uma satisfação. E você era o tal, era o conhecedor da cidade. Com isso você te eleva na política e é onde você não aguenta fazer tudo[33]. Primeiro, porque pegava aulas demais e tinha que conciliar com a direção e com a função de contador. Assim, acabam os nervos. Hoje eu acho que o professor só poderia exercer essa função para fazer as coisas certas e deveria passar dos vinte por cento de hora

[33] José sempre teve um papel relacionado com a política em Itaipulândia. Atualmente é presidente de um partido político, mas já ocupou cargos de Secretaria na prefeitura municipal, além de ter sido vereador entre 1997 e 2000 e concorrido ao cargo de vice-prefeito no ano de 2000.

atividade para cinquenta por cento, como estão ganhando os doutores, para que ele pesquise, se prepare.

Mas essa parte de ter sido contador, estar envolvido com outras coisas ajudou, pois você pode por mais para o aluno sobre suas experiências, onde ele usa essa Matemática e porque ele a aprende. Tem umas coisas que se o professor não trabalha, por exemplo, números positivos e negativos, ele pode colocar a linguagem que existe no comércio, como: prejuízo, contabilidade do prejuízo, lucro, ganhos, onde ele pode representar que lucro é positivo, que prejuízo é negativo e se o aluno entender essa fala ele pode aprender. Então, eu acho que com a profissão de contador existe uma facilidade de trabalhar Matemática com o aluno, mesmo que não é como o professor de Matemática, que não tenha a didática – se tiver é melhor. Mas ele tem a Matemática que é do dia-a-dia, que o comerciante precisa. Isso aconteceu comigo, pois eu era técnico em contabilidade, mas eu era bom em Matemática por causa disso, porque eu acho que contador usa mais Matemática que o professor em sala de aula, pois ele tem pra ele e também precisa saber mais.

A gente fazia práticas diferentes também, principalmente com equações, mas não era tão artificial com é hoje. Quanto ao material, lógico, tinha bem menos do que comparado com hoje. As bibliotecas eram pobres, com poucos livros, com pouca coisa pra pesquisar; não tinha computador; era raro alguém com assinatura de um jornal ou de uma revista; as provas eram todas copiadas da lousa; os livros não eram tão completos; e o professor quase não pesquisava também. Hoje, os livros têm uma parte didática, explicando como é que o professor tem que trabalhar o conteúdo e mudou também como ele tem que trabalhar na sala de aula.

Hoje, eu estava lendo um pouquinho sobre o professor não buscar algo diferente, de não estudar. Eu acho que isso acontecia porque na década de 1970 e 1980, pois o professor não tinha plano de carreira, pois ele trabalhava mais com a CLT, não sabia se estaria no dia seguinte, não tinha uma segurança no serviço. Tinha muito professor que fazia “bico” na escola. Quando havia um curso de capacitação, que era coisa rara, em vez de se aperfeiçoar para melhorar a educação, ele achava que já sabia e queria fazer outras coisas, só fazendo o que podia fazer. Ele sabia que não contava para subir de nível, para o plano de carreira como é hoje. Se ele tinha conhecimento bom, se ele era bom professor ou ruim, recebia igual, sempre a mesma coisa e não existia a perspectiva das coisas mudarem. De repente, as coisas foram modificando, foram melhorando e bastante. Eu acredito que todo curso deve valer alguma coisa, o professor tem que ser motivado e deveria até ser avaliado sobre cada curso

que ele fez, se ele aprendeu ou não. Daí sim poderia valer e não deveria valer para quem não soube, não mudou e não se transformou.

Cada governo tinha a sua maneira. Por exemplo, um governo dos últimos vinte anos, que queria todos os cursos de aperfeiçoamento fossem feitos em Faxinal do Céu[34]. Às vezes, iam só professores de Matemática, outra vez de outra disciplina e raramente fazia uma parte nas escolas. Já outros governos faziam os cursos só na escola, dispensava as aulas um ou dois dias e fazia os cursos[35]. Com isso, todos os professores passaram a fazer os cursos de capacitação, mas a gente vê uma diferença depois que começou valer mais pontuação, porque parece que o professor participa mais e todo mundo quer fazer a capacitação pra melhorar de vida.

Tinham cursos que mudavam a prática do professor, pois com a presença de professores capacitados ele aprendia que deveria trabalhar com o aluno, deveria passar a matemática do abstrato para o concreto, o que fazia com que o professor entendesse melhor a equação na prática. Foram muitos cursos que realmente começaram a transformar lentamente o professor para que ele agisse diferente em sala de aula.

Porém, em todas as épocas tiveram cursos que foram uma "matação[36]". Muitas vezes queriam por lá uma fala difícil e o professor não entendia nada, mas acabava aceitando e ficava lá sem questionar, não levando nada de certos cursos. Outras vezes os professores eram obrigados a fazer esses cursos, porque o governo obrigava, acredito até mesmo exigido pelo Banco Mundial quando emprestava dinheiro. Isso tudo eu vejo que influenciou muito na história da educação.

Eu vejo que faltaram nos anos 1970 e 1980 cursos como o PDE e as especializações, porque quanto mais o professor faz, mais ele fica preparado. Vou falar uma coisa pra você que é importante. Quando eu falei que o Márcio [Diehl][37] tinha feito doutorado, a professora Dulce, ex-chefe do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, disse assim: "Você não segura ele mais na tua escola não, porque no momento que fez doutorado, ele não quer saber de uma escola baixa, ele não se acerta nem com os alunos, ele tem um nível que não consegue

[34] No governo de Jaime Lerner (1994-2002) ficou conhecida a política dos cursos de capacitação em Faxinal do Céu, localizado no município de Pinhão (região Centro-Sul), local onde foi instalada a Universidade do Professor em 1995. Nesse espaço eram promovidas palestras, oficinas e cursos de capacitação aos professores da rede pública de ensino do Paraná, em um espaço cedido pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) para o governo do Estado. Com o passar dos anos e a mudança de governo o espaço deixou de ser ocupado e foi desativado em 2011 pelo governador do Estado Beto Richa, que alegou ter outra política para capacitação por meio de cursos de forma mais descentralizada.

[35] Essa política foi mais característica do governo de Roberto Requião.

[36] Sentido semelhante ao "matar aula" (nota 32).

[37] Márcio Diehl é ex-professor de Matemática em Itaipulândia e atualmente é funcionário do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.

se colocar no lugar do aluno". E eu acho que não deveria existir isso, porque os doutores seriam mais preparados para ajudar na forma de como se aprende e não precisava falar tão difícil. Só porque é doutor tem que falar difícil? Não. Mas eu acredito que quanto mais cursos, especializações, pós-graduação, mestrado, doutorado, mais tem que ajudar um pouco a gente.

Nós também tínhamos problemas com o espaço físico das escolas, pois isso quase sempre faltava e acho que ainda hoje na nossa região é assim. Nós, às vezes, precisávamos juntar duas turmas em uma sala, por exemplo, duas quintas séries, A e B, se entrava numa sala, só para não ficar vago, sem aula, para eles terem alguma coisa pra fazer. Se eles aprendiam ou não, não importava. Mas aprendia, porque melhor assim do que eles sem fazer nada, em uma "matação". Então fazia isso, por causa da grande falta de professores naquela época.

Hoje têm muitas escolas que tem luxo e conforto, enquanto muita gente aprende em baixo de uma árvore. Falta espaço escolas públicas. Nós não temos um laboratório de Matemática porque não temos espaço. Eu pude ver um quando fiz o PDE, pois só de você entrar, ficar olhando para as paredes, em cinco minutos você já adquire outro conhecimento. Então, é o lugar que mais se aprende. Tem coisa que está sobrando, mas o professor não procura entender, conhecer e aplicar. Tem muita coisa no colégio que muitos professores de Matemática não sabem que a escola tem. Eu acho que depois que você saiu daqui muita gente não está usando o material que tem aqui pra praticar um pouquinho mais, pois o aluno enxergando, ele também aprende melhor.

Quando eu trabalhei com outras disciplinas não tinha ninguém que ajudasse, eram somente os meus conhecimentos. Nessa parte nunca houve preocupação de ninguém para que o professor pudesse pegar algumas orientações. Nem hoje, mesmo tendo uma equipe pedagógica dentro do colégio, que é algo de dez anos pra cá, é diferente. Então, tenho lecionado trinta anos sem uma ajuda pedagógica, de um pessoal preparado pra ajudar para que desse a aula melhor, para que tivesse mais resultado com os alunos. Mas agora, nas últimas políticas [do governo], eu vejo que vem ajudar bastante, desde que os pedagogos queiram melhorar, porque eles poderiam ajudar mais. Eles precisam ver o problema, trabalhar junto com os pais e com o professor, mas isso não acontece. Pode ser que os problemas sejam tantos, que eu estou exagerando um pouquinho, que eu estou vendo um resultado bem maior logo, que eles não conseguem fazer tudo. Mas eu sei que colégio que é destacado é porque a equipe é diferente, pois ela dá mais caminho. E outra: o professor poderia se aperfeiçoar, pois os livros didáticos são bem mais completos. Eu ensinei vários professores de Matemática antigos e eles nunca haviam visto a parte pedagógica e didática de um livro didático.

O que era difícil era ter professor de outras disciplinas lecionando Matemática, realmente, não vi isso ainda, porque se ele não é formado em Matemática é muito difícil que ele consiga dominar o conteúdo, a não ser que seja um contador ou engenheiro que tem bastante cálculo matemático, mas se não... Mas, por exemplo, um professor de Português dar aula de Matemática ou de outra disciplina eu não vi, a não ser Ciências que é dentro da Matemática que o formado ou se oferecia ou era procurado, como aconteceu comigo. Outro fator é que a Matemática é uma matéria considerada pela maioria dos alunos a mais difícil, a mais complicada. Eu fico me questionando muito, até hoje, as respostas para isso.

Fico contente que fui convidado e espero continuar ajudando, mostrando a realidade daquela época e acompanhando a pesquisa. Só de levantar hoje de manhã às seis horas, para escrever e pensar um bom tanto sobre os fatos como aconteceram para enriquecer mais o teu projeto, me ajudou bastante.

3.3 A pista de Guido Miranda

Na mesma manhã do dia 15 de julho de 2011 em que eu entrevistei o professor José Griebeler, fiz a segunda entrevista com alguém que eu não esperava conseguir conversar, o professor Guido Miranda.

O senhor Guido Miranda foi morador de Itacorá desde a década de 1970 e ficou até meados da década seguinte morando na região. Depois disso foi para Rondônia, de onde o professor José – que me falou sobre ele – não sabia mais o paradeiro. Assim, logo nas primeiras conversas com o José achava que seria difícil encontrá-lo, em qualquer que fosse a época do ano.

Porém, no mês de julho, quando fui falar com o professor José para marcarmos a entrevista, ele me dá a notícia que recebeu uma ligação do professor do qual eu tanto falava: o senhor Guido Miranda. Nesse telefonema, Guido avisava que estaria na cidade por alguns dias e iria encontrar José, pois eram velhos amigos. Sabendo do meu interesse, o professor José logo conversou com ele e falou sobre o meu trabalho, já o deixando alertado que possivelmente eu o procuraria.

Alguns dias depois, fiquei sabendo que o senhor Guido estava na cidade, na casa do seu irmão, Salézio Miranda, que completaria as bodas de ouro naquela semana, senão, segundo o próprio Guido: “Não teria vindo nesse frio, não”. Como não sabia onde o senhor Salézio morava pedi para que meu pai me levasse lá na quinta-feira, dia 14 de julho. Chegando lá me deparei com um senhor de pele morena, cabelo curto, com um bigode vistoso, usando uns óculos grandes e que não morava mais em Rondônia e sim em um lugar mais longe ainda: na cidade de Rorainópolis, em Roraima, o que me deixou espantado. Então, me apresentei e ele falou que o professor José havia comentado sobre o meu trabalho na noite anterior. Quando eu falei de marcar a entrevista, ele falou que não teria problema e que poderia ser até naquele momento, mas eu achei melhor deixar o roteiro com ele e com isso marcamos para o dia seguinte na Casa da Memória de Itaipulândia às 11 horas.

No dia seguinte, estávamos lá para realizar a entrevista. Ele estava acompanhado com o seu filho e antes da entrevista ficou olhando algumas fotografias que estavam expostas, lembrando-se da época em que morava em Itacorá. Assim, entramos em uma sala mais reservada, num local que seria a representação da sala do primeiro prefeito da cidade e começamos a entrevista.

Ao terminarmos a entrevista, quando estava me preparando para recolher meus materiais de gravação, chegou na sala o senhor Rodison Scarpato, funcionário da Casa da

Memória e autor do livro “Itaipulândia: Seu povo, sua origem, sua história”, dizendo que queria aproveitar o momento pois estava se preparando para escrever a segunda edição do livro e gostaria de fazer mais algumas perguntas sobre a vida em Itacorá. Assim, pedi autorização aos dois e deixei gravando a outra entrevista.

O resultado das duas entrevistas com Guido Miranda, onde é possível conhecer um pouco mais sobre vários aspectos de Itacorá, vem logo na sequência.

3.3.1 4192 quilômetros

Sou Guido Miranda, casado com Maria Conceição Miranda, um dos 13 filhos de Adílio Miranda e Apolônia Hoepers Miranda, sendo que dois irmãos são falecidos. Tenho 63 anos e nasci no dia 5 de novembro de 1947 em Forquilhinha que, na época, pertencia a Criciúma e hoje é município[1]. Atualmente resido no estado de Roraima, no município de Rorainópolis[2].

Meu pai e meus irmãos que não eram casados – exceto o Salézio [Miranda] que havia casado na semana anterior à mudança – vieram para o Paraná, acho que era para Nova Roma[3] no município de São Miguel do Iguaçu em 1961 em uma viagem de caminhão que demorou alguns dias. Eles vieram naquele tempo da colonização, após saberem das terras por meio dos amigos e por ter meu finado cunhado morando aqui, o Santos Scarpari[4]. Eles vieram naquela leva para trabalhar aqui quando ainda era praticamente tudo mato. Eu vim dez anos depois, no final de 1970.

Meu pai tinha uns cinco alqueires de terra perto de Itacorá que comprou, se não me falha a memória, do Nicodemo Senel[5], pois sempre teve a vida muito sofrida e chegou para trabalhar com lavoura de fumo, que ele vendia para a Souza Cruz[6]. Ele construiu uma casinha, toda de madeira, com telhado de “tabuinha”. Os lotes eram baratos, pois muitas eram de direito de posse[7], principalmente na região de São José do Itavó. Muitas dessas terras foram

[1] Os municípios de Forquilhinha e Criciúma estão localizados ao Sul de Santa Catarina. Forquilhinha emancipou-se de Criciúma em 1990.
[2] Município localizado na região Sul de Roraima, distante 4192 quilômetros de Itaipulândia.
[3] Comunidade do interior de São Miguel do Iguaçu.
[4] Antigo morador da região.
[5] Antigo morador da região.
[6] O cultivo de fumo sempre existiu na região de Itaipulândia, porém no início da colonização do local não era uma das culturas mais fortes.
[7] Terras tomadas sem ter a escritura.

feitas os contratos de compra e venda de direitos de posse no escritório do Derseu[8] [de Paula] onde eu trabalhava.

As estradas eram ruins, com aquele "poeirão", com aquele barro vermelho. Não havia energia elétrica onde ele morava, só na vila. Havia pouca coisa em Itacorá naquela época, apenas uma loja de material de construção e o Armazém dos Feldmann. Se precisasse de algo tinha que ir para São Miguel do Iguaçu, mas tinha apenas um ônibus, o da Colonial[9] que chegava à Itacorá uma vez de manhã e outra à tarde, mas nem sei se todos os dias.

Eu falei desses Feldmann e sobre isso tenho uma curiosidade. Meu pai era preto, cabelo encarapinhado, só que ele falava alemão em ritmo. Eu fui criado com um alemão. Então, antigamente, tinha muitos alemães ainda que eram racistas. Aí a primeira vez que o pai chegou em Itacorá, ele entrou nesse armazém dos Feldmann. Aí as mulheres tomando chimarrão lá e o pai só pra lá e pra cá escutando elas falar mal dos pretos: é *schwarz*[10] daqui, *schwarz* dali e tal. Aí o pai só escutando. Quando o pai cansou, foi lá no balcão lá e pediu uma caneta, mas já pediu em alemão: *kugelschreiber*[11], alguma coisa assim. Aí todas as mulheres ficaram envergonhadas, foram lá pra trás chamar os velhos, aí os velhos vieram. Aí depois ficaram amigos.

Naquela época, quando meus pais vieram, eu estudava em seminário de padre. Fui quase padre, fui seminarista. Aí o que aconteceu: eu saí do seminário em 1966 e no ano seguinte servi o exército em Curitiba, depois comecei a trabalhar na Embratel[12] em Blumenau, mas me deram as contas, porque eles deram a conta pra todo pessoal que fez um curso de telefonia, então estava sobrando gente. Aí terminei o Científico lá em Criciúma, na última metade do ano no Colégio Marista[13]. E de lá, quando eu me formei, vim pra Itacorá pra visitar os meus pais.

Quando chegamos a Itacorá foi inaugurado o Ginásio Nossa Senhora de Fátima[14], das irmãs. Então, eu me tornei professor quase que por obrigação, porque não havia pessoas com

---

[8] Antônio Derseu Cândido de Paula, um dos entrevistados da pesquisa, que além de ser professor e diretor possuía um escritório de contabilidade em Itacorá.

[9] Colonial era a empresa de ônibus que passava em Itacorá e ia até São Miguel do Iguaçu, passando por outros locais, por exemplo, São José do Itavó e Aparecidinha do Oeste. A empresa continuou fazendo a linha de São José do Itavó até São Miguel do Iguaçu até o início dos anos 2000 quando encerrou as atividades.

10 Schwarz significa preto em alemão.

[11] Significa caneta em alemão.

[12] Empresa Brasileira de Telecomunicações.

[13] O Colégio Marista de Criciúma foi criado em 1961 como Ginásio Masculino São José oferecendo o curso ginasial.

[14] O Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima inaugurado em Itacorá em 1971 era uma extensão do colégio de mesmo nome que tinha sede em São Miguel do Iguaçu. A sua responsabilidade era das irmãs franciscanas e atendia alunos de 5ª à 8ª série do ensino de primeiro grau, que era equivalente ao atual 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

grau de estudo. Quando o Ginásio inaugurou, tínhamos apenas dois professores: eu e o Antônio Derseu Cândido de Paula, que nem formados de professores nós éramos. Eu tinha feito Científico e ele tinha feito Técnico Contábil. Então, a gente mexia só com a primeira série do Ginásio, no primeiro ano em 1971; aí em 1972 havia primeira e segunda série; no ano seguinte tinha a terceira série; e assim sucessivamente.

Então, a gente dividiu as matérias. Inclusive no primeiro ano eu nem lecionei Matemática, trabalhei com umas quatro ou cinco matérias. Eu lembro que trabalhei Português, Francês, Geografia mais umas duas matérias e ele (o Derseu) o restante. Aí no segundo ano, já apareceram mais professores e eu iniciei na Matemática e continuei com ela e os outros começaram as outras matérias.

Só depois de lecionar dez, quinze anos que eu me formei em Matemática. Fiz a formação lá em Porto Velho, Rondônia. Quando eu morava aqui, eu fiz Ciências Contábeis em Palmas (PR)[15], principalmente, porque eu trabalhava no escritório. Aí eu fui fazer Matemática mais por gostar mesmo, nem lecionar eu fui, pois fiquei só com o escritório de contabilidade.

Quando eu fiz Ciências Contábeis foi como Matemática, porque enquanto eu estudava, lecionava também. Assim foram dez anos lecionando Matemática, desde o primeiro ano que teve o Ginásio até o último ano que funcionou lá, ano em que foi indenizado pela Itaipu[16]. Depois lecionei um pouco aqui em Aparecidinha [do Oeste], hoje Itaipulândia. Depois trabalhei mais as matérias comerciais em Missal[17].

Quando eu vim para Itacorá, a minha intenção nem era ficar, pois eu voltaria para Curitiba, para a casa do meu irmão e pra estudar, mas me seguraram por falta de professores. Aí eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite: de manhã eu lecionava também pro quarto ano primário[18], série que eu sempre pegava, onde trabalhava todas as matérias; à tarde trabalhava

---

[15] Palmas (PR) é uma cidade do Sudoeste do Paraná. O entrevistado foi aluno da FACEPAL – Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas de Palmas (PR) –, instalada com o apoio municipal entre 1979 e 1980.

[16] O último ano de atividades do Colégio Nossa Senhora de Fátima foi em 1981, porém estava sobre responsabilidade da direção da Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste, sendo uma extensão dessa última. O fechamento do Colégio Nossa Senhora de Fátima, como ainda era conhecido, ocorreu no final de 1981.

[17] Missal é município vizinho de Itaipulândia. Na época em que trabalhou lá, o entrevistado lecionou no Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis no curso à nível de segundo grau de Técnicas Comerciais.

[18] Quarto ano era a última série do ensino Primário, que abrangia as quatro primeiras séries. Atualmente seria equivalente ao 5º ano do Ensino Fundamental.

no escritório de contabilidade; e a noite lecionava no Ginásio. Até uns anos eu fui diretor no Gabriel de Lara[19].

Nós éramos contratados pelas irmãs que mantinham o Ginásio e elas também nos pagavam, mas a nossa remuneração era apenas uma contribuição mesmo, tanto é que eu trabalhava durante o dia no escritório. As irmãs também cobravam uma mensalidade que era pouca coisa, algo equivalente a trinta reais atualmente.

Nos anos em que eu lecionei, tinha muitos alunos que eram mais velhos que eu, porque ficaram muitos anos sem estudar e não tinha o Ginásio para continuarem depois de terminar o Primário. Por exemplo, o João Kazmirczak[20] acho que era mais velho que eu e foi meu aluno lá. Ele vinha daqui [Itaipulândia], pois morava aqui. Então, o pessoal de Aparecidinha do Oeste, Santa Inês, São José do Itavó, Cristo Rei, Sol de Maio, todos esses lugares menores[21] próximos à Itacorá iam pra lá, porque era o lugar maiorzinho. Então, muitos ficaram dez anos sem continuar os estudos e quando começou o primeiro ano do Ginásio tinham alunos de todas as idades e com isso o trabalho era fácil na questão do comportamento, pois eles respeitavam e tinham interesse de estudar. Não precisávamos nem ter castigos, nós mesmos resolvíamos.

Demorou vários anos até que teve a primeira escola em Aparecidinha do Oeste que tivesse de quinta série em diante[22], tinha apenas o Colégio Nossa Senhora de Fátima em Itacorá.

As aulas eram normais, nós apenas acompanhávamos a matéria que tinha no livro, não tinha um trabalho que nem hoje, por exemplo, informática, essas coisas. Aquele tempo era aquele ensino "do tempo dos nossos pais". Eu não lembro muito bem, mas a Matemática que nós ensinávamos era básica mesmo, com muita álgebra. Não tinha outros materiais. Material era só o livro, que abrangia muita coisa, era bom. Esses livros nós recebíamos das editoras

[19] O Grupo Escolar Gabriel de Lara foi a primeira escola fundada no atual território de Itaipulândia, no distrito inundado de Itacorá, em 1963. Ela atendia alunos do Ensino Primário, até a 4ª série, que hoje é equivalente ao 5º ano do Ensino Fundamental e funcionou até 1982, quando teve que encerrar as atividades por causa da formação do Lago de Itaipu.

[20] Um dos entrevistados da pesquisa. Foi aluno da primeira turma do Colégio Nossa Senhora de Fátima de Itacorá, professor e diretor da Escola Municipal Carlos Gomes até 1981.

[21] Essas comunidades existem até hoje, porém algumas sofreram modificações importantes em relação à época que o entrevistado fala: Aparecidinha do Oeste se tornou a sede do município de Itaipulândia; Santa Inês é uma comunidade do atual município de Itaipulândia; São José do Itavó foi atingido em partes pelo Lago de Itaipu e a população diminuiu bastante; Cristo Rei é uma comunidade muito pequena em virtude da formação do Lago de Itaipu e o mesmo acontece com Sol de Maio que foi muito atingida por ele. Todas elas não possuíam escolas que atendessem alunos a partir da quinta série do Primeiro Grau, dessa forma, os alunos iam para Itacorá para seguir os seus estudos, por exemplo, João Kazmirczak um dos entrevistados da pesquisa.

[22] As primeiras escolas que atenderam alunos a partir da quinta série foram a Escola Municipal Carlos Gomes, de Aparecidinha do Oeste, e a Escola Municipal Rondônia, de São José do Itavó, ambas com início desse atendimento a partir de 1978.

mesmo, através das irmãs que conseguiam para a matriz do colégio em São Miguel do Iguaçu e repassavam para nós, pois em Itacorá era a extensão.

A estrutura do nosso colégio era a mesma do primário de lá, nas mesmas salas, porque de dia era a aula do primário, hoje Fundamental, enquanto o Ginásio era à noite. Era um prédio precário de madeira, com quatro salas de aula só, cada turma em uma sala. Quando iniciou o Ginásio à noite só funcionava uma sala, porque só tinha alunos para uma sala, era em torno de trinta alunos eu acho. Aí depois, cada ano foi aumentando as salas de aula.

A nossa escola era uma instituição particular, era um colégio das irmãs franciscanas. Então, nós tínhamos que ter uma disciplina mais rígida mesmo, pois eram as irmãs que mantinham a escola. Então, tinha aquele comportamento mais religioso, por causa do catolicismo delas, interferindo apenas na postura dos alunos. Com isso os alunos respeitavam, porque também era tudo aluno já mais de idade.

Quando eu vim para a região era uma vida colonial[23], digamos assim. Não havia indústria, havia pouco comércio. A maioria das coisas tinha que comprar em São Miguel do Iguaçu. Por aqui não tinha quase nada, apenas a farmácia do Adolfo Ghellere e alguns anos depois fizeram a Clínica Ventura. Também havia delegacia e um destacamento do Exército, mas era tranquilo por aqui. Havia pesca no rio Paraná ainda, principalmente de peixes grandes, e a caça já havia diminuído desde o tempo que meu pai chegou. Então, era uma vida com aquela simplicidade de colônia[24] mesmo.

Depois foi aumentando a população. Aí terminou por causa da Itaipu, após indenizar. Não teve jeito. Com isso, a população espalhou para todo lado: muitos vieram aqui pra Aparecidinha [do Oeste], que hoje é Itaipulândia, outros foram para todas as regiões do país.

Eu vejo que a inundação por causa do Lago de Itaipu não influenciou muito na sala de aula, porque foi avisado com muito tempo de antecedência e o pessoal já estava preparado para isso. Então, muitos alunos saíram antes de terminar a aula. Esses que moravam aqui por perto foram ficando até terminar. Então, muitas turmas começavam com certa quantidade de alunos e quando chegava ao final do ano já tinha diminuído. Inclusive eu, no último ano que funcionou o colégio, estava morando em Aparecidinha do Oeste e ia toda noite para Itacorá para lecionar. Então, por obrigação pela formação do Lago de Itaipu eles tinham que sair, então já estavam preparados, pois durante anos sabiam que tinham que sair. Os alunos falavam: “Eu vou parar em tal lugar”, “Eu vou pra tal lugar”. Uns vieram pra mais perto,

[23] Com hábitos interioranos.
[24] Colônia é a pequena propriedade típica da colonização gaúcha e catarinense com produção voltada principalmente para a subsistência.

outros pra mais longe, acompanhando os pais, porque no último ano já não tinha mais aqueles alunos de idade, eles tinham, no máximo, 15 ou 16 anos quando estavam no quarto ano do Ginásio[25], já não era a mesma coisa quando começou, pois havia passado dez anos. Então, os mais velhos que haviam estudado no Ginásio já estavam formados e até mesmo se casado. Mas os alunos ficaram até parar o colégio.

Quando os alunos terminavam o Ginásio [primeiro grau], muitos paravam de estudar, mas outros foram para Foz do Iguaçu, porque estudavam lá. Inclusive os alunos que passavam eram os que obtinham os primeiros lugares, porque lá o ensino era puxado mesmo, do tempo de antigamente, não era esse negócio de nota. Inclusive no primeiro ano, como eu estudei em seminário de padre e o estudo era puxado lá, eu achava que tinha que ser a mesma coisa. Então, no primeiro ano eu sei que eu reprovei. Eu reprovei não, eles se reprovaram, e foi uns trinta e pouco por cento. As irmãs até me puxaram a orelha, dizendo que não podia ser assim, porque senão o colégio... tinha um negócio de classificação, de reprovação e tal, que não podia reprovar muito aluno. Então, depois, fui um pouco mais maneiro.

Naqueles anos que lecionei não fiz nenhum curso de capacitação, porque não tinha mesmo e eu não tinha tempo. Eu só fiquei no Científico mesmo. Mais tarde que eu fui fazer Ciências Contábeis, quando eu trabalhava no escritório de contabilidade.

Depois desse tempo que eu fui professor em Itacorá e em Missal eu não lecionei mais, porque meu campo sempre foi contabilidade. Até fiz Licenciatura em Matemática depois na Universidade Federal de Rondônia entre 1995 e 1998. O curso era pela manhã, com duração de quatro anos mais ou menos. Eu fiz tranquilamente, porque era de idade, com os professores mais novos que eu, então era muita amizade também e isso facilitou. Nós tínhamos disciplinas voltadas para o ensino já no começo do curso. Mas eu fiz o curso porque sempre gostei e sempre falava: “Um dia eu vou formar em Matemática”. Formei-me. Só que daí também a idade chegou, já estava com cinquenta anos, aí não lecionei mais, mudei até de ramo de atividade, fui descansar e deixei mais para os filhos trabalhar.

Então, tranquilo, Hoje estou tranquilo e o que a gente puder fazer pra ajudar, pois também já passei por isso...

[25] O fechamento do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima ocorreu em 1981. Nesse ano, o ensino era normatizado pela Lei 5692/71, então não se chamava mais de quarto ano ginasial e sim de oitava série do primeiro grau.

3.4 A pista de Cecília Folador Moretto

No dia 14 de outubro de 2011 realizei a entrevista com a atual diretora do Colégio Estadual Costa e Silva, Cecília Folador Moretto, a Ceci. Professora desde 1986 fez praticamente toda a sua careira em Itaipulândia e desde 2006 ocupa o atual cargo.

Lembro-me que conheci a professora Ceci desde o meu primeiro ano como estudante do Colégio Estadual Costa e Silva, sendo minha professora de Matemática por vários anos desde a quinta série do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio – apenas não lecionou para minha turma na sexta série do Ensino Fundamental e no primeiro ano do Ensino Médio. É uma pessoa muito alegre e simpática e posso dizer que esse jeito permanece quando está em sala de aula, sendo também muito atenciosa e calma para explicar os conteúdos e sanar dúvidas.

Dois anos após eu ter concluído o Ensino Médio, retornei ao colégio, mas agora como professor e "chefiado" por Ceci. Dessa forma, mantínhamos um contato muito próximo e ela sempre me incentivava a concluir o curso de Matemática e me dava puxões de orelha quando tirava nota baixa em alguma prova.

Logo no início de 2011, falei sobre o tema da dissertação e desde o começo do trabalho ela já se mostrou disposta a ajudar. Em princípio, havíamos marcado a entrevista para o mês de julho, porém como o colégio estava nos últimos dias de férias e estava passando por obras ela me pediu para deixarmos para outro momento e combinamos que seria em outubro. Quando marcamos a data, ela preferiu que a entrevista fosse feita no colégio no período noturno, pois segundo ela é o momento do dia mais tranquilo.

Marcamos a entrevista para às 19 horas e 30 minutos na sala da direção e um pouco antes do previsto cheguei ao colégio. A entrevista demorou alguns minutos para começar e quando iniciou pude perceber que ela acertou em escolher o horário, pois não houve interrupção alguma e estendeu-se da segunda aula até o final do intervalo. Houve apenas uma pequena interrupção, pois, logo no início, a entrevistada se emocionou e pediu para pararmos um pouco. Na sequência, o resultado dessa conversa repleta de lembranças emocionadas.

3.4.1 Lembranças daquele tempo

Eu me chamo Cecilia Folador Moretto, sou casada, mãe de duas filhas e sou professora. Atualmente estou na função da direção do Colégio Estadual Costa e Silva, no

segundo mandato, há seis anos. Eu vim do Rio Grande do Sul e sou filha de agricultores. Nós morávamos no sítio e, à época, era muito difícil o acesso ao estudo. Então, eu morava fora de casa, mesmo novinha, para estudar de quinta à oitava série e o Ensino Médio, trabalhando de babá, depois de empregada. Sempre lutando e eu tinha por objetivo ser médica odontóloga. Mas o destino foi se traçando diferente e eu vim para o Paraná e fiz a faculdade de Matemática na UNIOESTE[1] Cascavel – que ainda era FECIVEL[2]. Optei pelo curso, pois a Matemática era uma das disciplinas com que eu mais me identifiquei no meu período escolar, a qual eu trabalho até hoje.

Eu não gostava muito de leitura, de escrever, então eu sempre fui de leituras e interpretações mais breves, e eu acho que essa é uma das questões que me levou a estudar Matemática. Acho que eu sempre era muito técnica. Eu fiz o normal que, à época era de quinta à oitava série, numa escola do interior lá do Rio Grande do Sul, em São Valentim[3], em 1976. Era uma cidade bem pequena também. Depois me mudei para Erechim[4], que era uma cidade maior, com mais condições, e eu fiz Técnico Contábil, porque tinha um sonho de adolescente: ser bancária. Queria ser funcionária do Banco do Brasil, porque eu via que tinha bastante facilidade, acesso aos planos de saúde, às viagens, então... Poxa vida! Eu pensava assim: "Eu vou fazer Matemática que é uma das possibilidades de eu entrar no Banco". Eu entendia que a Matemática tinha uma ligação muito forte com o financeiro, com controles, auditoria, sempre estava ligada às questões de cálculo, de números, essas coisas assim. E essa ligação já existia quando eu fiz o Técnico Contábil.

Quando eu terminei o curso, fui para Medianeira para fazer um teste seletivo para trabalhar no Banco do Brasil. Esse teste era muito disputado na época, tinha muitos inscritos. Eu lembro que fiz uma prova de datilografia com uma máquina de escrever, na qual precisava dar certo número de toques por segundo. Depois tinha uma prova escrita também. Logicamente, como tinham muitos inscritos, eu não consegui entrar no Banco do Brasil. Essa foi uma primeira frustração ao chegar no Paraná.

---

[1] Universidade Estadual do Oeste do Paraná, criada em 1987.

[2] Faculdade de Cascavel. Criada em 1972 como uma Fundação Municipal, surgiu segundo Rinaldi (2002), pois: existiam vários alunos formados em nível médio na cidade e região; as famílias de altos rendimentos mandavam seus filhos para grandes centros para fazerem o ensino superior e acabavam não retornando para a região, enquanto àqueles que não possuíam tais rendimentos não podiam mandar seus filhos para outras cidades e assim deram respaldo político para a formação de um centro de ensino superior em Cascavel; e pelo considerável desenvolvimento urbano de Cascavel. Assim, foram criados em 1972 os cursos de Letras, Pedagogia e Licenciatura em Matemática e Ciências, pois não havia uma quantidade suficiente de professores habilitados e qualificados para atuar nas escolas da região.

[3] Pequeno município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

[4] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Logo em seguida, arrumei um trabalho e permaneci em Medianeira, mesmo não tendo pessoas da família morando na região e no primeiro vestibular que surgiu eu já me inscrevi para a FECIVEL em Cascavel e também em Foz do Iguaçu[5]. Eu consegui passar em Cascavel no curso de Ciências em 1981 e optei por fazê-lo. Então, eu ia de Medianeira à Cascavel diariamente no transporte escolar, onde estudava, fazia muitos trabalhos e atividades durante a viagem junto com alguns colegas. Porque eu trabalhava, ficava tudo muito puxado e sofrido.

Mas compensou e era bacana, porque a gente tinha uma grande união entre os colegas. Eu e os colegas de Medianeira, que estavam no mesmo período, nos reuníamos em final de semana para estudar. Então, era bacana, porque podíamos trocar experiências.

Antes da minha faculdade, eu sempre dispunha de pouco tempo para o meu estudo, porque eu precisava trabalhar para me manter, pois meus pais não tinham condições financeiras de me deixar só estudando. Então, eu trabalhava durante o dia todo. Quando eu estudava de quinta à oitava série, como eu era muito novinha e fraquinha, trabalhava de babá na casa do diretor da minha escola. Depois, durante o Ensino Médio, eu trabalhei de empregada doméstica.

Sempre morei na casa de professores, acho que isso também me fez gostar dessa profissão. Depois quando eu me formei no ensino contábil, eu vim pra Medianeira, onde morei em pensão. Novamente, trabalhava e arcava com as minhas despesas, morava na casa de uma família e pagava pensão. Quando estudei na FECIVEL, ela era paga, ou seja, era estadual[6], mas os alunos pagavam mensalidades. Inclusive, um ano teve uma greve, uma paralização, devido ao protesto dos alunos contra isso, onde conseguimos alguns avanços. Eu me formei em 1985. Mas, 1986 teve uma paralização de seis meses. Sei que foi bem trabalhoso para os alunos conquistarem o que era de direito[7]. Hoje é a UNIOESTE, outra estrutura.

---

[5] Por se tratar dos anos que a entrevistada prestou vestibular, acreditamos que ela concorreu a uma vaga na Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu – FACISA – criada em 1979, pois era a única instituição de ensino superior de Foz do Iguaçu na época.

[6] Como já explicado em nota anterior, a FECIVEL era uma fundação municipal e a estadualização ocorreu em 1987.

[7] Segundo Rinaldi (2002) a luta para estadualização da Fecivel começou em 1985. Visto que existiam os centros universitários de Foz do Iguaçu (FACISA), Cascavel (FECIVEL), Toledo (Fundação de Ensino Superior de Toledo – FACITOL) e de Marechal Cândido Rondon (Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR) foi criado um grupo para discutir a fundação de uma universidade regional que unisse todos esses centros. Dessa forma, em 1986 formou-se uma caravana que partiu para Brasília para que houvesse a manutenção federal desse projeto. Como houve uma resposta negativa, o grupo passou a discutir com o governo do Estado e em maio do mesmo ano, no final do mandato do governador José Richa, foi assinado o termo de compromisso para a estadualização desses centros. Assim, em janeiro de 1987 foi criada a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná com a sigla UNIOESTE. Em janeiro de 1988 houve a transformação de Federação em Fundação, sendo criada a Fundação Universidade Estadual do Oeste do

Esse curso que eu fiz lá na FECIVEL era de Ciências e depois do terceiro ano escolhia se queria fazer, no último ano a habilitação em Biologia ou em Matemática. Eu escolhi Matemática, porque eu fui me identificando cada vez mais com ela.

As disciplinas que eu fiz eram voltadas para o ensino. Tive aulas de Didática e depois tinha que pôr em prática isso na sala de aula, por meio de estágios. Quando eu fiz o estágio no Colégio Alfa de Cascavel junto com o professor Ademir, ele acompanhava a gente. Também tivemos excursões de pesquisa. Fomos para Morretes, Ponta Grossa, Vila Velha para colocar em prática os estudos sobre as estrutura das rochas, da terra, de tudo que entra na área de Ciências. Também visitamos lugares mais próximos para ver as questões de jardinagem e também dos vegetais. Era tudo provado na prática. Ainda, naquele tempo, não tinha "informatização", como temos hoje nas escolas. Era tudo preparado manualmente, no máximo datilografado na máquina de escrever. Era tudo manuscrito: o conteúdo preparado, a maioria dos trabalhos que a gente entregava – alguns professores não aceitavam de outra forma. Exceto trabalhos mais bem elaborados que eram datilografados.

Durante o meu primeiro e segundo ano da minha graduação o ensino do meu curso era mais voltado para a área de ciências do primeiro grau. A grade curricular era composta pelas disciplinas de: Sociologia Geral e da Educação, Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de Primeiro e Segundo Grau, Língua Portuguesa, Biologia, Física, Química, Ciências do Primeiro Grau, Geologia, Matemática I, II, III, IV (Matemática básica e financeira) e Metodologia do Ensino de Ciências no Primeiro Grau.

No terceiro e no quarto ano, o curso foi mais aprofundado na área de cálculo, pois a formação era para habilitação em Matemática. Assim, as disciplinas eram: Desenho Geométrico, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria, Álgebra, Matemática Aplicada, Análise Matemática, Estatística, Metodologia do Ensino da Matemática e Prática de Ensino da Matemática.

Foi uma formação bem bacana, pois aprendi muito, mas era muito trabalhoso. Os nossos professores tinham formação específica em cada área e eram de excelente qualificação. Eu não tinha final de semana e pra quem era jovem ainda, poxa vida! Até tinha, muitas vezes, vontade de desistir. Precisava se desprender do tempo de lazer para poder estudar, mas graças a Deus eu nunca peguei um exame, sempre fui bem e eu acho que o meu trabalho ajudou muito, pois eu não tinha muito tempo para estudar em casa, então aproveitava muito o tempo

---

Paraná – FUNIOESTE. Após reconhecimento, em 5 de agosto de 1994 foi criada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, voltando a ter a sigla UNIOESTE.

na universidade, até a hora do intervalo. Eu ia das sete às onze da noite estudando e voltava estudando no ônibus.

Eu tinha uma colega que era muito parceira, muito amiga e como ela era mais madura, era uma senhora casada, então ela me cobrava muito e quando eu a vejo eu a agradeço muito. Porque graças a ela me tornei uma boa profissional. Considero-me como qualquer funcionário, com falhas, mas acho que eu sempre fui de levar muito a sério, com muita dedicação e carinho o que eu faço na minha vida. Principalmente, porque a gente está formando seres humanos, participando da formação das pessoas e acho que por isso que foi muito importante eu trabalhar aqui, pois é um lugar pequeno onde conhecemos as pessoas, a família participa e de certa forma cobra da gente e dá espaço para cobrar: "Ó, seu filho não tá indo bem, tá acontecendo isso e aquilo".

Fiz também uma pós-graduação "Lato Sensu" em Educação Matemática – primeiro e segundo grau – na UNIOESTE, e na apresentação da minha monografia, a professora me questionou: "Poxa, você fala assim, com tanta propriedade dos seus alunos que dá a impressão que você vive com eles." E eu falei: "É porque a gente conhece todo mundo". Então até para ela chamou atenção, pois para quem trabalha em centros maiores não tem essa proximidade que a gente tem aqui, com a família de nossos alunos. O professor que trabalha em cidades maiores, às vezes, não trabalha no bairro que mora ou é do centro e o aluno é lá do bairro e com isso acaba não conhecendo a família do aluno, pois se você conhece a família pode cobrar mais e eles também esperam mais da gente e isso acontece até hoje aqui em Itaipulândia, pois é uma cidade pequena onde nós conhecemos todos. É claro que a estrutura familiar hoje já não é a mesma dos anos noventa. Mudou bastante, mas ainda eu vejo que é um colégio bacana para se trabalhar. Podemos dizer que é isento de violência e faz vinte e cinco anos que eu trabalho aqui e nunca vi um professor ser violentado por um aluno, nem o contrário. Obviamente, algumas alterações e coisas assim acontecem, mas tudo dentro da normalidade. Estou me aposentando, sou muito feliz na minha profissão e tenho certeza de que vou sentir muitas saudades.

A pós-graduação que mencionei, foi uma Especialização em Educação Matemática. Com ela eu pude renovar bastante os conhecimentos e foi bacana, porque deu pra aprofundar alguns conceitos e mudar algumas didáticas. Minha orientadora foi muito bacana, me levou para as escolas, ver outras realidades e também cobrou um pouco sobre a questão da informatização. Eu pude trabalhar mais essa questão, por exemplo, com matrizes, pois sempre trabalhava matriz em sala de aula sem o uso das tecnologias. Mas nem sempre podemos trabalhar dessa forma, pois a escola tem outra realidade. Para você ter uma ideia quando eu fiz

a minha pós eu acho que estava começando a construção do laboratório de informática na escola. Eu também não tinha muito conhecimento em informática e eu penei um pouco. Se eu voltasse a lecionar hoje, depois de seis anos na direção, eu levaria um pouco de insegurança e eu tenho certeza que eu teria que me preparar muito para trabalhar com informática. E acho que a grande maioria dos professores, pelo menos na nossa região, tem um pouco dessa insegurança referente ao uso da informática na educação ou na formação, na construção. Mas ela foi boa, porque abriu uma visão diferente de trabalhar com o aluno.

Voltando a falar de minha formação e início de carreira. Logo que eu terminei a habilitação em Matemática, no primeiro ano, em 1986, eu fui procurada por um colégio particular, quando ainda morava na cidade de Medianeira, para exercer a função de professora. Aí eu comecei à noite com algumas aulas nesse colégio, porque durante o dia eu trabalhava em outro emprego.

Em seguida, já no mês de Abril [de 1986], eu fui procurada pela Secretaria de Educação do município de São Miguel do Iguaçu, pois Itaipulândia ainda era a antiga Aparecidinha [do Oeste]. À época, dona Terezinha Turre era secretária de Educação do município e a maioria das escolas do interior funcionava com dualidade, ou seja, tinha no mesmo prédio tanto o Ensino Fundamental de primeira à quarta série e de quinta à oitava série quanto o Ensino Médio. Então, acabava que o Secretário da Educação se envolvia com essas questões todas e como aqui era bem interior, o acesso à cidade era muito difícil.

Em Aparecidinha do Oeste tinha somente a escola, uma agência bancária, um mercado bem precário – uma mercearia. Era difícil as pessoas virem e permanecerem aqui. Como já falei, sou filha de agricultor, sempre morei no interior, então eu acabei vindo pra cá e me identifiquei com a região. Deixei o meu outro emprego e comecei a atuar somente como professora. Minha carga horária era bem ampla: eu trabalhava manhã, tarde e noite, tinha quarenta e nove horas aulas. Não tínhamos hora atividade, a gente preparava os conteúdos, a forma de trabalhar, a didática de trabalho, tudo no final de semana, em casa nas horinhas que a gente tinha. Era bem trabalhoso, mas era gostoso de trabalhar, pois se sentia valorizada, com uma motivação muito grande, porque as turmas não eram tão numerosas, os alunos com um interesse muito grande de aprendizagem (por serem alunos do interior), tanto eles quanto a família valorizavam o professor, pois era um povo humilde.

Naquela época, a gente via o progresso dos alunos. Existia uma vontade para que eles progredissem e havia a participação deles, o que nos motivava e acabávamos fazendo sem perceber que era tão trabalhoso, porque tudo era feito por amor mesmo, com dedicação. Havia envolvimento, virava uma amizade entre professor, aluno, a família, porque todo mundo se

conhecia. Então logo que eu vim pra cá, nossa! Todo mundo já estava esperando, porque o diretor da época falou que vinha uma professora de Medianeira. Eles já sabiam meu o nome, meu sobrenome e queriam saber mais de como era a minha vida; eles contavam da vida deles, acabava convidando a professora para o bailão e todas essas situações. Era uma convivência bem bacana e foi muito bom, me deixa saudades daquela época.

Eu só comecei a trabalhar depois de concluir a formação. Eu me formei em final de 1985 e comecei a atuar no magistério, como professora mesmo em abril de 1986, aqui em Aparecidinha do Oeste. Mas em Medianeira eu trabalhei dois meses no colégio particular como eu falei anteriormente, e eu tinha outro trabalho numa empresa particular onde eu trabalhava já na época da faculdade e que depois eu acabei abandonando, porque o professor era valorizado na questão salarial. Como eu falei, não tínhamos hora atividade, não tinha essas coisas, mas o salário era bom, a gente tinha aumento sem esperar. No final do mês, às vezes, ia ao banco pra ver se tinha um aumento. O governo da época, talvez, não valorizasse tanto as estruturas das escolas, mas a valorização financeira era boa. Quando eu falo estrutura, penso na estrutura material, de apoio ao professor, na estrutura física das escolas, porque aqui no interior até que eram boas.

Outra coisa que não era muito valorizada e que não havia muito investimento pelo governo eram os cursos de capacitação para professores. Os cursos eram distantes, com cada um pagando a sua locomoção, além de serem poucos e restritos. Alguns eram através do Núcleo Regional de Educação onde todos participavam e dificilmente eram cursos específicos. Os cursos mais específicos, por área, o professor tinha que buscar. Tinham os cursos de formação geral, onde participavam os professores de várias disciplinas, era um grupão enorme, então fazia geralmente no Núcleo Regional de Educação, que pra nós aqui pertence à Foz do Iguaçu.

Nas décadas de 1980 e 1990, não tínhamos conhecimento de Faxinal do Céu[8], pois veio depois. Alguns cursos eram em Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel, eram nos polos que participávamos.

Quando eu comecei a trabalhar, seguíamos o livro didático. Os professores escolhiam adotar certo livro e, então, trabalhava aquela sequência de conteúdos. Era muito técnico,

[8] No governo de Jaime Lerner (1994-2002) ficou conhecida a política dos cursos de capacitação em Faxinal do Céu, localizado no município de Pinhão (região Centro-Sul), local onde foi instalada a Universidade do Professor em 1995. Nesse espaço eram promovidas palestras, oficinas e cursos de capacitação aos professores da rede pública de ensino do Paraná, em um espaço cedido pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) para o governo do Estado. Com o passar dos anos e a mudança de governo o espaço deixou de ser ocupado e foi desativado em 2011 pelo governador do Estado Beto Richa, que alegou ter outra política para capacitação por meio de cursos de forma mais descentralizada.

exigia muito do aluno, que tinha que fazer e refazer. Com o aluno que nós temos hoje, não daria para usar isso. Não dá, pois a didática é diferente, não tem como exigir do aluno como a gente exigia naquele tempo. Além disso, os adolescentes, hoje, usam muito a informática e com isso eu acho que esse trabalho de concentração e de interpretação se perdeu um pouco, pois é muita informação e se exige muito pouco do aluno no que diz respeito a deduzir, a usar a lógica. Percebemos nas Olimpíadas de Matemática que tem muitas questões que são lógicas e o aluno parece que não consegue interpretar isso. Antes era diferente, pois buscávamos no livro, com colegas, com outros professores – até mesmo de outras escolas que sabíamos que trabalhavam com o que a gente estava procurando – e tínhamos que interpretar e deduzir. Não tinha como buscar no Google, na Internet, as informações não.

Devido à minha formação, eu cheguei a trabalhar com aulas de Ciências. Porque era assim: eu tinha formação curta e plena. Com a curta, só podia lecionar Ciências e Matemática de quinta à oitava séries. Já com a plena, somente Matemática no Ensino Médio. Então eu trabalhei muito na área de Ciências, porque como aqui era interior, era muito difícil a vinda de professores pra cá e assumíamos um grande número de aulas e o Estado possibilitava essa contratação, até cinquenta aulas se fosse o caso, trabalhando manhã, tarde e noite. No ensino médio, trabalhei com Química. Não era a minha formação, mas como não existia professor. Foi bem trabalhosa essa disciplina, mas aprendi bastante, porque tive que buscar muito, mesmo tendo a disciplina de Química na faculdade, pois eu não aprofundei muito meus conhecimentos. Então eu tive que estudar muito a Química básica pra eu passar para os alunos, dando muito trabalho pra preparar uma aula. Preparar uma aula dessas equivalia a dez aulas de Matemática, pois tinha que buscar a construção, o desenvolvimento, o conhecimento sobre aquilo. Por exemplo, ensinar configuração eletrônica envolvia muitos pré-requisitos. Como a falta de professores era muito grande, acabei trabalhando até com Ensino Religioso, uma disciplina que não era obrigatória e que não havia nem remuneração.

Os primeiros anos, aqui, foram bem sofridos. Mas, depois, com o desenvolvimento do município, houve a emancipação e com ela a vinda de outros profissionais que migraram pra cá com outra formação. Chegaram professores formados de Educação Física, algo que não existia antes. Quem lecionava essa disciplina era quem gostava de esportes, não exigindo aquela formação. Tendo Ensino Médio completo, tendo iniciado uma faculdade já podia estar trabalhando em sala.

Mas aqui, como a gente se envolvia muito com os alunos não tinha como dizer não e acabava assumindo, trabalhando. Mas tudo era um aprendizado. E na época quando comecei a trabalhar, eu era solteira: não tinha filho, não tinha marido, me dedicava única e

exclusivamente ao trabalho, à escola. E a vida era complicada aqui. Era tudo estrada de chão, no dia que chovia quase não tinha aluno pra trabalhar, porque o transporte não vinha e os alunos que vinham, vinham a pé, de esforço próprio, descalços, pois era muito atoleiro e quando chegavam tinham umas "bicas" d'água onde lavavam os pés e colocavam um chinelinho pra participar da aula. E o acesso era difícil pra tudo, por exemplo, ir pra Medianeira – tinha ônibus apenas na terça-feira e no sábado – e São Miguel [do Iguaçu] que eram centros maiores.

O banco que nós tínhamos aqui atendia, parece-me, que era três vezes por semana. Como o município sede era bem longe, tinha a subprefeitura que dava um apoio. Era bem precário, e a sociedade valorizava, aqui, quem era professor. Os pais tinham um respeito muito grande pelo professor, pois era tudo na comunidade, era uma autoridade pra eles. Eles nos envolviam em associações de clube, de igreja: "Tinha que convidar a professora", porque pra eles era o maior orgulho ter a professora na sua associação.

O povo era bem unido, as pessoas faziam, construíam, colocavam a mão na massa, porque não tinha como esperar do poder público. Se olharmos por um lado era bem sofrido, era muito trabalhoso, mas por outro lado era gostoso, pois você tinha aquele companheirismo, aquela união que hoje não vemos nas comunidades, que ficam esperando tudo do poder público. Naquela época, lembro-me que eu fui secretária de clube e tesoureira da igreja, uma série de coisas que os pais vinham convidar e se você falasse que não, acho que era um choque pra eles. Então, você não tinha como dizer não. Trabalhava nas festas de igreja, nas festas de clube e aí todo mundo se ajudava.

O presidente da APMF[9] participava junto quando tinha cursos de professor no Núcleo [Regional de Educação], dava carona para os professores. Então era bem bacana. Hoje a APMF ainda existe na escola, mas geralmente são pais que tem muito compromissos na sua vida particular, então a participação deles na escola torna-se bem restrita.

Havia uma união muito grande e eu tive o privilégio de participar de toda essa evolução. Depois nós tivemos a emancipação aqui e não tinha como a escola não se envolver, pois sempre estava envolvido em tudo na comunidade. E os alunos cobravam: "Ah, professora, você não vai lá na festa? Você...". Então, sempre tinha essa cobrança desde: "O meu pai falou que a professora ia lá, ajudar nós e tal" e assim vinha um convite. Então,

[9] Associação de Pais, Mestres e Funcionários. É um órgão existente até hoje nos colégios da região onde há a participação de membros da escola e pais para, principalmente, ter uma proximidade maior entre o colégio e os pais, tendo como algumas funções auxiliar em questões referentes à escola como a promoção de eventos, criações de parcerias entre a escola e outros órgãos, controle de gastos feitos pelo colégio, entre outras funções.

éramos cobrados em todos os sentidos, não só como o profissional na escola, mas a participação na comunidade pra eles era essencial.

Ainda, existia, em partes, uma participação política e do poder público na escola. Naquela época tinha um representante do Núcleo [Regional de Educação] do município de São Miguel [do Iguaçu], não era o inspetor... não lembro exatamente a nomenclatura, mas tinha uma pessoa que era responsável em ver em todas as escolas do município. As aulas eram distribuídas no início do ano em forma de leilão[10]. Então, se inscreviam vários professores. Alguns tinham a formação universitária outros não, como eu falei antes o professor de Educação Física, às vezes nem formado não era, o professor de Ciências também não tinha formação, mas tendo o Ensino Médio podia se inscrever, dentro de uma ordem de inscrição e depois tinha uma classificação. Chegava a sua vez de escolher e eles diziam assim: "Tantas aulas de Matemática lá na escola tal, na localidade tal", "Tantas aulas de Ciência, tal e tal". Daí chegava a sua vez: "Cecília sua vez, onde você vai escolher?". Escolhia, logicamente, no lugar que ficasse mais fácil o acesso. E assim, depois que tinha professor na escola, quem mais dava conta de toda essa organização era o diretor. O diretor da escola era o cargo nomeado, sem votação direta[11]. E ele que acabava fazendo toda essa ligação, essa organização dos professores.

A questão política que eu falo é que enquanto não era município não tinha muito apoio. Tudo vinha de São Miguel do Iguaçu que era distante, ficava a trinta e cinco quilômetros, então aqui vivia muito aquém. As estradas, o acesso, todas essas questões, os políticos só apareciam vendo essas necessidades mais nas épocas de campanha. Então, vinham os prefeitos, faziam um debate aqui na escola. Isso era bacana, porque os alunos também podiam conhecer os projetos de cada candidato. Então, muitas coisas eram assumidas, mas algumas eram esquecidas depois que se elegia e a comunidade acabava cobrando do subprefeito todas essas questões. A comunidade em si, se virava por conta.

Na questão predial a estrutura do Colégio Estadual Costa e Silva era quase a ideal para a época, mas no restante a estrutura física era bem precária, inclusive a biblioteca, Nossa Senhora! A biblioteca era muito precária, eram poucos os livros para pesquisa, geralmente

[10] O leilão de aulas era a distribuição de aulas feita pelos representantes do Núcleo Regional de Educação na Inspetoria de Ensino de cada município. Segundo informações dadas pelos entrevistados e por outras pessoas em conversas informais, no dia que ocorria o leilão todos os interessados em adquirir aulas deveriam estar presentes com a documentação necessária em mãos que deveria ser entregue para avaliação. Após esse momento, era montada uma classificação e a distribuição de aulas ocorria seguindo ela. Os professores da região de Itaipulândia participavam do leilão de aulas em São Miguel do Iguaçu, na Inspetoria de Ensino daquele município e que era de responsabilidade do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.

[11] Atualmente, a eleição para diretor é feita de forma direta, sendo que os professores e demais funcionários do colégio votam, pais e alunos com idade superior a quinze anos.

eram os livros didáticos mesmo. Livro de leitura também não tinha, nem laboratório de ciências ou de informática. A merenda vinha pronta do Estado, tudo enlatado. Cada professor tinha que buscar o seu material, construir, usar sucatas, dependia da criatividade de cada um, pois material mais elaborado não existia.

Por isso que eu falo assim: o trabalho dos alunos era muito em forma de exercício, muito técnico: ler, interpretar, deduzir, sem muito material, sem a informática que te proporciona o entendimento do ensino da Matemática e de outras disciplinas. Então, era muito através da leitura, da construção, o que eu acho que não é negativo, pois faz com que a pessoa se torne até mais criativa. Mas em função dessa necessidade querendo ou não tinha que desenvolver a criatividade.

Eu lembro que o Colégio Estadual Costa e Silva, por um bom tempo, funcionou com dois funcionários de secretaria, mais um pedagogo que veio muitos anos depois, não sei em que época. O pedagogo que tinha no colégio estadual era uma professora formada que fazia o papel de supervisora e orientadora. O Estado antigamente não tinha supervisão, orientação... era apenas o básico para a escola funcionar: direção, secretaria e os funcionários de serviços gerais.

Hoje temos uma estrutura melhor. Acho que influenciou a questão das associações, como da própria APP[12]. Com as cobranças dos profissionais, muitas coisas melhoraram nas escolas: o trabalho humano, os materiais e os laboratórios. Está muito aquém ainda, mas acho que muita coisa já melhorou bastante e muito graças à emancipação, pois o prefeito que foi eleito na época era professor aqui e também havia sido diretor do estabelecimento de ensino e sabia de todas as necessidades[13]. Então, o município acabou assumindo a construção de salas de aula de imediato e de quadras esportivas cobertas. Até hoje a gente tem a quadra esportiva coberta graças ao município, que construiu e depois acabou cedendo à SEED (Secretaria do Estado de Educação) sem custo monetário, em termo de comodato ao Estado, ou seja, cedido para uso, sem aluguel e que pode retornar a ser propriedade municipal.

O ensino e a nossa condição enquanto professor melhorou muito depois da emancipação. As estradas não são mais problema quando chove, algo que antes era um problema, pois não tinham condições de transporte, já que não existia nem calçamento, nem cascalho, muito menos asfalto. Então, não havia como vir pra escola, o que prejudicava o

[12] APP – Sindicato dos Professores em Educação Pública do Paraná.

[13] O primeiro prefeito eleito para o município de Itaipulândia foi Lotário Oto Knob, em 1993, um dos entrevistados desta pesquisa. Lotário foi professor de Matemática por alguns anos na década de 1980, mesmo com a sua formação na área de História, a qual continua lecionando até os dias atuais. Foi diretor do Colégio Estadual Costa e Silva em meados da década de 1980.

professor também, porque como não tinha aluno, não tinha como lançar como aula dada, então atrasava os conteúdos. Mas graças a Deus, os alunos e as famílias compreendiam que o professor podia acelerar mais o conteúdo, dando em forma de trabalho de casa, essas coisas assim. Havia a responsabilidade de estar fazendo e a família ainda ajudava cobrando dos filhos em casa, facilitando o trabalho do professor, reconhecendo que havia essas dificuldades.

Quando eu vim morar aqui em Aparecidinha do Oeste, fiquei sabendo do que aconteceu aqui devido a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Muita coisa eu acabei conhecendo por meio dos alunos também, porque eles contavam histórias de tudo que a família passou em termos da estrutura, das mudanças de localidade, da questão da indenização das terras. Eles tinham muitas histórias pra contar de como foi a formação do Lago. Era uma aula de história ouvir os alunos. Pelo o que os alunos contam, a Hidrelétrica de Itaipu refletiu bastante, pois muitas famílias foram embora e as que ficaram aqui estavam longe de seus parentes e amigos e ficavam com muita saudade daquela ligação familiar, era difícil se adaptar, e também tinha a questão das indenizações. Existia a lenda, aquela história que os alunos contavam, de que com a formação do Lago ia ter muito bicho e muita doença. Com isso eles contavam: “Por isso meu vô e tio foram embora”, “Meu pai não! Meu pai quis ficar aqui, porque ele achou que ia ser bom aqui”. Mas eles lamentavam muito as terras perdidas, pois eram terras muito produtivas: “olha, perdemos terras produtivas, terras planas. Nós tivemos que ficar com terras mais inferiores, com produção menor e tinha que fazer um investimento e tal...” e hoje o município de Itaipulândia é mais do que cinquenta por cento tomado pelas águas.

Mas eles contam também que a terra foi bem valorizada, porque à época a Itaipu pagava a indenização: da casa, da terra e de tudo e eles ainda podiam retirar toda a estrutura de casa. Então, eles comentavam das mudanças, das casas inteiras que passavam em caminhão e eles falavam “Professora, você já viu casa carregada de caminhão?”. E isso continuou aqui até na época quando eu vim morar para cá.

Naquela época, Aparecidinha do Oeste, era uma localidade pequena pelo que eles contavam e eles falavam muito de Itacorá – que eu não cheguei a conhecer –, que era o centro, onde tinha uma estrutura melhor e maior, onde eles se sentiram muito abandonados. Eles se sentiam solitários e meio abandonados em função daquela agitação, de todas essas mudanças que aconteceram, com o clima, com a produção, com as indefinições sobre o futuro. Mas os que permaneceram aqui também se deram bem e superaram essas questões. Também não existiram as doenças como malária e dessas coisas todas, foi tranquilo.

Mas tudo isso que eu passei aqui foi muito bom para mim, pois foi um crescimento pessoal muito grande de poder trabalhar numa escola de interior, onde eu vi a evolução de tudo. Eu era muito técnica, trabalhava apenas com livro, caneta e caderno, junto com o raciocínio e a explicação no quadro e no caderno, ajudando o aluno na construção. Hoje, já dispomos de mais recursos com os quais o aluno pode estar visualizando melhor, como materiais concretos, a Tv Pendrive[14], entre outros. Mas o professor que queira trabalhar bem ele não precisa de todos esses materiais de laboratório, porque ele pode estar ali mostrando todas as figuras, a construção. Não só dentro da Matemática, mas em todas as disciplinas ele pode fazer isso, então essa evolução foi boa, mas comparando com a atualidade nós tínhamos muito mais aprovação de alunos nas universidades públicas, pois naquela época o aluno tinha que se dedicar mais, buscar, se empenhando mais – mesmo com todas essas dificuldades – do que o aluno atual que não aproveita todas as oportunidades que tem.

E também me sinto muito orgulhosa e gratificada no meu trabalho em saber que você foi um dos meus alunos e que optou por isso e quem sabe a gente não teve uma colaboração nesse sentido.

Se precisar de algum esclarecimento maior, pois talvez tenha esquecido algo, pois a gente vai falando e acaba que até se emociona.

Desejo a você muito sucesso.

[14] A TvPendrive é um projeto que prevê a instalação em todas as salas de aula do Paraná de uma tv de 29 polegadas com entrada para o uso de pendrive, cartão de memória, notebook, DVD e videocassete.

3.5 A pista de Nelson Domingues

Nelson Domingues foi o meu quarto entrevistado, no dia 20 de outubro de 2011 no distrito de São José do Itavó em Itaipulândia, local onde residiu por mais de vinte anos e sempre exerceu a função de professor de disciplinas como Matemática, Filosofia e Sociologia, mas quis o destino que ele não permanecesse mais entre nós.

Conheci o professor Nelson em 2000 quando estava na sexta série e ele foi o meu professor de Matemática no Colégio Estadual Costa e Silva. Lembro que foi com ele que aprendi equações, por meio de vários exercícios que ele passava e que nos deixava ir ao pátio da escola para resolvê-los, pois a nossa turma naquele ano era muito grande – havia as dependências: os alunos que estavam na sétima série mas que haviam reprovado em Matemática na sexta série poderiam refazer a matéria no ano seguinte, no turno oposto ao que faziam a sétima série – e não havia como ficar de forma confortável dentro da sala.

Alguns anos depois, quando estava no segundo ano do Ensino Médio, novamente foi meu professor, só que na disciplina de Filosofia. Após um tempo, passamos a ser colegas de trabalho, tanto no Colégio Estadual Costa e Silva como no Colégio Estadual Tiradentes, local onde já foi diretor e que por muitos anos foi o professor de Matemática. Nelson sempre trabalhou as três disciplinas simultaneamente, porém nos últimos anos, com a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia nos três anos do Ensino Médio[1], a sua carga horária ficou restrita a essas duas disciplinas.

Nelson sempre foi uma pessoa animada e sorridente. Tinha estatura baixa, usava óculos e estava com menos cabelos do que quando eu o conheci. Quando foi delimitado o tema da pesquisa, logo o procurei para saber quando começou a trabalhar aqui no município. Sempre mantivemos o contato e conversávamos por um bom tempo, principalmente quando eu ia ao Colégio Estadual Costa e Silva. No mês de outubro de 2011 marcamos a entrevista e ele preferiu que a fizéssemos na sua residência em uma sexta-feira, pois era o dia da semana em que ele não trabalhava. A princípio, havíamos marcado a entrevista para a parte da manhã, mas chegando lá ele falou que estava atarefado e pediu se eu não poderia vir no período da tarde. Às 14 horas cheguei à sua residência e ele estava desgalhando uma árvore, serviço que foi interrompido para me atender. Durante a entrevista, pediu a um de seus três filhos – o mais novo – junto com outros dois amigos para levar os galhos para fora do pátio.

[1] Apesar de ter leis que propunham o ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, apenas com Lei nº 11.684, aprovada em 2 de junho de 2008, que o ensino dessas disciplinas passou a ser obrigatório em todos os anos do Ensino Médio.

Durante toda a entrevista as crianças ficaram ajudando com o serviço de carregar os galhos e depois ficaram jogando bola na rua em frente à casa, numa tarde, como sempre, tranquila em São José do Itavó.

Após a realização da entrevista, mantive contato com o professor Nelson conversando com ele em todas as minhas viagens para Itaipulândia. A última vez que o encontrei foi no dia 7 de julho de 2012 para pegar a carta de cessão dos direitos de sua entrevista. Era uma manhã chuvosa e fria, mas isso não era problema para o professor Nelson. Tivemos uma conversa tranquila e ele respondeu alguns questionamentos sobre a entrevista que havíamos realizado. Naquele dia não pude conversar muito com o Nelson, pois precisava voltar para minha casa, uma vez que meu pai passaria por uma cirurgia emergencial na tarde daquele sábado. Infelizmente, foi muito curta essa nossa conversa.

No dia 9 de agosto de 2012, durante o exame de qualificação de Tatiane Taís Pereira da Silva[2] e um dia antes do meu exame de qualificação, um grande amigo me mandou uma mensagem no celular que me deixou chocado e que naquele mesmo momento me fez sair da sala para retornar a ligação. Foi a mensagem mais triste que já recebi.

Ao retornar a ligação, esse amigo confirmou o texto da mensagem: o professor Nelson Domingues havia falecido na madrugada daquele dia. Na segunda-feira, dia 6 de agosto de 2012, ele teve um mal-estar durante uma aula no Colégio Estadual Costa e Silva. Foi levado rapidamente para o hospital, onde detectaram que havia sofrido uma parada cardíaca. No mesmo dia foi transferido para outro hospital em Foz do Iguaçu. Sua melhora foi rápida, uma vez que o ataque cardíaco não foi muito forte. Na terça-feira e na quarta-feira recebeu visitas de amigos e colegas de trabalho e tudo indicava que ficaria bem e logo ganharia alta. Porém, na madrugada do dia 9 de agosto, outra parada cardíaca fez com que o coração enfraquecido de Nelson não suportasse.

A morte do professor Nelson pegou todo mundo de surpresa e a comoção foi geral em Itaipulândia. Foi decretado luto oficial, as escolas fecharam, várias homenagens foram feitas à pessoa que dedicou mais de vinte anos de sua vida para a educação de Itaipulândia e para o povo de São José do Itavó, o lugar que tanto amava.

No dia 10 de agosto, no momento da minha qualificação, não foi muito fácil, mas consegui concluir a apresentação. Precisava conseguir. Não apenas por protocolo, mas como forma de homenagear e de deixá-lo sempre vivo na minha memória e de quem for ler este trabalho. Nelson foi uma pessoa fantástica e um grande amigo, um grande colega e um grande

[2] Membro do GHOEM e aluna do PPGEM de Rio Claro.

professor. Deixou um bom legado para todos os que o conheciam. Por isso, nada mais justo que deixar registrado um momento tão agradável que foi a sua entrevista. Agora, ele deve estar em um lugar tão tranquilo quanto a sua tão querida São José do Itavó, ouvindo o canto dos pássaros que se fizeram presentes durante a sua entrevista.

3.5.1 O quase padre

Meu nome é Nelson, conhecido popularmente como o professor Nelson, sou nascido no dia 15 de dezembro de 1959 e moro aqui na região de Itaipulândia, antes Aparecidinha do Oeste, praticamente há 22 anos. Sou casado, tenho três filhos e sou formado em Filosofia e Matemática.

Diante da minha formação, que é Filosofia, sempre via e tinha contato com o conteúdo de alguns filósofos matemáticos e inclusive de certos conteúdos de filosofia que exigiam que tivéssemos certo conhecimento da matemática pura, tal qual Pitágoras e Tales. Então, eu optei, além da formação em Filosofia, fazer também a formação de Matemática que seria bom pra mim. Uma que, na época, a Filosofia tinha poucas aulas[3] e tinha só no terceiro ano do Ensino Médio – "terceirão". Então, fazendo Matemática seria mais provável de pegar maior número de aulas. E, além disso, a Matemática é uma disciplina que eu gosto, porque a nossa vida é a verdadeira matemática. Então, essa paixão pela matemática eu acho que é da vida, é viver, no sentido de sempre estar meio imbuído nela no dia-a-dia.

Quando eu iniciei a lecionar, a minha ideia era trabalhar com Filosofia, pois antes mesmo de eu me formar já tinha alguns estudos em filosofia pura. Depois eu integrei as disciplinas pedagógicas em Palmas (PR)[4]. Mas enquanto isso, eu já lecionava Matemática de quinta à oitava série em Santa Rosa do Ocoí[5], no município de São Miguel do Iguaçu, na Escola [Rural Municipal] La Salle, e com isso foi me dando bastante gosto pela matemática, além dos outros motivos que disse anteriormente. E, naquela época, em 1988, o MEC tinha no currículo comum um número maior de aulas de Matemática, chegando a ser até seis aulas de matemática semanais para cada turma, porque tinha Oficina de Matemática e tal. E nisso

[3] Ao ser questionado sobre isso, o entrevistado disse que o ensino de Filosofia era facultativo por volta dos anos de 1994 e 1995.

[4] Palmas (PR) é uma cidade do Sudoeste do Paraná. Nos anos que o professor Nelson fez a "integração das disciplinas pedagógicas" a universidade chamava-se Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, criada em 1968 em Palmas (PR). Desde 2010, ela foi integrada ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, passando a ser uma instituição federal.

[5] Santa Rosa do Ocoí é uma localidade no interior de São Miguel do Iguaçu e é um local conhecido na região, pois nela existe uma das últimas reserva indígena da região Oeste do Paraná.

então eu falei: “Bom, optar pela Matemática já é um gosto fazer o curso de Matemática e é juntar o útil com o agradável, com a questão profissional”.

Quando eu comecei a trabalhar em 1988 eu não era formado, só tinha mesmo o segundo grau, que é o Ensino Médio hoje. Foi um desafio muito grande para mim a aplicação da matemática e já comecei com uma turma de oitava série e outra de sétima série. Tinha só duas turmas, mas foi um desafio muito grande, porque eram conteúdos que eu já tinha visto há muito tempo. Como eu lecionava só de manhã, à tarde e à noite eu fazia exercício em casa e estudava para que no outro dia eu pudesse aplicar essas aulas aos meus alunos.

Foi bastante difícil no começo, mas depois fui pegando o jeito. Na verdade eu aprendi muito com os alunos, pois sempre tinha um, dois ou três alunos “meio expert” – aqueles que têm uma facilidade e compreensão muito grande dos conteúdos matemáticos – nas turmas. Por isso, quem disser que nós não aprendemos com os alunos está errado, pois sempre aprendemos com eles.

Antes de eu começar a lecionar eu trabalhava num posto de combustível em São Miguel do Iguaçu e fui mandado embora. Ganhei as “contas”, porque o patrão ficou sabendo que eu estive na antiga Inspetoria de Ensino no final de 1987 e eu fui falar com a Inspetora para ela me arrumar algumas aulas e ela conseguiu 25 aulas, que eram de Ciências, Matemática e Ensino Religioso na Escola Estadual La Salle de Santa Rosa do Ocoí.

Em 1989, eu vim para, então, Aparecidinha do Oeste, no Colégio Costa e Silva mesmo, que na época tinha como diretora a Maria Lourdes[6]. Nós estávamos juntos num dos famosos leilões de aulas[7]. Ele acontecia em São Miguel do Iguaçu e eu fui junto com o professor Romalino [da Luz][8] – o marido da Lucia [da Luz] – que era diretor da Escola Lassale de Santa Rosa do Ocoí e me apresentou e indicou à Maria Lourdes, porque estava faltando professor de Matemática em Aparecidinha do Oeste. E deu certo, pois na escola onde eu trabalhava, eu ficaria com treze aulas e em Aparecidinha do Oeste fiquei com trinta e quatro aulas.

---

[6] Maria Lourdes Hilgert foi por muitos anos professora e diretora nas escolas municipais e estaduais do município de Itaipulândia. Trabalhava com os primeiros anos do Ensino Fundamental e com a disciplina de Português.

[7] O leilão de aulas era a distribuição de aulas feita pelos representantes do Núcleo Regional de Educação na Inspetoria de Ensino de cada município. Segundo informações dadas pelos entrevistados e por outras pessoas em conversas informais, no dia que ocorria o leilão todos os interessados em adquirir aulas deveriam estar presentes com a documentação necessária em mãos que deveria ser entregue para avaliação. Após esse momento, era montada uma classificação e a distribuição de aulas ocorria seguindo ela. Os professores da região de Itaipulândia participavam do leilão de aulas em São Miguel do Iguaçu, na Inspetoria de Ensino daquele município e que era de responsabilidade do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.

[8] Romalino da Luz foi professor do Primeiro Grau no município de Itaipulândia. Segundo o entrevistado, Romalino foi um dos grandes incentivadores do começo de sua carreira, sendo que uma frase dita por ele o marcou muito: “Nelson, onde você põe o dedo vira ouro”. Faleceu em 1994.

Ainda não conhecia Aparecidinha do Oeste, nunca tinha vindo pra cá e foi a primeira vez que eu vim e estou até hoje [no município de Itaipulândia]. E aqui em São José do Itavó eu vim em fevereiro de 1990 quando ainda estava aqui o professor finado Vendelino Royer[9], pois ele foi para Itaipulândia, Aparecidinha do Oeste (na época) e eu vim não como substituto, mas como efetivo no lugar dele. Então, aqui [São José do Itavó] tinha de quinta à oitava série e eu fiquei com todas as aulas dessas turmas e também com algumas turmas em Itaipulândia no Colégio Costa e Silva.

Naquela época só lecionava Matemática ainda. Comecei a lecionar outra matéria em 1991, porque teve as disciplinas diversificadas, como Psicologia, apenas para o "terceirão", nem era Filosofia. Então ficou para eu lecionar, porque a minha carteirinha do MEC me dá essa possibilidade, pois sou habilitado em Filosofia, Sociologia e Psicologia ao nível de Segundo Grau, o atual Ensino Médio. Então, eu fiquei com essa disciplina e Matemática lá. Em 1992 ou 1993 que começou a ter Filosofia e só uns anos depois que começou a Sociologia.

Desde quando eu estava na sexta série eu já comecei a fazer os meus estudos seminarísticos. Continuei na sétima e na oitava série e no Segundo Grau, que era o Científico, mais puxado mais para o Clássico, pois era mais forte a questão da literatura e tal. E depois disso, em 1980, eu estive em Curitiba fazendo um ano de preparação para a vida sacerdotal que era chamada de noviciado, tempo no qual suspendemos todos os outros estudos e só ficamos mais em contemplação, em reflexão, na análise e conhecendo a história da congregação. Em 1982 e 1983, eu fui para Ponta Grossa onde comecei os meus estudos de Filosofia no instituto da própria Congregação na Ordem dos Capuchinos do Paraná e de Santa Catarina. Lá era um internato, com aulas em período integral de Filosofia Pura, em nível superior. Depois disso, eu saí do seminário e fiquei dois ou três anos sem estudar.

A minha vontade no começo era ter virado padre, estava me direcionando para isso. Fiz até esse noviciado. Depois que fui para Ponta Grossa e fiz os dois anos de Filosofia, que foram cruciais para que começasse a pensar de forma mais crítica e questionar. Primeiramente, questionar o problema ético e moral. Não existe filosofia se você não tem as questões éticas e morais de tudo aquilo que você está lendo. Particularmente, acho que o professor de Filosofia não pode deixar muito a desejar em questões morais pra comunidade,

[9] Vendelino Royer foi professor por vários anos na região de Itaipulândia. Trabalhou com o Primário e também com ensino de Física e Matemática, na qual possuía formação. Atuou tanto nas escolas de Aparecidinha do Oeste/Itaipulândia como em São José do Itavó. Foi professor até o início dos anos 2000, quando assumiu cargos na Secretaria de Educação. Em 2004 foi eleito prefeito da cidade, porém, foi assassinado em 2008 à mando do vice-prefeito.

pois ele tem que ter certa postura de vivência diante da comunidade. Mas acho que isso de estar um pouco fora, um pouco dentro, da vida seminarística me fez começar a me questionar o que seria melhor para mim: "Seria melhor estar na vida sacerdotal ou fora dela"? E foram dois anos de angústia e eu optei em sair, pelo menos dar um tempo. E nisso eu vi que, realmente, foi o melhor para mim. Não estou arrependido de ter entrado no seminário. E não estou arrependido também de ter saído. Foi uma boa coisa onde eu pude crescer.

No começo de 1988, o MEC validou os estudos em filosofia feitos no seminário. Mas eu precisava fazer algumas disciplinas pedagógicas para que fosse reconhecido. Para isso, eu validei as disciplinas de Filosofia pura[10] em Toledo, na UNIOESTE fazendo um intensivo lá de um mês. Com esse intensivo, eu nem precisei fazer vestibular na FAFI em Palmas (PR) e ingressei diretamente no curso de Licenciatura em Filosofia, fazendo esse curso durante um ano, tendo aula apenas das disciplinas pedagógicas e me formando no mês de janeiro de 1990. Eu sempre tinha ainda a vontade de fazer o de Matemática e em 1994 (eu acho), comecei a fazer Matemática em Presidente Prudente na UNOESTE[11], na forma de um intensivo semanal, em finais de semana.

A minha motivação para fazer Matemática foi uma vontade própria e para poder regularizar a minha situação perante as leis. Porque eu não tinha direito à Matemática. Qualquer professor que tivesse um curso, nem que fosse licenciatura curta, ele pegava a disciplina de Matemática antes de mim. E também fui pressionado interiormente: faço ou não. Quer dizer, a vontade de fazer Matemática eu já tinha, mas com mais esse empurrão da necessidade, então fui fazer o curso de Matemática mesmo.

Depois que eu fiz Matemática, quando eu estava quase terminando o curso fui pra Araras para fazer uma Pós-Graduação na área de Filosofia e Sociologia, mais em Ciências Sociais na Universidade de Ciências e Letras de Araras. A defesa do trabalho, o TCC, foi em Amparo que tinha aquela mesma faculdade. Nós fomos em dez professores daqui, ficamos lá uns vinte dias e defendemos o nosso trabalho.

Depois disso eu fiz, pelo Estado, o PDE[12] na área de Filosofia, na turma de 2009, por dois anos, que foram muito bons. Se alguém fala mal do PDE, eu falo bem. Foi um primeiro

[10] Segundo o entrevistado, entre as disciplinas que foram validadas estavam Ética, História da Filosofia, Metafísica, Filosofia Contemporânea, entre outras.
[11] Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE.
[12] O PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – é uma política pública do estado do Paraná regulamentada pela Lei 130 de 14 de julho de 2010, desenvolvida com professores da rede pública estadual para dar subsídios teórico-metodológicos e que redimensione a sua prática, por meio de diálogo entre professores do ensino superior e da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas. Os professores que participam das atividades devem ser do quadro próprio do magistério (QPM) e que estão num certo nível na

ano que eu fiquei fora de sala de aula, que eu pude ler bastante, que pude me informar de tudo daquilo que eu precisava, quer dizer, se eu tivesse mais uns dois ou três anos seria melhor ainda, mas nunca na história da educação nós tivemos um ano recebendo o nosso salário integral e parado pra estudar. Então, foi uma boa coisa, que ainda continua, embora se tenha certa diferença, uma modificação na lei, mas ainda é o mesmo sistema de quando eu fiz e ainda é válido[13].

Apesar de eu não ser formado no início, sempre conseguia lecionar Matemática durante vários anos. Foi um tempo que ainda faltava muito professor de Matemática, tinha poucos nessa área e a demanda de aulas era grande. O material humano ainda era bastante faltoso. Como disse antes, chegou a ter um momento que tinha seis aulas de Matemática por turma, então faltavam professores. E nisso sobrava muita aula pra gente: um padrão[14], até dois padrões, e a gente supria essa necessidade dos professores. Isso era bom, porque eu já gostava de Matemática e me sinto muito bem na sala de aula, tenho a compreensão dos problemas matemáticos, dos problemas que os alunos carregam – parece que geneticamente –, a questão dessa Matemática que deixa de fluir no aluno ou depois vai influir profissionalmente no aluno. Porque essa reflexão, essa análise, na Matemática também vem, não só na Filosofia, mas de outros conteúdos ou disciplinas.

Quando eu comecei a trabalhar, em 1988, eu percebia que a evolução tecnológica, a evolução do cotidiano, que a cada ano as coisas vão modificando. O aluno de ontem e de hoje não é a mesma coisa, pois ele vai carregando traços dessa evolução e vai modificando a maneira dele ver também. Naquela época era a coisa mais gostosa você aplicar a Matemática em sala de aula. O aluno vinha com mais vontade de aprender, era mais dedicado, ele vinha com maior gosto, embora as dificuldades fossem as mesmas.

Tinha aluno muito bom em Matemática e alguns que tinham suas dificuldades, coisa que vai acontecer sempre em sala de aula, em toda disciplina tem isso. Mas quando você passava conteúdo na sala de aula eles trabalhavam. Passava a tarefa e chegava no dia seguinte e não eram todos, mas quase a maioria chegava à sala de aula com a tarefa feita, o que é uma

---

tabela de vencimentos do plano de carreira. Quando começam a fazer parte do Programa, os professores recebem afastamento remunerado de 100% de suas atividades no primeiro ano e 25% no segundo ano.

[13] Ao ser questionado sobre essa modificação na lei, o entrevistado diz que no mandato de Beto Richa como governador, houve uma proposta de afastamento apenas de 20 horas para os professores que fossem efetivos em apenas um padrão (20 horas). Assim, metade do tempo seria dedicado ao PDE e o restante seriam as funções normais do professor. Porém, essa modificação na foi aceita e o PDE continuou com o mesmo formato: afastamento total de toda a carga horária do professor.

[14] Quando um professor passa a fazer parte do quadro próprio do magistério (QPM) ele assume 20 horas, o que é conhecido como um padrão. Dessa forma, é um termo comumente usado pelos professores para falar sobre a quantidade de aulas.

coisa que hoje parece e que já não dá mais pra fazer, pois não tem mais essa compreensão como nesse tempo atrás.

Quando eu vim morar para cá [São José do Itavó] era muuuito bom! Eu lembro que foi no dia 24 de fevereiro de 1990[15]. Era um povo mais hospitaleiro, porque era um povo que era mais fixo, pois chegava pouca gente e também saia pouco da região. Eu fiquei um ano só em Itaipulândia, que era Aparecidinha [do Oeste] na época, e no ano seguinte eu vim pra cá [São José do Itavó] e aqui estou a vinte e poucos anos. Veja bem: naquela época era um povo tranquilo, tinham umas duas ou três famílias de alemães e italianos e o restante era um "povo nortista": era baiano, mineiro, cearense, pernambucano, que é um povo que, se você souber lidar com eles não tem coisa melhor[16].

Naquela época, também não tinha esse caos social. Podíamos dormir com as portas e as janelas abertas, com a chave no carro aberto, não tinha problema, não tinha um roubo, não tinha nada. Com o passar do tempo, as coisas foram se modificando, foram ficando mais fáceis, a tecnologia avançando e quando ocorre de aparecer as novidades com maior intensidade, então começa a existir um certo caos. As pessoas começam a ter que consumir e ter para elas. Começa a surgir aquele sentimento de posse que cada um tem, então acabaram indo buscar na casa dos outros, virando esse caos. Com isso, o roubo passou a ser mais frequente a partir daí.

Mas, no começo era muito bom. Todo mundo conhecia todo mundo, todos na comunidade. A escola, por exemplo, era um centro de lazer da comunidade à noite, pois tinha aquela quadra velhinha, toda aos buracos, mas a comunidade se encontrava lá, jogava vôlei. Era velho, jovem, criança, adulto, tudo junto. Era muito bom e como sempre a escola era o foco, o centro de encontro da comunidade, além da Igreja.

Porém, percebemos que a partir do momento que acabou o tal do plantio da hortelã[17] – que era uma cultura bem influente na época –, quando o Lago [de Itaipu] avançou para as áreas mais perto da área urbana de [São José do] Itavó, o povo que era bastante humilde, sem formação e que trabalhava na roça acabou indo para o Mato Grosso, Pará, Rondônia por vontade própria ou por meio de convites. E muitos também foram pro Paraguai. A gente sabe

[15] O entrevistado mudou-se para Aparecidinha do Oeste em 25 de fevereiro de 1989.
[16] Em São José do Itavó predominou a presença de nortistas, povo oriundo dos locais descritos por Nelson, em relação aos colonos de descendência alemã ou italiana. Os nortistas eram acostumados com os serviços braçais, principalmente nas lavouras de algodão e hortelã que eram muito presentes em São José do Itavó.
[17] Segundo Scarpato e Böhm (2006), o cultivo de hortelã foi muito forte no início da colonização da região de Itaipulândia, principalmente nos entornos de São José do Itavó. Ele atraiu muitas pessoas de regiões que já eram acostumadas com esse plantio, como baianos, mineiros e de outras regiões ao Norte do Paraná. Seu plantio durou até o final da década de 1970.

que era isso e que antes do alagamento era bem populoso, que até mesmo parece que tinha mais população e comércio em [São José do] Itavó do que em Aparecidinha [do Oeste][18]. Então com o Lago veio desmerecer esse transeunte.

Agora, esse fenômeno de imigração e emigração é interessante, porque aqui em [São José do] Itavó é o seguinte: há certo momento do ano que as famílias saem e outro que elas voltam. Então chega mais ou menos setembro, outubro elas saem; fevereiro, março, abril tem gente voltando. Mas até agora não entendi bem. Eu acho que é por causa do cultivo no Paraguai que tem muitos brasiguaios e essa turma tem muito parente lá e aqui. Então, de repente por própria subsistência elas vão se beneficiar lá e num certo momento do ano elas veem pra cá, se beneficiar aqui, como morador de Itaipulândia, sendo uma maneira que eles encontraram para ir bem na vida. Mas ainda hoje isso ocorre. Pode ver nas escolas. Na nossa escola tem esse certo fluxo de chegada e de saída em certo momento do ano.

Quando eu cheguei para cá [São José do Itavó], nós sentimos uma influência da política não propriamente daqui, mas porque nós pertencíamos à São Miguel do Iguaçu. Sem dúvida existia influência política. Eu acho que isso nunca vai deixar de haver. Então, a direção daqui da escola, dos cargos que estavam aqui como a subprefeitura tinham certa ligação muito forte politicamente com São Miguel do Iguaçu que era a sede política do momento[19]. E de lá pra cá as escolas sofreram muito mais com a emancipação, pois a escola ficou jurisdicionada a nossa prefeitura daqui de Itaipulândia e a partir daí começamos a rezar conforme a autarquia do município, da Secretaria do Município. O Estado deixou bastante a desejar, porque ele não dava a atenção necessária que a escola exigia e por isso precisávamos do município. Então, tinha que entrar no rol da prefeitura municipal pra gente poder sobreviver, a escola sobreviver e o status de escola também permanecer com certo grau, com um nível de boa escola.

Com isso ocasionava a falta de materiais, que eram precários e poucos. O aluno ou ainda o pai de aluno já tinha certa consciência que deveria ajudar um pouco nos livros, no caderno, no material escolar e na questão da merenda escolar que também faltava. E com a emancipação essa dificuldade de material escolar diminuiu, porque a prefeitura, nesse momento, ela assume também um pouquinho também o estudante do Estado. Com isso

[18] Mais informações estão contidas no próximo capítulo.

[19] O entrevistado fala dos anos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, em um período em que Aparecidinha do Oeste buscava a emancipação em relação à São Miguel do Iguaçu. Durante esses anos, segundo Scarpato e Böhm (2006), o município de São Miguel do Iguaçu tentou evitar que a emancipação ocorresse, porém sucesso, pois em 20 de março de 1992 ela ocorreu. Acreditamos que esse é um motivo para que houvesse dificuldades para os moradores do que seria futuramente o município de Itaipulândia, pois queriam dificultar a emancipação, podendo deixar de forma precária alguns serviços em troca de apoio, no caso, a educação.

passou-se a favorecer um pouquinho mais a escola. Por um lado foi até boa a emancipação, mas mesmo no começo, nos primeiros anos ainda a gente passou muitas dificuldades na questão de material escolar, das merendas e também quanto a contratação de funcionário pra escola.

Como tinha pouco material didático e o professor não tinha cursos para fazer que o ajudasse didaticamente, que oferecesse outra prática, então tínhamos que ir tentando fazer com o material dourado ou com materiais de sucata para poder dar uma aula melhor para o aluno aprender. Mas nós não tínhamos muito o conhecimento de como fazer para trabalhar com aquela sucata, pois tem muito material que podíamos fazer matemática com aquilo. Então a gente sofreu um pouquinho nesse sentido e o aluno também, porque se um sofre o outro também sofre. Então, era mais questão de uma explicação teórica, depois cálculo e prática em cálculo.

Como eu estava falando, quase não tinha cursos. Havia poucos cursos de formação continuada e quando tinha era um e outro no começo do ano, diferente do que nós temos hoje. A maioria era daqueles de estudo em grupo, mas não é de maneira por área, por exemplo, que você aprendia matemática, você aprendia outra disciplina qualquer, outra maneira de você trabalhar em sala de aula, ou até mesmo teorias para se chegar a certo conhecimento. Naquela época, tinha que ser uma coisa como a Inspetora de Ensino falava que "O professor tem que ser pau pra qualquer obra". É forte a frase. Então o professor tem que se virar sozinho e era o que a gente tinha que fazer. Às vezes, dávamos conta, às vezes, não dávamos conta. Algumas vezes, se reprovava alunos por nada, por não saber aplicar, não ter certo conhecimento. Também não tinha aquele momento de parada que o professor poderia refletir, ver o que ele estava fazendo e planejar aquilo que ele poderia fazer.

E é isso. Eu desejo pra você sorte pro seu estudo e que com esse desenvolvimento você possa alcançar os seus objetivos. Tenho certeza que você vai alcançar e que tudo possa ir bem pra você.

3.6 A pista de Oneide Martins Patrício

No final da tarde do dia 21 de outubro de 2011, realizei a segunda entrevista do dia com outra professora que lecionou e viveu por vários anos em São José do Itavó, a senhora Oneide Martins Patrício. Quando descobri que ela havia sido professora de Matemática fiquei muito surpreso.

O motivo da minha surpresa é que Oneide foi minha professora enquanto eu estudava no Colégio Estadual Costa e Silva, mas não de Matemática e nem de uma matéria próxima como Ciências. Ela foi minha professora de Português, na sétima série do ensino fundamental, sempre muito atenciosa, mas bastante rígida, não tolerando conversas.

A descoberta de que ela era professora de Matemática ocorreu quando eu visitei o Colégio Estadual Tiradentes em São José do Itavó e pedi autorização para o diretor para ver alguns livros de chamada, livros-ponto e algumas antigas atas guardadas em caixas dentro da sala de materiais. Percebi que os livros de chamada seriam os documentos que melhor trariam respostas para as minhas perguntas, já que os livros-ponto possuíam poucas informações, assim como as atas. Após ter revirado boa parte das caixas, encontro dois livros com os quais fiquei admirado: no ano de 1983 a professora de Matemática da 5ª A e da 6ª A era a senhora Oneide Martins Patrício, minha ex-professora de Português e professora há muitos anos dessa mesma matéria, em São José do Itavó, como eu confirmei vendo os livros de chamada. Estranhei um pouco, até abri o livro de chamada, conferi a letra e a assinatura com outros livros de chamada e comprovei que era ela.

Alguns dias após ter feito essa descoberta, procurei-a no Colégio Estadual Costa e Silva onde ela ocupava o cargo de direção-auxiliar durante o período da tarde. Há alguns anos ela saiu de São José do Itavó e do Colégio Estadual Tiradentes e passou a trabalhar apenas no colégio da sede do município. Quando cheguei ao colégio, naquela quarta-feira à tarde, tive que esperar um pouco para falar com ela, pois estava atendendo um aluno. Quando perguntei para ela sobre a minha descoberta, a professora falou que havia trabalhado e até começou a me contar várias coisas de como que era o trabalho, da sua formação, dos alunos e de várias outras coisas. Após ter ouvido a sua fala sugeri marcarmos a entrevista e ela propôs que fosse à tarde, mas não enquanto estivesse no colégio já que seria muito conturbado, pois no período da tarde só havia quintas e sextas séries.

Dois dias depois, ao final do expediente de trabalho dela, cheguei à sua nova casa – havia se mudado há pouco tempo – e ela logo falou que seria tranquilo responder as

perguntas, já que ela estava com o roteiro nas mãos e o havia rabiscado todo. Assim começamos a entrevista e, na sequência, apresentamos o resultado de mais uma boa conversa.

3.6.1 A professora de Português?

Meu nome é Oneide Martins Patrício, nascida em 20 de setembro de 1958 e sou casada. Sou professora já a trinta e dois anos, comecei a trabalhar na verdade em 1977 como professora substituta na quarta série. Fui convidada porque não tinha nenhum professor que podia substituir a professora de quarta série – que ela foi embora – na Escola [Municipal] Rondônia[1] em São José do Itavó, e eles não sabiam Matemática, pois não conseguiam fazer as contas de vezes, de dividir, fazer situação problema e tal, aí foram me convidar pra eu poder substituir esse professor, já que eu trabalhava na loja do meu pai naquela época.

Eu tinha de dezoito pra dezenove anos e era mês de outubro e ainda consegui fazer os alunos aprenderem um pouquinho da matemática. Até teve um aluno que gostou tanto que se transformou num grande físico por gosto mesmo pela matemática. Ele disse que aprendeu a fazer contas de dividir porque eu ensinei, que até na quarta série ele ainda não tinha aprendido a divisão.

Eu me lembro de que uma das coisas que eu usava muito na sala, porque a gente não tinha nenhum material didático pra trabalhar, era o giz e o quadro. Aí eu pedia para os alunos trazerem grãos de milho, de arroz, de feijão e com isso eu ensinava, por exemplo, a tabuada e as contas de dividir nos grãos. Pra isso eu colocava na carteira um punhado pra cada um e ia fazendo as divisões com os grãos. Daí fazia divisão, multiplicação e eles foram entendendo melhor como que era. Arranjava dentro do que era possível, uma forma deles entenderem.

Eu trabalhava o concreto para eles entenderem o que era o "vezes", o que era o “dividir”, que uma era o contrário da outra. Então, depois que eles aprenderam as contas mais simples, tipo a tabuada do dois, do três, do quatro e do cinco, eles entendiam e era mais fácil você trabalhar, por exemplo, com uma situação mais elaborada. Eu procurava criar os problemas junto com eles, pegava a situação lá do sítio: quantas galinhas, ovos, passarinhos, com o que eles tinham na casa deles e, com isso, criava a situação problema pra resolvermos junto. Era o que mais concreto eu tinha pra passar, a única coisa que eu pensava em ter e com o material pra trabalhar com eles.

[1] Em 1977, a Escola Municipal Rondônia atendia apenas alunos de primeira à quarta série. A partir de 1978 ela começou a atender alunos de quinta série com a implantação gradativa das demais séries do primeiro grau.

Os alunos eram muito interessados, corriam atrás. Naquele tempo, plantava-se muito algodão[2], então eles trabalhavam, colhiam o algodão, e eu passava situações que lembrassem o trabalho deles: "Ontem, quantas arrobas de algodão vocês colheram? Então, quantos quilos foram?"; “Se a gente fosse vender esse algodão, a gente colocava um preço no quilo do algodão”. Os alunos vivenciavam aquilo, eles sabiam fazer. Ninguém passava a perna neles quando iam trabalhar, porque eles já sabiam fazer a conta certinha, quanto que eles iam ganhar dos quilos que eles colhiam. Era uma situação que eles vivenciavam e era muito bacana isso.

Quando eu comecei trabalhar de quinta à oitava eu só tinha feito o magistério. Eu vim lá do norte do Paraná, quando eu vim parar aqui. Como ali [São José do Itavó] era uma região pobre, o professor que terminava a quarta série, dava aula de primeira à quarta. Então de quinta à oitava [série] não tinha. Os dois primeiros anos foi uma extensão do Colégio Nestor [Victor dos Santos] de São Miguel [do Iguaçu] que veio aqui pra nosso distrito [de São José do Itavó], que era 38 quilômetros longe da cidade[3]. Então, era tudo estrada de chão, como diz o ditado "Quem tem um olho é rei". Então, quem sabia um pouco, ensinava os outros.

Aí eu comecei a dar aula de quinta à oitava [série] em 1982, porque não tinha professor de Português. O professor que tinha foi embora, também não era habilitado, o diretor, à época, ele era professor de Matemática, também não era formado. Ele tinha feito curso de Filosofia e estudou em Seminário, mas desistiu de ser padre, então se casou e começou a dar aula de Matemática, porque também não tinha professor de Matemática. Mas ele era bom em tudo, em Matemática, tinha uma escolaridade boa, então ele me ajudava muito no português e comecei a dar aula de Português, mas eu sempre tinha gostado muito mesmo era de Matemática. Meu sonho era fazer Matemática, mas como eu não tinha oportunidade comecei a trabalhar Português. Aí deu certo de trabalhar Matemática, pois ele foi embora e aí veio outro professor de fora que não pegou as quintas séries, porque pra ele pegar tudo era muito, e ele não queria vir um dia a mais, porque era muito longe, tinha estrada de chão e eu acabei pegando as aulas de Matemática na quinta série. Como eu já tinha trabalhado com quarta série, eu já tinha facilidade pra trabalhar com Matemática. Aí trabalhei dois anos nas quintas séries e gostei muito. Então, eu procurava sempre trabalhar a situação vivenciada

[2] O cultivo de algodão foi muito comum na região de São José do Itavó e substituiu as plantações de hortelã, que, com o implemento de novas tecnologia na agricultura, deixou de existir na região. Assim, boa parte da mão-de-obra que trabalhava nas plantações de hortelã passou para as de algodão (SCARPATO; BÖHM, 2006).

[3] No caso, São José do Itavó era distrito que pertencia à São Miguel do Iguaçu. Atualmente é distrito que pertence à Itaipulândia.

pelos alunos e procurando sempre fazer uma comparação com aquilo que eles vivenciavam. A gente não trabalhava muito ainda com "x", "y", com essas coisas mais difíceis.

Eu lembro que eu trabalhava com eles, por exemplo, o número oculto, hoje vocês falam "x" e "y". Eu fazia um quadrado ou um triângulo, eu fazia um desenho no lugar da letra pra eles poderem entender melhor[4]. Eu dizia que aquilo ali podia ser qualquer coisa, que era um número escondido que eles iam tentar descobrir. Com isso, os motivava pra tentar descobrir que número que era aquele. E eu fazia isso, porque vejo que na Matemática hoje o professor trabalha muito de forma abstrata. Parece que o professor tem preguiça de levar o material concreto pra sala de aula, mesmo tendo tanto material concreto nas escolas pra se trabalhar. A escola é tão rica de material, mas o professor não leva, porque ele acha que vai fazer bagunça, que o aluno vai se atrapalhar, sei lá. Parece que o professor tem medo. Em alguns casos é comodismo, ele prefere deixar as coisas do jeito que está seguindo apenas o livro didático.

E olha, hoje nós temos alunos de Ensino Médio que não entendem ainda a tabuada, mas se tivesse trabalhado, vivenciado a tabuada desde o início, construído ela, com o aluno, o feito construir, não teria problema. Eu me lembro de que tinha uma época em que a gente brincava de amarelinha com as crianças e desenhava a tabuada no chão pra eles. Aí eles iam contando a tabuada e pulando, como se fosse amarelinha. Então, a gente fazia uma brincadeira com as crianças, porque elas não tinham muita brincadeira igual se tem hoje, muitos brinquedos, muita coisa pra se distrair. Então, a gente tinha que criar as brincadeiras. Precisava buscar coisa nova.

Quando eu comecei a trabalhar com essas quintas séries, o diretor me chamou e falou: "Olha Oneide, você vai ter que fazer uma faculdade, porque você tá trabalhando de quinta à oitava série e precisa. Daqui a pouco os alunos vão querer saber mais e o professor tem que buscar mais saber". Aí eu fiquei sabendo que tinha um grupo de professores em São Miguel [do Iguaçu] que estudavam em Umuarama[5], e procurei me informar como que era. Fiz o vestibular e comecei junto com eles em 1985, mas era difícil. Eu saia aqui da minha casa de

[4] Talvez esse seja um reflexo do Movimento da Matemática Moderna que existiu no Brasil ao longo da década de 1960 e durante parte dos anos 1970. Esse movimento ficou caracterizado pelo uso intensivo de uma linguagem algébrica nos livros didáticos, fazendo várias menções à conjuntos numéricos e às propriedades das operações matemáticas. Além disso, acreditamos que exista esse reflexo, pois os livros de chamada que foram encontrados no Colégio Estadual Tiradentes consta que a entrevistada trabalhou em 1983 e 1984 com aulas de Matemática, informação confirmada por ela quando conversamos alguns dias antes da entrevista. Por esses documentos consta que ela trabalhou com 5ª e 6ª em 1983 e com 7ª e 8ª em 1984 e assim, pode ter trabalhado com materiais que fizessem referência ao movimento.

[5] A professora Oneide foi aluna da mesma faculdade que o professor José, outro entrevistado da pesquisa, a FAFIU – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama.

manhã, pegava um ônibus seis horas da manhã, chegava em São Miguel [do Iguaçu] quase oito horas, porque era tudo estrada de chão, aí o ônibus saia uma hora da tarde pra Umuarama. Então, perdia-se a manhã inteira esperando o ônibus. Chegava a Umuarama à tarde e assistia aula à noite naquele mesmo dia, no outro dia tinha dez aulas – cinco de manhã e cinco de tarde – e retornava à noite. Então, a gente assistia quinze aulas por final de semana. Dava uma carga horária de sessenta e seis por cento e quando eles davam uma semana de prova nós ficávamos todos os dias estudando lá e com isso dava os setenta e cinco por cento que era o mínimo[6]. Foi assim que eu consegui fazer a minha faculdade de Letras, porque eu tinha oportunidade de trabalhar com Português na época.

Mas só que, paralelamente, enquanto eu estava fazendo a faculdade de Letras, eu continuava trabalhando com Matemática.

Eu também trabalhei também com artes. Conforme faltava professor e a gente estava disponível, substituía e fazia o possível enquanto não vinha um professor habilitado, porque, nossa, um professor habilitado era coisa mais difícil. Porque, imagina: era uma região pobre, muito carente[7]. Pra você ter uma ideia a gente ficava trinta e oito quilômetros longe do centro do município [no caso, São Miguel do Iguaçu]. Tudo estrada de chão, pra ir pra Foz do Iguaçu, por exemplo, que era o único lugar que tinha faculdade mais próxima e dava em torno de uns 75 quilômetros, mas como era estrada de chão pra ir todo dia não tinha como, sem chance. Então, não tinha pessoas formadas, habilitadas. Era muito difícil. Às vezes, o diretor ou o secretário da educação. Eu lembro que o Secretário da Educação estava estudando e ainda não tinha faculdade. Ou seja, eram poucas pessoas.

Mas olha, quando eu vim morar aqui, eu me desesperei, porque eu já tinha concluído a oitava série e pensava em fazer o Magistério ou um curso Técnico em Contabilidade, ainda estava meio em dúvida. Eu pensava contabilidade, porque eu gostava da Matemática. Mas eu cheguei à região e não tinha como estudar. Eu me lembro de que eu comecei a estudar por

[6] No início do mês de fevereiro de 2012 conversei com a entrevistada para completar algumas informações sobre essa época. Ela explicou que o curso de Licenciatura em Letras tinha aula todas às noites, de segunda-feira à sexta-feira, porém ela somente frequentava na sexta-feira à noite. Para os alunos que faltavam durante a semana, como era o caso dela, havia aula no sábado durante a manhã e a tarde. Além disso, os alunos que faltavam pegavam o conteúdo com os outros colegas que frequentavam para ter toda a matéria. Porém, para completar a carga horária mínima os alunos que faltavam durante a semana frequentavam toda a semana de provas, que, na maioria dos casos, ocorria no final do bimestre. Dessa forma, a entrevistada obteve a Licenciatura Curta em Letras, após dois anos. A Licenciatura Plena foi feita na Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente e foi completada em agosto de 1987, após um ano e meio de curso.

[7] Atualmente, Itaipulândia não é mais pobre pela questão dos royalties pagos pela Itaipu para as cidades afetadas pelo seu reservatório. Porém, nos anos que a entrevistada deu aula de Matemática, a Itaipu não pagava os *royalties* ainda. Então, o município sede – São Miguel do Iguaçu – provavelmente repassava pouco auxílio financeiro para as comunidades que hoje fazem parte de Itaipulândia, agravando a pobreza na região. Ao longo deste trabalho traremos mais informações sobre a situação financeira da região de Itaipulândia.

correspondência num programa que a gente comprava umas revistas que chamava Brasil não sei o que[8]. Eu sei que estudava as apostilas e ia pra Curitiba prestar as provas. E comecei a estudar Matemática, Química e Física que eram as matérias que eu mais gostava. Estudei doze apostilas daquelas, mas aí quando eu cheguei à Química eu não consegui entender e não tinha nenhum professor, assim, uma pessoa pra me ensinar. Aí eu vi que era muito difícil e acabei desistindo. Mas depois me convidaram pra fazer o magistério, só que para fazê-lo eu tinha que assumir uma sala de aula.

Aí como que eu tinha trabalhado com aquela quarta série e tinha gostado eu pedi para o diretor se ele podia me dar uma turma e eles me deram uma turma de primeira série, na época. Nunca tinha trabalhado com alfabetização e eu me lembro de que era mês de junho, aí eles me deram trinta alunos que pegaram de todas as turmas, mas somente aqueles que não sabiam, que não conseguiam nem segurar o lápis na mão, nem fazer o movimento motor ainda. Isso aconteceu porque eles falavam: "Teu pai tem loja, você não precisa trabalhar", porque naquela época, ser professor era pra quem precisava trabalhar, não era pra quem tinha habilidade. E aí eu fui. Assumi aquilo e eu me lembro até hoje que eu tinha uma colega que era reconhecida como uma alfabetizadora e, eu pra não ficar incomodando ela, às vezes, ia no buraco da fechadura e ficava assistindo a sua aula, pra ver como que ela fazia pra eu fazer igual. Eu ficava lá um tempo assistindo e ia pra minha sala e trabalhava. Dali a pouco eu ia ali de novo. Fazia isso porque não havia preparação para o profissional. Isso ainda demorou uns dez anos para começar a vir recursos do governo, do Estado e que começou a ter os cursos de preparação pra alfabetizadores.

Esse esquema de cartas que eu fiz era um Supletivo de Ensino Médio. Era assim: a gente ia ao correio e comprava as apostilas e estudava. Depois eram marcadas, em Curitiba, duas provas durante o ano. Para ser aprovado eu acho que precisava tirar sete em cada prova das disciplinas. Então, por exemplo, Português tinha cinco ou seis provas, Matemática cinco ou seis provas, aí você tinha que passar em todas elas pra ser habilitado. Era uma oportunidade para quem morava longe e não tinha como frequentar uma escola. Só que os conteúdos eram muito difíceis. Tinha que ter alguém pra ensinar; sozinho não dava pra estudar. Foi aí que eu fiz o magistério.

O Magistério era assim: veio uma professora de Curitiba e ela montou um centro ali em São Miguel do Iguaçu. A gente se reunia aos sábados, das oito da manhã às cinco da tarde,

[8] Em uma conversa no início de fevereiro de 2012 a entrevistada lembrou que se tratava de revistas chamadas Abril Cultural que eram compradas no correio ou em bancas de jornais. Ela realizou esse estudo nos anos de 1976 e 1977.

estudando com ela. Então, eram trezentas e... oitenta apostilas ao todo; era Magistério em todas as disciplinas. Nós pegávamos, no máximo, cinco apostilas para estudar por semana. No sábado, nós íamos e fazíamos prova daquelas cinco disciplinas. O que não conseguíamos fazer, a professora fazia uma revisão.

O engraçado é que eu já tinha feito de quinta à oitava série e ia bem em Matemática, porque era o eu que tinha estudado e sabia tudo. Quando a professora viu que eu era esperta em Matemática, ela fazia um grupo de estudo no sábado e me colocava pra dar aula de Matemática para as outras professoras. E eu adorava aquilo. Imagina dar aula de Matemática. Eu me lembro de que tinha uma professora que era difícil de aprender Matemática, meu Deus. Eu falava: "Mas como é que ela pode ser professora se ela não consegue entender". Depois quando meu filho se formou em Sistemas de Informação na faculdade, ela estudava junto com ele. Ela demorou trinta anos pra ir pra um curso superior. Mas ela conseguiu. Mas era gostoso, nossa, era muito bom.

Esse Magistério era ofertado pelo governo do Paraná, era chamado LOGOS II[9]. Era uma forma de habilitar os professores leigos e era tudo gratuito, desde as apostilas. Noventa por cento dos nossos professores eram leigos e assim foi uma forma de habilitar. Mas como eu e uma amiga minha, a Maria Lourdes, que você também conhece – que é professora de Português –, já havíamos feito de quinta à oitava série, nós tínhamos um caminho já andado. Quando entramos pra fazer esse Supletivo, os outros professores estavam lá na apostila cento e cinquenta. Já tinham feito metade do curso. Aí nós íamos tentar alcançar elas pra fazer a formatura junto, se não nós não iríamos ter formatura, porque iria demorar muito tempo e com seis meses nós as alcançamos. Em um ano e dois meses conseguimos terminar essas trezentas e oitenta apostilas. A gente estudava muito mais do que cinco apostilas por semana. Fazia oito, dez apostilas por semana. Então, tínhamos que cumprir as trezentos e oitenta apostilas durante o tempo marcado para ter a formatura. A gente conseguiu alcançar as outras, porque elas demoravam muito, pegavam apenas uma, duas apostilas daquelas; elas não conseguiam ler com muita habilidade. Tinham uma leitura lenta, então demorava muito. Aí como a gente já tinha mais habilidade, feito até a oitava série, então tinha uma interpretação mais rápida e conseguiu acompanhar as apostilas e alcançar elas.

[9] O Projeto LOGOS foi criado pelo Ministério da Educação em 1973 por meio do parecer nº 699/72 e o LOGOS II foi a sua segunda fase. Ele foi criado para atender professores que já estavam lecionando nas primeiras séries do Primeiro Grau e não possuíam a formação mínima. Assim, por meio desse projeto, era realizada a formação em nível de Magistério com esses professores atuando simultaneamente em sala de aula. Ao longo do trabalho voltaremos a tocar nesse ponto.

Esse supletivo foi nos anos de 1979 e 1980. Depois ele se extinguiu, pois habilitou esse grupo grande de professores. Foi uma forma que o governo encontrou pra habilitar os professores leigos e até prepará-los melhor pra uma sala de aula. Tanto que muitos professores foram fazer faculdade depois; eu mesma fui uma, a Maria Lourdes e tantos outros.

Daqui do município[10] pra você ter uma ideia nós enchíamos um ônibus. O ônibus era de linha e o dia que tinha aula ele ia tão lotado, tão lotado, que ia gente em pé. Tinha mais de cinquenta pessoas no ônibus. E esse curso pegava o município inteiro de São Miguel [do Iguaçu] que tinha noventa e seis escolas na época, sabe o que é isso? Que depois do alagamento, se transformou em doze escolas[11]. Então, quando o ônibus ia passava em todas essas escolinhas. Só aqui na nossa comunidade de São José do Itavó, Santa Inês e aqui Aparecidinha [do Oeste, local onde atualmente a entrevistada reside], só aqui nessa redondeza tinha cinco, seis escolas. Imagina, cada escola tinha oito, dez professores, então a gente lotava um ônibus só com o pessoal daqui.

Então, teve uma grande formação dos professores. A formatura do LOGOS II teve quase quatrocentos alunos e era só de São Miguel [do Iguaçu], porque cada município tinha o seu centro. Foi bastante gente que se formou.

Esse curso não foi ruim, sabe por quê? Ele tinha as didáticas, então o que acontecia: quem o estudava só podia ser quem já dava aula. Então, o que a gente fazia: a gente estudava nele as didáticas e já praticava com os nossos alunos mesmo, entendeu? Que era uma forma de fazermos um estágio com “nós mesmos”. E a professora vinha na escola assistir as nossas aulas, para ver a evolução do nosso trabalho, ou seja, era um estágio supervisionado. Pra completar, a gente também tinha que dar aula durante o curso, para as colegas assistirem, para ver se a pessoa estava habilitada também. E tanto que quando eu dei a primeira aula de Matemática e ela gostou e viu que eu conhecia os conteúdos e com isso ela sempre me colocava pra dar aula. A professora fazia grupinho de estudo onde eu ajudava com Matemática e enquanto isso ela ia trabalhando Português com os outros grupinhos. Então, eu ajudei bastante ela nessa parte e também ia praticando.

A gente trocava experiências, por exemplo, eu ia explicar algum conteúdo e alguém já dava uma ideia: "Ó, mas eu estou fazendo assim, assim, assado". Não era aquela coisa que "eu

[10] Quando a entrevistada fala do município, diz respeito à Itaipulândia, ou seja, o ônibus passava em São José do Itavó, Santa Inês e Aparecidinha do Oeste e talvez em outras localidades para pegar os professores.

[11] Não temos os dados do total de escolas existentes em São Miguel do Iguaçu antes da formação do Lago de Itaipu. Porém, conforme Scarpato e Böhm (2006), existiam 32 escolas nos limites de Itaipulândia, à época. Após a construção da Itaipu restaram 13 escolas. Atualmente, com o encerramento das atividades em algumas escolas multisseriadas, a criação de escolas polos e os dois colégios estaduais, existem apenas seis estabelecimentos escolares em Itaipulândia.

ia pra dar aula para os outros". A gente ia trocar experiências e fazia aquilo que trabalhava na escola e isso ajudava e enriquecia o grupo.

Eram muitos professores que participavam desses nossos grupos. Tanto é que ela marcava os dias da gente ir. A gente não podia o dia que queria, porque tinha horário certo para ir. Então, por exemplo, eu marcava duas horas da tarde para fazer a minha prova, outro marcava as três, cada um tinha um horário para fazer as provas. Então, quando fazia, enchia a sala; tinha quarenta alunos fazendo prova naquele momento. Se por acaso perdia alguma prova, podia fazer depois e se não passava tinha mais duas oportunidades para fazer aquela mesma prova. Eu me lembro de que a única matéria que eu tive grande dificuldade foi Educação Física, que eu passei porque a professora me ajudou, pois ela viu que eu não ia conseguir, porque eu não entendia as regras de jogos, tanto que eu não sei até hoje. Daí tinha que decorar e explicar tudo no papel, mas eu não conseguia, me embolava toda. Confundia vôlei com salão, com basquete, com essas coisas e eu não ia bem. Não conseguia. Aí ela me ajudou e viu que não era uma coisa tão importante pra mim, que eu não seria professora de Educação Física nunca.

Então, era uma formação bem diversificada e que abria pra vários caminhos, o que dava uma formação ampla, um leque pra gente.

Mas enquanto eu estava trabalhando demorou muito tempo para ter cursos para os professores. Pra alfabetizador ainda veio primeiro, eu me lembro de que ainda fiz alguns cursos de alfabetização. E pra trabalhar com as outras séries, eu me lembro de que foi só perto dos anos 1990 que começou a vir alguma coisa, que vinha recurso pra gente ter uma semana de curso, por exemplo.

Já o material para usarmos com nossos alunos era tudo mandado pelo Estado. Eu me lembro de que nós tínhamos o pré-escolar que era estadual e de primeira à quarta série era municipal. Então, vinha caixas e caixas de material para o pré-escolar. Era tanto material que vinha que a gente trabalhava com ele de primeira à quarta, porque era uma escola muito pobre e vinha tanto caderno, tanto lápis de cor, lápis preto pra escrever que a gente aproveitava tudo e dava para todos os alunos, de todas as séries no colégio, porque estava sobrando. Então, eu acho que as prefeituras, de certo, até recebiam, mas não repassavam e também pelo isolamento era complicado. Era uma época de muita pobreza, meu Deus!

Mas a comunidade era muito unida, tanto que eu me lembro de que uns anos depois eu fiquei na direção da escola e teve um ano que não recebeu merenda, pois o governo não tinha verba pra merenda. Aí o que a gente fez: reuniu a comunidade e como o pátio da escola era muito grande, a gente plantou mandioca, pipoca e amendoim e encheu aquele pátio de uns dez

mil metros quadrados de terra. Deu pra gente colher quase para o ano inteiro. Eu lembro de que a gente colheu pipoca e encheu uns vinte daqueles garrafões de vinho, que os pais doaram para a escola. Amendoim e mandioca também deram bastante. E também a gente sempre pedia quando alguém carneava[12] um boi no sítio que ela guardasse os ossos que sobravam, pois nós compramos um congelador, graças a APMF[13] que fez uma promoção, e guardava todos aqueles ossos cortados. Depois pegava os ossos e com as mandiocas e fazia aquela "sopona", bem suculenta[14]. E as crianças se "matavam" comendo. A gente não deixava faltar, pois a APMF fazia promoções e, às vezes, a presidente da APMF ia lá à cidade e comprava umas oito, dez bolsas de sessenta quilos daquele arroz bem quebradinho que era o mais baratinho que tinha, pra fazer merenda. Também passava nos mercados pedindo batata, às vezes, tinha de segunda que eles até doavam pra escola. Então foi assim, um ano que se os pais não tivessem ajudado a gente não tinha conseguido trabalhar, porque as crianças iam com fome mesmo pra escola e a merenda era fundamental.

Eu vejo que naquela época era tão difícil, tão assim sacrificante por parte dos pais, que as crianças valorizavam o estudo. Parece que pra criança, ver essa dificuldade, estudar e ser aprovado eram um mérito, uma coisa que eles tinham que fazer. Porque eles viam que era uma coisa sacrificante, que todo mundo estava lutando pra eles estarem aí, pra não faltar nada pra eles. Então, era uma necessidade ser aprovados.

Com isso, era muito tranquilo em sala de aula. A gente tinha muito apoio dos pais. Eu me lembro de quando tinha uma reunião se a gente falasse assim para o pai: "O teu filho não respeita, o teu filho fez isso ou aquilo", meu Deus! A gente já sabia que a criança ia apanhar aquele dia. Então, a gente tinha até que cuidar com o que falava. Hoje é o contrário, pois você vai falar alguma coisa para o pai e ele fica ofendido, defendendo o filho. É muito diferente.

Naquela época, a estrutura era tão precária, tão precária que, às vezes, a cadeira tinha que ser pregada pela mesma pessoa que limpava, que fazia a comida, que colocava água naqueles filtros de barro. Ela fazia tudo isso. A função dela era puxar água do poço, trazer a água e por dentro daquele filtro, limpar as salas, ver se a carteira estava quebrada e se tivesse pegava um martelo e pregava aquela carteira. No começo era carteira dupla, assim sentava

[12] Carnear significa sacrificar o animal para fazer os cortes na carne, aproveitando praticamente quase todas as partes, inclusive os ossos.
[13] Associação de Pais, Mestres e Funcionários. É um órgão existente até hoje nos colégios da região onde há a participação de membros da escola e pais para, principalmente, ter uma proximidade maior entre o colégio e os pais, tendo como algumas funções auxiliar em questões referentes à escola como a promoção de eventos, criações de parcerias entre a escola e outros órgãos, controle de gastos feitos pelo colégio, entre outras funções.
[14] Esse prato é chamado de mandiocada e até hoje é servido nessa escola que possui uma belíssima horta que é cuidada pelos alunos.

dois alunos, depois foi diminuindo e ficaram as carteiras individuais. Nem sempre era carteira, às vezes, era um banco que as crianças sentavam de três ou quatro. Era bastante precário. Muito, muito difícil. Porque com os recursos que vinha tinha que dar um jeito.

Eu me lembro de que a nossa escola só foi reconhecida porque vieram três profissionais habilitados para reconhecer: um funcionário do Banco do Brasil, o contador da nossa comunidade aqui – do distrito – e outro professor lá da escola que assinaram. E era necessário porque tinha demanda de alunos. Tanto que naquela época, de primeira à quarta série, tinha mais ou menos de oitocentos a novecentos alunos. Hoje não chega a oitenta, pra você ter uma ideia o tanto que diminuiu por causa da Itaipu, pois veio todo aquele alagamento e a nossa região foi uma das que mais teve evasão. A maioria foi pra Rondônia, lá pro "Nortão" mesmo. E a área alagada acho que foi dois terços[15]... Itacorá inteiro alagou e quase metade de São José do Itavó. De quinta à oitava série, eu lembro que tinha uns trezentos alunos, mais ou menos, o que era bastante para a região. Então pra escola foi um baque, uma perda muito grande quando houve a formação do Lago de Itaipu. Tanto que muitos professores que vieram pra cá foram embora, porque já eram poucas aulas, então não compensava mais ficar aqui. Então, foi uma evasão muito grande de alunos.

O Lago de Itaipu influenciou muito! E muito, que dava para perceber. Os alunos tinham muita tristeza. Nossa! Quantos alunos nossos que vinham e choravam porque não queriam ir embora. Os próprios pais estavam tristes e não queriam, mas se obrigavam, porque o dinheiro da indenização não era tanto o quanto valia as terras por aqui. Por exemplo, se indenizava cinco alqueires, eles não conseguiam mais comprar cinco alqueires por aqui. Então eles iam procurar mais distante, num lugar onde eles podiam comprar esses cinco ou mais que cinco. Então, foi muita gente pra Rondônia, Mato Grosso, lá pro "Nortão", porque lá eram terras mais baratas. Quem saia, saia triste, arrasado, porque viveu a vida inteira ali, construiu a sua vida e agora saber que ia ficar tudo de baixo d'água.

E a demanda de alunos baixou de vez. Foi assim: em 1982 que o Lago formou. Meu Deus do céu! Ali foi uma transformação do dia pra noite. Só se via mudança saindo, caminhão de mudança saindo. Porque eles tiveram um prazo pra sair. Eles deram um prazo e eles tinham que sair e era isso que acontecia. Era uma coisa bem complicada.

Influência política sempre houve aqui na nossa região. Então era assim: o prefeito X colocava pra trabalhar na escola quem tinha apoiado ele na política. Não importava se era bom ou ruim. Se fosse "puxa saco" do prefeito estava empregado. E existiam dois grupos: um

[15] A área total do município de Itaipulândia é de 327,73 km², sendo que 179,73² foram desapropriados pela Itaipu, o equivalente à 54,8% da área.

grupo que era contra, que lutava contra isso, aí depois quando entrou o outro prefeito da oposição, fazia a mesma coisa, tirando aquelas pessoas que não queriam ali, porque era oposição e entrava quem eles queriam, nunca preocupados que o aprender era mais importante. Sempre era bem complicado. Eu procurava nunca me queimar, nem com um lado nem com o outro. Eu procurava sempre, valorizar o trabalho educacional. Nunca me meti muito em política não.

Esse tipo de coisa eu escutava mais comentário que era de primeira à quarta série, que o prefeito colocava as pessoas que ele queria. Agora do Estado não, pois era leilão de aulas mesmo. Como que eram os leilões[16]: o Núcleo[17] vinha um dia ali em São Miguel [do Iguaçu] e reunia-se, marcava pra todos os professores que quisessem pegar aula para vir tal dia, tal hora lá em um colégio tal. Aí a gente ia e se inscrevia. Levava documentação e apresentava o tempo de serviço e ia distribuindo as aulas conforme o direito de cada um, assim como é hoje o PSS[18]. Mas só que era feito ali, tudo na hora, naquele momento, com quem estava ali naquela sala. Quem não foi, perdeu. Não tinha outro dia, não tinha outra oportunidade. Foi assim que eu até acabei pegando aula de Matemática, porque chegou na hora do professor de Matemática e não tinha; o professor pegou aula sexta, sétima e oitava, aí ele não quis pegar quinta, porque ele tinha que ir mais um dia e ele já iria trabalhar aqui em Aparecidinha do Oeste. E o que aconteceu: "Professora de Português, você pega essas aulas de Matemática? É quinta série tal". Eu ficava entre a cruz e a espada: "Ó, se você não pegar, os alunos vão ficar sem professor". Aí a gente acabava pegando, porque vai fazer o que? E até é uma forma de ajudar as crianças e a escola até que viesse alguém que pudesse suprir aquelas aulas.

Demorou muito tempo até que chegou alguém habilitado. Demorou uns três anos. Porque eu me lembro de que isso foi em 1984. Em 1987 que veio o professor Vendelino [Royer][19] que nem era habilitado, mas tinha passado no vestibular de Matemática, começou a

---

[16] O leilão de aulas era a distribuição de aulas feita pelos representantes do Núcleo Regional de Educação na Inspetoria de Ensino de cada município. Segundo informações dadas pelos entrevistados e por outras pessoas em conversas informais, no dia que ocorria o leilão todos os interessados em adquirir aulas deveriam estar presentes com a documentação necessária em mãos que deveria ser entregue para avaliação. Após esse momento, era montada uma classificação e a distribuição de aulas ocorria seguindo ela. Os professores da região de Itaipulândia participavam do leilão de aulas em São Miguel do Iguaçu, na Inspetoria de Ensino daquele município e que era de responsabilidade do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.

[17] O Núcleo Regional de Educação serve como representante da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Está localizado em alguns municípios e ficam responsáveis pela educação nos estabelecimentos estaduais. O município de Itaipulândia faz parte do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu.

[18] Processo Seletivo Simplificado. Forma de atribuição de aulas para professores temporários no Paraná. O professor pode se inscrever por até dois municípios em um Núcleo Educacional, apresentando documentação relativo à sua formação e tempo de serviço e a partir disso é montada uma classificação por município, dentro de cada disciplina.

[19] Vendelino Royer foi professor por vários anos na região de Itaipulândia. Trabalhou com o Primário e também com ensino de Física e Matemática, na qual possuía formação. Atuou tanto nas escolas de Aparecidinha do

cursar e ele pegou todas essas aulas de Matemática dali pra frente. Sempre ficou com ele. Aí ele se formou em Matemática.

Tinha bastante combinação nesses leilões. Eu lembro de que fui nesse leilão de aula e estava na direção da escola, porque o Vendelino [Royer] me nomeou diretora, naquela época era o diretor que nomeava o seu sucessor e como eu era a professora mais velha e já tinha curso superior ele me escolheu. E o Vendelino Royer era o professor de Matemática e havia assumido a direção de quinta à oitava, mas ele foi pra cidade [na época ainda era Aparecidinha do Oeste] onde ele conseguiu pegar aula no Ensino Médio e para ele fazer isso era o máximo, pois ele conseguia dar aula de quinta à oitava série e ele estudou nessa escola de primeira à quarta, de quinta à oitava [série] e agora ele ia ser professor de Ensino Médio lá[20]. Então pra ele, era um privilégio. Aí ele me nomeou diretora, é claro, junto com a chefa do Núcleo lá e tudo. E nesse leilão, que eu estava falando, eu cheguei com uma proposta feita pelos pais dos alunos: "Você tem que arrumar alguém que possa substituir ele [Vendelino Royer] na escola e também na igreja", porque esse Vendelino [Royer] cantava na igreja e as pessoas adoravam isso, porque imagina, quem cantava na igreja era pessoa respeitada, então "O diretor cantava na igreja". Aí, qual foi a proposta que os pais fizeram pra mim: se fosse só um professor pra escola, para os pais não serviria, tinha que cantar na igreja também, pois uma coisa parece que era complementação da outra para as famílias, era muito importante isso na época. E eu fui nesse leilão e fiquei sabendo que tinha um professor de Filosofia, o Nelson Domingues[21], que tinha saído lá do seminário, tinha se casado e que estava lecionando Matemática, mas não era habilitado ainda. Eu fui e conversei com ele. Nossa! Ele ficou feliz da vida, porque ele não conseguiu aula lá na cidade [na época São Miguel do Iguaçu]. Aí eu falei com ele e levei a informação pra comunidade [São José do Itavó] e falei: "Eu consegui um professor que canta na igreja, mas só que ele ainda não é formado em Matemática. Ele pensa em fazer faculdade de Matemática". Ah! Os pais já arrumaram casa pra ele, tinha um fazendeiro lá que arrumou uma casa boa pra ele na fazenda, onde ele ficou por dois ou três anos morando de graça, ganhava luz e água. Isso só para eles tivessem um professor de Matemática que cantasse na Igreja. Isso pra você ter uma ideia e ver o apego e a valorização que os pais davam para o professor. E foi aí que ele [Nelson Domingues] começou a fazer

---

Oeste/Itaipulândia como em São José do Itavó. Foi professor até o início dos anos 2000, quando assumiu cargos na Secretaria de Educação. Em 2004 foi eleito prefeito da cidade, porém, foi assassinado em 2008 à mando do vice-prefeito.

[20] No caso era o Colégio Estadual Costa e Silva de Aparecidinha do Oeste.

[21] *In Memorian*. Um dos entrevistados para a pesquisa. Foi professor de Matemática por muitos anos no Colégio Estadual Costa e Silva e no Colégio Estadual Tiradentes, em São José do Itavó, local no qual residia. Além de Matemática lecionava Sociologia e Filosofia, na qual possuía formação acadêmica.

faculdade de Matemática e se deu bem. Depois se transformou em diretor também, me sucedeu e trabalha até hoje.

A gente se ajudava muito. E também se dava muito valor pra família. Então o aluno que via o professor na escola e na igreja, o respeitava muito. Então, esse professor conseguia: cativar muito mais fácil, fazer a criança respeitar mais e seguir o caminho do bem.

Eu fiquei contente de você vir aqui e valorizar isso que eu achava que era tão pouco, tão meramente simples dentro da educação hoje. A gente na verdade trabalhava com amor mesmo. Não estava preocupada em ser o profissional, em ter a profissão. Hoje as pessoas se preocupam primeiro com a profissão e depois em trabalhar e a gente fazia isso junto. Então, era uma coisa que a gente fazia porque gostava.

Sucesso pra você, viu? Você foi meu aluno e espero que seja um grande professor universitário.

3.7 A pista de Antonio Derseu Cândido de Paula

No dia 24 de outubro de 2011 viajei para Foz do Iguaçu para realizar a sexta entrevista com o ex-professor, contador e advogado Antonio Derseu Cândido de Paula, ou simplesmente Derseu de Paula, dono de um dos maiores escritórios de contabilidade do Paraná e que foi um dos responsáveis pela instalação de várias escolas na região de Itacorá.

Quando fiz as minhas primeiras conversas com o professor José Griebeler – um dos entrevistados para esta pesquisa – ele sempre falava que uma pessoa com quem eu poderia conversar era o "de Paula" e logo questionei se era ele o responsável pelo escritório de contabilidade do qual eu via tantas propagandas na televisão por tanto tempo. A resposta do José foi positiva e ele logo falou que poderia me ajudar conversando com ele.

Em outra oportunidade, quando conversávamos, o professor José falou novamente dele e eu pedi seu contato, só que ele fez melhor: ligou para o senhor Derseu, perguntou sobre a disponibilidade de tempo para nos atender e na primeira sexta-feira do mês de outubro fui junto com o José para Foz do Iguaçu – aproveitando que ele tinha compromissos naquela cidade – e ele me deixou na porta do escritório.

Nessa primeira conversa que eu tive com o senhor Derseu, na sala de seu escritório, ele logo falou que não havia lecionado Matemática, o que no começo me deixou frustrado. Mas depois, conforme conversávamos, ele foi me falando de toda a sua participação no ensino da região de Itacorá, de como era a construção das escolas, como era a participação dos alunos, como contratavam os professores e várias outras coisas que fizeram minha opinião mudar.

Mas não foi fácil marcar a entrevista com o senhor Derseu, pois é uma pessoa repleta de compromissos, com a agenda lotada de viagens e reuniões. Depois de mais de três semanas consegui marcar a reunião para as 14 horas na sua sala. Nessa sala pude ver as lembranças de muitas épocas de sua vida e o próprio prédio do escritório é uma estrutura antiga, mas muito bonita, com todos os acabamentos feitos de madeira, em estilo colonial, cuja procedência ele explica durante a entrevista.

Quando ele pode me atender, aquele senhor de estatura baixa, usando óculos e com alguns cabelos brancos, logo me falou que deveríamos acabar a entrevista até às 15 horas, pois ele tinha outra entrevista marcada, assim que acabasse a minha, com uma emissora de televisão de uma faculdade sobre um dos novos cargos que acabara de assumir.

Dessa forma, começamos a entrevista na qual ele passou várias informações sobre a sua trajetória como educador em Itacorá. Vejamos agora o resultado dessa conversa.

3.7.1 “Passei em Itacorá por acaso”

Meu nome é Antonio Derseu Cândido de Paula, mas o nome de guerra é Derseu de Paula, nasci em 02 de janeiro de 1946, em Nonoai[1], distrito de Iraí no Rio Grande do Sul. Meu pai era construtor de serrarias, por isso mudávamos com frequência de lugar e cada vez mais para o interior. Aos treze anos um irmão de meu pai, Tio Roberto, que era fotógrafo profissional e músico, nos visitou quando morávamos em Capinzal, distrito de Três Passos[2] no Rio Grande do Sul, e me levou consigo para Santo Antônio da Patrulha, município distante 80 quilômetros de Porto Alegre, em uma viagem que durou três dias por causa das estradas de terra e de pedras, pois eu era bom aluno na escola primária, um colégio rural feito pelo governador Brizola, as chamadas Brizoletas[3].

Quando chegamos a Santo Antônio da Patrulha, estava na metade do ano e então eu fiz em um grupo escolar o Exame de Admissão que era condição para entrar no ginásio. Concluí o ano letivo e entrei em uma escola industrial, onde além de fazer o ginásio fiz vários cursos como marcenaria, eletricidade, rádio técnica e serralheria.

Concluído o ginásio entrei para um curso noturno de técnico em contabilidade, trabalhei em escritórios de contabilidades de professores meus e acabei pegando gosto por isso. Durante o dia ajudava meu tio com as fotografias, nos fins de semana atuava como fotógrafo em eventos familiares e culturais da cidade. Depois de formado fui por indicação de um professor meu contratado por uma indústria de bebidas e em um ano cheguei a gerente financeiro da indústria.

Minha intenção sempre foi de montar um escritório de contabilidade e seguir o exemplo de meus professores. Em 1970, essa indústria teve que ser desativada por questões de mercado, pois ela fazia parte de um grupo empresarial de Caxias do Sul. Assim surgiu uma oportunidade de realizar um sonho: ir para um lugar distante, que tivesse em grande crescimento, e montar um escritório.

Dez dias após eu ter casado no Rio Grande do Sul, segui com a intenção de montar um escritório em outro lugar. Minha intenção era ir para o Mato Grosso ou Rondônia – lugar que eu imagino que deveria ser um mato só, pois estava começando com os primeiros imigrantes. Assim, eu passei em Itacorá em 1970 por acaso, porque ali tinha um irmão meu que possuía uma pequena marcenaria e eu queria visitá-lo, pois fazia anos que eu não o via. Mas quando

[1] Nonoai é um município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com Santa Catarina.
[2] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[3] Brisoletas eram escolas construídas por Leonel Brizola enquanto foi governador do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963. Elas foram erguidas com o objetivo de acabar com o analfabetismo da população gaúcha.

eu cheguei à Itacorá estava em lua de mel, então imagina a situação: andando de ônibus, duas malas de roupa e mais nada; as estradas poeirentas, com barro, pelo Sudoeste do Paraná; até chegar a Medianeira, por várias vezes tivemos que descer todo mundo e empurrar o ônibus, porque era puro barro. Imagina a aventura: você sair casado, para ir para Rondônia numa peregrinação dessas.

Eu fiz isso, porque tinha algum recurso, resultado do meu trabalho na indústria no Rio Grande do Sul, onde tinha um bom salário. Com as reservas que eu possuía talvez desse para aguentar um ano. Se não conseguisse montar o escritório, poderia me safar com fotografias, pois havia aprendido o oficio com meu tio. Assim acabei ficando ali em Itacorá, pois meu irmão e outros moradores me convenceram a ficar.

No início nos instalamos no único hotel da cidade, ali ficamos por uns quatro meses, até que construíram uma casinha para eu alugar. Não havia casas suficientes, chegava muita gente e não tinham casas para morar. Muitas vezes, quando alguém chegava, ficava a primeira vez embaixo de lona até construir alguma coisa. As casas eram todas de madeira, inclusive a minha que eu marquei para alugar. Mas era madeira verde, que as serrarias serravam desde a casca. Disso aí eu tenho uma história interessante: quando me entregaram a casa, eu perguntei ao proprietário: "Mas você não vai por mata-junta?", mata-junta é aquilo que se prega para tapar as frestinhas. E ele: "Não. Não dá para por agora, porque se por agora a madeira vai secar, vai rachar tudo, então vai ter que esperar que a madeira seque e depois a gente põe a mata-junta". E, realmente, depois de uns dois meses, três meses, nas frestas cabiam um dedo. A noite era bacana. A casa não tinha forro e em noite de lua, por exemplo, ficavam aquelas réstias da lua no assoalho da casa. Foi romântico o começo da vida da gente. Aquilo tudo, no fim era divertido.

Após um tempo, quando já estava instalado, fui professor lá em Itacorá, que é um lugar que você conhece. Quer dizer, conheceu, porque hoje está submerso no Lago de Itaipu[4]. Naquela vilazinha, eu fui quase que forçado a colaborar com a comunidade local para montar um Ginásio. Só havia o Grupo Escolar [Gabriel de Lara] e muitas pessoas, de certa idade, estavam querendo estudar, mas Itacorá era distante 45 quilômetros de São Miguel do Iguaçu, sede do município e, para piorar, as estradas eram ruins. Nos dias de chuva eram intransitáveis, então, realmente, era necessária a criação do Ginásio.

[4] Eu não cheguei a conhecer Itacorá, pois nasci em 1988 e a inundação ocorreu em 1982, mas quando era mais novo, em algumas oportunidades que acompanhei meu pai em pescarias, ele me mostrou o local onde era Itacorá e em uma das oportunidades, como o Lago estava baixo, era possível ver o topo de algumas estruturas antigas construídas naquele local.

Com a minha interferência, e a participação da comunidade, foi conseguido fazer uma extensão do Colégio [Franciscano] Nossa Senhora de Fátima das irmãs lá de São Miguel do Iguaçu para funcionar à noite, no grupo escolar. Foi preciso muita insistência com as irmãs, porque elas colocavam algumas objeções, para fazer uma extensão longe, com a dificuldade de elas controlarem, mas depois que eu falei que tinha um seminarista que era funcionário do meu do escritório de contabilidade, que já havia se instalado em Itacorá, pareceu que elas adquiriram mais confiança e liberaram a extensão do Ginásio para lá. Esse Ginásio funcionou até que foi desmobilizada a população e ele foi transferido para Itaipulândia, que na época, denominava-se Aparecidinha do Oeste.

Começamos em 1971, com apenas dois professores para dar conta de tudo no primeiro ano, eu lecionava umas disciplinas e o Guido Miranda[5], que era professor de Matemática – gostava muito de Matemática –, as demais.

No segundo ano, nós trouxemos mais um seminarista, o professor Plácido Heckler que, se não me engano, havia feito o curso científico no seminário lá de Frederico Westphalen[6] e assumiu algumas disciplinas. No terceiro ano mais outro, o professor Alamir Borginhon, que também havia feito o científico, se não me engano em e Erechim[7] e assim nós conseguimos conduzir. Eu saí de Itacorá em 1975, depois de formar a primeira turma de ginasianos, porque o projeto de Itaipu já estava consagrado definitivamente. Não tinha mais futuro ficar lá.

No início, dirigir o colégio era bastante dificultoso, porque não tinha energia elétrica no colégio, tinha que dar aula na base de "luz de liquinho[8]". Depois de um tempo, nós conseguimos uma extensão de uma serraria para fazer a iluminação e no último ano já tinha energia elétrica. Assim, conseguimos levar a bom termo o ginásio que foi evoluindo aos poucos. O que lembro é que durante todo o período em que estive a frente do ginásio, não houve nenhuma falta de professor, as aulas corriam sem interrupção alguma.

Naquela época, além de ser diretor do colégio e lecionar, eu tinha um escritório onde se realizavam quase todos os negócios das pessoas e empresas que iam surgindo. Fazíamos os contratos, legalizávamos empresas e com isso crescia a vila.

---

[5] Entrevistado da pesquisa, ex-morador de Itacorá e um dos professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima, onde lecionou por muitos anos a disciplina de Matemática.
[6] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[7] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[8] Esse termo usado pelo entrevistado se refere a um tipo de lampião que funcionava à base de gás, muitas vezes sendo usado um pequeno botijão chamado de liquinho.

Em vista de certa liderança que a gente exercia pelas funções que tinha o prefeito de São Miguel do Iguaçu, hoje já falecido, Ferdinando Pagot[9], me convidou para ser subprefeito daquela região, do distrito de Itacorá, que era uma extensão grande. Assim, novamente eu tive vários envolvimentos com a construção de escolas naquelas vilazinhas que iam surgindo: São José do Itavó, Sol de Maio e várias outras comunidades que vinham lá pedir: "Ó, preciso de uma escola, porque tenho tantos alunos, porque tenho tantas crianças e não tenho escola". Aí, mobilizava-se a comunidade, nas serrarias conseguia madeira e na base do mutirão, do trabalho voluntário construíamos a escola. Tinha que esperar, às vezes, para que a prefeitura viesse com o telhado, porque telha não tinha lá. Mas teve casos das aulas começarem em escola sem telhado. Até as professoras, a gente conseguia alguém dali, dos colonos, com condições de se cadastrar no município e ministrar aulas. Então, era um trabalho comunitário, porque não tinha outro jeito, era necessário fazer. A prefeitura também tinha suas dificuldades, até para atender a própria sede do município. Os recursos públicos eram escassos. O povo ainda tinha o hábito de fazer as coisas que eram necessárias. E, dessa forma, eu me tornei um professor pela necessidade da comunidade.

Quando eu comecei a trabalhar em Itacorá, a minha formação era de Técnico em Contabilidade. Eu lecionava: Português, História, Geografia e Moral e Cívica (que no início era obrigatório e hoje não sei por que não tem, mas deveria continuar, pois eu acho que os aspectos do cidadão, do civismo devem ser implantados nas crianças, devem ser colocados desde jovem, porque é a partir disso que se tornam cidadãos preocupados com a comunidade, preocupados com as coisas de todos, das coisas públicas).

Era interessante trabalhar com os alunos naquela época. Por exemplo, na Semana da Pátria, a gente fazia desfile dos alunos do Ginásio, do Grupo Escolar e trazia todas as escolinhas do interior – meia dúzia de escolas que tinham no interior – para desfilar na avenida de Itacorá. Esse trabalho era feito com uma preparação de um mês antes. Nós fazíamos Ordem Unida[10] à noite, no saguão do grupo escolar, onde cantávamos o Hino Nacional. Havia em Itacorá um pequeno destacamento do exército brasileiro que nos ajudavam. Um sargento comandava um grupo de 12 ou quinze soldados, que eram as únicas autoridades constituídas na região, com a função de cuidar a fronteira, combatendo o contrabando de café no rio Paraná, que nos anos 1960 era grande, se estendendo de Foz do Iguaçu à Guaíra. À época afirmavam que o Paraguai exportava mais café do que o Brasil, não

[9] Ferdinando Felice Pagot foi vereador em São Miguel do Iguaçu de 1965 a 1968 e prefeito de 1970 a 1974. Falecido em 2001.

[10] A Ordem Unida é uma atividade militar, onde são treinadas as Marchas Militares e os Desfiles Cívicos, sendo que os comandos são dados pelo oficial, graduado ou o mais antigo presente.

sei se isto é verdade. A partir dos anos 1970 essa atividade foi sendo reduzida e extinta por questões de mercado. O que sei é que os contrabandistas não eram de Itacorá.

Os soldados do Exército, por serem as únicas autoridades, às vezes cometiam excessos. Iam aos botecos com metralhadoras, encostavam os colonos na parede, faziam revistas; durante as noites davam rajadas de tiros rasantes em direção ao Rio Paraná. Esse comportamento fez com a população perdesse o respeito pelo Exército. Víamos que aquela situação não era normal e que provavelmente o comando do 34º Batalhão, em Foz, não sabia das ações dos milicos. Era preciso fazer alguma coisa. Decidimos junto com o prefeito, ir a Foz do Iguaçu e informar ao comandante o que estava ocorrendo. O comandante do Batalhão de Fronteira, se não me engano era o Coronel Egídio de Paula – não era meu parente – nos recebeu e ouviu nossas queixas e informações. Depois de uma hora de conversa, o comandante chamou um capitão, solicitou que o mesmo providenciasse de imediato uma nova equipe para Itacorá e os militares de lá deveriam voltar ao Batalhão para as averiguações. Para Itacorá foi enviado como comandante do destacamento o sargento Feijó. Uma semana depois o sargento Feijó, me fez uma visita no colégio, colocou-se a disposição para ajudar no que fosse possível com a comunidade e com o ginásio. Percebi que ele tinha uma boa formação e o convidei para lecionar a matéria de Moral e Cívica. Ele aceitou e daí em diante não houve nenhum problema com os soldados, ao contrário eles ajudavam em tudo: faziam roçadas nos arredores do colégio, contribuíam na preparação para os desfiles de Sete de Setembro e colaboravam em vários empreendimentos da comunidade.

Nesses desfiles, primeiro estavam os colonos com máquinas agrícolas (os primeiros tratores estavam chegando lá e quando alguém comprava um trator, naquele tempo, desfilava na vila para mostrar e era um acontecimento). Teve um sete de setembro que vimos desfilar em Foz do Iguaçu com carro alegórico e tudo.

Desse tempo tenho umas recordações muito boas, porque precisava fazer aquilo com tudo na base da colaboração da população, dos professores, dos pais de alunos, dos empresários e essas atitudes aumentavam o comprometimento das pessoas com as coisas públicas e de interesse geral.

Esse movimento da escola acabou pressionando o prefeito para criar um posto de correio, uma delegacia e também um hospitalzinho, que por meio de contatos, trouxemos médicos do Nordeste. Antes, não tinha nada, aí passou a ter um hospital que era particular e outros equipamentos públicos que eram necessários, tudo com o envolvimento da comunidade.

Com isso a vida na comunidade era boa. A cidade era pequena, todos se conheciam e havia uma sintonia entre os moradores. Qualquer coisa que fosse fazer tinha que ser através da mobilização de todos. Não tinha partido político, não tinha interesse dividido. O colégio acabava sendo o centro de aglutinação dos interesses da comunidade, pois se precisava fazer tal coisa, reunia no colégio, onde discutíamos e encaminhávamos, sem outro interesse, e aí acabava dando certo.

Eu ajudei a erguer muitas escolas lá, mas na realidade era um convencimento nas pessoas que elas tinham que fazer por elas mesmas ou não ia haver escola. Então deu tempo de se utilizar da escola, foi útil até a desmobilização, pois levou um tempo, a represa só começou a ser cheia em 1982 ou 1983. Levou um tempo, e o pessoal que estudou naquelas escolas entrou criança e saiu. Formou-se, casou e tal. Tem todo um processo, quer dizer, não foi aquele processo de construir escolas com ajuda de mutirão, isto se deu no começo: 1972 e 1973 quando não se tinha notícias da Itaipu. Era outra realidade. E as escolas ficavam lá até a desmobilização do pessoal, que foi praticamente, dez, doze anos depois.

No Colégio Nossa Senhora de Fátima, nós conseguíamos material para os alunos que não tinham condições de pagar, por meio do contato que tínhamos com a Secretaria da Educação. Existia sempre algum contato em Curitiba, que conseguia algum material para o Ginásio, desde que não exigisse muito investimento. Conseguíamos livros para formar uma pequena biblioteca com a ajuda da prefeitura, das irmãs e do Estado.

Nós também fazíamos duas vezes por ano, uma festa na escola, em conjunto com o grupo escolar. Para tanto, angariávamos donativos com os colonos: um dava um porco, outro dava uma rês e com isso nós fazíamos uma festona, reunindo o povo todo do distrito. Arranjava atividade para atrair o maior número de pessoas e com a renda dessas festas, nós pagávamos as mensalidades dos alunos carentes. Porque as irmãs cobravam mensalidade, era baratinho, mas alguns não podiam pagar. Daí fazíamos esse tipo de ação para atender esses alunos.

No início, as irmãs saiam de São Miguel do Iguaçu de jipe com tração nas quatro rodas e iam à noite até Itacorá para fiscalizar o colégio. Ver se as aulas estavam sendo dadas direitinho, se nós estávamos trabalhando e assim elas foram várias vezes. Até que elas se convenceram: “Não, eles cuidam disso daqui muito bem”.

Naquele tempo, não era oferecido nenhum capacitação aos professores, nenhum curso específico. Só a experiência. Bom, eu tive sorte de contar em Itacorá com o Professor Guido Miranda – que dava Matemática –, o Alamini Borguinhon e o Plácio Heckler, que eram

formados no Científico. Então, eles tinham uma boa formação do ponto de vista humanístico e com isso eles tinham conhecimento para ensinar no ginásio.

Naquele colégio, a disciplina era rigorosa em relação ao comportamento dos alunos, do horário, da postura, do controle de presença. Era tudo muito rigoroso, no mesmo estilo das irmãs, até um pouco mais, porque tinha um grande número de alunos já "maduros". Nós tínhamos alunos com quatorze, quinze, dezesseis anos, mas tinha de vinte e quatro, vinte e cinco, trinta anos, estudando juntos. Então, tinha que ter um cuidado ainda maior para manter a disciplina, manter controle de tudo.

Tem um episódio que eu me lembro: Havia soldados do exército que eram alunos. Não vou dar o nome da pessoa, porque não vem ao casso. Eu estava dando aula, nem lembro qual era a disciplina, passo no corredor entre as carteiras e vi que o soldado estava armado. Estava com uma quarenta e cinco atravessada na cinta assim (mostrando com a mão). E o soldado era um máximo, acho que pesava uns noventa quilos. E eu lecionando para a gurizada, todos jovens e pensei: "Não vou aceitar isso não". Eu era o diretor e também lecionava, mas enquanto eu estava dando aula não tinha ninguém na direção, porque tinha só uma salinha. O que eu fiz: fui para direção, levei um aluno junto e mandei chamar o nosso soldado. Ele chegou à direção, ainda fez continência, sabe como é que é "milico". Aí eu falei: "Soldado, é o seguinte: isso aqui é um colégio, estamos no meio de crianças, aqui não é necessário você andar armado". Ele ainda quis argumentar: "Não, mas aqui nós estamos na fronteira, tem problema...". Eu disse: "Tem problema, tem contrabando aqui, mas na escola não tem. Eu sou o diretor aqui. Eu tenho que por ordem e estou desarmado e nunca vou estar armado. Então, não é bom que você venha armado, porque pode acontecer um acidente e mesmo que não aconteça nada, isso cria um constrangimento desnecessário para os demais alunos". E continuei: "Você aqui não é autoridade nenhuma, aqui você é aluno. Então é o seguinte, te dou dez minutos para você ir lá ao destacamento, deixar a arma lá e voltar para sala de aula". E ele bateu continência, deu meia volta, foi lá, entregou a arma para o comandante e voltaram os dois. O comandante vinha agradecer, pois entendeu que eu tinha tido uma atitude correta.

Poderia ter sido problemático, mas como é que você vai manter disciplina? Você vê um episódio desses e não toma nenhuma atitude? Tem outros episódios, mas estou contando esse para mostrar como era o comportamento dos alunos.

Veja como são as coisas. O exército como parceiro da escola, um sargento como professor aos poucos a comunidade toda pode entender melhor a função do Exército. Afinal eles estavam na fronteira, era o seu papel e ajudaram a desenvolver a região. Era uma estratégia brasileira, o Exército em todas as fronteiras, no Amazonas... em todas. Onde tinha o

destacamento era propício para criar um centro de desenvolvimento. Só que no início, talvez até por falta de acompanhamento das autoridades do Exército, às vezes, os milicos se "prevaleciam[11]" um pouco. Iam cuidar de baile acintosamente armados no meio de colonos, no meio de crianças, então aquilo, na realidade, prejudicava a imagem deles.

O que nós fizemos foi um esforço para que o comandante do Batalhão de Foz do Iguaçu, que era o responsável, tomasse conhecimento daquelas atitudes. E ele tomou conhecimento, tomou providências, trocou todo mundo e aí o Exército passou a ser, digamos assim, um amigo da comunidade, ajudando nas festas, ajudando no controle, nos desfiles. Assim, mudou completamente o relacionamento do Exército com a população. Mas foi preciso conversar com o chefe, senão, não mudava.

Eu fiquei morando em Itacorá até 1975 e saí por causa da Itaipu. Ali era o seguinte: eu exercia certa liderança e a Itaipu, acho que de uma maneira inteligente, procurou me indenizar rapidamente. Era interesse deles, provavelmente, que eu saísse de lá o quanto antes, por causa da liderança que eu exercia. Era até natural. E por outro lado, coincidiu com o meu interesse também, porque eu tinha uma visão clara que aquele projeto era irreversível e tinha certeza que ia sair uma usina e ia encher d'água; não tinha que pensar em fazer investimento ali ou achar que aquilo seria o futuro. Eu era jovem ainda, iniciando a minha vida profissional, tinha que procurar outro lugar. Se bem que isso não acontecia com a maioria dos colonos, pois eles não acreditavam que a Itaipu fosse construída. Eles falavam: "Como é que vai encher d'água, o rio é lá embaixo, é longe, um grande buraco?". Era preciso dar palestras e mais palestras, para convencer as pessoas que a usina ia ser construída. No começo, os colonos, simplesmente, não queriam sair de lá e eles achavam: "Nós vamos ter que sair daqui sem nada?", depois de eles terem feito as lavouras, construir as suas casas, etc., porque ali era tudo uma área de posse e não tinha titulação das terras. Eles tinham uma preocupação, ainda maior, eles pensavam "o governo era forte", poderia desalojá-los, pois eles não tinham, em sua maioria, título das terras. Mas a Itaipu mandou um pessoal técnico que orientava: "Não, todos vão ser indenizados", como de fato foram.

Muitos contratos que eu fiz lá no meu escritório, de compra e venda de terras, foram validados pelo INCRA[12] e, posteriormente, a Itaipu usou aqueles documentos para pagar as terras e benfeitorias. Eu acho que pode ter existido uma ou outra injustiça, mas, no geral,

[11] Intimidavam, mostravam superioridade.

[12] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ajudou a reconhecer as terras obtidas por meio de posse entre as décadas de 1940 e 1970 na região Oeste do Paraná. Sua participação foi mais intensa quando foi decretada a construção da Hidrelétrica de Itaipu, ficando necessária a sua intervenção perante os posseiros para a obtenção de escrituras das terras para poderem receber a indenização paga pela Itaipu.

acho que eles pagaram o justo, pois muita gente pegou o dinheiro da indenização e comprou o triplo de terra, o dobro de terra, em outras regiões, claro[13]. E mesmo quem ficou aí por perto também. Então, eu acho que não teve problema, o governo fez o papel dele e fez bem feito. Apesar de que teve o movimento na região para não desapropriar[14], eram movimentos provocados por lideranças que tinham interesses políticos e de aparecer para depois se candidatar a alguma coisa e não estavam preocupados com a realidade dos fatos. Eu não entrei nesse movimento. Nunca! Porque não tinha o menor sentido. Primeiro, estávamos no regime militar ainda, o tratado com o Paraguai já havia sido assinado[15], era uma decisão tomada pelo governo, os colonos querendo ou não, a usina iria ser construída. Segundo, era uma obra necessária, tanto é que se não tivesse Itaipu hoje, como é que seria a energia no Brasil? A Itaipu trouxe também desenvolvimento. Trouxe também problemas para as cidades, principalmente, para Foz quando teve a conclusão da obra. Mas nesses municípios que sobraram, como a própria Itaipulândia, Santa Helena, Pato Bragado, você vai ver o que era aquilo antes e o que é hoje. Quer dizer, houve uma evolução, com os recursos dos *royalties*, com aqueles que aplicaram bem. As cidades estão tranquilas. Têm cidades na Costa do Lago que não tem nenhum analfabeto[16], que todos têm telefone. Onde tem isso?

Então, tem que ver o outro lado. Ficou uma região muito rica, muito bonita. Claro, o saudosismo de quem vem do meio do mato, desbrava, depois tem que sair, fazer tudo de novo... então o cara fica um pouco chateado. Mas tem que ver o outro lado.

Com a indenização que eu recebi da minha casa, do escritório e de uns terreninhos que tinha lá, eu comprei esse terreno que está aqui (sede do escritório em Foz do Iguaçu), só deu para comprar um terreno. Eu não tinha muita coisa, mas o terreno foi bom, pude construir o escritório aqui. Eu não tenho nenhuma queixa do processo. E também vejo que se não tivesse a Itaipu, muito provavelmente, a cidade de Itacorá – hoje seria uma cidade menor – teria menos habitantes do que naquela época, porque a terra naquela região é excelente, é espetacular, umas das melhores regiões do Brasil em termos da qualidade da terra e de clima e

---

[13] Essa questão será tratada na sequência do trabalho, mas apenas para fazer um rápido esclarecimento: muitas pessoas compraram terras em outras regiões, pois no Oeste do Paraná elas ficaram extremamente caras. Assim, em outras regiões, como no Norte do país, eles poderiam ir e comprar o dobro da terra, pois era uma área nova e que, na maioria dos casos, teria a sua colonização feita a partir do momento que eles chegassem. Porém, seria o mesmo movimento doloroso vivido no Oeste do Paraná.

[14] Por a construção da Hidrelétrica de Itaipu se tratar de um fato consumado, foram poucos os movimentos que existiram para a não desapropriação da região. A grande maioria dos movimentos foi em busca de uma indenização justa e outras reivindicações da população que seria atingida.

[15] O Tratado das Cataratas, em 1973.

[16] Algumas cidades da Costa Oeste são classificadas como Território Livres do Analfabetismo, ou seja, que possuem menos de 4% da população municipal analfabeta. Dentre essas cidades, no Oeste do Paraná, à beira do Lago de Itaipu, temos que Itaipulândia (0,66%), Missal (3,08%) e Serranópolis do Iguaçu (3,71%) alcançaram esse índice.

com isso, as pessoas de mais posse iriam comprar das que tem menos e iriam transformar em propriedades maiores, as pessoas de menor posse iriam sobrar, o maquinário iria entrar em tudo, como é hoje. Em certas cidades do Paraná diminuiu a população, como o que ocorreu em outras regiões de grande desenvolvimento agrícola, por exemplo, no Norte do Paraná que teve cidades que cresceram e outras que diminuíram, ficando apenas umas taperas. Então, se não tivesse acontecido o processo da Itaipu, muitas daquelas pessoas que estavam revoltadas iam ter que sair sem nada, em situação muito pior. Na época, eu já tinha essa visão: logo que tirassem toda a madeira, derrubassem o mato todo, o trator e a pá entrariam em ação e pronto! Onde antes havia cinquenta pessoas trabalhando, hoje teria três, deixando de haver os pequenos produtores agrícolas, como aconteceu em várias regiões do Brasil.

As escolas que foram construídas na região atingida ficaram lá até a retirada de todos, o que levou dez, doze, quinze anos.

Depois de viver em Itacorá eu vim para Foz do Iguaçu em 1975. Aqui também começou um movimento através de voluntários liderados pela dona Tutti[17], que hoje é esposa do atual prefeito, de montar aqui a primeira faculdade. E foi montada a primeira faculdade para funcionar também no grupo escolar, a chamada FACISA[18]. Ela tem uma história muito interessante, pois funcionou apenas seis meses nesse grupo escolar perto da Associação Comercial, depois teve um período que funcionou numa sala da Associação Comercial, depois num outro grupo escolar e funcionou na Vila C[19], quer dizer, ela ficou itinerante, conforme tinham os espaços, porque não tinha prédio. Só depois de um tempo, quando incorporada à UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) que ela passou a ter uma sede, porque foi estadualizada. Era uma instituição municipal e os cursos eram pagos.

Inicialmente, a faculdade tinha o curso de Administração e Ciências Contábeis, o qual eu fiz. Eu, como já disse era formado no Segundo Grau no curso Técnico em Contabilidade e já atuava como profissional na área. Isso se deu em 1978. Formei-me em Ciências Contábeis em 1983. Nossa turma, composta por 25 alunos quase todos são profissionais da área. Nosso padrinho de formatura foi o Governador José Richa[20].

---

[17] Hildegard Ortrud Litzinger Ghisi, a dona Tutti, atual primeira dama de Foz do Iguaçu.

[18] FACISA – Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu – criada em 1979 como uma fundação municipal. A FACISA foi integrada como um dos campi da UNIOESTE em 1987.

[19] A Vila C é um bairro conhecido da cidade de Foz do Iguaçu. Nesse bairro residiam os peões de salário mais baixo que vieram com a família para a cidade para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Outros dois bairros de funcionários da Itaipu foram criados: a Vila A, onde moravam os trabalhadores especializados, de nível médio; e a Vila B, o mais luxuoso, onde moravam os engenheiros, economistas e executivos, todos do alto escalão. Na avila "C" moravam os demais trabalhadores.

[20] Governador do Paraná de 1983 até 1986.

Naquela época, quando eu estava no oitavo período, concluindo o curso de Ciências Contábeis, faltavam professores. Tinha apenas o pessoal da Itaipu, mas eram poucos profissionais na área de contabilidade. Então, eu comecei a dar aula também, mas como monitor, porque faltavam professores em contabilidade. Como eu já tinha uma experiência profissional e tal, eu dava aula como monitor em nome de um professor de Maringá. Eles vinham para cá, Foz do Iguaçu, uma vez por ano. Então, lecionei no oitavo e nono período. Fiquei lecionando nessa faculdade por dez anos depois de formado, até 1994, trabalhado com todas as disciplinas desde o primeiro período, até o estágio. Quer dizer, era uma espécie de quebra galho. Assumi funções administrativas também na faculdade como coordenador do curso e chefe de departamento. Tive, então, uma atuação importante no sentido de se preocupar com a qualidade, ajudei a reformular currículo no curso de Ciências Contábeis, elaborei alguns projetos que estão lá. Deve ter resquícios daquilo até hoje.

Em 1994 eu comecei o curso de Direito, daí ficou incompatível, porque as aulas eram à noite e o curso também. Depois de concluir esse curso e de fazer algumas pós-graduações fui convidado para lecionar novamente, mas não aceitei devido à atividade que eu exerço, pelas entidades que eu faço parte e pelas palestras e cursos que eu faço aqui, internamente, no sentido profissional, que atende pequenos empresários.

Fiz várias palestras em universidades, em faculdades, em eventos da classe contábil, palestras sobre ética profissional, sobre automação de escritório, sobre o que é o sistema Conselho Federal de Contabilidade – CFC[21] e o Conselho Regional de Contabilidade, isto é, a rede Conselhos Estaduais e o Conselho Federal; ministrei palestras do Sul ao Norte do Brasil, chegando a ir daqui a Rondônia para fazer palestra em convenções de contabilistas, onde tinha, às vezes, mil, mil e quinhentas pessoas; fiz palestra em Brasília, numa convenção de empresas de contabilidade sobre a automação de escritórios, já em 1994; em 1996, defendi em nome dos contabilistas, me pronunciando e apoiando sobre a implantação da Lei do Simples no Congresso Nacional em uma audiência pública com senadores e deputados. Essa Lei foi aprovada em 1996, criando um sistema simplificado para o pagamento de impostos para as pequenas empresas. Hoje é o chamado Simples Nacional, criado através da Lei Complementar nº 123/2006. Quer dizer, eu tive uma participação em relação às preocupações com as coisas da comunidade, do ensino e também das empresas.

Muitas das minhas conquistas foi resultado da minha atuação como professor, pois eu entendo que o professor que se dedica acaba aprendendo mais que os alunos. Aquele que se

[21] Conselho Federal de Contabilidade, responsável por orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil.

dedica, que prepara o material, que inova, que busca fontes, sempre aprende, então isso para mim foi fundamental, desde lá de Itacorá e depois aqui. Lecionava por mero prazer, porque achava que era uma coisa que tinha que ser feita, quer dizer, não pela remuneração, porque se for contar quando eu dava aula na FACISA, por exemplo, o que eu gastava de gasolina o salário não pagava, ou seja, era ruim e continua até hoje. O professor hoje está sendo muito mal pago, não melhorou muito, acho que até piorou um pouco nessa questão.

Mas o que ficou na bagagem foi o comprometimento, a satisfação de você ver as turmas que se formavam, às vezes, com vinte, quinze, oito alunos ou, às vezes, só com cinco, mas quase todos hoje, são profissionais. Encontro os profissionais por aí e isso vale a pena. Então, o fato é que é uma pena que o professor hoje esteja tão desvalorizado, em todos os níveis. Isso é um problema que eu vejo muito sério, um problema para o país. É preciso resgatar o valor e respeito pelo professor. A gente de vez em quando escuta notícias até de agressões aos professores, às professoras. Então houve um afrouxamento dessa questão, eu acho que está muito mal entendido o Estatuto do Menor e penso que tem que mexer, porque deram bastante direito e pouca obrigação para as pessoas e isso influenciou no relacionamento com os professores. Eu vejo que é uma das questões que o Brasil deve resolver.

Em Foz do Iguaçu eu fui diretor e presidente da mantenedora que construiu uma faculdade, construída em pouco mais de seis meses, que é hoje a atual UNIAMÉRICA[22]. Nós fizemos o prédio e o laboratório em menos de cinco meses. Eu dirigi um grupo de oitenta e tantos empresários que colocaram dinheiro para transformar a cidade de Foz do Iguaçu em um centro universitário, um projeto que comecei em dezembro de 1999 e em 2003 eu saí da administração da mantenedora, passei para o vice-presidente que é o Fouad[23] que está até hoje, tocando a faculdade.

Isso fez com que surgissem outras faculdades como a UDC[24], depois veio a CESUFOZ[25] e hoje nós temos o IFET[26], a UNILA[27], transformando em realidade o que foi sonhado por esses empresários e que me encarregaram de conduzir, ou seja, a cidade virou um centro universitário. Nós já temos mais de quinze mil universitários em Foz do Iguaçu, com mais de cem cursos. E a cidade precisa se transformar num centro de serviços, de pesquisa, de

[22] Faculdade União das Américas, criada em 2001.
[23] Fouad Mohamad Fakih, um dos fundadores da UNIAMÉRICA.
[24] União Dinâmica de Faculdades Cataratas, criada em 2000.
[25] Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu iniciou suas atividades em 1993.
[26] Instituto Federal de Ensino Tecnológico de Foz do Iguaçu, um dos campi do IFPR – Instituto Federal do Paraná, que teve sua criação em 2008.
[27] Universidade Federal da Integração Latino-Americana, fundada em 2010 com uma parceria entre os países membros do MERCOSUL – Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Metade das vagas são para estudantes brasileiros e o restante para estudantes dos outros países do MERCOSUL.

produção de softwares, de desenvolvimento de pesquisa, porque no comércio nós não vamos conseguir competir com a Cidade de Leste, sempre iremos perder. Então, vai ser o turismo, a gastronomia, a pesquisa, o ensino o destino desta cidade, porque tem potencial.

A Itaipu é uma das responsáveis por isso. No início ela colaborou pouco com os municípios, era um portal fechado e não queriam saber da comunidade. Ela dava os *royalties* e mais nada. Mas isso mudou bastante e para melhor. Com as últimas gestões da Itaipu mudou o foco, passou-se a preocupar-se com a questão social, ambiental e desenvolver pesquisa com a FPTI[28] que está fazendo um trabalho muito bonito de incubadoras empresariais. Encerrou ontem a Feira Latino-América do Software Livre[29]. Grandes eventos. Então, a Itaipu passou a ser um fator muito importante de desenvolvimento tendo uma visão estratégica importante.

Por fim, vivo feliz aqui em Foz do Iguaçu, gosto muito da cidade, de suas belezas e atrativos.

Tenho três filhos – duas filhas e um filho –, os três trabalham no escritório desde que tiveram idade para tanto. A minha filha mais velha é formada em Contabilidade e Direito, sendo a atual presidente da Associação Comercial de Foz do Iguaçu; o filho mais novo estudou Informática, agora está fazendo Direito; e a filha do meio é formada em Administração e cuida do Marketing do escritório e do departamento de recepção e expedição de documentos. Um dos meus genros é advogado e com ele montamos uma empresa de advocacia empresarial. Atuamos na área do Direito do Trabalho, do Direito Societário e do Direito Tributário, nestas últimas me especializei. Eu sou o atual Delegado do Conselho de Contabilidade do Paraná e, recentemente, assumi mais um desafio, que é a presidência do Observatório Social de Foz do Iguaçu[30].

Agradeço imensamente a oportunidade em dar esta entrevista e assim passar informações às pessoas de hoje, que talvez não façam muita ideia de como eram as coisas.

[28] Fundação Parque Tecnológico Itaipu

[29] A Latinoware 2011 – VIII Conferência Latino-Americana de Software Livre, que aconteceu em Foz do Iguaçu entre 19 e 21 de outubro de 2011.

[30] O Observatório Social tem a função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, através da promoção da Cidadania Fiscal e do Controle Social, acompanhando o desenvolvimento da administração pública.

3.8 A pista de Lotário Oto Knob

Na noite do dia 1 de fevereiro de 2012 fui à residência do senhor Lotário Oto Knob para a realização de mais uma entrevista que compõe este trabalho. Lotário sempre foi uma pessoa influente em Itaipulândia, desde a época de Aparecidinha do Oeste, ocupando o cargo de professor e também de prefeito em dois mandatos.

As minhas primeiras lembranças do Lotário não são do tempo em que lecionava. Quando minha família foi morar em Itaipulândia, em 1991, ela ainda não era emancipada. Nessa época, Lotário era professor de História no Colégio Estadual Costa e Silva e também fazia parte da comissão que buscava a emancipação da cidade. Após conseguir a emancipação do município em 19 de março de 1992[1], em 1993 Lotário se torna o primeiro prefeito do novo município e deixou o cargo de professor, com mandato até 1996. É justamente nesse período em que foi prefeito que começo a ter recordações, porém ainda assim são vagas.

Passando os anos, conheci melhor o senhor Lotário em 2002, quando cursava a oitava série no Colégio Estadual Costa e Silva e ele foi meu professor de História. A partir desse momento posso passar a descrevê-lo também: uma pessoa de estatura média, cabelo sempre arrumado e com um jeito sério de lecionar que sempre nos deixava preocupado – como alunos –, pois ao final de quase todas as aulas havia uma pequena avaliação do que foi estudado, além de longas provas ao final de cada bimestre e uma anual[2]. Alguns anos mais tarde, tornamo-nos colegas de trabalho no mesmo colégio.

Lotário sempre foi uma pessoa influente na política do município e por duas vezes foi o prefeito: de 1993 a 1996 e na última eleição em 2008 novamente conseguiu o cargo, porém seu mandato terminou em 2011 devido à cassação dos direitos políticos da vice-prefeita, pois existiam irregularidades na candidatura dela, o que anulou a vitória de sua chapa. Dessa forma, Lotário atualmente não atua em nenhum cargo, já que está de licença como professor se dedicando apenas ao seu comércio e aos cuidados de uma chácara no interior do município.

Por saber de todo o seu tempo como professor e liderança política, havia um interesse meu em conversar com ele, pois pensava que poderia obter informações sobre professores de Matemática que lecionaram na região. Porém, antes que eu fizesse isso, em uma visita ao Colégio Estadual Tiradentes, em São José do Itavó, encontrei alguns livros de chamada do ano de 1985, nos quais constava que ele havia sido professor de Matemática. Após algum

[1] Emancipação Político Administrativa concedida por meio da Lei Estadual nº 9908.
[2] Passei por essa experiência das provas em mais dois anos: 2004 e 2005, quando fazia o 2º e o 3º ano do Ensino Médio, no mesmo Colégio.

tempo, o procurei e ele confirmou a informação e resolvemos marcar a entrevista. Assim, segue o resultado da entrevista com o senhor Lotário Oto Knob.

3.8.1 A história do professor de História

Meu nome é Lotário Oto Knob, sou nascido no dia 13 de Janeiro de 1960, no município de Cerro Largo[3], Rio Grande do Sul, onde eu vivi até, aproximadamente, os meus 20 anos de idade e também onde me formei. Fiz faculdade de Filosofia em Passo Fundo[4], que terminei em 1981. Depois disso, em 1982, morei um ano em Anchieta[5], Santa Catarina. No ano de 1983 vim morar no município de Missal e depois me mudei para a cidade vizinha, Itaipulândia, na qual eu passei a maior parte da minha vida.

Nesta época, eu era solteiro e vim morar em Itaipulândia, que ainda era Aparecidinha do Oeste, em 1985. Depois de dois anos morando aqui, me casei em 1986. Já a minha profissão, a minha carreira de professor, comecei a partir do ano de 1982, lecionando algum pouco em Santa Catarina (Anchieta), mas mais efetivamente me tornando professor, com dedicação exclusiva à profissão, a partir do momento que vim para Missal.

Em Missal, no ano de 1983, eu lecionava Estudos Sociais, que era basicamente História, Geografia, Educação Moral e Cívica, uma vez que a faculdade de Filosofia me dava licenciatura em História e, na época, aqui no Paraná a matéria era Estudos Sociais. Mas, além de eu trabalhar Estudos Sociais, por causa da falta de professores formados em diversas áreas, eu comecei a trabalhar em Aparecidinha do Oeste também com Matemática. Frente a isso eu comecei a fazer uma faculdade de Matemática, mais ou menos paralelo ao meu curso de pós-graduação que eu fiz em História das Américas, aí por 1985, 1986. Não me lembro exatamente, mas depois eu fiquei lecionando mais uns dois, três anos Matemática e, em seguida, abandonei a faculdade de Matemática e parei de lecionar a matéria.

Quando eu vim para Aparecidinha [do Oeste], eu estava trabalhando com outras matérias e pela falta de professores formados na área ou que até estivessem fazendo faculdade eu acabei lecionando Matemática. Eu trabalhei um período relativamente curto com a disciplina: uns dois ou três anos. Eu tenho dificuldade, no momento, em dizer exatamente os

[3] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[4] Município localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[5] Município localizado na região Oeste de Santa Catarina.

anos, mas deve ter sido aí pelo ano de 1984, 1985 e 1986. No meu caso eu acho que lecionei apenas para quinta e sexta séries Matemática[6].

Eu peguei essas aulas porque elas foram oferecidas, o que na época era bastante comum. Os professores estavam com as suas aulas e algumas matérias, às vezes, faltavam aulas e em outras matérias faltavam professores. Então, esses professores que não tinham a sua lotação completa, muitas vezes, vinham complementar ou completar a sua carga horária com aulas fora da sua área. Naqueles anos, às vezes, havia professores também que chegavam a lecionar de quinta à oitava série sem ter nenhum tipo de faculdade, apenas com o segundo grau.

Para mim, trabalhar Matemática era um tanto estranho, até porque era uma disciplina que não era a minha formação. Como eu falo, naquela época muitos apenas tinham o segundo grau e lecionavam disciplinas, tanto Matemática como outras também. Então, eu não tinha formação para Matemática, achei até interessante, gostei, por isso que também comecei a fazer faculdade de Matemática e não achei tão difícil. Por outro lado, pelo fato de eu não ter a formação específica na área, eu procurava me preparar bem, buscava informações antecipadas para não correr o risco de me apertar. Não quero dizer que tenha atingido os objetivos ou alcançado as metas com os alunos ou que eles tenham aprendido totalmente, pois teriam aprendido se tivessem tido uma formação mais especifica, mas eu acredito que dei um recado razoável naquilo que tentei transpassar ou passar para os alunos e também que fui bastante feliz ao trabalhar com eles a disciplina. Eu gostava, era muito prazeroso.

Naquela época, eu, basicamente, adotava o livro didático com os alunos e o seguia bastante, conforme ele era apresentado pela editora. Isso ocorreu talvez por falta de condições de eu ensinar além daquilo que era apresentado pelo livro. O próprio currículo que eu apresentei para trabalhar com os alunos foi baseado no que livro tinha.

Lembro-me bem que o livro apresentava uma rápida explicação, bastante sintética, tinha um exercício executado como exemplo e depois deixava muitos exercícios para os alunos também exercitarem. Para não correr o risco de errar, o livro do mestre apresentava as respostas para dar uma garantia de que a gente estava achando o resultado correto. Então, como professor, procurava seguir fielmente essa linha que a editora do livro me apresentava. Não tinha muitas condições de acrescentar fora disso, mas também procurava fazer com que o aluno tentasse achar sempre a resposta, fazendo o máximo possível para que ele descobrisse o

[6] Durante uma pesquisa realizada no Colégio Estadual Tiradentes, de São José do Itavó, em 2011, encontramos dois livros de chamadas de 1985 que constavam que o entrevistado trabalhou em uma sétima e em uma oitava série.

caminho e auxiliando ele dessa forma. E a minha garantia da resposta correta era porque elas estavam no meu livro de professor.

Esses livros davam um enfoque maior na parte de expressões numéricas, no meu entender. Porém, eu tenho bastante dificuldade de lembrar qual era o livro e o autor. Se não me engano até era da editora FTD. Agora, o autor do livro, eu tenho que chutar no momento, pois faz tantos anos e eu perdi um pouco a identidade fora da minha disciplina. Então, eu tenho dificuldade de falar, mas não sei se não tinha um autor de livro que chamava Demétrio.

Esse livro eu não tenho como precisar as informações, mas se eu não me engano era o mesmo que eu usava em Aparecidinha do Oeste e no distrito de São José do Itavó, pois eu trabalhava um pouco em cada lugar e acho que usava o mesmo livro nas mesmas séries de ambas as escolas.

Eu acredito que essa foi uma experiência muito boa e aprendi muito também ao trabalhar a matéria de Matemática com os alunos.

Os alunos eram bons. Eu acredito que, naquela época, eles eram mais obedientes, respeitavam mais o professor e também, teoricamente, valorizavam mais a escola. Apesar de que também tinha as suas particularidades da época. Aliás, dificuldades os alunos também tinham, havia aqueles alunos que não se interessavam, mas não se tinha tanto essa questão de que era obrigado a estudar. Hoje o aluno é quase que... tem que ir pra escola e ele já vai automaticamente. Antes, era uma opção, uma escolha. Mas era bom trabalhar, apesar de ter as suas dificuldades também, um pouco diferente de uma escola pra escola, de uma época pra outra época, mas era aquilo que a gente sabe que é a dificuldade na educação.

Quando eu trabalhava Matemática eu acho que me sentia bem, os alunos também me aceitavam, não sei se eles sabiam ou não sabiam que não era a minha formação específica, mas eu acredito que não deixava a desejar, e era gostoso trabalhar. Eu acho que o aluno também aprendia, até porque o esforço que a gente fazia e que eu fazia, pelo fato de ser um pouco estranha pra mim a matéria, uma vez que eu trabalhava Estudos Sociais que é a minha área. Mas nessa de Matemática eu me esforçava mais, até para que pudesse suprir a minha deficiência que eu tinha de formação. Em minhas aulas de Matemática, era trabalhado com o livro didático. Às vezes, era algum outro pequeno material de apoio. Geralmente, aquilo que quiséssemos acrescentar, além do livro didático, tinha que dar um jeito de conseguir por conta própria e ainda havia pouca estrutura para se acrescentar. Então, se precisava ou se quisesse fazer algo diferente, era em condições próprias que dávamos um jeito. Mas senão, basicamente era trabalho de professor explicar, quadro verde e giz.

A minha carga horária de Matemática, nos anos que eu trabalhei, era em torno de dez, quinze aulas por semana. As demais eram de Estudos Sociais. Geralmente, os professores tinham de trinta a quarenta aulas, sem hora-atividade, que era algo que não tinha. Teve um ano, por alguns meses, que até trabalhei 63 horas-aula, isso foi um curto período de tempo, o extremo que eu cheguei. Porém, não tenho informações exatas de quantas eram de Matemática. Talvez naquele momento fossem somente de Estudos Sociais e Filosofia – que eu trabalhava também no Magistério de Missal.

O fato de não ter hora-atividade complicava um pouco para o professor. Era uma dedicação quase que exclusiva, era dar aula, corrigir provas, preparar aulas, fora da hora-aula. Tinha que dar um jeito. Além de não ter a hora-atividade, não havia também cursos para capacitação. Isso é coisa mais recente. Nem mesmo o município oferecia. Então, não havia estrutura para ter uma formação permanente ou um acompanhamento mais de perto. Não se tinha, à época, uma política que possibilitasse a formação do professor.

Mas antes de eu vir morar na região, fiz os meus estudos fora. O meu primário fiz, de primeira à quinta série, no interior de Cerro Largo, onde eu morava. Eu morava bem na divisa do município, no interior de São Paulo das Missões[7]. Depois, de sexta à oitava série fiz no interior de Cerro Largo, no distrito de São Pedro do Butiá[8], que era meio grande na época e era onde eu parava e morava na casa de um parente pra poder estudar. Na sequência, eu fiz o segundo grau em Salvador do Sul[9], no seminário de padres e ainda fiz faculdade de Filosofia em Passo Fundo, também ligada ao seminário, mas estudava na Universidade de Passo Fundo – UPF –, uma instituição particular[10].

A minha graduação eu fiz no ano de 1979 a 1981. Eram três anos e meio, mas nós eliminávamos durante as férias o sétimo semestre, por isso que em três anos nós eliminamos sete semestres. Não anulei nenhuma disciplina com algo que eu já tinha visto no seminário, pois a faculdade era totalmente independente, pois havia alunos que vinham de fora do seminário.

Por fim, fiz a minha pós-graduação em História em Palmas (PR), aqui no Paraná. Eu acho que comecei em 1983 e até 1985. Ela funcionava nos períodos de férias: meio de ano e final/início de ano. Em Julho, nós ficávamos estudando em torno de catorze dias a um mês e

[7] Município próximo à Cerro Largo, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul.
[8] Município que faz fronteira com São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul.
[9] Município localizado na Serra Gaúcha, a cem quilômetros de Porto Alegre.
[10] A Universidade de Passo Fundo esta localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul. A universidade foi reconhecida em 1968. O curso de Filosofia teve a sua aula inaugural em Março de 1957, criado a partir do Consórcio Universitário Católico de 1956 que criou a Faculdade de Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas, em virtude da necessidade da formação de professores, pois havia a expansão do ensino na região.

em torno de um mês e meio em Janeiro e Fevereiro. Nós tínhamos que fazer a monografia, conforme exigência de todo o curso de pós Lato Sensu. Eu sei que as aulas, geralmente, só iniciavam em março. Por isso tivemos um mês que teve bastante aula.

Quando eu vim morar em Aparecidinha do Oeste, eu já estava fazendo a pós-graduação em História. Inclusive, havia poucos professores que tinham faculdade e não sei se não fui o primeiro a ter pós-graduação. Era anormal alguém ter uma formação um pouco mais avançada. E o pessoal tinha dificuldade para fazer o estudo, tinha que ir para longe – eu fui para Palmas (PR), bem distante daqui – fazer no período de férias. Só no final da década de 1980, início de 1990 que começou a surgir em Foz do Iguaçu, mas era mais concorrido. Aí surgiu Cascavel, noventa e pouco Medianeira, em 2000 São Miguel do Iguaçu...

Enquanto estava fazendo a pós em História, comecei a fazer o curso de Matemática em Palmas (PR)[11]. O curso foi muito bom, gostava de estudar matemática, nem era o meu forte as ciências exatas, mas até para desafiar um pouco, porque eu gostava de desafio. E daí gostava de estudar, mas alguns fatores da vida particular me levaram a parar de fazer a faculdade de Matemática, uma vez que assumi a direção da escola e isso foi me prendendo um pouco e dificultava para eu sair e fazer a faculdade. À época, se fazia uma semana por mês em Palmas (PR) e daí era difícil eu sair, largar a direção, ainda mais que não tinha vice-diretor, então eu vi que isso não era mais possível. Como professor e diretor, vi que isso me atrapalhava muito e abandonei a minha faculdade de Matemática, em função dessa circunstância.

O curso de Matemática foi bastante bom. Como já tinha outra faculdade então algumas disciplinas básicas, pedagógicas eu eliminava, mas por outro lado eu ficava fazendo as disciplinas que eram mais específicas do curso de Matemática e era desafiador. Mas, por outro lado, normalmente, era apenas uma semana por mês que a gente ia para a aula. Era um pouco complicado, pois recebíamos compromissos, tarefas para estudar, trabalhos para serem entregues, para aquela semana e, às vezes, a gente não tirava direito o tempo desse período que ficava até voltar pra lá, depois daquelas três semanas. Então nesse sentido um pouco difícil, mas a gente vencia. Era assim mesmo, tinha que dar um jeito.

Os professores sabiam que quase todos os alunos estudavam dessa forma, de apenas uma semana por mês, então eles já sabiam que tinham que trabalhar o aluno nessa forma: andavam um pouco devagar, exigiam que ele estudasse em casa. Já era do conhecimento do

[11] O entrevistado fez o curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática, criado em 1985 na FACEPAL – Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (PR). Segundo o entrevistado, o curso tinha de uma a duas semanas de aula por mês. Ele e outros professores iam de carro particular e ficavam em uma pensão.

professor que quase toda turma estudava dessa forma. Por isso, a turma tinha que andar um pouco devagar e aquela semana era intensiva mesmo para o aprendizado, tirar as dúvidas e tal. Mas, teoricamente, deixava a desejar em relação a uma frequência normal de quem fazia uma faculdade e frequentava direto.

Essas três semanas que a gente ficava sem aula complicava um pouco, pois muitas vezes tinha que repor a aula daquela semana que havia passado ou antecipar a aula daquela semana que teria. Então, aumentava o número de aulas da gente daquele período para que não tivéssemos um *déficit*.

Nós tínhamos muitas provas. Geralmente, tinha uma semana no mês de aula normal, mais outra semana de aula normal no mês seguinte e daí uma terceira semana, de dois em dois meses só para fazermos as provas.

Olha, eu tenho agora dificuldade de citar as disciplinas que eu fiz. Eram as disciplinas mais básicas, específicas de Matemática. Tinha também alguma coisa da área de Didática, mas essa parte eu já tinha eliminado.

Comecei outra faculdade, de Direito, em Presidente Prudente, na UNOESTE[12], no final da década de 1980, pois achei por bem que era um pouco mais prático e comecei a fazer logo após ter abandonado o curso de Matemática. Lá as aulas eram somente duas a três vezes por mês, da quinta ao sábado, então não ficava fora uma semana inteira, pois trabalhava quinta à tarde e faltava no máximo quinta à noite e sexta-feira.

Porém, o meu curso de Direito eu também não terminei, aí são outros fatores que me levaram: a questão casamento, do comércio que a gente estabeleceu aqui e tudo isso também foi dificultando pra continuar os estudos. Em outras palavras, comecei duas faculdades que eu não terminei, tanto a de Matemática como a de Direito, apenas concluí a pós-graduação que havia feito alguns anos antes. Há pouco tempo, fiz o PDE[13] na área de História, um mestrado meio que criado pelo Estado, uma formação continuada, interno pela própria Secretaria de Educação do Estado, nos anos de 2007 e 2008, se eu não me engano. Mas desde os anos noventa, até 2006, não estudei.

Como falei antes, eu vim morar em Missal em 1983, porque quando eu cheguei do Sul fui atrás de emprego e recebi uma proposta, uma indicação de um ex-colega, amigo de

[12] Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE.

[13] O PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – é uma política pública do estado do Paraná regulamentada pela Lei 130 de 14 de julho de 2010, desenvolvida com professores da rede pública estadual para dar subsídios teórico-metodológicos e que redimensione a sua prática, por meio de diálogo entre professores do ensino superior e da educação básica, por meio de atividades teórico-práticas orientadas. Os professores que participam das atividades devem ser do quadro próprio do magistério (QPM) e que estão num certo nível na tabela de vencimentos do plano de carreira. Quando começam a fazer parte do Programa, os professores recebem afastamento remunerado de 100% de suas atividades no primeiro ano e 25% no segundo ano.

infância, de uma possibilidade de emprego na Cooperativa COTREFAL[14], a atual Lar. Naquela, época essa cooperativa era muito grande. A região aqui em franco desenvolvimento e relativamente nova então, propiciava mais espaço, mais emprego, crescimento do que outras regiões do Sul do Brasil. Então isso atraia, porque passou a ser uma cooperativa, uma empresa que já precisava mais gente pra trabalhar, pra se estruturar. A Lar cresceu muito com a região.

Assim, eu fui para Medianeira pra fazer essa entrevista e deixar meu currículo. Então, fui informado que em Missal o diretor da Escola Padre Eduardo Michelis era o professor Ciro Damke, que foi meu professor de primário no Rio Grande do Sul. Com isso, vim falar com ele que me deu realmente muita esperança de que provavelmente teria aula pela minha formação, pois sempre faltavam professores formados – e isso realmente aconteceu.

Quando eu comecei a trabalhar em Missal, na sequência, peguei algumas aulas em Aparecidinha do Oeste e como depois começou a ter mais aula em Aparecidinha do Oeste do que em Missal eu me mudei para a atual Itaipulândia. Assim, desde o início de 1985 que eu moro aqui.

Olha, nós tínhamos uma vida bastante boa aqui, gostava muito. Era uma comunidade de interior, não era município ainda, distante de certa forma da sede – o município de São Miguel do Iguaçu – trinta e três quilômetros, por estrada de chão eram dez quilômetros de Missal, mais perto o município vizinho do que da própria sede[15]. Era uma região onde tinham esses dois distritos, distante de Aparecidinha do Oeste, como de São José do Itavó, que juntos e com as outras comunidades tinham em torno de quatro, cinco mil habitantes, era um lugar de interior, mas já tinha o básico da infraestrutura. Mas era gostoso, era bom morar aqui.

Foi interessante, apesar de que em função da formação do Lago que tinha se formado em 1982, houve uma arrancada inicial de desenvolvimento em formação aqui da região, de onde é o atual município de Itaipulândia, mas foi um crescimento de certa forma muito passageiro e transitório. E aí então, depois quando emancipou que deu uma arrancada maior.

Mas era muito bom morar aqui. Era um lugar de interior, logicamente que era tudo estrada de chão, terra vermelha. Dia de chuva era comum os alunos não virem para a escola, porque não tinha transporte; o aluno que morava mais próximo e que vinha a pé, mesmo que se tivesse que andar uma quadra a pé tinha que passar por uma estrada de chão batido e tinha que tirar os calçados dos pés para entrar na sala de aula, porque inclusive o piso, por incrível

[14] A Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras – COTREFAL – criada em 1964 na vila de Missal – atualmente é município – por 55 agricultores vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
[15] Segundo Scarpato e Böhm (2006), esse seria um dos motivos para a busca da emancipação do município, pois havia dificuldade em relação aos serviços públicos, o que segundo os autores ajudou a desvincular a população de Aparecidinha do Oeste com a de São Miguel do Iguaçu, criando uma identidade própria dos habitantes.

que pareça, era um parqui, que era um tipo madeira e não podia se lavar. Então, era uma exigência da escola, da direção, dos professores, das zeladoras de que o aluno entrasse de pé descalço e deixasse o calçado no lado de fora. E não tinha como fazer diferente, mas era bom, era muito bom de morar aqui, trabalhar aqui.

A situação começou a mudar basicamente a partir de 1993 quando houve a emancipação. Aí veio uma infraestrutura como um todo pra região. Mas até aí, uma quadra de esportes era com o piso de concreto, no relento, sem cobertura, isso já era um bom avanço pra nós antes de ser município. Uma quadra coberta pra praticar esportes só depois. Mas felizmente já tinha uma linha telefônica na escola, obviamente pra todo lugar não tinha internet ainda, mas o desenvolvimento, o progresso, a infraestrutura mais básica de ruas com calçamento, também asfalto, etc. e tal só vieram a partir de 1993 pra frente quando houve a emancipação de Itaipulândia.

Naquela época, nós não recebíamos auxílios de São Miguel do Iguaçu ou do Estado, era muito frágil a situação. O Estado mandava um recurso muito fraco para as escolas, como no nosso caso era escola estadual de quinta à oitava série. O mesmo aconteceu depois quando foi instalado o Ensino Médio. Já o município ajudava um pouquinho mais a escola municipal – pré-escolar e de primeira à quarta série – que funcionava no mesmo prédio da estadual, mas ainda era muito pouco. Porém, existia uma característica, uma qualidade da população e dos alunos que hoje talvez não se tenha mais: era muito fácil mobilizar a comunidade para promover eventos para arrecadar recursos para reformar, pintar uma escola, etc.. Eu me lembro de que, quando era diretor, em 1986 – 1987, com recursos da APMF nós conseguimos reformar todo o piso da quadra de esporte e também fizemos uma pintura geral da escola[16]. Não se esperava muito do Estado e nem do município e a gente se virava e fazia, graças a Deus e a população que era muito comprometida. Naquela época, na proporção, era muito mais fácil você chamar os pais para uma reunião, pois eles vinham com mais facilidade, mesmo a gente tendo menos alunos. Os pais participavam bastante ativamente da vida escolar dos alunos, participavam das reuniões. Era difícil por um lado, mas por outro lado tinha uma série de fatores mais fáceis do que hoje.

Naqueles anos, o atual Colégio [Estadual] Costa e Silva tinha em espaço físico, mais ou menos, cinquenta por cento do que tem atualmente e fora ainda a quadra, pois hoje tem ginásio de esportes. E, além disso, funcionava no mesmo prédio a Escola Municipal Carlos

[16] Associação de Pais, Mestres e Funcionários. É um órgão existente até hoje nos colégios da região onde há a participação de membros da escola e pais para, principalmente, ter uma proximidade maior entre o colégio e os pais, tendo como algumas funções auxiliar em questões referentes à escola como a promoção de eventos, criações de parcerias entre a escola e outros órgãos, controle de gastos feitos pelo colégio, entre outras funções.

Gomes, de primeira à quarta série. O Colégio Estadual Costa e Silva tinha de quinta à oitava série e depois o Ensino Médio, que inicialmente era da CNEC[17], depois passou a ser uma extensão do Estado e por fim passou a ser autônoma do Estado[18]. Mas essas duas escolas funcionavam juntas, até os primeiros anos da emancipação. Depois do segundo, terceiro ano de município criado é que se construiu uma sede nova para a Escola Municipal [Carlos Gomes] e toda essa estrutura antiga ficou para o Estado, que foi sendo ampliada de lá para cá com recursos municipais e estaduais.

Quando as escolas eram juntas, para trabalharmos, separávamos os alunos em turnos. Em primeiro lugar, tinha que se tentar conciliar os alunos de primeira à quarta e quinta à oitava série entre as salas que tivessem condições. E como sempre, naquela época, existiam os alunos um pouco mais adultos, que já estudavam de quinta pra frente, então alguns estudavam à noite. Mas os alunos menores, geralmente, era possível conciliar entre as turmas de primeira à quarta e de quinta à oitava série. E até porque era o mesmo diretor que respondia tanto pela municipal quanto pela estadual e ele ficava se "driblando" para solucionar os problemas das duas escolas. Mas sem dúvida, a estrutura deixava a desejar. A biblioteca muito fraca, recursos audiovisuais muito frágeis, muito poucos. Mas era próprio da época e ainda talvez porque nós éramos de interior, então era mais deficitário ainda. Mas era assim mesmo.

Eu cheguei a ser diretor do Colégio Estadual Costa e Silva e foi bom, pois a gente sabe que a direção é uma experiência diferente em relação a ser professor, é outro lado da moeda, da mesa. Mas é interessante. Simultaneamente, eu ainda trabalhava como professor, sempre tinha algumas aulas. Foi uma experiência muito boa, que me ajudou a compreender as dificuldades, por exemplo, da falta de professor que tinha e era normal e como professor e diretor tinha que ir atrás, buscar professores, para que não faltasse alguma disciplina.

Nessa busca por professores, procurávamos contatos para ver quem tivesse interesse. Então, havia muito a questão de que um professor que estava disponível mantinha-se em contato, o diretor praticamente decidia e pegava por aquele que primeiro aparecia com formação para pegar aula. Então, quem não tivesse formação, logicamente, perdia a oportunidade para quem tivesse e chegasse primeiro e isso acontecia com quem tivesse esse contato com diretor. E o diretor se contentava quando chegava alguém que tinha formação.

[17] Campanha Nacional de Escolas da Comunidade foi criada em Recife em 1943 como "Campanha do Ginasiano Pobre". Em São Miguel do Iguaçu existia uma dessas escolas, sendo que a extensão em Aparecidinha do Oeste foi criada no final da década de 1980.

[18] Segundo o entrevistado, quando houve a extensão da CNEC em Aparecidinha do Oeste, no Colégio Estadual Costa e Silva, foi implantada uma sala de aula com o segundo grau, sob responsabilidade da CNEC. O mesmo aconteceu com a extensão do Estado, com uma sala de aula implantada em Aparecidinha do Oeste.

Ainda havia muitos professores leigos ou que estivessem fazendo faculdade. Mas tinha ainda, às vezes, professor que só tinha o seu segundo grau e só lecionava de quinta à oitava série, mas também, a maioria do pessoal fazia, simultaneamente, a faculdade enquanto estava lecionando e aos poucos foram se formando. Além disso, não existiam os concursos aqui na nossa região. Começou a abrir vagas para professores concursados, formar turmas para o professor se lotar, a partir do final da década de 1980, início de 1990.

Antes de ser diretor, houve a abertura do Ensino Médio no Colégio Costa e Silva, funcionando como uma extensão da CNEC de São Miguel do Iguaçu. Mas depois eu consegui trazer uma extensão do Nestor [Victor dos Santos], que é uma escola estadual de São Miguel do Iguaçu e depois, no fim da década de 1980 passou a ter Ensino Médio próprio daqui do Costa e Silva. Então, houve uma evolução: primeiro uma extensão da CNEC, depois fui professor, passando por uma extensão do Nestor Costa e Silva, do Nestor de São Miguel do Iguaçu e depois passou a ser próprio aqui do Costa e Silva.

Eu não posso falar muito por minha experiência o que era antes do Lago, porque quando eu vim morar em Missal, que era o município vizinho já era 1983 e o Lago tinha sido formado em 1982. Mas o que a gente começou a sentir é que as transformações passaram a ser grandes e a população comentava muito sobre elas, até porque se criou uma nova expectativa. Houve perdas, problemas, pessoas que foram prejudicadas com a terra que perderam ou que foram indenizados e aplicaram mal; as terras, os lotes urbanos e as casas inflacionaram, pois aumentou a circulação de dinheiro; a infraestrutura que foi destruída em áreas que alagou e nem sempre elas foram reconstruídas aqui. Isso também aconteceu. Mas houve transformação sim com a formação do Lago.

Eu trabalhei em São José do Itavó que foi mais afetado pelo Lago do que Aparecidinha do Oeste. Lá me parece e eu sentia que sobraram mais problemas do que em Aparecidinha do Oeste. A infraestrutura um pouco mais básica foi criada em Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó ficou meio delegado, sem recebê-la e foi tudo enfraquecendo. Isso repercutiu na sociedade como um todo e a escola não escapa quando essas coisas acontecem. Então, essa falta de infraestrutura contribuiu para que a situação agravasse. Passou a ser praticamente uma opção para muitas famílias irem morar ali no perímetro urbano ou ficaram morando no interior, mas sem uma condição econômica à altura, até porque não surgiram oportunidades de trabalho, de ganha pão, o comércio ficou muito enfraquecido e foi ficando cada vez mais, o povo tinha pouca renda. Enquanto que aqui em Aparecidinha do Oeste já era um pouquinho melhor, pois se transferiu para cá um pouco de uma estrutura pública, por

exemplo, cartório, banco, hospital, escritório de contabilidade e o comércio tornaram-se mais fortalecido. Enquanto que na comunidade de Itavó ficou mais fragilizada.

Nos anos anteriores à formação do Lago a situação talvez fosse melhor em São José do Itavó. A população não era maior do que é hoje, mas do que era até uns poucos anos atrás, pois o distrito voltou a crescer. Mas tudo isso tem a ver não apenas com a formação do Lago. Se nós voltarmos um pouco na história, sabemos que a década de 1970 foi a da mecanização da agricultura e ela não veio só aqui na nossa região, ela veio meio como um todo. A mecanização da agricultura, da lavoura, também criou a migração da mão-de-obra. Felizmente, naquela época, aqui, ainda era uma região bastante nova no aspecto de terras desmatadas, houve ainda bastante o plantio da hortelã que empregava muita gente – dava muita renda para o arrendatário e para o pequeno agricultor ou qualquer um que pegava um pedaço de terra e plantava. O próprio plantio do algodão que, no início da década de 1980, ainda existia um tanto, mas isso foi progressivamente desaparecendo, pois tomou as grandes fazendas do Mato Grosso, o que tornou inviável a produção em pequena escala, onde a mão-de-obra não poderia ter uma rentabilidade à altura. O mesmo foi acontecendo com o plantio de hortelã. Graças à mecanização isso foi terminando e passou-se praticamente para a lavoura branca: trigo, soja e milho, esses dois últimos predominam aqui. Isso foi, infelizmente, trazendo dificuldade de renda para quem não tivesse uma boa quantia de terra. Além disso, não tinha nenhuma indústria aqui na época.

Esses fatores ajudaram com que, em São José do Itavó, houvesse muito mais evasão, mais problemas de frequência dos alunos, pois as famílias se mudavam com mais facilidade de cidade, sendo muito mais problemático do que aqui em Aparecidinha do Oeste.

Naquela época, eu não percebia que tinha alguma influência política no ensino. Houve um trabalho político por parte das autoridades para fortalecer a educação, no sentido de implantação de escolas, de colégios e tal. Mas também, por outro lado, não houve tanta influência no aspecto de política, mas depois quando começou a ter professores disponíveis, sobrando, então era fácil uma indicação por influência política, para alguém pegar aula ou não, por exemplo, havia uma indicação se havia dois professores formados. Mas isso aconteceu mais no final da década de 1980, pois antes faltavam muitos professores. Não tinha o que modificar politicamente. O que se fazia: precisava de professor, quem tinha formação pegava, mas já no final da década de 1980 já começou alguém a pegar aula, porque houve indicação política: “Esse pode pegar aula, aquele não pode pegar aula”. Assim era, inclusive, até para indicar quem seria o diretor de escola. Havia certa indicação por parte do prefeito, via lideranças locais. Então, essas questões foram aí pelas décadas de 1990 que desapareceram

gradativamente, onde se passou a ter uma seleção mais por formação, escolha das direções por voto indireto por parte dos professores e também por parte dos pais[19].

Outra situação que começou a mudar foi a partir do momento que o houve a emancipação. Antes de Itaipulândia ser município, São Miguel do Iguaçu já recebia os *royalties*[20], mas não havia um repasse para a educação da nossa região. Era aquilo que estava falando antes: basicamente as escolas eram sustentadas pelas APMF's, pois não tinha muito outra ajuda, era muito fraco. Depois que houve a emancipação, se tornou necessária uma evolução, até porque cresceu a população. As exigências também foram mudando e me lembro bem que nós assumimos a prefeitura no dia primeiro de janeiro [de 1993] e para início de março nós já tínhamos ampliado a construção de uma sala de aula junto ao Costa e Silva. Ia faltar uma sala de aula e nós pegamos e começamos a construir logo que saiu o município. Terceiro ano nós já construímos uma sede nova para toda essa estrutura da escola Carlos Gomes e fora outras estruturas que foram sendo criadas.

Nesse primeiro mandato do município nós dobramos a estrutura de salas de aula em relação àquilo que se tinha na emancipação num mandato só, pois, de certa forma, era deficitária a estrutura, mas principalmente, porque aumentou a população e se passou a fazer as escolas núcleos e, gradativamente, se fechando as escolas de interior que eram as escolas de um professor apenas para todas as disciplinas, multisseriadas.

Sem dúvida alguma, a emancipação ajudou com que viessem mais professores capacitados aqui para o município. Com ela, criou-se uma possibilidade de vinda de mais profissionais de todas as áreas, como também de professores. Uma coisa puxava a outra. Não só pelo fato da emancipação, mas os tempos também mudaram. Mas a emancipação foi a grande transformação, grande mudança que possibilitou isso.

Indiretamente a escola teve uma participação na emancipação, até porque, na época, a maior entidade organizada que tinha no município era a escola. Antes nós tínhamos muitas dificuldades. A escola servia para passar os recados via os alunos sobre o resultado ou sobre alguma situação do momento da emancipação. E o próprio movimento da emancipação, ele

---

[19] Atualmente, a eleição para diretor é feita de forma direta, sendo que os professores e demais funcionários do colégio votam, pais e alunos com idade superior a quinze anos.

[20] Os *royalties* foram regulamentados pelo Decreto número de 11 de janeiro de 1991, que atribui "O cálculo e a distribuição mensal da compensação financeira decorrente do aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, bem assim dos royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Governo Brasileiro, estabelecidos pelo Tratado de Itaipu, seus anexos e documentos interpretativos subsequentes". Os *royalties* são distribuídos da seguinte maneira: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais. Do que é repassado aos municípios 85% do valor são para os municípios diretamente atingidos, recebendo de forma proporcional à área atingida. O seu pagamento foi aceito antes da emancipação do município. Então, esse crescimento do qual fala o entrevistado, começou na década de 1990, nos anos próximos à emancipação.

tinha as suas reuniões em salas de aula da escola, sempre. Então, diretamente ou indiretamente a escola teve uma participação muito forte, muito grande.

Acho que deu para ver bastante sobre o ensino daqui. Muito obrigado. Sucesso!

3.9 A pista de João Kazmirczak

A última entrevista realizada para esta pesquisa ocorreu no dia 8 de fevereiro de 2012, na residência do senhor João Kazmirczak, figura importante de Itaipulândia devido às suas estreitas ligações com as histórias do município.

João é um senhor alto, magro, com cabelos levemente grisalhos, meu conhecido de muito tempo, pois quando minha família se mudou para Aparecidinha do Oeste, no ano de 1991, fomos morar em uma casa de sua propriedade, próximo ao Lago de Itaipu e da estrada que liga ao município vizinho, Missal. Moramos ali por pouco tempo, mas o senhor João sempre ajudou a nossa família nos primeiros anos de nossa chegada.

Conforme fui crescendo, comecei a perceber a importância de João para o município. Nas duas primeiras eleições para vereadores para o munícipio – 1992 e 1996 – ele foi eleito e, durante os outros anos, sempre esteve ligado às funções administrativas municipais, ocupando Secretarias e outros cargos. Com o passar dos anos e lendo o livro que retrata uma história do município – *Itaipulândia: Seu povo, sua história, sua origem*[1] – pude perceber que ele foi de fundamental importância nos anos anteriores à emancipação, pois junto com outras pessoas lutou para que a localidade de Aparecidinha do Oeste prosperasse, sendo eleito como vereador pelo município de São Miguel do Iguaçu, representando o distrito. Além disso, foi um dos nomes da comissão para a emancipação do município, participando de várias reuniões e mobilizando a comunidade para que de fato ela ocorresse.

Mesmo sabendo desse seu lado participativo na comunidade não havia lhe procurado nos primeiros momentos que realizei as minhas entrevistas, pois não o via como alguém ligado ao ensino. Porém, em vários momentos das entrevistas e de conversas informais seu nome foi aparecendo, não apenas como uma influência política. O ponto que mais me chamou a atenção foi o momento que conversei com a professora Iria Bruch, uma das autoras do livro que retrata a história do município. Ela me falou que o João foi aluno da primeira turma de alunos de Itacorá e que também foi diretor da escola de lá, assim como da Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste. Com essas informações fui procurá-lo em sua residência e então conheci mais sobre ele e sobre seu envolvimento com o ensino. Após algumas conversas decidimos marcar a entrevista.

[1] SCARPATO, R. BÖHM, I. B. Itaipulândia: seu povo, sua origem, sua história. Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

A entrevista ocorreu em sua residência, às oito horas da manhã. Sentamos em frente a sua casa e várias pessoas que passavam pela rua cumprimentavam o senhor João. Nesse clima de tranquilidade, num início de manhã, começamos a entrevista.

3.9.1 O que começa e termina

Eu sou João Kazmirczak, nasci no dia 21 de novembro de 1947 em São Luiz Gonzaga[2], Rio Grande do Sul. Fui para o município de Planalto[3] no Paraná aos sete anos de idade e para o município de São Miguel do Iguaçu no ano de 1969. Sou casado, pai de três filhos. Atuo no ramo de agricultura e mexo com algumas partes comerciais também.

Quando vim para a região, fui aluno, professor e também diretor. Eu iniciei o primário no município de Planalto no Paraná, depois no ano de 1969, já com vinte e poucos anos, eu vim aqui para o distrito de Aparecidinha do Oeste, município de São Miguel do Iguaçu. Vi a necessidade de estudar e comecei a fazer de quinta à oitava série. Aí eu morava em Aparecidinha [do Oeste] e ia ao colégio Nossa Senhora de Fátima, no distrito de Itacorá, a 18 quilômetros de distância daqui.

Quando iniciei os estudos em Itacorá, não existia colégio e daí primeiramente pedimos para que um grupo de Santa Helena montasse um em 1970. Fizemos o Exame de Admissão e seria criada uma extensão de um colégio de Santa Helena. Como São Miguel do Iguaçu não gostou da situação ele "acordou" e fez uma nova proposta que faria um novo Exame de Admissão e que eles montariam uma extensão do colégio Nossa Senhora de Fátima do município de São Miguel do Iguaçu, o que realmente foi feito. Em Itacorá, o colégio foi aberto graças aos alunos, aos professores e à população, pois o povo precisava estudar e não tinha escolas. Itacorá era mais ligado com Santa Helena, até mesmo pela proximidade, por ser linha reta, fazendo a ligação entre Foz do Iguaçu, Itacorá e Santa Helena, do que com o próprio município de São Miguel do Iguaçu, que era o município sede[4].

Eu estudei de quinta à oitava em Itacorá, depois, em 1975, fiz um ano do Técnico em Comércio em Medianeira, indo toda a noite de carro daqui [Aparecidinha do Oeste] para lá. Na sequência, fiquei um ano parado, até que foi instituído o colégio no município de Missal,

[2] Município localizado na região das Missões, Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.
[3] Município localizado na região Sudoeste do estado do Paraná, na fronteira com a Argentina.
[4] Itacorá estava localizada na antiga rodovia 317 que ligava Guaíra à Foz do Iguaçu, conhecida como *caminho das quedas*, pois ligava as Sete Quedas do Iguaçu (Guaíra) às Cataratas do Iguaçu (Foz do Iguaçu). Essa rodovia, que atualmente está submersa pelo Lago de Itaipu, passava também por Santa Helena, município fronteiriço de Itacorá e que estava distante em torno de 30 quilômetros do distrito. Já São Miguel do Iguaçu, sede do município, não estava próximo a essa rodovia e estava distante em torno de 50 quilômetros de Itacorá.

onde eu comecei na segunda [série] do Segundo Grau[5]. Quando concluí o Segundo Grau, vim para Aparecidinha [do Oeste], porque eu morava nela e surgiu a oportunidade de assumir um colégio. Em 1979 assumi a Escola Municipal Carlos Gomes, que era de primeira à oitava série, como diretor e inclusive lecionei aulas de Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação Física. O grupo de professores funcionava muito bem.

Ser aluno em Itacorá foi engraçado, porque fui da primeira turma que se formou na Oitava série, em 1974, mas não teve nada de especial. Quando eu comecei a estudar em Itacorá, eu tinha vinte e tantos anos e a maioria dos alunos tinha uma faixa etária assim também e até superior a minha. Poucos tinham uma idade inferior, porque era uma região que ficou muitos anos sem ter onde estudar, daí quando abriu o colégio[6], todo mundo queria estudar. Então tinha até senhoras casadas. Tinha uma senhora chamada Maria Milcharek, ela tinha 52 anos e estava estudando, e depois foi professora[7].

Para frequentar as aulas, era assim: nós íamos de carro, eu ia com um carro meu, particular, e levava mais quatro alunos daqui. Nós pagávamos a nossa despesa de locomoção e ainda, de quinta à oitava, a gente pagava mensalidade pra cooperar nas despesas dos professores. A mensalidade dos alunos é que cobria a folha de pagamento dos professores. Para nós era, naquela época, quase que o peso de uma faculdade de hoje. Pesava no orçamento. Com isso, tinha muito aluno com dificuldade de pagar a mensalidade. Inclusive se não pagasse o aluno não saberia resultado da prova, ele não sabia a sua nota, era tudo barrado em caso de inadimplência das mensalidades. Então, o colégio tinha que elaborar alguma coisa para que recebessem esse dinheiro.

Os professores que eram de lá e que eu me lembro: Plácio Azevedo Heckler[8], o Guido Miranda[9], o Derseu de Paula[10] e outros não me recordo. Eu me lembro que o Guido Miranda é

---

[5] Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis foi criado no município de Missal na década de 1960 e o Segundo Grau, com habilitação em técnicas comerciais, foi criado na década de 1970.

[6] O Colégio Nossa Senhora de Fátima foi criado no ano de 1971, atendendo alunos nesse primeiro ano apenas de quinta série com a implantação gradativa das outras séries. A primeira instituição de ensino criada em Itacorá foi o Grupo Escolar Gabriel de Lara em 1963, que atendia até o quarto ano do Ensino Fundamental. Com isso, podemos perceber pela fala do entrevistado que o distrito e a região de Itaipulândia ficaram alguns anos sem formação além do quarto ano, pois nas outras localidades o ensino funcionava da mesma forma. A escola mais próxima para continuar os estudos era em São Miguel do Iguaçu, a sede do município, porém afastada desses distritos em um tempo que predominavam as estradas de terra. No próximo capítulo falaremos mais sobre essa questão.

[7] Maria Milcharek foi aluna e professora em Itacorá durante os anos 1970 e 1980, até os últimos anos do distrito antes da inundação.

[8] Foi um dos professores contratados por intermédio de Antonio Derseu Cândido de Paula, o primeiro diretor do Colégio Nossa Senhora de Fátima. Atualmente reside no interior do município de Missal.

[9] Entrevistado da pesquisa, ex-morador de Itacorá e um dos professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima, onde lecionou por muitos anos a disciplina de Matemática.

que foi o nosso professor de Matemática, nos quatro anos. Ele era muito eficiente, nós sempre dizíamos que ele era um "crânio", porque ele desdobrava de todo o jeito e, olha, tinha uma competência que até a gente gostaria de estar no lugar dele, de tanto que ele sabia. As aulas dele eram gostosas, uma voz alta, uma segurança e uma esperteza para dar aula. Era muito bom.

A estrutura para trabalhar era como antigamente: você usava cadernos, giz e quadro-negro. O professor Guido trabalhava com Matemática no quadro: 80% das atividades era passada no quadro e nele resolvidas. Muitas vezes, dependendo da atividade, o aluno ia lá resolver e os outros acompanhavam. Porque era escolhido um aluno ou vários e cada um ia ao quadro e ia resolvendo sozinho ou em conjuntos com os outros. Além disso, nós tínhamos livro de Matemática, uma apostila com uma grossura de, sei lá, umas duzentas folhas, aonde íamos acompanhando. Porém, não me lembro sobre o nome do autor. Esse material acho que tínhamos que comprar a cada ano. Os livros, as apostilas, tudo era comprado por fora. No início das aulas era feito uma lista: "Ó, vou precisar livro de Matemática, livro de Geografia, livro de Ciências, livro disso" e se passava o custo para os alunos e daí alguém do colégio, um aluno comprava ou até, muitas vezes, a direção comprava e repassava para os alunos com o preço da editora.

Quanto à estrutura do colégio tinha sala para todas as séries. Trabalhava com quatro, cinco séries. De quinta à oitava são quatro séries, né? E em 1980, a estrutura era boa, não se tinha dúvida não. Durante o dia funcionava o primário – Grupo Escolar Gabriel de Lara – e à noite então era de quinta à oitava – Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima. Então sala sempre tinha o suficiente.

Na época que fui aluno em Itacorá, São Miguel do Iguaçu simplesmente fez a extensão e ficou por isso. Não teve nenhuma influência do município. A única interferência foi quando houve a conversa com Santa Helena, porque era outro município, então não se sentiram muito bem quando iniciaram as atividades do colégio em Itacorá quando fizeram o Exame de Admissão com os alunos pra começar as aulas. Apenas as salas de aula do Grupo Escolar Gabriel de Lara foram cedidas pelo município. Somente isso. Depois, São Miguel [do Iguaçu] não gostou, pegou e fez um. Marcou o novo prazo e fez outro Exame de Admissão por São Miguel do Iguaçu, pelo colégio das irmãs, dispensando Santa Helena e assumindo aqui. Então nós alunos fizemos duas vezes Exame de Admissão. Eu achei fácil, né?

---

[10] Entrevistado da pesquisa, ex-morador de Itacorá e um dos professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima, onde lecionou várias disciplinas. Também era dono de um escritório de contabilidade em Itacorá.

O colégio foi aberto graças aos alunos, professores, pessoal de Itacorá e nós, que sentimos a necessidade de que teria que ter esse tipo de aula, porque o povo precisava estudar e não tinha estudo por aqui. Então, como surgiu a necessidade, o pessoal foi em busca. Como Itacorá era mais ligado com Santa Helena pela proximidade – a estrada que ligava os dois era em linha reta e fazia a ligação entre Foz do Iguaçu, Itacorá e Santa Helena – do que com a própria sede do município de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena foi procurada.

Após estudar em Itacorá eu continuei primeiro em Medianeira e depois em Missal. Quando eu estudei em Medianeira foi um período difícil, porque a gente ia daqui à Medianeira pelo Portão do Ocoí[11], onde era tudo estrada de chão, quando chovia atolava, tínhamos que usar corrente nos carros pra poder subir os topes. Quando chegávamos a Medianeira, para ir ao colégio, tínhamos que parar o carro, tirar a corrente, porque a avenida já tinha asfalto. Aí, sujava as mãos, sujava tudo, tirava, lavava, depois ia pra sala de aula. Então, era sofrido, mas era divertido. Pelo menos estava terminando.

Depois, iniciou em Missal o Segundo Grau e concluí os outros dois anos na escola de lá. Mais tarde fiz faculdade de Direito e concluí o terceiro ano dela, mas eu parei. Essa faculdade foi mais tarde: eu fiz em 2004 na UNIVEL[12] de Cascavel um ano; depois fiz mais um ano na UDC[13] em Foz do Iguaçu; e um ano em Medianeira na FACEMED[14], que hoje é UDC também. Quando entrei no quarto ano, eu parei.

O primeiro estudo que eu fiz em Medianeira, possibilitou que eu pegasse a direção da [Escola Municipal] Carlos Gomes. Eu residia aqui [Aparecidinha do Oeste], tinha me formado no Segundo Grau e existia um colega meu que se chamava Clausio Lüdke[15]. Nós havíamos estudado juntos em Medianeira, onde nós fizemos o Segundo Grau. E o Clausio era o diretor e juntamente com sua família tinha uma madeireira que estava fechando, pois iriam para Mato Grosso. Ele me ofereceu a direção e falou: "Olha, eu tô saindo e queria que você pegasse isso aqui. Acho que você teria condições e tal". E como ele me ofereceu, conversamos com os pais e com os professores, todos aceitaram e peguei a direção. Assim, assumi o cargo de diretor de 1979 à 1981 ou 1982.

---

[11] Comunidade do interior do município de Medianeira, distante aproximadamente 15 quilômetros de Itaipulândia. A comunidade tem esse nome em virtude do rio Ocoí que passa pelos seus limites.
[12] União Educacional de Cascavel.
[13] União Dinâmica de Faculdades Cataratas.
[14] Faculdade Educacional de Medianeira. A junção com a UDC ocorreu em 2009.
[15] ClausioLüdke, nascido em 24 de Setembro de 1953, natural de Cunha Porã, Santa Catarina. Segundo documentação encontrada possui o curso Técnico Contábil à nível de 2º Grau e trabalhou em Aparecidinha do Oeste entre 5 de Maio de 1978 e 1º de Abril de 1979.

Nós tínhamos muita ligação em Aparecidinha do Oeste e exercíamos, na época, certa liderança nos movimentos sociais[16]. Eu, muitas vezes, me envolvia em reuniões, trazia o prefeito pra criar um distrito, fazia todos esses movimentos, pra trazer mais um colégio. Sempre participava e ajudava.

No momento em que eu assumi a direção do Carlos Gomes, o atendimento era de primeira à quarta série. Também havia alunos de quinta à oitava série, mas eles pagavam mensalidade, como em Itacorá. Com isso contratávamos os funcionários e pagávamos os professores. Na hora de contratar alguém para um serviço, verificávamos as famílias que tinham mais alunos na escola, pois dávamos um empreguinho pra alguém daquela família pra que ela tivesse um dinheiro fixo pra poder pagar as mensalidades. Inclusive, eu me lembro de um aluno chamado Vendelino [Royer][17], que era um aluno bom de Matemática e eles eram entre três ou quatro irmãos estudando, pagavam as mensalidades e eram agricultores pequenos, sitiantes. Como ele era bom de Matemática, na falta de um professor de Matemática, nós o convidamos para que ministrasse algumas aulas em 1982. Ele estava na sétima série e nós falamos para ele: "Você começa a dar aula lá para o 'primarinho' e vai treinando". Ele levou um choque: "Mas já? Agora? Queria ser professor um dia, mas não agora". Aí eu disse: "Não, agora é oportunidade pra você ter um dinheiro e de você dar aula". E foi o que fiz. Ele começou lecionar naquela época ainda e antes de concluir a oitava série já foi professor, já estava trabalhando.

Naquela época, não tinha professores, eles eram bem escassos por aqui, eram poucos. Até porque nós éramos um canto de uma região e era pequena. Então não tinha como atrair gente pra vir morar aqui. Era bem difícil de trazer alguém, de trazer professor. Então muitos professores você tinha que criar ali no seu meio pra dar conta. Acontecia muito de ter alunos que, enquanto estavam estudando, eram professores no outro período. Um exemplo é a Maria Milcharek. Isso acontecia porque o pessoal se preparava e já aparecia a oportunidade de

[16] O entrevistado se classifica e pode ser classificado como uma liderança nos movimentos sociais da região de Aparecidinha do Oeste, pois, em uma comunidade pequena – que não contava com 5 mil habitantes até os anos próximos da emancipação – ele liderou ou fez parte de movimentos para chegada de escola para atender a demanda, anos depois foi professor e diretor da Escola Carlos Gomes, esteve ligado com outras questões, por exemplo, esportes (há uma fotografia dele na Casa da Memória de Itaipulândia mostrando sua participação) e de formas para tornar o distrito mais forte, além de ser eleito vereador por São Miguel do Iguaçu no período de 1989 à 1992. A partir de 1988, João também passou a fazer parte de comissões para a emancipação do distrito de Aparecidinha do Oeste, participando de reuniões com deputados e com o governador, como está retratado em trechos de entrevistadas de Scarpato e Böhm (2006). Após a emancipação ainda ocupou o cargo de vereador em dois mandatos: de 1996 à 2000 e de 2000 à 2004.

[17] Vendelino Royer foi professor por vários anos na região de Itaipulândia. Trabalhou com o Primário e também com ensino de Física e Matemática, na qual possuía formação. Atuou tanto nas escolas de Aparecidinha do Oeste/Itaipulândia como em São José do Itavó. Foi professor até o início dos anos 2000, quando assumiu cargos na Secretaria de Educação. Em 2004 foi eleito prefeito da cidade, porém, foi assassinado em 2008 à mando do vice-prefeito.

lecionar. Existia a falta de professores. Então, com o Segundo Grau o cara já podia trabalhar. Mas o colégio tinha que ter, pelo menos, um percentual de professores que já tivessem faculdade. Mas a maioria podia ter o Segundo Grau que já era suficiente. E de primeira à quarta até sem Segundo Grau podia dar aula para o "primarinho", principalmente se estava estudando.

Quando eu era diretor do Carlos Gomes em Aparecidinha [do Oeste], à época da formação do Lago de Itaipu, o prefeito de São Miguel [do Iguaçu] pediu para que assumisse o colégio Nossa Senhora de Fátima de Itacorá e eu passei a ser diretor de dois colégios. Trabalhei durante todo o ano 1981 e no final dele fiz a formatura do grupo em Aparecidinha [do Oeste].

No começo, tinha até uma preocupação em assumir, porque estava [em Aparecidinha do Oeste] com uma direção de uma escola [Carlos Gomes] e dobraria o trabalho, passaria a atender dois colégios, dois grupos de alunos, dois grupos de professores. Então, foi bastante pesado, mas como gosto de desafios, aceitei. E o próprio prefeito e a inspetora municipal de ensino diziam: "Não, alguém vai ter que assumir. Nada melhor do que você assumir, porque alguém vai ter que pegar aquilo lá e como você já é diretor aqui, seja lá, que daí lá você fecha e traz a turma, faz a formatura e encerra". Assim, trouxemos oito alunos de Itacorá aqui e para o restante dos alunos demos a transferência e fechamos o colégio Gabriel de Lara, porque no ano seguinte, em, 1982, teria a formação do Lago de Itaipu e daí não poderia mais ter ninguém naquela região.

Foi uma missão bastante melindrosa – a de trabalhar no Colégio [Nossa Senhora de Fátima] e fechá-lo. Nesse colégio tinha mais de 100 alunos ainda. A maior parte dos filhos de agricultores já havia sido indenizada, recebido o dinheiro e tinham ido embora. Mas esses cento e poucos alunos, que ficaram nesse último ano, notava neles uma agonia, uma incerteza, porque os pais estavam aguardando pra receber a indenização de Itaipu, porém nem os filhos e nem os pais sabiam pra onde iam.

Cada vez que ia lá, os alunos cercavam, rodeavam e diziam: "O que vai ser de nós? Qual será o nosso futuro?". Então, assumi aqueles alunos e também os professores, porque o diretor que morava lá também foi indenizado, foi pra Foz do Iguaçu; o vice-diretor também saiu; e até a maioria dos professores já tinha ido embora e sido indenizados também. Para completar, o quadro de professores era a maior parte de pessoas de fora. Íamos de Aparecidinha [do Oeste] pra dar aula lá, por exemplo, os professores: Plácio [Azevedo] Heckler que morava em Itacorá, mas que se mudou para Aparecidinha do Oeste e completou o ciclo do último ano em Itacorá; a professora Cilda; e a professora Maria [Milcharek]. Nós

tínhamos que dar um jeito para não deixar os alunos sem aula, poder concluir ali e depois dar transferência pra todos eles.

Naquele ano [1981], o que dava muito serviço eram as transferências porque, semanalmente, oito, dez crianças vinham pedir, pois os pais já estavam recebendo e já iam embora. Isso dava bastante trabalho, porque você tinha que montar toda uma transferência, os documentos, procurar os currículos, ver os anos que eles estudaram, achar tudo isso e fornecer os documentos. Inclusive a Lisete, minha esposa, era secretária, daí ela me ajudou muito nessa parte.

Nos últimos anos, em Itacorá também aconteceu muito do que eu já falei: professores que ainda estavam estudando, até mesmo no próprio colégio, porque como já não tinha mais tanta gente, pois o pessoal estava indo embora, ou seja, voltava na situação do início de tudo. Além disso, ninguém ia morar lá, porque tu não tinha mais o que fazer. Essa situação de ter professores que ainda estavam estudando só começou a mudar depois da década de 1980, década de 1990, quando o pessoal que tinha o Segundo Grau começou a ir de ônibus para Presidente Prudente (interior do estado de São Paulo) para fazer faculdade à distância. Eram em torno de 50, 60 alunos mensais que estudavam para professor em Presidente Prudente, iam lá uma semana por mês, estudavam em casa e iam prestar as provas ou nos fins de semana: sexta e sábado estudavam e domingo voltavam. Acontecia muito e foi assim que se formou a maior parte dos professores que estão hoje em Itaipulândia.

Naquela época, em Itacorá também tinha um destacamento do Exército. Dois dos nossos alunos eram de lá no início da década de 1980. Um se chamava Maximiliano e fazia parte do batalhão de fronteira. E o sargento Feijó participava também de reuniões, dava uma força geral. Observava para que não ocorresse indisciplina, alguma coisa, então eles tinham muito cuidado, porque eles eram um batalhão de fronteira, pra cuidar da segurança do distrito. Então, tinham muito cuidado com tudo e tinham uma linha dura, rígida. Aonde chegavam davam um grito e mandavam erguer as mãos pra cima, encostar-se à parede, revistavam, então tinham uma disciplina muita dura, rígida. Mas nos colégios eles não faziam isso não. Chegavam numa boa.

O Colégio Nossa Senhora de Fátima era de responsabilidade das irmãs de São Miguel do Iguaçu, local da matriz do colégio. As irmãs é que forneciam os certificados de conclusão de cursos, elas cuidavam das notas, dos boletins, toda essa parte. Nós da direção montávamos, mas era tudo assinado e supervisionado por elas, pois o Colégio [Nossa Senhora de Fátima] era uma extensão e a matriz era em São Miguel do Iguaçu. As irmãs vinham quando nós solicitávamos, por exemplo, quando fazíamos reunião com os pais. Elas vinham uma vez por

mês ou cada quinze dias pra participar. Elas recomendavam que fosse feito um trabalho com rigidez, porque em São Miguel do Iguaçu era uma instituição fechada, bastante rígida e bem religiosa. Então elas recomendavam que lá [em Itacorá] se seguisse o mesmo. É claro que não se tinha uma linha dura, mas que se tivesse o máximo de cuidado, o máximo de respeito para que se seguisse o nome de instituição religiosa.

São Miguel do Iguaçu, que era a sede do distrito, não auxiliou nesse período de transição da educação em Itacorá. A única coisa que fez e cooperou, foi que o prefeito pagou o salário dos diretores e secretários pelos trabalhos feitos. O restante foi um fechamento, apenas o que seriam outras despesas: um cafezinho para os professores, manutenção, limpeza e zeladoras. Era alguma coisa nesse sentido. Também eles recolheram toda a estrutura interna e distribuíram para os outros colégios, mas não foi nada aproveitado em Aparecidinha do Oeste[18].

Não havia preocupação por parte do município com a população que vivia lá, por exemplo, de procurar outro lugar para viver. Ninguém tinha essa preocupação. Somente nós aqui de Aparecidinha do Oeste. Nós íamos atrás, oferecíamos para o povo vir morar aqui, porque aqui tinha pouca gente e nós queríamos que esse lugar se desenvolvesse. Inclusive, trouxemos o Banco Bradesco que era de Itacorá para cá, fazendo campanha de divulgação, oferecendo carona para os colonos que queriam abrir conta, levando-os de graça à Itacorá para fazer isso, pra dizer que tínhamos bastante gente e que interessava que o banco viesse para cá. Também trouxemos a Clínica Médica Ventura, indo lá, sentando com os médicos, oferecendo algumas condições para eles, explicando a necessidade, dando uma mão. Então, nós aqui do distrito, fizemos muita campanha pra trazer gente e trouxemos uma boa quantia, mas não foi possível trazer todos, porque os interesses eram diversos. Então, houve toda uma mobilização pra trazer a estrutura do distrito que era lá pra Aparecidinha [do Oeste], que não era nem distrito na época, mas que depois foi criado pelo fato de Itacorá ser extinta. Na mesma data também foi criado o distrito de São José do Itavó.

Mesmo São José do Itavó, sendo maior que Aparecidinha do Oeste, nós conseguimos a transferência do centro que era Itacorá para Aparecidinha do Oeste. Nós fazíamos os convites para as pessoas que estavam sendo indenizadas para que viessem para cá, que se estabelecesse aqui, para que aqui crescesse e não ficasse muito pequeninho, escondido no canto do Lago. Mas não foi muita gente que veio, foi pouca. Nós conseguimos trazer o Banco

[18] Vale ressaltar que a estrutura não pertencia ao Colégio Nossa Senhora de Fátima e sim ao Grupo Escolar Gabriel de Lara, instituição de ensino do município de São Miguel do Iguaçu, pois ambos ocupavam o mesmo prédio de salas de aula.

Bradesco, o hospital e a maternidade Ventura de Itacorá, uns dois, três professores. Não foi muita gente que na época se mudou para Aparecidinha do Oeste. O resto foi embora daqui mesmo.

Lembro que, quando estava trabalhando na direção em Itacorá, muitos alunos começaram a pedir transferências para o Mato Grosso, praquela gleba Trivelato[19]. Uma cooperativa da região ofereceu umas propriedades nessa gleba para esses agricultores. Então, bastante gente foi pra lá. Mas não foi só pra Trivelato, foram para outras regiões também. Muitas famílias ou pelo menos uns 20% foi morar em Foz do Iguaçu; mais uns 5% foi morar em São Miguel do Iguaçu; outro tanto para Cascavel, entre outros lugares. Mas veio pouquinha gente para cá, não foi muito não, menos que para todas as outras localidades.

Voltar para fechar o colégio de Itacorá foi uma sensação engraçada, porque estive lá e conversei com os professores para que eles não fossem mais para lá, ficando apenas um funcionário deixado pelo município de São Miguel [do Iguaçu], uma zeladora, que cuidaria do colégio, pois haveria a demolição do prédio e a retirada dos materiais. Nós aqui não retiramos nada, não trouxemos nada de lá para o nosso distrito, tudo aquilo foi para a Secretaria de Educação de São Miguel [Iguaçu].

Responsabilizei-me pela parte que era de quinta à oitava. De primeira à quarta era outro diretor, a Clari Amorim[20]. O último dia de aula dos alunos foi uma sensação engraçada, porque todo mundo era curioso, queria conversar, queria expor as magoas, queria se expor a tudo e alguns até xingavam, diziam palavrões entre uma expressão: “Essa desgrama dessa vida, desse...”. Alguns estavam bem dispersos. Não estavam ruins, mas dispersos. Explicamos pra eles que seria assim mesmo, que a vida era cheia de surpresas. E os últimos oito alunos [de Oitava série] nós trouxemos para cá [Aparecidinha do Oeste] dali uma semana, pois fizemos a formatura e eles participaram, mas depois cada um foi pro seu lado.

Naquela época, eu tinha que trabalhar simultaneamente em Aparecidinha do Oeste e em Itacorá. Então, como as aulas de quinta à oitava série eram à noite, trabalhava o primeiro horário até o recreio em Aparecidinha [do Oeste] e depois se dirigia à Itacorá e completava o resto do período. Dividia meus horários. Muitas vezes, invertia dependendo das necessidades,

[19] Localizada na Região de Alta Floresta, Mato Grosso.

[20] Clari Terezinha Amorim, nascida 3º de Maio de 1955 em Caiçara, Noroeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com Santa Catarina. Foi moradora, aluna, professora e diretora em Itacorá. Estudou e trabalhou nos dois estabelecimentos de ensino do distrito: Grupo Escolar Gabriel de Lara e Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima. Foi a última diretora do Grupo Escolar antes de ser fechado em 1982 por causa da inundação causada pelo Lago de Itaipu. Atualmente é professora do curso de Geografia da UNIGUAÇU-FAESI – Faculdade de Ensino Superior de Foz do Iguaçu.

ia primeiro à Itacorá, ficava até o intervalo e depois vinha pra cá. É isso que a gente fazia toda a noite, mas dava conta.

Os alunos de Aparecidinha [do Oeste] eram mais cautelosos, mais calmos, porque eles tinham uma estabilidade residencial e tudo. Os de Itacorá eram mais agitados, porque eles tinham uma grande pendência, uma grande incógnita de onde eles iam morar, quando iam mudar, qual seria o futuro deles. Então, eles eram bem mais agitados, bem mais inseguros.

Em Itacorá, começou com uma quantia x de alunos e conforme a Itaipu ia pagando as famílias elas iam embora, e então ia reduzindo. Toda semana saia transferências, mas a maior parte ficou até o final do ano e depois pegou a transferência geral.

O valor da indenização pago pela Itaipu foi bom. No início, a Itaipu teve um pensamento de pagar x pela indenização, só que o valor ele era insuficiente, começou pagando devagar e atrasava muito os pagamentos, se espichava muito. Aí houve uma manifestação em Foz do Iguaçu que durou mais de uma semana, um protesto dos agricultores de todos os lindeiros[21]. A Itaipu foi pressionada, sob pena de não sair a Hidrelétrica, porque os agricultores não deixariam. Ninguém deixaria. Então, a Itaipu dobrou os valores e passou a pagar tudo o que existia na propriedade: pagava x pelo valor da terra nua, pagava em seguida a casa que você tinha, se você tivesse um galpão ela pagava, se você tivesse uma cerca ela pagava, se você tivesse uma pocilga ela pagava, se tivesse uma casinha de cachorro tinha o seu valor e era pago. Portanto, a propriedade dava mais ou menos 33% de acréscimo no valor da terra. Aí ficou muito bem pago, todo mundo ficou satisfeito. O valor era bom mesmo, bom mesmo. Eu não cheguei a receber nada, porque não tive alguma propriedade atingida pela inundação.

Tiveram algumas mobilizações em Itacorá durante alguns anos contra a Itaipu. Iniciou-se em Itacorá, mas os pesados foram feitos em Foz do Iguaçu, onde se tentou fechar a BR 277, se fechou a entrada pra Itaipu[22]. Inclusive eu participei dessas mobilizações.

---

[21] O termo lindeiros é usado para designar os municípios que ficam à beira do Lago de Itaipu.

[22] A mobilização na qual foi fechado o segundo trevo que dá acesso à Itaipu ocorreu no período de 17 de Março de 1981 a 9 de Maio de 1981. Esse trevo está localizado em Foz do Iguaçu, na BR 277, rodovia federal que liga o Porto de Paranaguá à Foz do Iguaçu e que tem seu término na Ponte da Amizade – que separa a cidade de Foz do Iguaçu no lado brasileiro de Ciudad del Este no lado paraguaio. Essa mobilização ocorreu em virtude dos problemas enfrentados pelos desapropriados que não recebiam o preço justo por suas terras e pelas decisões não acatadas pela Itaipu (MAZZAROLLO, 2003; SCHMITT, 2008). O Movimento Justiça e Terra como era conhecido, era presidido por agricultores, contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica e da Igreja Luterana, e decidiu tomar o Centro Executivo da Itaipu no dia 23 de Julho de 1980, após uma assembleia no município de Santa Helena. Porém a decisão final para a invasão do Centro ocorreu em Itacorá em outra assembleia entre os expropriados, um dia antes do início da ocupação. Juvêncio Mazzarolo, autor do livro *A Taipa da Injustiça*, participava desse movimento e afirma que a tomada do Centro Executivo da Itaipu não ocorreu em virtude da intervenção de militares no segundo trevo de acesso à Itaipu, sendo decidido

As mobilizações era uma movimentação, um aglomerado de gente e o pessoal queria conversar com a Itaipu e ela não se pronunciava, não marcava audiência e o pessoal ia chegando, ia fechando, não deixava a Itaipu trabalhar e ficava ali aquele aglomerado de gente que levava barraca, outro levava isso... Formavam-se acampamentos tipo invasão, tudo só na entrada, não chegamos a entrar na Itaipu não. Só na entrada da usina, no acesso a ela, no entroncamento da [BR] 277 que ia pra Itaipu antes da Ponte [da Amizade]. Eu mesmo fiquei lá dois, três dias ajudando...

Não teve nenhum problema de violência nessa mobilização, porque a Itaipu não peitou e não teve confronto. A reivindicação foi pacífica, era só uma pressão para que as coisas andassem para que a Itaipu se mobilizasse e resolvesse a questão. Muitas vezes, a Itaipu pegava a escritura de uma terra, calculava o valor e levava dois, três, quatro meses para pagar aquele proprietário[23]. Daí essas pessoas ficavam agoniadas, porque elas não podiam mais plantar, não tinham mais perspectiva de ficar ali. Queria ir embora, queriam procurar outras terras.

Trabalhando nos dois colégios deu para perceber que a estrutura era pequena e bem ociosa. Próximo à inundação, Aparecidinha do Oeste começou a crescer, a desenvolver, a chegar agricultores e a aumentar o número de alunos. Como diretor, mandei uma documentação pra Curitiba, por volta do ano de 1980, 1981. Nós tínhamos quatro salas de aula e nessa documentação pedimos mais quatro e outras dependências, como secretaria, pois era muito apertadinha, não cabiam as coisas. Nós fomos atendidos pelo governador do Estado na época e pelo Secretário Francisco Borsari Neto[24], que de prontamente, em seis meses, mandou uma empresa construir um colégio pra nós aqui com quatro salas de aula, saguão, secretaria, almoxarifado, tudo e que está aí até hoje. Agora dobrou o tamanho que tinha. Então, foi muito bom, foi uma alegria muito grande e foi um desenvolvimento.

Os materiais para as aulas também eram comprados pela direção. De quinta à oitava era comprado, tudo o que era consumido era comprado. Inclusive quando acabava o material

---

que esse seria o local de acampamento, pois era necessária a passagem por ele para chegar à Itaipu (Mazzarollo, 2003).

[23] Assim como o entrevistado, Juvêncio Mazzarollo (2003, p. 80)afirma que não houve violência em nenhum momento por parte dos integrantes do Movimento Justiça e Terra, mas não classifica o movimento como pacífico: "No entanto, apesar dos impulsos frequentemente manifestos nessa direção por parte de alguns desapropriados, o Movimento Justiça e Terra, bem como a fase que o precedeu, não registrou um só caso de agressão física – novidade cujo mérito fica com a persistência das igrejas e das lideranças em incentivar o povo a lutar por seus direitos sem violência e em clima de solidariedade. Nada teve de pacífico. Foi, sim, severamente conflituoso, mas não-violento".

[24] Nessa época, o governador era Ney Aminthas de Barros Braga e Francisco Borsari Neto ocupava o cargo de Secretário de Estado da Educação, da Cultura e Esportes.

se fazia campanha, promoções, bailes, festas. A APMF[25] fazia, juntamente com a direção, para ganhar fundos pra cobrir essas despesas. Se tivesse algum aluno carente que não podia comprar livros, o material ou ele precisasse de alguma coisa, a Associação dos Pais [e Mestres] junto com os professores e a direção comprava o material e dava para o aluno, mas não deixava que o aluno estudasse por falta de material. Era a oportunidade dele de continuar estudando.

Quanto à merenda, de primeira à quarta vinha um pouco do município e de quinta à oitava [série] não tinha merenda, cada um se virava do seu jeito. Houve muito pouca influência política no ensino daqui de Aparecidinha do Oeste e Itacorá. Apenas a direção e os professores faziam reuniões com os pais e não se tinha participação política.

Quando eu saí da direção [em 1981], não trabalhei mais com ensino. Não tive nenhuma participação na passagem da Escola Municipal Carlos Gomes para a Escola Estadual Costa e Silva, quando houve o desmembramento de primeira à quarta série para o município e de quinta à oitava para o Estado[26]. Depois que eu saí da direção eu parei com as aulas também e eu entrei na política: candidatei-me a vereador e exerci três mandatos. O primeiro mandato por São Miguel [Iguaçu], depois criamos o município e eu tive mais dois mandatos como vereador. Também trabalhei uma temporada na prefeitura municipal.

Para conseguir algum recurso para a educação, para as escolas das comunidades, antes da emancipação era difícil. Os recursos eram bem escassos, porque com o advento da Itaipu se comentava que teria royalties, mas nos primeiros anos, mesmo depois de alagado, os royalties não tinham sido regulamentados. O próprio município não tinha situação financeira para ajudar. Depois que nós emancipamos aqui [Itaipulândia][27], um ano depois, começaram a vir os *royalties* de Itaipu. Esse processo demorou mais tempo, porque no tratado de Itaipu dizia que teria uma compensação financeira pela área alagada, mas parou no tratado e precisava de uma Lei Federal que o regulamentasse[28]. Inclusive nós sempre saltamos e

---

[25] Associação de Pais, Mestres e Funcionários. É um órgão existente até hoje nos colégios da região onde há a participação de membros da escola e pais para, principalmente, ter uma proximidade maior entre o colégio e os pais, tendo como algumas funções auxiliar em questões referentes à escola como a promoção de eventos, criações de parcerias entre a escola e outros órgãos, controle de gastos feitos pelo colégio, entre outras funções.

[26] No ano de 1982, o município que era responsável pelo ensino da Escola Municipal Carlos Gomes, de primeira à oitava série do Ensino Fundamental, passou a cuidar apenas de primeira à quarta série e continuou com o mesmo nome. O ensino de quinta à oitava série passou a ser de responsabilidade do Estado e passou a se chamar Escola Estadual Costa e Silva. Porém, as duas continuaram atuando no mesmo prédio até 1993.

[27] A emancipação Político Administrativa de Itaipulândia ocorreu no dia 19 de março de 1992, por meio da Lei Estadual nº 9.908.

[28] Os *royalties* foram regulamentados pelo Decreto número de 11 de janeiro de 1991, que atribui "O cálculo e a distribuição mensal da compensação financeira decorrente do aproveitamento de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais, por quaisquer dos regimes previstos em lei, bem assim dos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Governo Brasileiro, estabelecidos pelo Tratado de Itaipu, seus anexos

ouvíamos muito pela imprensa, um deputado de Foz do Iguaçu, Tércio Albuquerque[29], que ajudou muito, que brigou muito por esses *royalties* também; Sérgio Spada[30] também brigou muito por isso.

Quando saiu a regulamentação, os *royalties* começaram a ser pagos e ajudou bastante a vida das escolas, inclusive porque o primeiro prefeito era professor e ele teve uma dedicação toda especial à educação[31]. Os colégios foram ampliados e construídos novos.

Posso dizer que a inundação de Itacorá ajudou um pouco, mas a princípio todo mundo tinha medo quando você falava em Itaipu, tinha um temor. Porque nós aqui ficaríamos num recanto e até não se tinha nenhuma solução para o caso. Foi casualmente que começamos a fazer uns cálculos e vimos que aqui poderia se tornar um município e se nós não criássemos o município, nós seríamos um recanto, que hoje estaria talvez 10% do que se tem, mais que isso não teria. Aí é que se começou um trabalho bem puxado pra emancipação e no qual deu certo. Nós só criamos o município porque ainda não tinha os *royalties*. Se os *royalties* fossem pagos bem no começo, o município sede pegaria o montante dos recursos e jamais admitiria desmembrar alguma parte. E também, ninguém sabia o montante e nem imaginava que seria tanto, todo mundo achava que seria uma coisa meia que simbólica. Tanto é que, com esse dinheiro, Itaipulândia teve a maior renda *per capita* do Brasil[32].

Por toda essa nossa passagem no ensino aqui da região, pela participação, por ter se colocado no lugar do aluno quando estava na direção, sentindo o que ele sentia, eu acho que vai dar grande a coisa para você analisar.

---

e documentos interpretativos subsequentes". Os *royalties* são distribuídos da seguinte maneira: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais. Do que é repassado aos municípios 85% do valor são para os municípios diretamente atingidos, recebendo de forma proporcional à área atingida. O seu pagamento foi aceito antes da emancipação do município. Então, esse crescimento do qual fala o entrevistado, começou na década de 1990, nos anos próximos à emancipação.

[29] Tércio Albuquerque foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Foz do Iguaçu e prefeito nos anos de 1973 e 1974. Também foi Deputado Estadual do Paraná em 1978 e 1982, diretor administrativo da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural do Paraná (FATR), Diretor administrativo da Centrais Elétricas Sul do Brasil (ELETROSUL), diretor de coordenação e administrativo da Itaipu Binacional, entre outros cargos.

[30] Sérgio Spada é nascido em 14 de Dezembro de 1954 e foi eleito vereador por Foz do Iguaçu de 1977 à 1983, Deputado Estadual do Paraná de 1983-1987, Deputado Federal de 1987-1991 e de 1993-1995. Na ocasião que era Deputado Federal defendeu para que o direito dos royalties da Itaipu ficasse na região, segundo Quadra (2012).

[31] O primeiro prefeito foi Lotário Oto Knob, entrevistado desta pesquisa, professor de Matemática por alguns anos da década de 1980 e professor de História até os dias atuais..

[32] Mais informações sobre esse dado estão no capítulo anterior.

CAPÍTULO 4

O TESOURO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISES

4.1 Como apreciar o tesouro

Após seguir as nossas pistas, encontramos um tesouro. Como apresentamos, nossa busca foi tortuosa, composta de idas e vindas, até chegarmos ao ponto que podemos admirar a nossa riqueza e olhar com muita calma para cada uma das peças.

Para que esse tesouro, composto de entrevistas orais, documentos oficiais, referenciais bibliográficos e fotografias, não fique sem sentido, devemos atribuir significado ao que obtemos. A nossa constituição como pesquisador em Educação Matemática se dá não apenas na recolha de evidências até chegar a um tesouro, mas na construção de um movimento de análise dos nossos dados, para que, então, eles se constituam como um tesouro para nós. Assim, na busca de uma atribuição de significados para os nossos dados faremos o que Martins-Salandim (2012) chama de *análise de convergências*.

A análise de convergências ocorre não apenas ao pensarmos nos pontos comuns que encontramos em nossas evidências, mas também naqueles pontos contrastantes em relação aos demais, e que fazem com que analisemos de uma forma diferenciada, em uma busca por respostas ou versões que nos ajudem a compreender o porquê foi dito.

> Ainda que considerando o conjunto dos depoimentos coletados, nossa intenção neste texto não é compará-los, mas explicitar nossas percepções sobre nosso objeto de estudo a partir destas narrativas e de toda a pluralidade de recursos que, também enraizados nas narrativas, pudemos mobilizar (MARTINS-SALANDIM, 2012, p. 310).

Tendo as entrevistas como disparadoras de perspectivas, elaboramos duas *categorias de análise*. Nelas, apresentamos grupos de características comuns às entrevistas, utilizando também outros referenciais para construir os significados do tesouro.

Na primeira categoria de análise, intitulada “Sobre a Educação em Itaipulândia”, esboçamos como a educação se constituiu nesse município. Assim, ressaltamos os traços de como a escolarização foi se desenvolvendo na região Oeste do Paraná, pois essas características aconteceram no início da educação itaipulandiense. Além disso, é de interesse fazer apontamentos da educação em São José do Itavó, Itacorá e Aparecidinha do Oeste para perceber como a escola se constituiu nesses locais, e os entraves enfrentados ao longo de sua

existência. Portanto, perceber os reflexos da colonização local e dos momentos anteriores e posteriores à formação do Lago de Itaipu nos ajuda a compreender como a educação se consolidou nesses locais. Para finalizar essa parte, também fazemos uma reflexão de como é a educação atualmente em Itaipulândia, fazendo uma breve exploração de seu *status* atual.

Na segunda categoria chamada de "O processo de formação de professores (de Matemática)", fazemos uma reflexão de como se deu o processo de formação dos professores. Inicialmente, tínhamos em mente apenas os professores de Matemática, mas ao entrevistar docentes de outras disciplinas ou que há muito tempo não atuam mais com Matemática, percebemos que faríamos uma análise de um processo mais amplo de formação. Assim, notamos que o tesouro era de uma grande riqueza, pois podemos olhar para vários processos formativos de professores.

Dessa maneira, analisamos as políticas governamentais para a formação dos professores desde a década de 1960 aos meados da década de 1980, discorrendo sobre os cursos técnicos, a formação em seminários, os cursos de Esquema I e II e o projeto Logos II. Além disso, tratamos sobre o processo de formação dos professores de Matemática em Ijuí (RS), em Umuarama (PR) e em Cascavel (PR), ressaltando os aspectos migratórios dos professores que lecionaram em Itaipulândia, bem como o processo de aumento na busca de uma formação mínima exigida por lei.

4.2 Sobre a Educação em Itaipulândia

A educação em Itaipulândia passou por dois extremos: um período de grande pobreza, sem recursos, sem apoio governamental e até mesmo sem estrutura para funcionar; e um de muitos recursos, com uma estrutura de "dar inveja" e gerar preocupação das lideranças políticas com essa situação.

Nos primeiros anos da colonização do território de Itaipulândia[33], os novos moradores vieram com a esperança de um recomeço, para ocupar o local tornando-o perfeito para a sua família e para as futuras gerações. Contudo, ao chegarem, depararam-se com uma grande quantidade de matas, precisando partir do zero, ou seja, construir tudo o que fosse necessário para sobrevivência. Após o início difícil para todos os novos moradores, foram formados povoados que deram origem às localidades, aos distritos e à sede do município de Itaipulândia. Porém, como ressaltamos anteriormente, não havia auxílio governamental –

[33] A partir desse momento trataremos de Itaipulândia como município, mesmo antes de ele estar emancipado em 1993.

tanto do município sede, do Estado ou da Nação – para que as condições mínimas fossem instaladas. Dessa forma, foram criadas as escolas municipais, porém, sem auxílio do poder público, contando apenas com a força dos moradores do lugar.

Essa característica não era própria de Itaipulândia, mas sim de todo o Oeste paranaense. Para exemplificar, voltaremos aos anos da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, momento em que se inicia a colonização de Itaipulândia.

No final do século XIX e início do século XX, a escolarização era feita da forma "instrução sem instituição" (EMER, 1991), ou seja, os filhos de quem podia pagar para estudar (os donos dos *obrages*, os comerciantes, os funcionários públicos, entre outros) ficavam com professores particulares que possuíam formação mínima para lecionar. Essa forma de ensino perdurou em Foz do Iguaçu até 1915 quando a Prefeitura Municipal criou e manteve uma casa escolar (EMER, 1991), ou seja, um estabelecimento de ensino que ampliava o atendimento e exigia do professor uma capacitação melhor.

Nos anos que se passaram, foram criadas outras casas escolares de ensino primário em Foz do Iguaçu, porém ela continuava sendo para poucos, pois apenas poderiam ter alunos do sexo masculino, e as famílias mais carentes não tinham acesso para os seus filhos (SBARDELOTTO, 2011).

Apenas nos primeiros anos da década de 1920 é que foi criada a primeira instituição de ensino primário mantida pelo Estado em Foz do Iguaçu e, consequentemente, a primeira do Oeste paranaense. Esse grupo escolar, que mais tarde viria a se tornar o Grupo Escolar[34] Bartholomeu Mitre – escola existente até hoje em Foz do Iguaçu – foi uma parceria entre o governo estadual e a Igreja Católica (SBARDELOTTO, 2011).

Nos anos seguintes, foram instaladas outras escolas na região Oeste do Paraná, porém concentrando sempre em Foz do Iguaçu. Todavia, com o grande número de estrangeiros vivendo na região, as escolas eram afetadas até mesmo na língua usada para ensinar, além de terem uma condição precária (SBARDELOTTO, 2011).

Com a chegada da frente sulista, nas décadas de 1940 e 1950, a situação das escolas não mudou muito. Elas continuaram não recebendo ajuda do poder público, e ainda assim, mais escolas foram criadas em localidades ocupadas pelos imigrantes.

[34] "No território brasileiro os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas. Os grupos escolares foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular" (LAGE, 2006).

> Na época da ampla colonização, os colonos que migraram para o Oeste do Paraná trouxeram consigo a disposição para o trabalho, suas experiências de vida, sua visão de mundo e seu apreço pela escola. A questão da escolarização de seus filhos envolvia aspectos etnoculturais dos quais não abriam mão. Mesmo que tenha sido por um curto período, os colonos construíram sua escola, a eles semelhante e ao seu serviço (EMER, 1991, p. 6).

As escolas eram mantidas graças ao apoio da comunidade: conseguia-se um lugar para instalá-la, principalmente em igrejas ou em capelas, ou construía-se um prédio com poucas salas de aula (na maioria dos casos, era apenas uma); havia a organização da instituição de ensino e também o seu sustento, carregando as características dos países de origem dos colonizadores (EMER, 1991). Dessa forma, em vários municípios da região foram instaladas essas escolas primárias.

Outra prática existente na região era a intervenção das empresas colonizadoras na criação de escolas, pois "A existência de escola ou a perspectiva de sua imediata instalação constituía-se em um dos itens preponderantes, entre outros, para aquisição de terras por colonos do sul premidos a migrar pelas condições estruturais" (EMER, 1991, p. 228). Assim, essa prática fez parte do início da escolarização de Santa Helena, município localizado na região Oeste do Paraná:

> A principal colonizadora de Santa Helena reservou e planejou a área urbana e aí foi instalada a primeira escola oficial, o grupo escolar estadual. Apenas após a emancipação do município foram criadas as escolas municipais rurais, grande parte delas no mesmo local onde já existia a escola de travessão[35] dos colonos. O município construía a escolinha rural ao lado da capela do travessão, assumindo a responsabilidade pela manutenção e pelo pagamento da professora (EMER, 1991, p. 228).

Algo semelhante aconteceu em Guaíra, em 1942, quando foi criada uma casa escolar de responsabilidade de manutenção da empresa colonizadora Mate Laranjeira. Já em Cascavel, a capela passou a ser utilizada para a primeira escola em 1932, que segundo Emer (1991, p. 236), era "[...] uma casa escolar sem ato oficial", mantida pela população local e com professores que tinham outras ocupações.

Assim, a escolarização foi se estabelecendo na região Oeste do Paraná partindo de iniciativas dos próprios moradores, que viam a necessidade da criação de uma escola, mesmo que apenas de nível primário, para que seus filhos tivessem algum tipo de instrução. Além disso, o professor era vinculado à comunidade, sendo, geralmente, o filho de um colono ou de algum comerciante.

[35] Travessão era o espaço reservado pelas colonizadoras para construir estradas que ligassem as propriedades. Assim, as escolas e capelas eram construídas em pontos estratégicos que facilitassem o deslocamento de todos.

Por muito tempo, as escolas e os professores eram mantidos pelas comunidades, algo que mudou conforme os locais se desenvolviam. De acordo com o trabalho de Emer (1991), o poder público iniciava com o pagamento do trabalho do professor e após algum tempo começava a manter a escola, transformando as casas escolares, na maioria dos casos, em grupos escolares, pois "A criação dos grupos escolares estaduais mantém uma relação com o desenvolvimento material das localidades. Os grupos escolares estaduais só foram criados junto ou em períodos anteriores próximos à criação de novos municípios na década de 1950" (EMER, 1991, p. 240-241).

Seguindo o modelo de colonização da região, Itaipulândia passa a ser colonizada na década de 1960. Da mesma forma que nos locais já colonizados, começa a construção das primeiras escolas primárias itaipulandienses, contando com o envolvimento de seus moradores. Conforme Scarpato e Böhm (2006), a primeira instituição de ensino criada no que hoje é Itaipulândia foi em 1963: a Escola São Luiz, localizada em Itacorá. Anos mais tarde, esta escola passou a se chamar Grupo Escolar Gabriel de Lara.

Na década de 1960, Itacorá e as demais localidades da região faziam parte do recém-criado município de São Miguel do Iguaçu, que não contava com muitos recursos financeiros. Assim como Emer (1991) afirma, as primeiras escolas em toda região, inclusive em Itaipulândia, eram construídas com a ajuda de serrarias que doavam madeira para que as pessoas da localidade erguessem o prédio numa ação coletiva. Depois disso, o município assumia a responsabilidade de manter a escola, fornecendo material escolar e pagando o professor.

Percebemos que essa prática de instalação de escolas por parte das comunidades, talvez tenha sido consequência de uma política intencional, tanto do governo municipal como do governo estadual, ao atrair imigrantes de regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que já possuíam um bom contingente populacional. Como os novos colonos já possuíam escolas instaladas nos seus locais de origem e com o hábito do estudo fazendo parte da rotina de seus filhos, esperava-se que, ao se mudarem para uma região em que faltavam muitas coisas, fizessem o lugar prosperar não apenas economicamente, mas trazendo outros benefícios e hábitos, como, no caso, a instalação de escolas.

Seguindo o exemplo de Itacorá, outras pequenas localidades foram se organizando e construindo suas escolas. Por não contar com ajuda municipal ou estadual, o funcionamento desses estabelecimentos escolares era ilegal, em um primeiro momento, pois eram sem registro e improvisados, servindo até mesmo de capela e o inverso também ocorrendo (SCARPATO E BÖHM, 2006).

> O Estado brasileiro relutava em assumir o compromisso com a educação onde o serviço público já se fazia presente. Muito mais complicado era o Estado estender a escola nas áreas rurais e especialmente nas áreas afastadas de colonização europeia. Ao mesmo tempo que os imigrantes construíam a infraestrutura de sobrevivência enquanto colonos, construíam também sua escola; escolhiam, dentre o grupo colonial, seu professor. Construída a escola e escolhido o professor, o grupo colonial reunido definia o currículo escolar, isto é, o que desejavam que a escola ensinasse a seus filhos. A escola era realmente deles e produzia conhecimentos de seu interesse e na sua ótica de percepção e interpretação do mundo, isto é, uma escola a serviço do grupo colonial (EMER, 1991, p. 244).

A construção de uma escola envolvia praticamente toda a comunidade. Poucos eram os recursos, então as escolas precisavam da ajuda dos moradores para continuar com as atividades. No entanto, essa não era a única dificuldade encontrada, mas a falta de professores, raros em Itaipulândia. Dessa forma, era necessário colocar outra pessoa:

> Na época a escolaridade exigida para os professores era mínima, pois praticamente não existiam profissionais qualificados para atender a demanda escolar. O professor geralmente era indicado pelos próprios pais e ingressava na profissão, sem prévia preparação e avaliação de conhecimento. Muitas vezes o professor havia cursado apenas o primário (1ª a 4ª série) e assumia uma escola. Em outras situações havia estudado somente algumas séries do ginásio (SCARPATO & BÖHN, 2006, p. 97).

Esse professor que assumia o ensino na escola tinha uma importância para a comunidade e a ele era atribuído um grande valor:

> O professor na escola dos colonos era escolhido pela comunidade colonial que tinha construído a escola para seus filhos. Essa escolha envolvia uma série de questões importantes para o próprio grupo; afinal, seria a quem confiariam seus filhos para formar homens e mulheres nas suas perspectivas de vida. […] Dentre os critérios […] ficam evidentes o saber; a responsabilidade, entendida como dar aulas mesmo, todos os dias e no horário, ensinar tudo o que soubessem; autoridade, não só no sentido de se fazer obedecer, mas no sentido moral, de se fazer respeitar pela própria respeitabilidade pessoal; e, 'ser de bem', conceito que incluía conduta social considerada adequada, exemplar, envolvendo aspectos éticos-religiosos, frequentar a igreja, ter bons modos nos encontros sociais da comunidade. Escolhido, o professor era praticamente 'intimado' pelo grupo colonial a prestar serviços na escola. Dificilmente conseguia furtar-se à responsabilidade atribuída pelo grupo. Por outro lado, ser escolhido professor, receber a incumbência de ensinar e educar representava receber um diploma de 'cidadão de primeira classe', merecedor da confiança do grupo social. De fato, assim passava a ser tratado pelo núcleo colonial; como alguém especial para cada uma das famílias. Um cidadão raro, difícil de ser encontrado e, quando encontrado, não podia ser desperdiçado (EMER, 1991, p. 254-255).

Como percebemos em nossas entrevistas, pioneiros na educação como no caso de Guido Miranda e Derseu de Paula, ou começando a atuar após a escola estar constituída, como no caso dos demais entrevistados, o professor sempre foi uma "figura de respeito" na comunidade de Itaipulândia. Ele representava uma figura modelo, envolvido com várias

atividades locais, que iam desde a atuação política de representatividade da comunidade (Derseu de Paula, João Kazmirczak, Lotário Knob e José Griebeler), à participação em associações comunitárias (Cecília Moretto), à colaboração na igreja (Nelson Domingues), entre outros.

Várias escolas foram sendo instaladas nas localidades de Itaipulândia seguindo o processo de construção pela comunidade e de escolha de seus professores, como podemos perceber no quadro abaixo (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 96) e nas figuras 17 – 19:

Quadro 4: Escolas de Itaipulândia: localidade de sua instalação e os anos de funcionamento.

Escola	**Localidade**	**Anos de Funcionamento**
Gabriel de Lara	Itacorá	1963/1981
Almirante Barroso	Apolo – Lageado do Cedro	1963-1996
Carlos Gomes	Aparecidinha do Oeste	1964/Dias atuais
Silva Jardim	Inhuverá	1966/1981
João Lorini (Pareci)	Santa Inês	1966/Dias atuais
Osvaldo Cruz	Araticum/Copel	1966/1980
Osvaldo Aranha	Lusitânia	1966/1981
José Bonifácio	Cristo Rei	1966/1995
D'João VI	Esquina Gaúcha	1966/1996
Olavo Bilac	Aratinga (Machadinho)	1967/1979
Mateus Leme	Lindamar	1967/1993
Frei Henrique	Buritama	1967/1981
Campos Sales	Diolândia	1967/1978
Rondônia	São José do Itavó	1967/Dias atuais
D'João Bosco	Sol de Maio	1968/1985
Cruz Machado	Jacutinga	1968/1996
Darci Vargas	Buriti	1969/1993
Iria Correia	Guaraci	1971/1991
Presidente Zacarias	Olinda	1971/1980
Nossa Senhora de Fátima	Itacorá	1971/1980
Maria Montessori	Butiá	1972/1980
Marcílio Dias	Moema	1972/1980
Júlia W. Petrich	Curió (Botafogo)	1972/1994

Emília Menezes	Caturetã	1972/1980
Dona Leopoldina	Caramuru	1972/Dias atuais
Bento Mussurunga	Ingá	1973/1979
Helen Keller	Dorados	1974/1981
Cecília Meireles	Juraci (Fazenda Apolo)	1974/1976
Pedro V. P. de Souza	São Roque	1975/1978
Anísio Teixeira	Fazenda Adolfo Ghellere	1976/1979
José do Patrocínio	Fazenda Carlota	1977/1979
Marechal Candido Rondon	Ponte Ocoí	1977/1981

Fonte: SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 96.

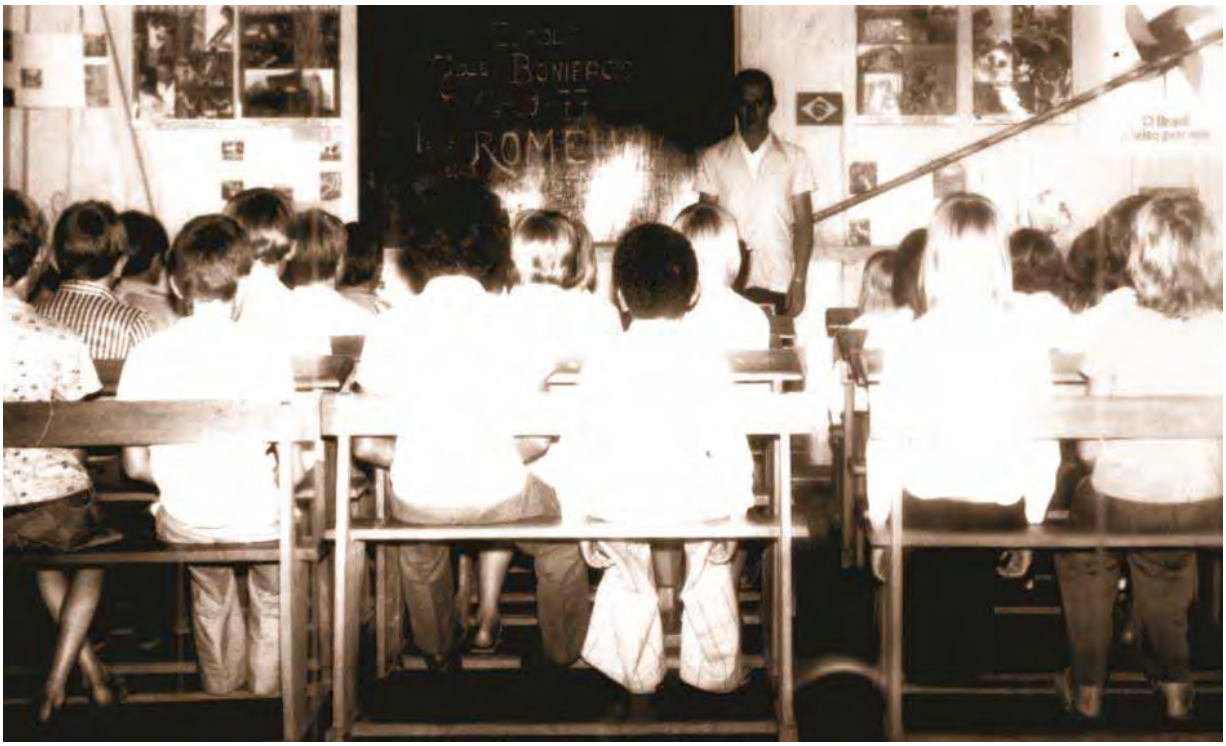
FIGURA 18: Escola Municipal Carlos Gomes durante a década de 1970.

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 19: Escola D. João Bosco de Sol de Maio durante a década de 1960.

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

FIGURA 20: Interior da Escola José Bonifácio em Cristo Rei – Professor Romeu Manteufel – 16 de agosto de 1977.



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

A implantação de escolas primárias foi ocorrendo ao longo da década de 1960 e meados da década de 1970. Nesse período, a população aumentou e muitos estabelecimentos de ensino foram criados em virtude da distância entre as comunidades, devido ao difícil acesso entre elas. Assim, cada comunidade precisava ter sua própria escola. Como retrata o professor José Griebeler em sua entrevista, as condições de ensino para o professor, daquela época eram mínimas, sendo que até mesmo o salário não era pago pelo município de São Miguel do Iguaçu, que era o responsável pela escola.

Na maioria dos casos, as escolas iniciavam apenas com a primeira série do ensino primário, e no ano seguinte criavam a segunda série, e assim sucessivamente, até completar os quatro primeiros anos[36]. Vale ressaltar que em muitas dessas escolas, as salas eram multisseriadas e continuaram suas atividades dessa maneira por vários anos, algumas delas até a década de 1990.

Segundo Scarpato e Böhm (2006), os professores das escolas multisseriadas eram os responsáveis pela limpeza da escola, manutenção das hortas e do preparo da merenda. Além disso, os alunos tinham aulas aos sábados e após o recreio todos contribuíam com a limpeza: as meninas cuidavam das dependências da escola e os meninos do pátio e da horta.

Muitas das escolas instaladas nas localidades do interior de Itaipulândia atendiam os alunos em até três turnos, pois não existiam salas de aula suficientes para suprir a demanda de estudantes (SCARPATO E BÖHM, 2006). Assim, a escola funcionava das 7h30min às 11h no primeiro turno, das 11h às 14h30min no segundo turno e das 14h30min às 18h no terceiro turno.

A população aumentava e, consequentemente, o número de matrículas nas escolas também. Em 1970 foram matriculados 1450 alunos de primeira a quarta séries em Itacorá. Após cinco anos, esse número aumentou para 3440 matrículas (SCARPATO E BÖHM, 2006). Após terminarem o ensino primário, muitos alunos não permaneciam na escola, pois não existiam turmas do nível ginasial[37] em Itacorá ou nas demais localidades. Com isso, tornou-se necessária a criação do ensino ginasial no distrito.

Esse nível de ensino começou a se expandir na região na década de 1960. As primeiras escolas Normais Regionais, que possuíam o ensino ginasial, foram criadas na década de 1950, sendo que algumas delas funcionavam como internato para a formação dos filhos dos colonos

[36] Segundo a Lei 4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional desse período, o ensino primário abrangia as quatro primeiras séries, sendo antes do ensino ginasial. Comparado aos dias atuais, seria equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental.

[37] Conforme a mesma Lei da nota anterior, o ensino ginasial abrangia as quatro séries após o ensino primário. Essa lei continuou em vigor até 1971, com a aprovação da Lei 5692/71 que extinguiu o ensino ginasial e primário, transformando-o em ensino de primeiro grau, as oito primeiras séries.

(EMER, 1991). Assim, existiam as escolas Normais Regionais de Foz do Iguaçu, criada em 1951; a de Marechal Cândido Rondon, criada em 1958; e a de Cascavel, criada em 1959. Começaram também a surgir colégios vinculados à igreja, como os Maristas[38], Lassalistas[39] e Franciscanos[40]. Além dessas, segundo Emer (1991), surgiram outras instituições escolares a nível ginasial ao longo da década de 1960, sendo algumas sob a autarquia do Governo Estadual.

Como o acesso para os moradores das localidades de Itaipulândia para essas escolas dos outros municípios era difícil, muitos paravam os estudos ao completar o ensino primário, sem prestar o Exame de Admissão[41]. Com isso, visto que havia uma demanda de alunos, o ensino ginasial passou a ser ofertado, também, em Itacorá em 1971 com a instalação do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima.

Segundo o relato de Derseu de Paula, em 1970, quando se mudou para Itacorá, logo instalou no local um escritório de contabilidade, o primeiro dessa região, o que significava, para a população local que ele possuía "algum estudo" e que poderia ajudar na criação de uma escola de nível ginasial. Dessa maneira, muitos moradores, tanto de Itacorá como de outras comunidades, o procuraram para que ajudasse na abertura de uma escola desse nível, pois eram poucos os habitantes da região com o ensino ginasial completo. Uma das pessoas que procurou Derseu foi João Kazmirczak, morador de Aparecidinha do Oeste e uma das lideranças que pleiteava a implantação do curso ginasial em Itacorá.

Ao procurar a sede do município, São Miguel do Iguaçu, o resultado não foi positivo. Uma das alternativas encontradas, como nos descreveu João Kazmirczak, foi conversar com escolas do município vizinho, Santa Helena, em virtude da proximidade com Itacorá. Nesse caso, a resposta foi positiva e havia o interesse da instalação de uma escola ginasial, com sede em Santa Helena, sendo até mesmo realizado o Exame Admissional para que as atividades fossem iniciadas. Porém, ao tomar conhecimento do envolvimento com a cidade vizinha, São Miguel do Iguaçu propôs que o estabelecimento criado tivesse algum vínculo com o

[38] O Instituto Marista foi criada em 1817 na França e é voltado para a educação em todos os níveis. A atuação no Brasil iniciou-se em 1897. Na região Oeste do Paraná existe o Colégio Marista de Cascavel.

[39] A rede de escolas La Salle é baseada na filosofia de São João Batista de La Salle, sacerdote francês que viveu entre 1651 e 1719. Ela atua no Brasil desde 1907 e atualmente possui escola em Toledo.

[40] No caso, um desses colégios é o Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima de São Miguel do Iguaçu criado em 1964 e que a partir de 1971começou a atender em Itacorá com uma extensão.

[41] O Exame de Admissão ao Ginásio foi estabelecido por meio do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931. Nesse período, o ensino era dividido em ensino primário e secundário. O ensino primário era um ciclo de quatro séries. Após o aluno concluir esse primeiro nível, ele realizava o Exame de Admissão no curso secundário, o qual era dividido em: um ciclo chamado de "secundário fundamental" com cinco anos de duração, seguido de um ciclo de dois anos, chamado de "curso complementar", subdividido em três especialidades: Engenharia e Agronomia; Medicina, Odontologia, Farmácia Veterinária; e Direito.

município e não com de o Santa Helena, surgindo o nome do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima como opção para a criação de uma extensão em Itacorá.

O Colégio Nossa Senhora de Fátima era uma instituição particular de ensino, comandado por freiras franciscanas e que tinha sua sede em São Miguel do Iguaçu, criada em 1964 e que funciona até os dias atuais. Caracterizado por ter um ensino rígido, como citado por Derseu de Paula e Guido Miranda, as freiras estavam receosas em abrir uma extensão do Colégio em Itacorá. Porém, quando Derseu de Paula confirmou a presença de um ex-seminarista, Guido Miranda, como um dos professores, elas aceitaram a abertura do colégio. Assim, em 1971, sob a direção de Derseu de Paula, o Colégio Nossa Senhora de Fátima começou as suas atividades no período noturno, utilizando a mesma estrutura predial do Grupo Escolar Gabriel de Lara e cobrando uma mensalidade dos alunos, que serviria para pagar os salários dos professores[42].

As séries do ensino ginasial foram sendo instaladas gradativamente[43]. Nos anos seguintes, o colégio foi atraindo cada vez mais alunos. Nos anos que esteve instalado passou por muitas dificuldades, como a falta de energia elétrica – que só foi resolvida ao usar uma extensão de uma serralheria próxima – e falta de recursos. Para aliviar esse último problema, vários eventos eram realizados para angariar fundos para o colégio, como nos disse Derseu de Paula.

As irmãs franciscanas, embora responsáveis pelo estabelecimento, não contribuíam financeiramente para a manutenção do mesmo, nem com a contratação de professores, que era feita pelo diretor Derseu de Paula por meio de contatos com conhecidos no Rio Grande do Sul.

Durante os seus anos de funcionamento, o Colégio Nossa Senhora de Fátima contou com o auxílio do Batalhão do Exército instalado em Itacorá. Os militares ajudavam ministrando disciplinas, como Moral e Cívica, ou em desfiles de Sete de Setembro ao ensinarem os alunos a marchar e a terem postura na Ordem Unida. Além disso, alguns militares eram alunos.

As noções de civismo eram amplamente divulgadas entre os alunos, existindo várias formas de representação e um constante incentivo a eles. Os desfiles cívicos eram uma forma

[42] Nas entrevistas houve controvérsias em relação ao valor pago de mensalidade. Para João Kazmirczak, aluno nos seus primeiros anos de funcionamento e diretor da escola nos seus últimos anos, o valor pago era muito alto, comparado com a mensalidade de um curso de uma faculdade particular. Já Derseu de Paula e Guido Miranda, falam que o valor pago era baixo, mas que mesmo assim nem todos tinham condições para pagar.

[43] Vale ressaltar que a partir de 1971 (o ano de instalação do Colégio Nossa Senhora de Fátima em Itacorá), o ensino no Brasil passou a ser regido pela Lei 5692/71. Porém, a Lei é instaurada gradativamente, por isso nos primeiros anos de funcionamento da escola em Itacorá o ensino é chamado de ginasial.

de “[...] demonstração à população dos valores que estavam sendo trabalhados em sala de aula e que dessa forma atingiriam uma grande massa, ou seja, do micro contexto da escola era direcionado e demonstrado ao macro de uma sociedade, em uma nova ordem: a republicana” (STRUJAK; ZANLORENZI, 2012, p. 2199). Assim, nesses desfiles havia mostras de agradecimento em relação às benfeitorias feitas à comunidade; às conquistas pessoais dos habitantes, que mostravam como o local prosperava, por exemplo, quando algum agricultor adquiria algum trator ou colheitadeira; e, principalmente, as mostras ao amor à pátria (Figura 20).

FIGURA 21: Alunos do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima em desfile cívico em Itacorá.

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Por sete anos, o único estabelecimento de ensino com as séries finais do primeiro grau (o antigo ginásio e o atual ciclo II do ensino fundamental) de Itaipulândia era o Colégio Nossa Senhora de Fátima. Em 1978, outras duas escolas passaram a atender as quintas séries: Carlos Gomes (Figura 22), em Aparecidinha do Oeste, e Rondônia, em São José do Itavó. Isso ocorreu devido o desenvolvimento nos dois lugares, enquanto que a população de Itacorá começava a diminuir em virtude de sua futura inundação, que ocorreria com a formação do Lago de Itaipu e com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná.

FIGURA 22: A Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste.

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Para o início do funcionamento das outras séries do ensino de primeiro grau nessas localidades, não foi realizada a consulta sobre a quantidade de professores para lecionar, pois em virtude do fim de Itacorá seriam necessárias outras escolas para suprir a demanda da região.

Em Aparecidinha do Oeste, a Escola Municipal Carlos Gomes, quando iniciou suas atividades com a quinta série, contava com o diretor Clausio Lüdke. Da mesma forma como em Itacorá, as séries foram implantadas gradativamente, sendo que em 1979, um dos entrevistados da pesquisa, João Kazmirczak, assume a direção. O diretor era encarregado de cuidar tanto das turmas de primeira à quarta série, como das restantes.

As dificuldades eram grandes, tanto para manter a escola quanto para conseguir professores em Aparecidinha do Oeste, pois eram poucos os habilitados para trabalhar. Para conseguir recursos financeiros, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) realizava eventos. Já em São José do Itavó, o diretor da Escola Municipal Rondônia, José Lemes, enfrentava muitas dificuldades, como nos relatou Oneide Patrício, pois a escola era a que atendia aos alunos mais carentes, comparados com os de outras localidades. A maioria dos alunos eram filhos de lavradores, que trabalhavam nas plantações de hortelã e de algodão. A condição econômica dos alunos era péssima e a escola por muitos anos passou por

dificuldades. Na entrevista da professora Oneide Patrício, percebemos alguns aspectos relacionados à dificuldade em conseguir merenda para os alunos, pois o governo municipal não fazia o repasse, sendo que a refeição na escola seria uma das principais dos alunos.

Em todas essas escolas, nos seus primeiros anos de funcionamento, os alunos eram de uma faixa etária mais velha que a idade escolar "normal". Isso se dava pelo fato de, por muitos anos, não ter existido o estudo do nível de primeiro grau completo em Itaipulândia. Além disso, as escolas de quinta à oitava série, mesmo sendo municipais, eram pagas, conforme nos falou João Kazmirczak.

Com a aproximação da formação do Lago de Itaipu o contexto educacional de várias localidades sofreu alterações, pois elas seriam inundadas ou parcialmente atingidas. Assim, várias pequenas escolas começaram a ser fechadas nas áreas que seriam totalmente inundadas, pois cada vez menos alunos as frequentavam e as suas famílias começavam a procurar outros lugares para se instalarem. Além disso, em localidades como Sol de Maio, que teve uma grande área atingida pelo Lago de Itaipu, a escola funcionou apenas até 1985, pois ficou isolada e com pouquíssimos moradores, o que dificultava sua manutenção.

Como o distrito de Itacorá também seria atingido, a situação de suas escolas ficou bastante complicada no começo da década de 1980, em virtude da grande quantidade de transferências dadas aos alunos que se mudariam para outros lugares, por causa da formação do Lago de Itaipu. Com isso, o Colégio Nossa Senhora de Fátima deixa de atender no Distrito em 1981, pois a quantidade de alunos diminuiu consideravelmente. Assim, para não deixar a sua população sem ter a oportunidade de estudar, o município de São Miguel do Iguaçu assume o ensino de quinta à oitava série, criando em Itacorá uma extensão da Escola Municipal Carlos Gomes que atendia em Aparecidinha do Oeste e que tinha como diretor, naquela época, João Kazmirczak e contava com os professores Guido Miranda e José Griebeler.

Como relatado em sua entrevista, João se deslocava, em alguns dias da semana, para atender a escola de Itacorá, contando com professores que trabalhavam tanto em Aparecidinha do Oeste como os que já trabalhavam naquele distrito, como era o caso de Guido Miranda.

Durante o ano de 1981, o principal trabalho do diretor João Kazmirczak foi o de assinar a transferência dos alunos que se mudariam para várias regiões distintas: Norte do Brasil, Mato Grosso, outras regiões do Paraná e até para outras localidades que hoje fazem parte de Itaipulândia. Segundo João, muitos alunos estavam desconsolados e indignados com o que iria acontecer e até mesmo não sabiam para onde iriam.

No final de 1981, as atividades da extensão da Escola Municipal Carlos Gomes de Itacorá foi encerrada, assim como do Grupo Escolar Gabriel de Lara. Os alunos da última turma de oitava série fizeram a formatura em conjunto com os alunos da primeira turma de oitava série da escola matriz em Aparecidinha do Oeste (Figura 23). Esse foi o último ato de João como diretor da escola e uma de suas últimas participações diretas no ensino de Itaipulândia.

FIGURA 23: Formatura dos alunos da última turma de oitava série de Itacorá e da primeira turma da Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste, em 1981.

Fonte: acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Em São José do Itavó, a situação também estava complicada em virtude da formação do Lago de Itaipu. Por ter boa parte de suas terras produtivas atingidas, muitos alunos tiveram que deixar a escola para ir a outras regiões. Além disso, após a formação do Lago de Itaipu, o isolamento do, então, distrito fez com que sua população diminuísse drasticamente, assim como o número de alunos, como aponta a entrevistada Oneide Patrício.

Muitos professores que atuavam em Itacorá foram trabalhar em Aparecidinha do Oeste e permaneceram por alguns anos, como foi o caso de Guido Miranda. Porém, a maioria deles

foi para outras regiões e pouco do que era relativo à educação de Itacorá pôde ser usado nas comunidades restantes, como carteiras e outros materiais, sendo tudo enviado para a sede do município.

Assim, a formação do Lago de Itaipu gerou um grande impacto para educação de Itaipulândia: suas duas principais escolas foram fechadas (Grupo Escolar Gabriel de Lara e Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, ambos de Itacorá), várias pequenas escolas municipais foram desativadas, ampliou-se o nível de ensino em duas escolas (Escola Municipal Carlos Gomes e Escola Municipal Rondônia) e a quantidade de alunos diminuiu, uma vez que a região ficou isolada, distante da sede do município de São Miguel do Iguaçu e com poucas oportunidades para a população.

O Lago de Itaipu não afetou somente a educação em Itaipulândia, mas em vários outros municípios da região Oeste do Paraná. Em alguns deles, escolas também foram desativadas, como, por exemplo, em Santa Helena. Já em Foz do Iguaçu o impacto foi diferente, pois graças à construção da Hidrelétrica de Itaipu, muitas pessoas se mudaram para a cidade para trabalhar nas obras da construção da usina. Dessa forma, houve um aumento considerável na quantidade de alunos.

Com a eminente inundação de Itacorá e de várias outras localidades, a escolarização continuou em outros locais, mas com números bem mais reduzidos do que em meados da década de 1970. Ao todo, nas treze escolas de primeira à quarta série da rede municipal de ensino foram feitas 1164 matrículas em 1982, uma queda considerável se comparado com os números de Itacorá nos anos iniciais da década de 1970.

Ainda em 1982, ocorreram modificações nas duas escolas que atendiam alunos de quinta à oitava série: elas deixaram de ser municipais, passando aos cuidados do Estado e os seus nomes se modificaram: a Escola Municipal Carlos Gomes passou a se chamar Escola Estadual Costa e Silva, enquanto que a Escola Municipal Rondônia passou a se chamar Escola Estadual Tiradentes[44]. Ambas "novas escolas" continuaram funcionando nos mesmos prédios daquela época, sendo que as duas de São José do Itavó, ainda hoje dividem o mesmo espaço, enquanto que as de Aparecidinha do Oeste passaram a ter sedes diferentes em 1994[45].

[44] A criação das novas escolas se deu de quinta à oitava série. Os primeiros nomes continuaram de primeira à quarta série.

[45] Duas observações: em 1994, Aparecidinha do Oeste já estava emancipada, sendo que foi construída uma nova sede para a Escola Municipal Carlos Gomes; nesse mesmo ano, fui aluno de uma das primeiras turmas na nova sede da Escola Municipal. Lembro-me que, enquanto ela ainda estava sendo construída, as salas de aula já eram usadas, existindo apenas um bloco de quatro salas naquele ano, sem ter espaço para direção ou mesmo refeitório nos primeiros meses. Após mais duas grandes ampliações em menos de dez anos, a estrutura foi desocupada, pois foi construída uma nova.

FIGURA 24: Fanfarra em Aparecidinha do Oeste na década de 1980.

Fonte: Acervo da Casa da Memória de Itaipulândia.

Nota: ao fundo da fanfarra está o prédio das escolas Carlos Gomes e Costa e Silva. Segundo informações, as salas do lado direito recebiam os alunos da Escola Municipal Carlos Gomes, enquanto que as salas do lado esquerdo eram utilizadas para o ensino das séries finais do primeiro grau da Escola Estadual Costa e Silva. Dessa forma, ainda que fosse o mesmo prédio, havia uma divisão entre as escolas.

Mesmo passando para os cuidados do Estado, a situação não mudou nas escolas, pois a falta de recursos ainda era grande. Novamente, a comunidade aparecia como fator importante para a arrecadação de dinheiro para as escolas, até mesmo para a aquisição de merenda, para melhorar a estrutura física, entre outros fatores. Assim foi no período em que estiveram na direção José Griebeler e Lotário Knob em Aparecidinha do Oeste e Vendelino Royer[46] e Oneide Patrício em São José do Itavó.

Nesse período, a escolha do diretor era feita por meio de decisão dos governantes e de pessoas influentes da comunidade, conforme afirma Lotário Knob em sua entrevista. Não havia nenhuma forma de eleição como acontece nos dias atuais, tanto nas escolas municipais

[46] Ex-professor de Matemática e ex-diretor de escolas de Itaipulândia. Foi prefeito da cidade entre os anos 2005 e de 2008, quando foi assassinado.

como nas estaduais[47]. Dessa forma, os diretores eram aqueles que agradavam a comunidade e as autoridades políticas, o que, nos casos vistos, não contribuiu para a prosperidade da educação de Itaipulândia.

Os professores que atuavam naquela época também enfrentaram dificuldades: a grande quantidade de aulas e a inexistência de hora-atividades. O elevado número de aulas se dava em virtude da falta de professores na região, o que fazia com que os professores que já atuavam assumissem aulas de diversas disciplinas, suprindo o profissional que faltava, mesmo sem habilitação necessária para tal trabalho. Até mesmo o diretor lecionava para que os alunos não ficassem sem aulas.

O que, então, acontecia com os alunos que estudavam nesses distritos, ao finalizarem a oitava série?

O ensino secundário começou a ser ofertado na região Oeste do Paraná, ainda no final da década de 1960, contando com escolas normais colegiais, tanto públicas como privadas, além de escolas de contabilidade e que ofertassem o curso científico (EMER, 1991). No entanto, essas escolas, da mesma forma que as primeiras de nível ginasial, eram em municípios de difícil acesso para os moradores das localidades e distritos de São Miguel de Iguaçu – futura Itaipulândia. Apenas na década de 1970, com a possibilidade de cursos técnicos em Medianeira e Missal, essa situação começou a mudar, como foi o caso de José Griebeler, que fez o curso técnico em contabilidade em Medianeira; de João Kazmirczak que fez o primeiro ano do mesmo curso e depois fez o curso técnico em comércio em Missal; e de Oneide Patrício que estudou o magistério na modalidade do LOGOS II de capacitação de professor em atividade[48]. Além desses destinos, outras pessoas seguiam para viver em casas de parentes em outras regiões para continuarem os seus estudos e depois retornavam.

Somente em 1984, iniciou-se o ensino de segundo grau, de forma gradativa, em Aparecidinha do Oeste, na Escola Estadual Costa e Silva, funcionando como uma extensão do Colégio CNEC de São Miguel do Iguaçu, sendo ofertado o curso técnico em contabilidade. De 1986 a 1988, o Colégio Nestor Victor dos Santos de São Miguel do Iguaçu, começou de

[47] Tanto nas escolas municipais de Itaipulândia como em todas as escolas estaduais do Paraná existem eleições para a escolha dos diretores, sendo que a votação é feita entre professores, funcionários administrativos e de serviços gerais, pais e alunos maiores de quinze anos.

[48] O LOGOS II foi um curso que ocorreu no final da década de 1970 em São Miguel do Iguaçu, do qual a professora Oneide Patrício participou. Ele servia para capacitar professores leigos que já atuavam no ensino de primeira à quarta série do primeiro grau. Em um curto período de tempo, o professor realizava a sua formação em nível de Magistério, ou seja, em nível de segundo grau, mesmo sem ter estudado até as séries desse nível. O ensino era realizado com aulas presenciais, uma vez por semana, seguindo apostilas que contemplavam todas as disciplinas do antigo segundo grau e outras disciplinas da área de educação. Após concluir o curso, o professor estava habilitado para lecionar de primeira à quarta série do ensino primário. Trataremos um pouco mais sobre essa modalidade de formação na sequência do trabalho.

forma gradativa a ofertar o curso de Educação Geral também na Escola Estadual Costa e Silva. Assim, em 1989, essa escola passa a se chamar Colégio Estadual Costa e Silva – Ensino de 1º e 2º Grau. Já em São José do Itavó, apenas em 2010 foi implantado o ensino médio, passando a se chamar Colégio Estadual Tiradentes.

Com o ensino de segundo grau, aumentou a demanda de professores e, com isso, nos anos finais da década de 1980 chegaram novos professores, como os entrevistados dessa pesquisa, Cecília Moretto e Nelson Domingues. Porém, a situação das escolas continuava precária. No entanto, começava a surgir uma ideia que, depois de concretizada, ajudou muito na educação de Itaipulândia: a emancipação.

Durante os anos em que se pleiteava a emancipação de Aparecidinha do Oeste, a escola servia como um dos locais "para passar recados aos alunos", já que muitos professores encabeçavam movimentos políticos para que de fato isso ocorresse, como era o caso de Lotário Knob e de José Griebeler, além de João Kazmirczak, que não trabalhava mais com educação.

Após luta intensa, como já descrita anteriormente, Itaipulândia conseguiu a emancipação e a situação melhorou muito também para a educação, como todos os entrevistados, que ainda residem no município, ressaltam, mesmo com a demora na chegada do auxílio a algumas escolas, como foi o caso de São José do Itavó, que desde a formação do Lago de Itaipu passou por sérios problemas, tanto sociais como educacionais.

Em virtude da falta de oportunidades, muitas famílias deixaram São José do Itavó, fazendo com que aumentasse a cada ano o índice de evasão escolar, como afirmado pelos professores que lecionaram na comunidade: Oneide Patrício, Nelson Domingues e Lotário Knob.

Quando foi criado o município de Itaipulândia em 1993, havia apenas 550 alunos estudando de primeira à quarta série, distribuídos em onze escolas: quatro seriadas e sete rurais multisseriadas. A partir desse ano, a situação foi melhorando tanto nas escolas municipais como estaduais. Esse fato não se deu apenas pela emancipação municipal e o uso dos *royalties*, mas segundo alguns entrevistados, por ter como seu primeiro prefeito um professor, Lotário Knob, que conhecia essa situação.

Contando com o auxílio da prefeitura, várias escolas foram ampliadas ou tiveram melhorias em sua estrutura. As estradas finalmente foram arrumadas, possibilitando um melhor acesso às escolas em dias de chuva. Várias escolas do interior do município foram

fechadas, prevalecendo algumas escolas polos[49]. O motivo para o fechamento delas, segundo Lotário Knob, é por serem multisseriadas e contarem com uma pequena quantidade de alunos. Após o fechamento, o transporte público foi melhorado para que os alunos pudessem chegar às escolas de outras localidades.

Nos últimos quinze anos, o ensino passou a receber cada vez mais investimentos em Itaipulândia, tais como a ampliação de escolas tanto municipais como estaduais – as quais receberam doações municipais tanto de material para construção como de terrenos para ampliação, além de materiais didáticos – e a construção de novos prédios, como no caso da Escola Municipal Carlos Gomes: a maior escola de Itaipulândia, que desde a emancipação passou por três sedes diferentes, sendo que na segunda delas houve uma grande ampliação. Isso demonstra o investimento intenso que é feito na educação, mas nem sempre de uma forma consciente, já que em um intervalo de dez anos toda uma estrutura deixou de ser utilizada, pois uma nova foi construída.

Outro ponto que chama atenção nas políticas educacionais de Itaipulândia são os convênios com várias universidades públicas do Paraná e também com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para o desenvolvimento de cursos de capacitação de professores, bem como a elaboração do material didático utilizado nas escolas municipais.

Atualmente, Itaipulândia possui também instituição de ensino superior, possuindo um polo de educação a distância da Universidade do Interior Paulista (UNIP), com cursos de graduação e pós-graduação. Ainda nesse nível de ensino, Itaipulândia se destaca no que diz respeito ao incentivo aos alunos, contando com programas de Subsídio ao Ensino Superior, ou seja, um pagamento mensal para alunos que frequentam universidades públicas em outras cidades, tendo valores diferenciados para quem se desloca diariamente para elas ou reside no local de seu curso.

Esse programa de Subsídio também engloba os alunos das universidades particulares, que podem ter a metade do valor da mensalidade pago pela prefeitura (sendo o limite de 400 reais). Outra política para os alunos das universidades particulares foi o Crédito Estudantil, no qual a prefeitura era a responsável pelo pagamento do valor integral da mensalidade escolar do aluno, descontando o valor recebido no Subsídio, sendo que o "empréstimo" feito pela prefeitura, do valor restante, deveria ser pago após o aluno ter concluído o curso, uma vez que se entendia que ele entraria com mais força no mercado de trabalho. Porém, após não receber

[49] Foram fechadas as seguintes escolas entre 1993 e 1996: Almirante Barroso (1996), José Bonifácio (1995, D'João VI (1996), Mateus Leme (1993), Cruz Machado (1996), Darci Vargas (1993) e Júlia W. Petrich (1994). Restaram as seguintes escolas pólos, todas municipais: João Lorini (Santa Inês), Rondônia (São José do Itavó), Dona Leopoldina (Caramuru) e Carlos Gomes (sede)

o pagamento de vários ex-alunos, esse programa de crédito foi desativado. Além disso, o transporte escolar para os alunos que frequentavam cursos de ensino superior ou técnicos de nível médio em outras cidades era gratuito até 2005. Atualmente, os alunos precisam pagar 25% do valor total do transporte, sendo que o restante é pago pela prefeitura.

Hoje em dia, há uma grande quantidade de cursos para os alunos do município, em diferentes turnos, envolvendo atividades artísticas, culturais e esportivas, além da contratação de profissionais capacitados e grande quantidade de materiais e equipamentos. Toda escola tem um ginásio para a prática de Educação Física, além de várias creches no município.

Com todos esses investimentos, Itaipulândia foi considerada, em 2007, como sendo o município do Paraná que mais investe em educação, tomando por base a arrecadação de impostos do município. Naquele ano, Itaipulândia investiu 106,39% de sua arrecadação em educação, ou seja, todo o valor arrecado com os impostos e mais uma quantidade recebida dos *royalties* do Governo Federal. Além disso, em 2010, Itaipulândia foi classificada como "território livre do analfabetismo[50]".

Essa é a percepção que temos de como a carência se transformou em fartura e a pobreza se tornou riqueza. Itaipulândia não vive mais no tempo da precariedade, quando o assunto é educação. O incentivo e o investimento são feitos com altos valores e das mais variadas formas. "Só não procura o ensino superior quem não quer", é a frase mais dita nesse pequeno município. E pensar que antes não tinha ninguém com o ensino ginasial completo, ou que o primeiro morador com faculdade deve ter chegado no final da década de 1970. Eram raros os casos de quando alguém conseguia estudar em um lugar tão pobre e tão isolado. Atualmente, Itaipulândia forma os seus próprios professores, seja trazendo os cursos até eles ou levando-os para outros lugares.

4.3 O processo de formação de professores (de Matemática)

Os professores de Matemática que atuaram em Itaipulândia conseguiram sua formação, na maioria dos casos, em municípios distantes, até mesmo em outros estados brasileiros. Como já ressaltamos, Itaipulândia recebeu moradores de várias regiões brasileiras e muitos deles que chegaram a lecionar, o fizeram por já terem obtido uma formação

[50] Algumas cidades da Costa Oeste são classificadas como Território Livres do Analfabetismo, ou seja, que possuem menos de 4% da população municipal analfabeta. Dentre essas cidades, no Oeste do Paraná, à beira do Lago de Itaipu, temos Itaipulândia (0,66%), Missal (3,08%) e Serranópolis do Iguaçu (3,71%) que alcançaram esse índice.

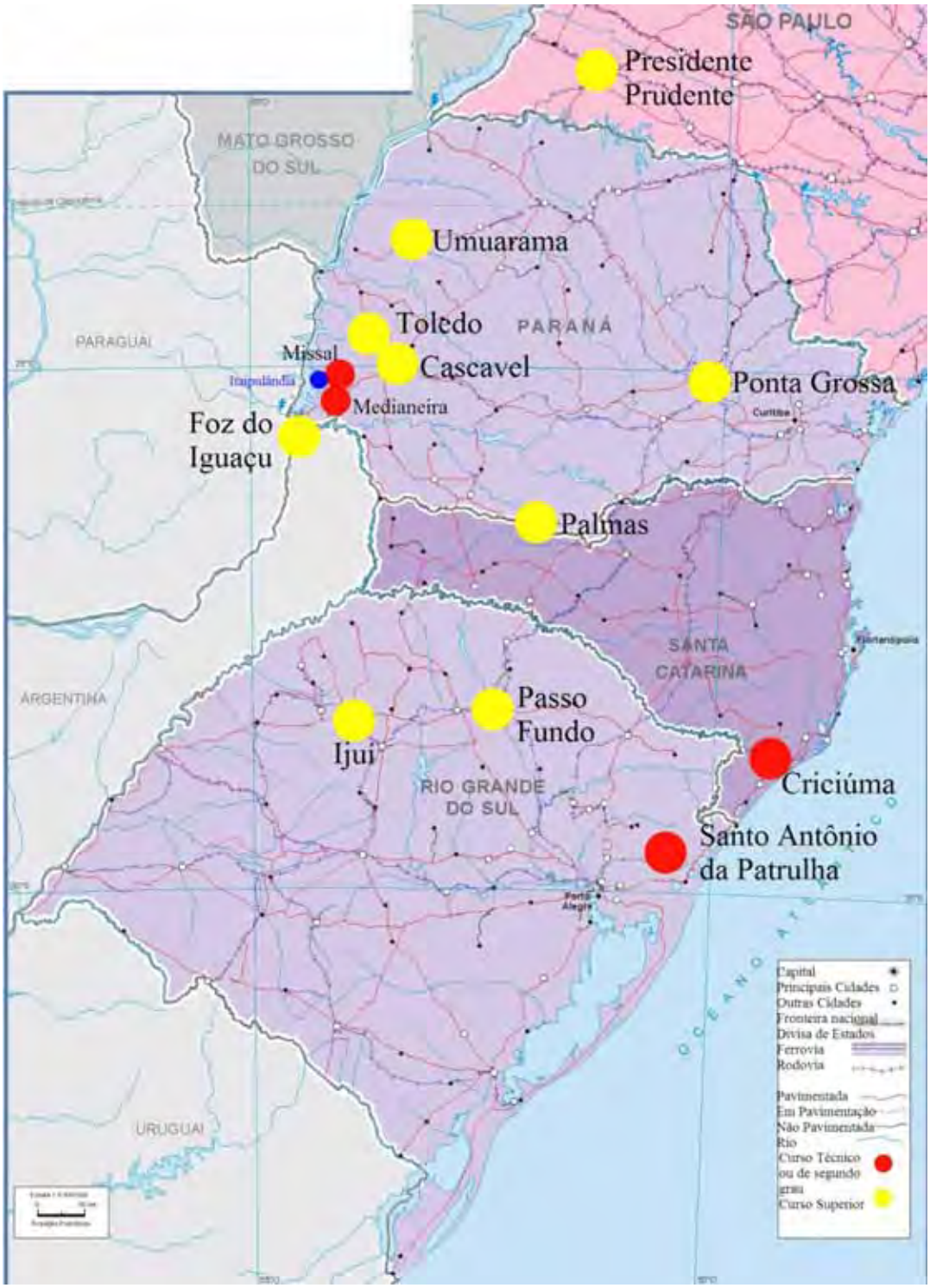
considerada, à época, suficiente para ministrar aulas, fossem por terem um curso técnico ou segundo grau completo.

A formação dos professores que lecionaram Matemática nem sempre foi na área específica, sendo, em muitos casos em outras áreas, o que evidenciava a falta de profissionais capacitados. Ressaltamos também que o professor poderia ter um estudo mínimo, mesmo o das primeiras séries. Assim, destacaremos na sequência do trabalho os aspectos referentes à formação nos vários níveis, mostrando algumas características dos estilos de formação procurados, bem como o ensino que era ofertado na região e em Itaipulândia, e os profissionais que atuavam no local.

Dessa forma, analisaremos a formação do professor no nível primário ou de primeiro grau, a formação colegial ou técnica-profissionalizante em nível de segundo grau e a formação superior.

Para facilitar o entendimento dos leitores, apresentaremos na sequência um mapa constando os locais em que foi buscada a formação (Figura 24), e um quadro constando as distâncias entre Itaipulândia e esses municípios (Quadro 5), de acordo com o relato de nossos entrevistados.

FIGURA 25: Locais onde foi buscada a formação dos professores entrevistados[51].



Fonte: adaptado de ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/regiao_sul.pdf e ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/regiao_sudeste.pdf[52].

[51] Destacamos a maioria dos locais onde foi buscada a formação dos professores e não todos eles, uma vez que em alguns locais essa formação não influenciou para que o professor iniciasse a lecionar. Além disso, não marcamos alguns locais no mapa, como o de estudo de Pós-Graduação de Nelson Domingues (Araras-SP) e a graduação de Guido Miranda (Matemática, em Porto Velho-RO) por serem em períodos posteriores e não influenciarem na atuação em Itaipulândia.

[52] Utilizamos o *software online Pixrl* para a adaptação dos mapas. Endereço eletrônico: www.pixrl.com.

Quadro 5: Munícipios e distância percorrida pelos entrevistados para realizar a sua formação.

Município	Distância (Km)	Professor	Curso
Presidente Prudente	564	Oneide Patrício Nelson Domingues	Letras (licenciatura plena) Ciências (licenciatura curta)
Umuarama	267	José Griebeler Oneide Patrício	Ciências e Esquema II Letras (licenciatura curta)
Cascavel	129	Cecília Moretto	Ciências com habilitação em Matemática
Medianeira	50	José Griebeler	Técnico em contabilidade
Missal	19	João Kazmirczak	Técnico em comércio
Foz do Iguaçu	75	Derseu de Paula	Ciências Contábeis
Palmas (PR)	406	Nelson Domingues Lotário Knob Guido Miranda	Filosofia Ciências (incompleto) e Pós-graduação em História Ciências Contábeis
Toledo	137	Nelson Domingues	Filosofia (Filosofia pura)
Ponta Grossa	531	Nelson Domingues	Filosofia (seminário)
Criciúma	921	Guido Miranda	Curso científico
Ijuí	553	José Griebeler	Ciências
Passo Fundo	535	Lotário Knob	Filosofia
Santo Antônio da Patrulha	880	Derseu de Paula	Técnico em Contabilidade

4.3.1 A formação primária em Itaipulândia e o seu professor

Ao longo da história de Itaipulândia, havia vários problemas em encontrar professores de Matemática, pois existiam poucos profissionais nessa área. Porém, não era apenas nessa disciplina que havia a escassez de professores, mas em todas, principalmente nos primeiros anos de existência de Itaipulândia.

Por estar localizada em uma região afastada de grandes centros e com colonização iniciada na década de 1960, chegaram muitos trabalhadores para ocupar os serviços agrícolas e de construção de estabelecimentos comerciais. Assim, as famílias inteiras que se mudavam

para a região eram aquelas que não tinham estabilidade em seus locais de origem. Dessa forma, acreditamos que essas primeiras famílias não tinham entre elas alguém que fosse professor, habilitado ou não, uma vez que a docência era um cargo reconhecido nessa época, como nossos próprios entrevistados retrataram.

Como já abordamos, as escolas de Itaipulândia, em seus primeiros anos de funcionamento, eram improvisadas em vários aspectos: local de instalação, material para o trabalho e recursos financeiros. Desse modo, a localidade não ficaria esperando pela presença de um professor ou que o poder público deliberasse para que algum profissional assumisse o ensino nesses pequenos povoados.

A docência foi tomando uma característica de "quem estudou, ensine o que sabe para os outros", ou seja, com a decisão da construção de uma escola surge também a necessidade de um professor, não importando a sua idade: poderia ser uma criança ou um adolescente. A única formação que se esperava da pessoa que assumisse uma classe era a de ter estudado até alguma série posterior a que iria atuar. Assim, o professor em atuação poderia ter a seguinte "formação": primário incompleto, primário completo ou, na melhor das hipóteses, com o exame de admissão prestado e algumas séries do ensino ginasial concluída.

Essa formação era muito distante do que se esperava para um professor, à época. No dia 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei 4024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei determinou que o ensino dividir-se-ia em alguns graus. Um deles é o ensino primário, que seria ministrado em pelo menos quatro séries e era obrigatório a partir dos sete anos de idade, conforme os artigos 26 e 27 dessa lei. O grau seguinte era o médio, dividido em dois ciclos: o ginasial e colegial, que abrangiam uma formação em nível secundário, técnico ou de formação de professores para o ensino primário e pré-primário[53], conforme o artigo 34 da referida Lei.

Como notamos, a formação mínima exigida por lei para que o professor lecionasse no ensino primário era ter concluído os estudos do grau médio no nível de formação de professores (magistério). Esses estudos deveriam ser realizados em escolas normais, que abrangiam tanto o ensino ginasial como colegial, contando com uma estrutura curricular que envolvia as disciplinas obrigatórias desses ciclos, além de uma preparação pedagógica, conforme artigo 53 da Lei 4024/61.

No entanto, no caso de Itaipulândia, no período de nossa atenção, a formação mínima exigida nem sempre era possível de ser obtida, pois as escolas com grau médio estavam

[53] Esses níveis serão explicados ao longo do texto.

localizadas, principalmente, nos grandes centros populacionais. Os primeiros professores das escolas de Itaipulândia possuíam, no máximo, "uma formação" de grau primário, pois vinham de regiões interioranas do Rio Grande do Sul, onde as dificuldades para obtenção de estudo também eram semelhantes às do novo local de residência, uma vez que muitos colonos exigiam o trabalho dos seus filhos na sua propriedade. Assim, tanto em Itacorá, a partir de 1963, no Grupo Escolar Gabriel de Lara, como nas demais localidades, o problema da falta da formação mínima do professor acontecia e assim permaneceu por vários anos, uma vez que para essa região era atraída uma grande quantidade de pessoas para o trabalho agrícola.

Dessa maneira, raramente chegava alguém com o ensino médio completo e, com isso, as escolas primárias iam formando os seus "próprios professores" dentro das localidades, e os alunos que se destacavam eram convidados a ministrar aulas para os mais novos das séries anteriores. Isso acontecia porque a população aumentava e, com isso, mais turmas eram abertas, o que obrigava a contratação de novos professores.

Essa "formação" do professor primário continuou por muitos anos nessas localidades e em outros municípios da região Oeste do Paraná que tinham o mesmo estilo de colonização, pois, como já vimos, a minoria desses municípios oferecia o ensino médio, e apenas em Foz do Iguaçu, Cascavel e Marechal Cândido Rondon existiam escolas normais para formar o professor.

Como já ressaltamos, a pessoa que possuísse o ensino primário completo e tivesse passado no exame de admissão era considerada capacitada para atuar em sala de aula das terras itaipulandienses. O fato de ser aprovado no exame de admissão era digno de nota e louvor, principalmente ao se pensar em uma região que havia poucos estabelecimentos de ensino que oferecesse esse grau de estudo.

Dessa forma, os novos moradores como José Griebeler, Derseu de Paula e Guido Miranda que haviam concluído todo o ensino primário e ginasial (além do colegial como era o caso dos dois últimos) e, com isso, já eram aprovados no exame de admissão, portanto eram reconhecidos e tinham um *status* diferenciado. Assim, eram considerados com uma formação suficiente e, portanto, foram convidados a lecionar para as séries do primário.

Ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970, em todas as localidades de Itaipulândia, os aprovados no exame de admissão possuíam reconhecimento e eram tratados com distinção. Esse exame era a forma utilizada para selecionar os alunos que poderiam estudar no grau médio de ensino, desde sua criação pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. À época de sua criação, o ensino era regulamentado pela Lei que ficou conhecida como

Reforma Francisco Campos[54] (RFC), a qual reformulou todo o ensino secundário, sendo difundida para todo o país (MACHADO, 2002).

Com a Reforma Francisco Campos, o ensino brasileiro foi dividido em duas partes: o ensino primário e o ensino secundário. O ensino primário era composto pelas quatro primeiras séries da escolaridade, enquanto que o ensino secundário era separado em dois níveis: o fundamental, dividido em cinco anos, e o complementar, com duração de dois anos, o qual funcionava como um pré-requisito para o ingresso no ensino superior (ABREU; MINHOTO, 2012).

Para o ingresso no ensino secundário, o aluno deveria seguir as seguintes condições: ser aprovado no exame admissional com classificação suficiente, ou seja, dentro do número de vagas, ter no mínimo onze anos, pagar a inscrição e apresentar o requerimento e recibo de inscrição (ABREU; MINHOTO, 2012). Assim, o candidato ao ingresso no ensino secundário deveria prestar uma prova em um único estabelecimento de ensino no qual pleiteava uma vaga.

O exame de admissão nos seus primeiros anos de realização era composto de uma prova escrita de Português e de Aritmética, além de provas orais das mesmas disciplinas e de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais (ABREU; MINHOTO, 2012), sendo necessário tirar uma nota mínima, que variava ao longo dos anos, assim como o peso de cada uma das provas e matérias. Essas provas eram caracterizadas por uma rigidez em sua correção, além de ser uma avaliação que exigia muito do aluno em relação aos conteúdos aprendidos no ensino primário.

A rigidez desse exame foi a sua principal marca deixada em nossos entrevistados que tiveram que realizar a prova, uma vez que ele perdurou até 1971. Seu caráter era seletivo para o secundário, de forma que esse nível se tornou elitizado, sendo frequentado por poucos alunos, uma vez que eram esses poucos que tiveram acesso a um ensino de qualidade, que oferecia base suficiente para a aprovação no exame de admissão (ABREU; MINHOTO, 2012). Dessa forma, muitos alunos estudavam apenas até o ensino primário e não seguiam mais os estudos, dada a dificuldade de aprovação para o nível seguinte.

Durante 1931 e 1971 a divisão do ensino foi passando por algumas modificações, como a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a Reforma Capanema, homologada em 9 de abril de 1942, pelo Decreto nº 4.244, o qual reestruturou o ensino secundário em dois ciclos: o primeiro passava a ser realizado em quatro anos e recebeu o nome de ensino ginasial; o

[54] A Reforma Francisco Campos foi criada pelo mesmo Decreto nº 19.890 e foi reconhecida pelo Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.

segundo determinava a criação de um curso de duração de três anos, no qual o aluno poderia escolher entre o clássico e o científico (MACHADO, 2002).

Outra mudança no ensino foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em 20 de dezembro de 1961, sob o Decreto nº 4.024. Essa lei determinava uma nova divisão do ensino, sendo que o ensino primário poderia ser de até de seis anos, passando a ter aulas de técnicas de artes; e o ensino secundário passou a se chamar ensino médio dividido em dois ciclos: o ginasial, feito em quatro anos, e o colegial cursado em três anos, ambos compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e formação de professores) (MACHADO, 2002).

Mesmo com essas mudanças na divisão do ensino, o exame de admissão continuava como uma forma de seleção dos alunos do ensino primário para o ingresso no ciclo ginasial. Assim para tentar diminuir seu alto índice de reprovação no exame de admissão, foram criados Cursos Intensivos de Preparatórios ao Exame de Admissão, conforme Decreto nº 27.017, de 14 de dezembro de 1956. Esses cursos eram realizados em três meses nas instituições que possuíam vagas para o ensino secundário (MACHADO, 2002). Em 1962, houve uma mudança desses cursos preparatórios que passaram a ser realizados de abril a novembro, com aulas de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, os chamados "cursos de admissão ao ginásio".

Assim, o exame de admissão durou 40 anos, com várias modificações até a aprovação da lei 5.692/71 que aboliu essa prática, uma vez que o ensino primário e ginasial foi unificado no ensino de primeiro grau. Dessa forma, pelo menos metade dos entrevistados da nossa pesquisa passou por essa seleção, a qual dava um reconhecimento para atuar no ensino primário das escolas das pequenas localidades de Itaipulândia, tanto na década de 1960 como em boa parte da década de 1970.

4.3.2 A formação em nível colegial ou de segundo grau

A região Oeste do Paraná sempre atraiu trabalhadores rurais, porém, a partir da década de 1960 também começou a receber profissionais para atuar em outros ramos, em que era necessário ter um nível mais avançado de estudos do que somente o primário. Assim, chegaram trabalhadores capacitados para atuar em bancos e em escritórios de contabilidade em vários municípios da região. Além disso, segundo Emer (1991), em centros regionais maiores, como Cascavel, chegavam os primeiros professores formados em escolas normais e

que haviam cursado as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e, com isso, estavam aptos a lecionar no nível colegial.

Com a chegada dos profissionais que haviam completado o grau médio em seminários, nos cursos clássico e científico ou nas escolas técnicas industriais, surgia a necessidade de capacitar também os alunos da região para que eles tivessem as mesmas condições de lutarem por possibilidades dos novos empregos criados, que não somente os rurais. Indiretamente, essa migração de profissionais colaborou com a expansão dos ensinos ginasial e colegial da região. Diretamente, esses mesmos profissionais, por terem uma formação diferenciada, foram atuar como professores ou diretores dos novos colégios instalados.

Itaipulândia também foi afetada com a chegada de pessoal formado, o que ocasionou a abertura do ensino ginasial em 1971, por meio de uma filial do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima de São Miguel do Iguaçu, em Itacorá. Os primeiros professores do ginasial de Itacorá foram Derseu de Paula e Guido Miranda, ambos não possuíam uma formação específica para atuação no magistério, no entanto, possuíam uma "formação" que os demais moradores não tinham ainda acesso.

Derseu de Paula, o primeiro diretor do Colégio Nossa Senhora de Fátima, veio do Rio Grande do Sul com os estudos colegiais completos, possuindo um estudo diversificado e em diferentes áreas. Como nos disse em sua entrevista, o seu ensino ginasial foi feito em uma escola industrial, na qual aprendeu o ofício de várias profissões, possuindo uma formação ampla. Já no ensino colegial, cursou ensino técnico em contabilidade, que lhe proporcionou um bom emprego.

O ensino técnico industrial, primeira formação profissional de Derseu de Paula, teve suas bases definidas conforme o Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a chamada Lei Orgânica do Ensino Industrial, a qual caracterizou esse nível de ensino tanto para o ensino ginasial como para o colegial (LIMA FILHO, 2002). Já com a Lei 4024/61, o ensino industrial pode ser feito tanto em nível de aprendizagem, quanto básico ou técnico, nos quais há uma carga horária específica do curso industrial, com disciplinas obrigatórias do ensino médio e uma optativa.

Já o curso técnico em contabilidade, também faz parte do que é definido pela Lei 4.024/61, uma vez que Derseu o realizou na década de 1960. Esse curso poderia ser realizado em três ou quatro anos e possuía o mesmo estilo de grade curricular dos cursos técnicos industriais. Com essa formação, o aluno poderia atuar como auxiliar de contabilidade, bem como em outras funções no comércio e em escritórios.

Com os estudos em contabilidade, à época, Derseu de Paula percebeu uma boa oportunidade de crescimento em Itacorá, uma vez que não havia nenhum escritório de contabilidade e muitos moradores necessitavam regularizar suas terras e estabelecimentos comerciais, de extração de madeira. Assim, além de ser o primeiro diretor da escola ginasial e primeiro professor, foi pioneiro no ramo de contábil, criando o primeiro escritório no local.

Guido Miranda teve outro nível de estudo, algo que era muito valorizado na região, à época: o ensino dos seminários. Natural de Santa Catarina, Guido cursou o ensino ginasial em um seminário e completou os seus estudos no Colégio Marista de Criciúma com o curso científico, ou seja, com disciplinas que tendiam mais para a área de exatas e das ciências biológicas. Assim, ele possuía uma formação que foi a responsável pela difusão do ensino em vários locais da região Oeste do Paraná: os estudos ligados às instituições religiosas.

Essa característica foi marcante em vários municípios, pois com a chegada de padres e freiras de diferentes ordens, foram criados vários colégios na região. Esse foi o caso do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima, sediado na cidade de São Miguel do Iguaçu e criado a partir da chegada de freiras franciscanas. Foram elas as responsáveis pela abertura tanto do ensino ginasial como também, anos mais tarde, pelo ensino de segundo grau em São Miguel do Iguaçu.

Uma vez que Guido Miranda foi estudante de um seminário e do Colégio Marista, possuía uma formação íntegra, de respeito aos olhos da comunidade, já que se tratava de instituições religiosas e que prezavam por um ensino conforme “os bons costumes”. Com isso, Guido “conquistou” o respeito das freiras franciscanas de São Miguel do Iguaçu, como retrata Derseu de Paula, o que faz com que seja aceita a abertura de uma extensão do Colégio Nossa Senhora de Fátima em Itacorá, em 1971.

Com a sua formação no curso científico, foi possível que Guido lecionasse Matemática no ginásio de Itacorá, já que o ensino científico destacava mais a parte do conhecimento em ciências do que o curso clássico. Por isso o ensino de matemática era mais intenso, mas de forma que não prejudicasse quem escolhesse fazer o curso clássico (RIBEIRO; VALENTE, 2007). Assim, em sua formação, Guido teve seus estudos muito mais aprofundados em Matemática, sendo esse um dos motivos que o levou a lecionar vários anos a disciplina em Itacorá, mesmo não possuindo a formação adequada.

Em 1971, apenas os dois professores eram responsáveis pelo ensino ginasial de Itacorá (o qual possuía apenas a primeira série). Nos anos seguintes, outros professores chegaram ao distrito, após estudarem em seminários no Rio Grande do Sul e receberem convites dos professores que já se encontravam na região.

Porém, devemos alertar que, conforme a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a qual fixava as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, o profissional para lecionar de quinta à oitava série e no segundo grau deveria ter uma formação superior específica na disciplina a qual pretendia ensinar. Assim, não bastava que o professor tivesse completado o seus estudos em nível de segundo grau ou em cursos técnicos industriais, em cursos clássicos ou científicos, distintos cursos técnico-profissionalizantes ou cursos normais e de magistério.

Com a aprovação dessa Lei, as formações dos professores Guido Miranda e Derseu de Paula não eram as ideais para lecionarem a partir da quinta série do primeiro grau. No entanto, devido à realidade das escolas de Itaipulândia nas décadas de 1970 e 1980, se tornaram suficientes para serem professores. O deslocamento de profissionais de outros municípios para lecionar em Itaipulândia era difícil, devido ao isolamento e as condições das estradas, os mesmos motivos que faziam com que fosse difícil promover uma formação superior para os professores que já atuavam.

Outros professores também iniciaram suas atividades sem a formação exigida por lei, como nos casos dos entrevistados José Griebeler, em Aparecidinha do Oeste, e Oneide Patrício, em São José do Itavó.

Em Aparecidinha do Oeste, a situação era ainda pior do que a de Itacorá: eram poucos professores e a maioria não havia concluído, sequer, o curso ginasial, possuindo apenas o primário completo, ou cursado algumas séries do ensino ginasial. Com a chegada de José Griebeler que havia concluído o ginásio em um seminário de São Paulo das Missões, Rio Grande do Sul, em 1972, “surgiu” um novo professor. Segundo o próprio José, a sua formação era a mais avançada entre os moradores de Aparecidinha do Oeste, e mesmo não querendo trabalhar com ensino começou a lecionar. No entanto, devido às condições precárias do ensino da região, em 1974 abandonou o emprego de professor e foi em busca de outra formação que começava a se expandir na região: a dos cursos técnicos, principalmente na área de contabilidade e comércio.

A proposta dos cursos técnicos estava embasada na Lei 5692/71, a qual fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Como se percebeu, essa Lei mudou os níveis de ensino, fazendo uma reclassificação das regras impostas pela Lei 4024/61. Assim, o ensino primário e ginasial é unificado e é criado o “ensino de primeiro grau”, abrangendo as oito primeiras séries de escolarização, sem a necessidade de prestar o exame admissional e voltado para uma educação geral, conforme o artigo 5º da referida lei. Já o nível colegial passou a ser

chamado de “segundo grau” e a ser de uma formação especial, como explicitado no parágrafo 2º do artigo 5º:

> § 2º A parte de formação especial de currículo:
> a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciarão para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
> b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (BRASIL, 1971).

Como exposto acima, essa nova proposta de ensino visava seguir as características regionais ou até mesmo dos próprios alunos por meio de sondagens de aptidões. Assim, conforme Nascimento (2007), a profissionalização do ensino pretendia trazer melhorias de condições para aqueles que tinham na escola a sua única chance de obter uma profissão, mas prejudicou aqueles que desejavam ingressar no ensino superior, dado que o ensino técnico era privilegiado em detrimento aos conhecimentos gerais.

Porém, de acordo com Valério (2007), não houve a melhoria da situação desses alunos no Paraná, conforme determinado pela Lei 5.692/71, principalmente no interior do estado, uma vez que era dada prioridade a instalação de cursos que não abusassem dos recursos financeiros ao invés de fazer o levantamento da situação do trabalho local. Assim, algumas habilitações eram mais facilmente encontradas como os cursos de Secretariado, Técnicas Agrícolas, Administração, Contabilidade e Magistério.

O ensino de segundo grau ainda passava por outro problema no Paraná: a grande concentração desse estudo nos grandes centros, principalmente em Curitiba, conforme é evidenciado por Nascimento (2007). Isso dificultava o acesso a esse nível para muitos estudantes, sendo que a matrícula no segundo grau não chegava a 10% do total das matriculas no ensino de primeiro grau.

Na região Oeste do Paraná eram poucos os colégios que tinham o ensino de segundo grau e na maioria deles concentravam-se os cursos técnicos em contabilidade, em comércio e magistério, para a formação de professores primários. Porém, os estudantes de Itaipulândia precisavam buscar essa formação em municípios vizinhos e com recursos próprios, sem auxílio do município de São Miguel do Iguaçu. Com isso, tinham que conseguir uma forma de se locomover para os municípios de Missal e Medianeira ou mesmo se mudar para esses locais. Dois exemplos de moradores de Itaipulândia que buscaram a formação em outro município foi o de José Griebeler e de João Kazmirczak.

José Griebeler, conforme nos relatou, procurou realizar o seu curso técnico em contabilidade em Medianeira, município vizinho de Itaipulândia, em 1974. Por se tratar de um curso na área contábil, José aprofundou seus estudos em matemática, principalmente relacionada à parte financeira. Assim, obteve uma formação que lhe abriu um campo de trabalho não apenas na área de contabilidade, mas também no ensino de Matemática, uma vez que, a partir de 1978, existiam outras duas escolas com o primeiro grau completo em Itaipulândia: a Escola Municipal Carlos Gomes e a Escola Municipal Rondônia.

Logo após concluir o seu curso técnico em contabilidade, em 1978, José foi convidado por João Kazmirczak, o então diretor da Escola Municipal Carlos Gomes, a lecionar Matemática. Começava assim, em 1979, a trajetória de mais de trinta anos de José no ensino de Matemática.

Vale ressaltar que o diretor da escola citada acima, João Kazmirczak, também estudou em um curso técnico. Após concluir o ensino ginasial em Itacorá, em 1974, foi colega de José Griebeler no seu primeiro ano do curso técnico contábil em Medianeira. Porém, após o primeiro ano, abandonou o curso devido aos custos, pois era necessário se deslocar diariamente para Medianeira. Ficou, portanto, um ano sem estudar, até que em 1976 abriu o curso técnico em comércio no ginásio Anchieta, em Missal.

Logo após terminar o curso técnico em comércio, João recebeu um convite para ser diretor da Escola Municipal Carlos Gomes e também para lecionar algumas disciplinas, trabalhando no ensino até 1981.

Cecília Moretto foi outra professora que buscou a formação na área de contabilidade, mas, assim como Derseu de Paula, veio do Rio Grande do Sul com esse grau de estudo. Essa professora, como relatado, veio para a Medianeira em busca de trabalho em sua área e apenas algum tempo depois procurou cursar uma faculdade.

Temos que quatro dos nossos entrevistados fizeram cursos técnicos na área de comércio e de contabilidade, além de Guido Miranda que após anos de trabalho com Derseu de Paula no seu escritório de contabilidade e com o seu próprio escritório, cursou Ciências Contábeis no ensino superior. A busca por essa formação se deu por distintos fatores. Primeiramente, o curso técnico em comércio ou em contabilidade é menos custoso que outros cursos técnicos, já que não demanda equipamentos diferenciados, mas apenas profissionais habilitados para o ensino.

Em muitos casos, o dono de um escritório de contabilidade poderia lecionar nesse curso, mesmo não possuindo curso superior, o que era contrário à formação mínima do professor exigida pela Lei 5.692/71, no entanto, muitas vezes era a solução para a

continuidade desses cursos. Assim, se tornava mais simples manter um curso que não demandasse muitos materiais e com mais facilidade de encontrar profissionais para ensinar, mesmo não sendo os “ideais” para essa formação. Dessa forma, segundo Nascimento (2007), esses cursos passaram a ser amplamente difundidos no Paraná ainda na década de 1950.

Para exemplificar esse caso, na entrevista de Derseu de Paula, o entrevistado ressalta que mesmo não tendo concluído o ensino superior auxiliava alguns professores nos últimos períodos de graduação, por já possuir vasta experiência na área. Podemos, então, perceber a carência desse tipo de profissional licenciado para lecionar, não apenas no ensino superior, mas também nos cursos técnicos na área.

Outro fator que destacamos é o crescimento econômico da região Oeste do Paraná como um todo. A partir do final da década de 1960, os agricultores começaram a se organizar em cooperativas e isso demandou na abertura de setores para a organização de suas finanças, o que fazia com que houvesse a necessidade desse tipo de profissional. Além disso, com a crescente ocupação, era necessária a presença de alguém para legalizar as transferências de lotes urbanos e rurais, bem como a regularização das terras invadidas. Dessa forma, os escritórios de contabilidade eram os locais procurados para que a situação fosse regularizada, como aconteceu no caso de Derseu de Paula, em Itacorá. A expansão comercial da região Oeste do Paraná oportunizava a abertura dos estabelecimentos contábeis, dado que o retorno, na maioria dos casos, seria garantido, além de vários bancos que necessitavam desse tipo de profissional.

Por fim, o último grande fator que ressaltamos é que a informatização precária, à época, favorecia a criação de inúmeras vagas para essa profissão. No período entre as décadas de 1960 a 1980, os trabalhos na área de contabilidade na região Oeste do Paraná eram feitos manualmente, apenas com o uso de algumas calculadoras e máquinas de datilografar, o que demandava uma grande quantidade de funcionários que fossem capazes de lidar com esses dados financeiros. Assim, tanto em escritórios como nos bancos havia uma quantidade de vagas relativamente boa para suprir a falta de informatização.

Conforme ressalta Nascimento (2007), no início da década de 1980, os cursos da área comercial representavam 32% das matrículas no ensino de segundo grau. Sua expansão continuou e chegou, inclusive, à Aparecidinha do Oeste em meados da década de 1980 no Colégio Estadual Costa e Silva, que passou a ter o curso técnico em contabilidade em nível de segundo grau.

De todas as formações em nível médio, apenas a da professora Oneide Patrício era a adequada para o trabalho em sala de aula (ao menos, em termos legais): o Logos II. Essa

professora começou a lecionar na Escola Municipal Rondônia de São José do Itavó em 1977, substituindo a professora de uma quarta série que deixou o cargo. Sua contratação se deu em virtude de ter completado o primeiro grau quando ainda residia no norte do Paraná e por trabalhar na loja do seu pai e saber efetuar as operações matemáticas, principalmente, a multiplicação e a divisão, como relatou.

Nessa sua primeira experiência, Oneide não havia passado por nenhum tipo de preparação, mas conseguiu efetuar o seu trabalho utilizando situações cotidianas nas aulas de Matemática. Porém, no ano seguinte ela recebeu uma turma de primeira série do primário que fez com que ela se esforçasse muito para alfabetizá-los e ensiná-los as primeiras noções matemáticas. Essa professora procurou uma formação que suprisse as suas dificuldades e, ainda, que regularizasse sua situação no quadro de profissional de ensino de primeira à quarta série; também, desejava completar o ensino de segundo grau, o que era muito difícil devido ao isolamento de São José do Itavó em relação às demais localidades.

Conforme Oneide nos contou, ela descobriu a existência de um curso de formação de professores realizado na sede do município de São Miguel do Iguaçu, oferecido aos finais de semana, por meio de apostilas e de avaliações, e resolveu tentar a inscrição. Esse curso de capacitação era o Logos II, no qual ela conseguiu matricular-se.

O Logos II foi um curso de capacitação para professores em exercício, ou seja, para aqueles professores leigos com o ensino de primeiro grau incompleto ou sem a devida formação em nível de segundo grau e que já estavam atuando em sala de aula, como era o caso de Oneide.

Esse curso foi oferecido pelo Governo Federal em parceria com os Estados e municípios (OLIVEIRA, 2010) e foi oferecido devido a quantidade de professores leigos, de primeira à quarta série, que, em 1975, totalizava 58% dos professores em todo o Brasil, o que exigia uma política de formação para os que já estavam em sala de aula (ANDRÉ; CANDAU, 1984). Assim, foi criado o projeto Logos, em fase de experimentação, realizado em 38 municípios dos estados da Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima, com duração de 12 meses e com a participação de 1.488 professores (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

Após essa fase experimental e em virtude do seu sucesso, foi aprovado em 1975 o projeto Logos II que atingiria, inicialmente, os seguintes estados a partir de 1976: Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Rondônia. A sua função era habilitar professores em nível de segundo grau para lecionarem de primeira à quarta série do primeiro grau, por meio de um ensino supletivo, realizado em um período de 28 a 30 meses, e que utilizava-se de módulos instrucionais e avaliações no decorrer do processo.

Inicialmente, para a implantação do projeto Logos II, foram realizados cursos para o treinamento dos cinco gerentes regionais, um de cada Estado. Estes gerentes foram responsáveis por promoverem o treinamento de 74 orientadores de aprendizagem e de 37 supervisores das atividades docentes (OLIVEIRA, 2010). O material foi confeccionado em Brasília, no Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), o qual foi responsável pela avaliação geral do projeto e pelo seu gerenciamento (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

> Para que a ação se efetivasse, o MEC contava com o comprometimento das Prefeituras, assinando contrato de convênio com os municípios e estabelecendo a competência de cada esfera administrativa com relação alocação, liberação de recursos humanos e financeiros, amplo planejamento das estruturas de funcionamento e a definição das áreas geográficas conforme a demanda (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Para contemplar as distintas regiões dos Estados, foram criados os Núcleos Pedagógicos. No caso do Paraná, os municípios de Paranaguá, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Toledo, Apucarana, Paranavaí e Ponta Grossa sediaram esses Núcleos inicialmente (OLIVEIRA, 2010). Esses Núcleos eram de responsabilidade de Gerências Regionais, nas quais ocorreu o controle e a supervisão do trabalho da região, além do treinamento dos orientadores-supervisores docentes (OSD) (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

> Os OSD são professores que têm formação pedagógica em nível de 2º grau e experiência docente de 2 anos nas primeiras séries do 1º grau; além disso, recebem treinamento específico para o desempenho da função. Suas tarefas são: orientação dos cursistas para realização dos módulos, aplicação de pré e pós-testes, planejamento e coordenação das sessões de microensino e dos encontros pedagógicos, controle do material e acompanhamento dos cursistas. Trabalham em geral 8 horas por dia, 6 dias da semana, nos chamados núcleos pedagógicos. Para esses núcleos, estrategicamente localizados nas sedes dos municípios, dirigem-se os cursistas a fim de receber os módulos, submeter-se aos testes e participar das reuniões (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

Os alunos desse curso deveriam completar um total de 204 módulos, os quais abrangiam as várias disciplinas do núcleo comum do segundo grau, as disciplinas específicas de formação especial e o estágio supervisionado e regência de classe, conforme vimos no Histórico do curso e no Diploma de conclusão de curso de Oneide Patrício[55]. Assim, Oneide cursou 4.230 horas, sendo 2.530 horas em disciplinas do segundo grau e específicas de formação e 1.700 horas distribuídas entre Prática de Ensino e Estágio Supervisionado e de Regência de Classe.

[55] O histórico do Logos II de Oneide Patrício nos foi cedido dias após a entrevista e está no APÊNDICE B do presente trabalho.

Para o início do curso eram realizadas avaliações a fim de detectar o nível de ensino dos professores-cursistas e se era possível a aceleração de algumas etapas do processo (OLIVEIRA, 2010). Assim, podemos entender o fato de Oneide ter realizado o curso em menos de dois anos, uma vez que ela já havia concluído o ensino de primeiro grau e estudado em outros materiais as disciplinas do segundo grau, o que facilitava a sua equiparação em relação aos demais colegas que também frequentavam esse curso.

Após cada módulo, eram feitas avaliações individuais, sendo realizadas de forma flexível e de acordo com o avanço de cada cursista (OLIVEIRA, 2010). Apenas uma vez por mês aconteciam os encontros pedagógicos, que eram reuniões obrigatórias para todos os cursistas, realizadas aos sábados ou domingos, em um momento que ocorria o estudo e a discussão dos módulos em um grupo de cinco a seis pessoas (ANDRÉ; CANDAU, 1984).

Além disso, ocorriam as sessões de microensino. Conforme André e Candau (1984, p. 23)

> As sessões de microensino envolvem grupos de 5 a 12 cursistas para o treinamento de cinco habilidades: "fazer perguntas", "dar exemplos", "aumentar a participação", "variar a situação-estímulo" e "reforçar a aprendizagem". Nessas sessões cada cursista observa e avalia as microaulas dos colegas, bem como apresenta a sua microaula que, por sua vez, é observada e avaliada pelo grupo. Quando o cursista não alcança o critério mínimo de desempenho, a habilidade é replanejada e apresentada novamente como reensino (ANDRÉ; CANDAU, 1984, p. 23).

Esse momento foi muito destacado pela entrevistada Oneide, pois servia como treinamento e aprendizagem tanto com a OSD como com os demais professores-cursistas. Porém, André e Candau (1984) criticam tanto os módulos como a postura dos OSD, pois a metodologia utilizada pelos professores-cursistas para as microaulas eram muito tradicionais, com pouca inovação. Além disso, segundo os autores, havia uma maior preocupação por parte dos OSD para o preenchimento de relatórios que deveriam ser entregues periodicamente do que em relação às metodologias que os professores poderiam utilizar em suas aulas.

Um fato que André e Candau (1984) indicaram como grave para o ensino nesse projeto foi a produção de apostilas unificadas para todo o país[56], não levando em conta as características regionais que eram destacadas no projeto original do Logos II. Outro agravante foi a distância que deveria ser percorrida pelos cursistas. Oneide relata que era difícil o seu acesso, assim como de outros colegas para as aulas em São Miguel do Iguaçu. Não houve uma estratégia para descentralizar o ensino.

[56] Os autores afirmam que o projeto Logos II tinha pretensão de ser espalhado para os demais Estados brasileiros a partir do início da década de 1980.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, Oneide conseguiu concluir o curso em 1980 e ressaltou que a formação obtida foi muito importante para a sua prática. André e Candau (1984), também apontam que os professores-cursistas passaram a ser mais desinibidos em sala de aula, com mais participação e passaram a aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso para as aulas. Outro fator importante era que, por ser um curso a distância, os professores puderam adequar o seu tempo para o estudo, bem como continuar exercendo a função docente e, ao mesmo tempo, aplicar os conhecimentos. Muitos desses fatores positivos foram ressaltados pela professora Oneide.

Após continuar lecionando de primeira à quarta série, Oneide recebeu um convite para trabalhar com aulas de Português na Escola Estadual Tiradentes. Pouco tempo depois, começou a lecionar Matemática nessa mesma escola, já que o professor havia se mudado e, como afirmou em sua entrevista, não tinha problemas em trabalhar com a disciplina, uma vez que durante os anos que trabalhou com quartas séries tinha bom domínio do conteúdo, além de receber aulas de Matemática e Didática da Matemática quando havia cursado o Logos II.

Assim, a falta do professor de Matemática para as escolas de Itaipulândia era nítida, principalmente, de um profissional específico conforme era regulamentado pela Lei 5.692/71.

4.3.3 A formação do professor de Matemática em nível superior

Como já foi possível perceber, a formação em nível superior dos professores que lecionaram em Itaipulândia foi tardia e até o momento não explicitamos se ela ocorreu conforme prescrições das leis nacionais de educação (4024/61 e 5692/71). Sendo assim, entendemos que, em Itaipulândia, em seus anos iniciais, a formação de professores não era a ideal, mas a possível e suficiente para o momento.

Ainda no início dos anos de 1970, devido à necessidade de oportunizar o ensino para todos, havia carência de professores formados em cursos de licenciatura. Mesmo assim, a Lei 5692/71 preconizava que todos os professores que iriam lecionar nos anos finais do primeiro grau e segundo grau deveriam ser formados em nível superior. Porém, o país não se encontrava pronto para isso e o problema da falta de formação para os professores ficou evidente para todos e soluções emergenciais foram tomadas para tentar suprir uma grande demanda de professores.

Ainda, o trabalho docente passou a ser afetado, já que a clientela diversificada fazia com que situações não esperadas acontecessem. Segundo Curi (2000), os professores que

estavam na ativa após a 5692/71, sentiam falta do exame de admissão, da seleção dos alunos que frequentavam o antigo ginásio e agora as séries finais do primeiro grau.

Era necessário um número cada vez maior de professores para o ensino, porém eles eram oriundos de cursos técnicos, científicos, clássicos, magistérios, supletivos e das mais variadas "formas de formação". O ensino de qualidade que era esperado ficava nas mãos de um profissional sem a formação exigida e que acumulava várias disciplinas, visto que eram poucos e que alguns decidiam, ainda, seguir outras carreiras, pois a profissão não era mais rentável (CURI, 2000).

Esse problema foi sentido em todo o país e como já percebemos nas seções anteriores também afetou Itaipulândia e o Oeste do Paraná. Assim, para tentar consertar essa falha, foram criados projetos emergenciais para a formação dos professores de Matemática como as polêmicas Licenciaturas Curtas em Ciências.

Segundo Curi (2000), desde a década de 1960 existiam cursos de licenciatura curta para a formação de professores. A partir de 1969, a licenciatura curta foi ganhando a forma que ficou mais conhecida ao longo da década de 1970[57].

Em 1969, foi criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) que discutia a criação de um projeto de licenciatura de curta duração a fim de qualificar o professor do ensino ginasial, conforme tratado nos Pareceres nº 912/69, de 3 de dezembro de 1969, (DOCUMENTA, 1969) e nº 255, de 7 de abril de 1970[58] (DOCUMENTA, 1970b). Segundo o PREMEM, existia um grande *déficit* de professores habilitados para atuarem no ensino ginasial e para suprir essa demanda a sugestão foi oportunizar um curso de "licenciatura intermediária", ou seja, que formasse um profissional por meio de uma licenciatura de curta duração.

Essa licenciatura proposta pelo PREMEM e aceita para a efetivação de um plano de caráter experimental (DOCUMENTA, 1970b) era de duração de apenas um ano, com uma carga horária de 1.600 horas, a serem cumpridas em um regime intensivo de trabalho ao longo de 204 dias letivos.

O currículo desse curso seria distribuído de forma que 60% das disciplinas fossem sobre o conteúdo específico e 40% relativos à formação pedagógica. Assim, já eram definidas quais disciplinas fariam parte do currículo em cada curso (DOCUMENTA, 1970b). Por exemplo, a Licenciatura em Matemática teria como disciplinas Fundamentos da Matemática

[57] Em nossas buscas não encontramos cursos que tivessem as características de licenciatura curta, apenas encontramos informações acerca do início dessa política em 1965. Assim, partiremos de 1969 para caracterizar as propostas que encontramos para esse tipo de curso.
[58] Vale ressaltar que esse Parecer foi favorável às decisões que são expostas na sequência.

Elementar, Álgebra e Noções de Geometria Analítica, Geometria e Noções de Trigonometria. A Licenciatura em Ciências tinha como disciplinas básicas: Física, Química, Biologia, Geociências e Complementos da Matemática, pois eram de caráter mais geral e voltadas para a formação do professor que atuaria com o ensino de Iniciação à Ciência e Ciências Físicas e Biológicas, do 1º ciclo da escola de grau médio (DOCUMENTA, 1970b).

Assim, esperava-se suprir a falta de professores que atingia boa parte das regiões brasileiras, pois em 1964 havia apenas 10.330 alunos matriculados em Faculdades de Filosofia, sendo que apenas 5,8% eram na disciplina de Matemática, 3% em Biologia, 2,6% em Física e 1,9% em Química, distribuídos, principalmente, entre os estados da Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (os quais concentravam 80% dos alunos das Faculdades de Filosofia existentes e 52 das 88 faculdades desse tipo) (DOCUMENTA, 1969).

Esse estilo de licenciatura teve suas características modificadas com o passar dos anos, principalmente a partir da Indicação 23 feita pelo Conselheiro Valnir Chagas ao Conselho Federal de Educação (CFE), aprovada em 1973, na qual a licenciatura de professor de primeiro grau passaria a ser em "atividades ou área de estudo" (CURI, 2000, p. 16) e, com isso, a habilitação seria dada por disciplinas.

> Ainda, a Indicação CFE 22/73 [Indicação anterior feita por Valnir Chagas, mas que não foi homologada] referia-se à formação do magistério, anunciando cursos de Licenciatura Curta em três setores: um setor de formação geral, outro de formação especial e um setor pedagógico. Cada uma dessas Licenciaturas, por sua vez, comportaria duas ordens de habilitação: uma de habilitação geral, de curta duração e de nome igual ao do curso, e outra, de Licenciatura plena com habilitações específicas (CURI, 2000, p.16, colchetes nosso).

De acordo com a Indicação CFE 23/73 e a aprovação da Resolução CFE 30/74, ficou definido a criação do campo de Ciências, com o curso de Ciências e habilitações em Matemática, Física, Biologia e Química (CURI, 2000), sendo que essa licenciatura formaria um professor polivalente do primeiro grau, com uma carga horária mínima de 1800 horas, podendo ser acrescida uma das quatro habilitações específicas com um acréscimo de, no mínimo, 1000 horas, habilitando o docente para lecionar no segundo grau. Assim, essa Resolução obrigou a implantação desse currículo até 1978. Além disso,

> Esta resolução provocou, instantaneamente, a repulsa e a indignação das comunidades científicas do País. Estas comunidades, apoiadas pelas experiências (negativas) das instituições de ensino superior que tentaram instalar estes cursos, associado à recusa de adequação das maiores e mais antigas universidades do País (UFRJ, UFMG e outras) fez com que o MEC adiasse sucessivamente a

> obrigatoriedade da implantação. Esta situação culminou na criação, pelo CFE e a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, de uma Comissão de Especialistas em Ensino de Ciências (CEEC) para re-examinar a proposta. (ARAUJO; VIANNA, 2008, p. 7).

A revolta foi muito grande em várias áreas, pois além de serem excluídas as licenciaturas plenas em Matemática, Química, Física e Biologia, era pregada uma relação muito estreita entre as áreas, mas com um currículo que não dava conta de fazer a devida adequação, pois se pensava apenas na formação do professor para o primeiro grau. Com isso, muitos alunos procuravam realizar o bacharelado para ter o estudo específico na área de interesse, o que foi sucateando cada vez mais as licenciaturas (ARAÚJO, VIANNA, 2008).

Portanto, com a expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a partir do final da década de 1960 (CURI, 2000), os cursos de licenciatura foram sendo espalhados por todo o país. Porém, a qualidade desses cursos não era boa e alguns estudos apresentados por universidades federais comprovavam isso (CURI, 2000). Além disso, adiciona-se o fato de que muitas faculdades particulares foram criadas, as quais ofereciam cursos sem muita qualidade, sendo até mesmo acusadas de fraudes para ter alunos. Assim, em 1978, por meio da Resolução 5 do CFE, a implantação obrigatória exigida pela Resolução do CFE 30/74 passa a não valer, pois tornam-se necessários estudos sobre esses cursos e os profissionais formados por eles.

As licenciaturas curtas foram muito bem vindas entre os professores de Itaipulândia e a grande maioria dos nossos entrevistados buscou os seus estudos nesse estilo de curso. Isso se deu, principalmente, para que os professores em atuação pudessem legalizar sua situação, enquanto profissional do ensino e ter a formação mínima exigida por lei. Traçamos, a seguir, algumas das características dos cursos que nossos entrevistados tiveram como possibilidades para a formação em nível superior.

4.3.3.1 A formação procurada em Ijuí (RS)

O professor José Griebeler procurou regularizar sua situação como professor, pois corria o risco de perder suas aulas. Assim, buscou uma formação em nível superior em Ijuí, em um curso com características diferentes das propostas iniciais para os cursos de licenciatura curta e plena. José procurou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, que funcionava desde 1956 com os cursos de Pedagogia e Filosofia e foi reconhecida em 19 de janeiro de 1960, conforme Decreto nº 47.670. Primeiramente, a faculdade era mantida pela

Sociedade Literária Boa Ventura e depois, em 1970, a sociedade transformou-se em Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE). No ano de 1966, a Faculdade entra com processo para a abertura da Licenciatura de 1º ciclo em Ciências (DOCUMENTA, 1967), recebendo parecer (nº 42/67) favorável em 20 de fevereiro de 1967, pois existiam as condições para a abertura do curso eram satisfatórias e além da expectativa. Porém, não foi nesse curso que o professor José estudou.

Em 1980, quando iniciou sua graduação, o professor José encontrou um curso que lhe possibilitava estudar e ainda lecionar, sem ter que fazer a escolha entre um ou outro, mesmo sendo em um local tão distante como Ijuí. De acordo com sua entrevista, a modalidade do seu curso de Licenciatura Curta em Ciências e Matemática era feito nos períodos de férias escolares, ou seja, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro havia a primeira etapa e no mês de julho a segunda. Essa forma de realização do curso, em um primeiro momento, foi caracterizada, por nós, como um modelo de "curso vago", ou seja, aqueles em que as faculdades fazem adaptações nos seus dias letivos para atrair os alunos. Porém, esse não era o caso da licenciatura feita por José.

Em 4 de fevereiro de 1970 é expedido o parecer nº. 102/70 acerca do pedido de funcionamento a partir de 1970 de cursos de licenciatura de 1º ciclo em regime intensivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí. Esse projeto apresentava os seguintes objetivos:

> 1. Propiciar aos Estabelecimentos de Ensino de segundo grau, primeiro ciclo, situados em municípios mais distantes dos centros universitários, a formação de professorado habilitado, nos têrmos da legislação em vigor.
> 2. Criar condições para uma vinculação efetiva e realista das Faculdades de Filosofia para os estabelecimentos de ensino de tôda sua região geo-educacional, através de contínua prestação de serviços.
> 3. Impedir que se estabeleçam condições de disparidade entre os professôres formados nos cursos ordinários de licenciatura de 1º ciclo com 3 anos de estudos e carga horária mínima de 2025 horas e os formados em cursos de menor duração (DOCUMENTA, 1970a, p.12).

Esse curso emergencial teria como características (DOCUMENTA, 1970a): o afastamento do professor por um ano para dedicar-se ao curso no seu primeiro ano, e nos demais anos de licenciatura ele retornava a sua sala de aula onde lecionava, uma vez que nos anos seguintes o curso seria realizado de forma intensiva no período de férias; a carga horária seria a mesma de um curso regular, mas com outra distribuição; aprimorar o professor para corrigir seus antigos erros; manter o vínculo do professor por dois anos com a faculdade, auxiliando no seu processo formativo; aproximar as Faculdades de Filosofia aos

estabelecimentos de ensino de nível médio, de forma a fazer um acompanhamento das atividades do docente em formação; possibilitar à universidade maior conhecimento da realidade do ensino ginasial e médio das escolas; e aproveitamento da estrutura e dos professores das Faculdades de Filosofia em período de férias para a formação do professor.

Os cursos planejados para iniciarem suas atividades eram os de Estudos Sociais, Ciências e Letras, que possuíam algumas disciplinas em comum (DOCUMENTA, 1970a). Essas licenciaturas tinham uma carga horária prevista de 2070 horas, distribuídas em 3 anos:

- 1620 horas-aula no primeiro ano, ministradas em um período de 9 a 10 meses e distribuídas da seguinte forma: 720 horas-aula de disciplinas de Cultura Geral Básica; 720 horas-aulas de disciplinas específicas do curso e disciplinas pedagógicas. Essas disciplinas eram concentradas em um período integral, no qual o professor se encontra afastado da sala de aula;
- 225 horas-aula no segundo ano, distribuídas em 90 horas-aulas em julho e 135 horas-aula em janeiro e fevereiro. As disciplinas cursadas compreendiam 120 horas-aulas de disciplinas pedagógicas e 105 horas-aula de disciplinas específicas do curso. Nesse ano havia um acompanhamento pela Faculdade dos alunos em suas escolas;
- 225 horas-aula no terceiro ano, separadas na mesma época do ano, como no segundo ano. As disciplinas compreendiam 60 horas-aulas de disciplinas pedagógicas e 165 horas-aulas de disciplinas específicas. Nesse último momento havia a apresentação de um relatório do estágio supervisionado, realizado ao longo dos dois últimos anos da licenciatura.

As disciplinas eram separadas em três blocos, com os dois primeiros comuns a todos os cursos:

- Disciplinas de Cultura Geral Básica com uma carga de 720 horas-aulas, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Iniciação à Pesquisa, Lógica e Linguagem, Introdução à Filosofia, Cultura Brasileira, Pesquisa Científica, Estatística, Fundamentos de Biologia, Fundamentos de Psicologia e Sociologia Geral;
- Disciplinas pedagógicas com uma carga horária de 360 horas-aulas, distribuídas entre as disciplinas de: Psicologia da Educação, Aprendizagem e Adolescência; Estrutura e Funcionamento do ensino de 2º grau; Didática; e Prática de Ensino, com Estágio Supervisionado;
- Disciplinas específicas do curso de Ciências com carga horária de 990 horas-aulas, distribuídas nas disciplinas de: Matemática, Física Geral e Experimental, Química, Ciências Biológicas, Elementos de Geologia, Desenho Geométrico e um grupo de disciplinas

escolhidas entre Matemática e Ciências Biológicas.

Segundo parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), o curso teve uma distribuição considerada desigual (DOCUMENTA, 1970a), tanto no aspecto dos anos do curso como na distribuição das disciplinas. O primeiro motivo se deu pela quantidade excedente de aulas no primeiro ano, com uma carga horária diária elevada, e da má distribuição nos outros anos do curso, tendo uma média diária de aulas muito baixas se comparado com o primeiro ano. Já a segunda justificativa permeia a grande ênfase dada à formação em Cultura Geral Básica e pouca atenção para as disciplinas específicas, principalmente ao se tratar do curso de Ciências, pois para formar um professor de Matemática, apenas 24,6% da carga horária total do curso era específica da disciplina.

Contudo, a proposta de criação de um curso com as características acima elencadas continuou durante a década de 1970. Não tivemos acesso a maiores informações, mas, conforme o Decreto nº 72.668/73, corrigido pelo Decreto nº 73.480/74 houve a autorização do funcionamento das licenciaturas de 1º grau de Ciências, Estudos Sociais e Letras em regime especial (DOCUMENTA, 1979).

Cada curso possuía 90 vagas no momento de sua abertura que deviam ser distribuídas de forma que não afetasse as 90 vagas dos cursos regulares, os quais também existiam na universidade. Essas licenciaturas aprovadas eram realizadas no período de férias, com a mesma carga horária dos cursos ordinários. As disciplinas eram ministradas por professores auxiliares aprovados pelo Conselho Departamental. Para facilitar os estudos nos cursos a disciplina de Prática de Ensino era feita nos locais de exercício dos alunos-professores.

No parecer sobre a criação do curso de Pedagogia na mesma modalidade emergencial (DOCUMENTA, 1979) constavam vários elogios aos cursos que já existiam, ressaltando a estrutura da universidade, suas práticas de pesquisa e extensão, entre outros aspectos. Assim, ficou autorizada a abertura de novas turmas para os cursos emergenciais. Em uma dessas turmas do curso de Ciências, o professor José desenvolveu os seus estudos.

Para José, mesmo tendo que percorrer uma grande distância, foi rentável realizar este estudo, pois as despesas eram reduzidas, dado que o deslocamento era em determinados períodos do ano e não exigiam viagens constantes para Aparecidinha do Oeste. Porém, era sacrificado o período de férias desses professores, o que ocasionava em um desgaste, como no caso do professor José, que após dois anos de curso, decidiu transferir a sua matrícula para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama.

Em 1980, a FIDENE entra, novamente, com pedido de autorização do funcionamento, em regime especial, dos cursos de licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática,

em Física, em Química e em Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, só que não mais na modalidade de 1º grau, mas de licenciatura plena, visando à formação de professores para o 2º grau (DOCUMENTA, 1980).

Segundo o parecer nº 1.313/80, os cursos de licenciatura de 1º grau já funcionavam por cinco anos sem o devido controle e supervisão. Porém, sem existência de fiscalização, e valendo-se apenas da experiência da entidade mantenedora, o curso é renovado por mais três anos, agora na modalidade de licenciatura plena.

O objetivo desse curso era qualificar a grande quantidade de professores leigos que atuavam no Rio Grande do Sul (DOCUMENTA, 1980), principalmente dos pequenos municípios, pois eram locais onde não existiam faculdades para que o professor buscasse a sua formação. Além disso, no objetivo do projeto, constava que esse curso beneficiaria não apenas o professor do Rio Grande do Sul, mas de outros estados, como Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás, devido à localização de Ijuí, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, considerava-se que o curso era exequível para professores que não tinham como se deslocar diariamente para realizar sua licenciatura.

Outro ponto que consta no projeto para a abertura dos cursos de licenciatura plena da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí é relativo à carga horária, que respeitava as especificações do curso regular, ofertando as mesmas disciplinas. Essa carga horária ficava dividida em três períodos durante o ano: o primeiro período era o de férias de verão com 280 h/a; o segundo período era o das férias de inverno com 200 h/a; e por último o terceiro período, que ocorria no mês de dezembro com 120 h/a.

O aluno que desejasse cursar a licenciatura plena em Ciências com habilitação em Matemática, Física, Biologia e Química em regime presencial deveria ter compromisso com as aulas:

> O estudo de uma disciplina iniciado num dos períodos de frequência às aulas deve obrigatoriamente ser continuado pelo aluno mediante leituras programadas pelo professor, trabalhos e exercícios práticos, devendo ser concluído no período seguinte, com complementação em aula e avaliação final de aprendizagem (DOCUMENTA, 1980, p. 119).

Para formar as novas turmas desse curso, seriam oferecidas 140 vagas, divididas igualmente entre as quatro habilitações específicas: Física, Matemática, Química e Biologia, que deveriam atender professores leigos de outros municípios que não fosse Ijuí, uma vez que havia a preocupação de formar professores desses outros locais. Já os professores das licenciaturas eram os mesmos dos cursos regulares.

Assim, a partir de 1981 começou a ser ofertado o curso de licenciatura plena em Ciências com habilitação em Matemática, Química, Física e Biologia em regime especial. Nos anos seguintes, esse curso continuou contando com algumas estratégias por parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí para facilitar a vida dos seus estudantes, mas que foram proibidas pelo CFE. Uma delas se tratava do aproveitamento dos professores que já possuíam licenciatura curta na disciplina e tentavam obter a licenciatura plena de uma forma mais acelerada. Conforme o Parecer nº 328/84 (DOCUMENTA, 1984a), o ex-aluno de licenciatura curta deveria seguir no ritmo do curso, mesmo conseguindo a equivalência de algumas disciplinas. Já o outro aspecto em que se tentava burlar o regimento de criação do curso dizia respeito à frequência simultânea no curso de regime especial e no curso regular, sendo amplamente proibida, pois descaracterizaria a especificidade do regime especial.

Em 1982, há um novo pedido para a manutenção dos cursos em regime especial por mais três anos (DOCUMENTA, 1982a). Por meio do relatório apresentado, encontramos que, até 1981 o curso de Ciências (licenciatura de 1º grau) já havia formado 417 alunos[59]. Porém, esse parecer não é favorável à continuação dos cursos de licenciatura plena que a universidade desejava renovar, pois não houve nenhuma avaliação dos mesmos. Dessa forma, não foi concedido o pedido de abertura do curso de licenciatura em 1º grau de Ciências com habilitação em Matemática, Química, Física e Biologia, mas apenas o de licenciatura de 1º grau em Ciências, com 90 vagas.

Em 1985 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí tem seu reconhecimento como Universidade de Ijuí (UNIJUÍ) e, segundo o relatório do Parecer 805/85 (DOCUMENTA, 1985) ela continua ofertando o curso em regime especial de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática, Química, Física e Biologia[60]. Porém, as vagas ofertadas diminuem em todos os cursos de regime especial[61], acarretando que em dezembro de 1985 foi aprovado o Parecer 805/85 que solicitava a abertura de concurso vestibular para os anos de 1986, 1987 e 1988, sendo os últimos para a realização desse estilo de curso (DOCUMENTA, 1985).

Assim, foi dado parecer favorável para a continuação da licenciatura de 1º e 2º graus em Ciências, com 140 vagas, sendo 50 para Matemática e 45 tanto para Biologia como para

[59] Nos demais cursos ofertados nessa modalidade o número de formados até 1981 é o seguinte: 235 em Pedagogia, 615 em Estudos Sociais (licenciatura de 1º grau), 637 em Letras (licenciatura de 1º grau) e 587 nas quatro habilitações de Artes Práticas (DOCUMENTA, 1982a).

[60] Não encontramos em nossa pesquisa nas revistas Documenta informações acerca do funcionamento entre 1982 e 1985 do referido curso.

[61] Havia proposta de continuação dos cursos de licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais, licenciatura de 2º grau de Letras e licenciatura plena em Pedagogia e suas habilitações.

Química. Dessa forma, após praticamente vinte anos é encerrado o regime especial para a formação de professores leigos atendidos pela UNIJUÍ.

4.3.3.2 A formação em Filosofia e em Ciências em Passo Fundo (RS)

O professor Lotário Knob procurou sua formação superior em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, na Universidade de Passo Fundo (UPF), após ter realizado os seus estudos em seminários no mesmo estado. A universidade começou a ser formada na década de 1950 quando se instalaram na cidade

> [...] a Sociedade Pro-Universidade de Passo Fundo e o Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo. A primeira fundou uma Faculdade de Direito, uma de Economia, uma de Odontologia e o Instituto de Belas Artes. A segunda, a Faculdade de Filosofia, com os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras, Ciências Naturais e Estudos Sociais. Em 1961 o governo estadual fundou uma Escola de Agronomia (DOCUMENTA, 1968a, p. 21).

Em 26 de junho de 1965 foi criada a "Fundação Universidade de Passo Fundo" que passou a ser a responsável pelas duas entidades citadas anteriormente. Conforme o Decreto nº 62.835, de 6 de junho de 1968, é autorizado o funcionamento da Universidade de Passo Fundo.

O professor Lotário não procurou, inicialmente, a formação na área de Matemática, mas de Filosofia, no ano de 1979, concluindo o curso em 1982. Porém, temos poucas informações sobre esse curso. Na realidade, o que nos chamou a atenção diz respeito ao curso de Ciências, ofertado em uma modalidade muito próxima ao que era proposto em Ijuí.

Conforme dados da revista Documenta (1982a), em 1982 fez-se o pedido para a continuação do programa de cursos em regime de férias da Universidade de Passo Fundo, sendo o mesmo aceito para um período de cinco anos, ou seja, com abertura de turmas nesses cursos até 1987, conforme o Parecer nº 631/82. Assim, encontramos outro curso nos mesmos moldes do que era realizado na UNIJUÍ.

Segundo o relatório que consta no Parecer citado acima (DOCUMENTA, 1982a), a Universidade de Passo Fundo contava com o programa de licenciaturas em regime especial de férias desde 1970 quando foram autorizados os cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, ou seja, antes da UNIJUÍ. Assim, conforme o relatório apresentado, a Universidade solicitava a continuidade das licenciaturas de 1º grau em: Ciências, Educação Artística e Artes Práticas (habilitação em Educação para o Lar, habilitação em Técnicas Agrícolas, habilitação em

Técnicas Comerciais e habilitação em Artes Industriais); e das licenciaturas plenas, na forma de complementação de estudos em: Letras (habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa), habilitação em Biologia, habilitação em Matemática, História, Geografia, Economia Doméstica, Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau – Setor de Técnicas Agropecuárias; Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º Grau – Setor de Técnicas de Comércio e Serviços – habilitação em Comércio, habilitação em Desenho e Pedagogia – habilitação em Supervisão Escolar.

A seleção dos alunos para esses cursos envolvia duas etapas: a realização de provas escritas de conhecimentos gerais e um exame de situação magisterial do candidato, por meio de entrevistas. Os alunos selecionados ainda deveriam estar exercendo o magistério em localidades do interior do Estado (DOCUMENTA, 1982a).

Durante o curso, o corpo docente era formado por professores da universidade ou de outras instituições de ensino superior (DOCUMENTA, 1982a).

Nesse mesmo relatório da revista Documenta (1982a), constavam informações acerca da quantidade de alunos que o curso recebeu entre os anos de 1970 a 1977, mostrando que a demanda de vagas diminuiu, uma vez que existiam outras universidades com esse modelo de curso de férias, e algumas áreas como Língua Portuguesa e Estudos Sociais já contavam com um grande número de professores licenciados.

Assim, o parecer é favorável à continuação de alguns cursos solicitados por mais cinco anos: Licenciatura em Ciências (1º grau); Licenciatura em Educação Artística (1º grau); Licenciatura em Artes Práticas, habilitações em Técnicas Agrícolas e em Educação para o Lar; Licenciatura em Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar; e Licenciatura em Técnicas Agropecuárias (2º grau).

Porém, em 1984 é feito um novo pedido para a continuação dos cursos de licenciatura plena em Matemática, conforme o Parecer nº 50/84 (DOCUMENTA, 1984b), uma vez que a procura por esse curso era grande e havia um *déficit* no sistema de ensino gaúcho nessa área, conforme consta no Parecer. Assim, é autorizado o prosseguimento desse curso por mais três anos.

Isso nos mostra uma política diferenciada para a formação mínima de professores para o exercício do magistério nos 1º e 2º graus, e que ocorria não apenas nessas duas universidades gaúchas, mas em várias outras desse Estado.

Devemos lembrar que mesmo essas formações eram adaptações à Lei 5692/71, uma vez que os professores leigos realizavam a sua formação, mas não abandonavam a sala de

aula para os seus estudos. O professor formava-se, portanto, em prática de sala de aula. Dessa forma, percebemos que, mesmo com a criação da Lei 5692/71, já havia a necessidade urgente de adaptações para suprir a demanda de professores capacitados para lecionarem. Tornava-se, então, necessário investir em cursos de curta duração, que poderiam rapidamente dar um retorno de professores formados em um curto período de tempo.

Outro ponto digno de nota são os anos de duração dessas propostas emergenciais, o que evidencia um grande equívoco ao se pensar numa formação mínima para o professor por meio da Lei 5692/71 e da demanda que passou a ser exigida. Tanto os cursos emergenciais de Ciências na UNIJUÍ como na UPF duraram em torno de 20 anos, ou seja, por todo esse período a formação não conseguiu ser a adequada (uma licenciatura sem ser no caráter emergencial) e ainda não conseguia suprir a demanda de professores.

Dessa forma, fica evidente a precariedade da Lei 5692/71, ao se pensar que todos os professores deveriam ter formação mínima, mas que não havia planos para que a situação fosse adequada em poucos anos. Foram necessários, praticamente 20 anos para que a formação mínima "ideal" fosse realizada nas mesmas regiões do Rio Grande do Sul. Porém, dúvidas ficam: essa formação foi necessária para o professor lecionar em uma aula de Matemática ou em outras disciplinas, passando um ensino de qualidade? Esse problema foi resolvido definitivamente nos dias atuais? Acredito que algumas respostas podem até ser elaboradas, mas não nesse momento ainda.

4.3.3.3 Professores de Itaipulândia estudando no Paraná: o caso de Umuarama

Para os professores entrevistados, Umuarama foi a primeira opção de ensino superior no próprio Paraná, pois na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquele município havia cursos que poderiam suprir as necessidades de formação dos professores itaipulandienses.

O professor de Itaipulândia, que precisava buscar a sua formação em nível superior, tinha algumas opções viáveis e inviáveis para escolher: poderia deslocar-se diariamente para outro município da região e cursar a sua licenciatura; ou escolher uma faculdade que ofertasse licenciaturas em determinados dias da semana ou em alguns períodos do ano, com uma dedicação exclusiva nesse período, mesmo que isso exigisse sacrifício de suas férias do ano letivo.

A primeira opção era inviável para quem residia em Itaipulândia no início da década de 1980, momento em que a formação superior começava sua expansão e aumentava sua procura. As licenciaturas estavam em cidades muito distantes e o deslocamento era

extremamente complicado devido às más condições das estradas. Por isso, os professores itaipulandienses escolhiam realizar os cursos que mais se adequavam às suas condições empregatícias e de deslocamento.

Como já apresentamos, o professor José iniciou, mas não concluiu um curso em Ijuí para o qual se deslocava apenas nos períodos de férias escolares. Ele decidiu pedir a transferência do curso para outro que melhor se encaixasse em suas condições: os cursos realizados em "finais de semana" ou "cursos vagos", ou seja, cursos superiores realizados em dias específicos da semana, por exemplo, às sextas-feiras à noite e ao longo de todo o sábado. Para isso, a melhor opção encontrada foi em Umuarama, uma cidade muito mais próxima de Itaipulândia.

Criada em 1972 pela Associação Paranaense de Ensino e Cultura (APEC), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama[62], iniciou suas atividades com os cursos de licenciatura em Pedagogia (magistério) e Estudos Sociais. Em 1975, foram criados os cursos de Ciências (Matemática) e Letras.

Conforme o Decreto nº 75.713, de 12 de maio de 1975 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve o curso de licenciatura de 1º grau e plena em Ciências, reconhecido (DOCUMENTA, 1975a). Esse seria o curso que mais tarde seria frequentado por José Griebeler, em 1982. A escolha pelo mesmo curso em Umuarama era vantajosa, uma vez que seria possível a equivalência de matérias e, principalmente, pela modalidade do curso, assim como já apontamos. Dessa forma, José concluiu rapidamente a sua formação.

Outro curso que também foi reconhecido pelo mesmo parecer foi o de licenciatura plena em Letras, o qual foi feito pela professora Oneide, a partir de 1985. Oneide via, assim como José, uma oportunidade de cursar o ensino superior e, dessa forma, ter a formação mínima exigida para atuar nas séries finais do primeiro grau. A professora Oneide nos relatou que seu curso tinha as mesmas características do curso de Ciências, sendo frequentado apenas nas sextas-feiras à noite e nos sábados durante o dia todo.

Segundo esta professora, a necessidade de aulas no sábado se dava pelo fato de o curso ser no período noturno e com aulas diárias. Porém, ela e outros alunos, por residirem distante de Umuarama, "compensavam" as aulas perdidas de segunda à quinta com aulas durante todo o sábado. Dessa forma, era possível ter uma frequência de 75% nas disciplinas, uma vez que elas eram repassadas no sábado, dia com aulas pela manhã e tarde.

[62] Em 9 de dezembro de 1993, da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama com outras instituições superiores de Umuarama foi criada a Universidade Paranaense (UNIPAR), que criou vários campi em diversos municípios paranaenses.

A escolha de Oneide pela formação, em nível superior em Português e não em Matemática, se deu por já existir um professor de Matemática na Escola Estadual Tiradentes, enquanto que havia a falta de um professor de Português. Assim, esse fato influenciou a sua escolha, e após a conclusão da licenciatura curta na disciplina, não lecionou mais Matemática.

Oura opção de curso, encontrada em Umuarama, era o Esquema II, realizado pelo professor José Griebeler entre 1984 e 1986. Essa formação era importante para a região, pois os alunos tanto do Esquema I como do Esquema II realizavam a sua capacitação para atuar no ensino técnico, que era difundido em vários municípios da região Oeste do Paraná e que contava como seus professores, os donos de escritórios de contabilidade, que mesmo possuindo curso superior em Ciências Contábeis não eram habilitados para lecionar nos cursos técnicos.

Desde a criação da Lei 4.024/61 a formação do professor dos cursos técnicos já era tratada. Porém, ela variou muito ao longo da década de 1960: o professor poderia ter a formação em nível técnico e depois obter um diploma de curso superior, desde que existissem disciplinas da área escolhida em ambos os cursos; possuir uma formação em nível superior; ou ter sido aprovado em algum exame de suficiência e fazer o ensino superior dentro de um determinado prazo para que fosse reconhecido como docente desses cursos (MACHADO, 2008).

Conforme a Portaria Ministerial nº 339 de 1970, os cursos de Esquema I e Esquema II foram desenhados como emergenciais para a formação do professor dos cursos técnicos (MACHADO, 2008). Assim, de acordo com a Portaria Ministerial nº 432/71 houve a instituição dessas duas formas emergenciais para a formação de professores das disciplinas específicas do ensino de 2º grau, criando-se normas relativas à formação superior de professores de disciplinas especializadas para o ensino de 2º grau, relativa às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, sendo prevista a formação em dois esquemas:

> O Esquema I, para portadores de diplomas de grau superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos apenas à complementação pedagógica, com a duração de 600 horas; o Esquema II para portadores de diplomas de técnico de nível médio, nas referidas áreas, com a duração de 1080 horas, 1280 horas ou 1480 horas, conforme o caso, de formação de conteúdo, abrangendo formação geral e profissional, e ainda as 600 horas de formação pedagógica (DOCUMENTA, 1975a, p.23).

De acordo com a Portaria nº 432-BSB, de 19 de julho de 1971, artigo 16, "[...] o licenciado cujo curso se haja estruturado na forma do Esquema I terá direito a registro como professor de ensino médio em até três disciplinas dentre as constantes da correspondente área

de habilitação para o magistério" (DOCUMENTA, 1975a, p. 23). Já o artigo 17 dessa mesma Portaria discorre sobre o aluno do curso de Esquema II, o qual tem o direito de ministrar uma, duas ou até três disciplinas para o ensino médio.

O Esquema II ainda continha mais especificidades, principalmente em relação às disciplinas, uma vez que era necessária a formação em três segmentos: o propedêutico (três disciplinas adequadas à área econômica envolvida[63]), o profissional (com disciplinas na área de habilitação) e o pedagógico seguindo as mesmas orientações do Esquema I, ou seja, 600 horas (MACHADO, 2011).

Essa formação emergencial foi aprovada na véspera da aprovação da Lei 5.692/71 que criava o ensino de segundo grau como técnico-profissionalizante. Desse modo, de antemão, percebeu-se o problema da formação dos professores para esse grau de ensino, partindo novamente da estratégia de criação de cursos emergenciais para o cumprimento da Lei.

Porém, o Esquema que tinha o caráter provisório e emergencial, passou a ser tratado como licenciatura, conforme a Resolução nº 3/77, sendo que esse trabalho de transformação deveria acontecer ao longo de três anos (MACHADO, 2008). Contudo, conforme o Parecer nº 335/82 (DOCUMENTA, 1982b), percebeu-se que o profissional que melhor é formado é aquele que já frequentou os cursos técnicos ou o curso superior da área desejada, em relação àquele que é sem experiência na área. Dessa forma, aparenta ser a melhor escolha, a ênfase aos Esquemas I e II em detrimento das licenciaturas.

Os cursos de Esquema I e Esquema II foram oscilando conforme a necessidade dos estabelecimentos de ensino superior durante um bom tempo, ora como licenciaturas em áreas específicas, ora como cursos emergenciais (DOCUMENTA, 1982b). Além disso, eles continuaram sendo válidos até a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional 9394 de 1996.

Esses cursos continuaram formando professores para essas disciplinas mesmo depois da Lei 7044 de 1982, que se definia pela não obrigatoriedade dos cursos técnicos nos estabelecimentos com o 2º grau. Além disso, José, com a formação no Esquema II atuou, por alguns anos, como professor no curso de técnico em contabilidade, que foi instalado no Colégio Estadual Costa e Silva de Itaipulândia.

Percebemos, então, mais uma vez, a necessidade de uma formação emergencial para a atuação dos professores nos diferentes níveis do ensino, mas mostrando descontinuidade na política pública educacional no que diz respeito à formação de professores.

[63] Pela formação que José almejava na área de contabilidade, as disciplinas que ele deveria cursar correspondiam à Matemática, Economia e Administração, pois se tratavam do setor terciário da economia.

4.3.3.4 A outra opção viável do Paraná para os itaipulandienses: os cursos em Palmas (PR)

A cidade de Palmas (PR) se mostrou como outra possibilidade para a obtenção da formação em nível superior por alguns professores entrevistados, sendo uma opção muito comum para a região, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990. No caso dos nossos entrevistados, tivemos três professores que buscaram fazer os seus estudos nessa cidade. O professor Guido Miranda com o curso de Ciências Contábeis na década de 1980, o professor Lotário Knob em Ciências com habilitação em Matemática em meados da década de 1980[64] e Nelson Domingues, que procurou a graduação na licenciatura em Filosofia no início da década de 1990.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR) foi muito importante para o ensino superior da região sudoeste do Paraná e da região noroeste de Santa Catarina, pois sua localização é fronteiriça a esse Estado. Além dessas regiões, a Faculdade tornou-se uma grande receptora de estudantes oriundos da região Oeste do Paraná, pois o ensino superior estava concentrado, ainda, na região de Curitiba, em Ponta Grossa e no norte do Estado, mais precisamente em Londrina. Assim, muitos professores de Itaipulândia e região buscaram a formação em Palmas (PR), pois era a localidade de mais fácil acesso para todos.

A primeira tentativa de abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR) se deu em 1967 quando o "Centro Pastoral, Educacional e Assistencial 'Dom Carlos'", patrocinado pelo Bispado de Palmas (PR) solicita o funcionamento de uma Faculdade, conforme Parecer nº 94/68 (DOCUMENTA, 1968a), destacando a importância que teria para a região, pois o Paraná contava apenas com nove Faculdades de Filosofia e Palmas (PR) encontrava-se muito afastada dos locais dessas Faculdades. Porém, as condições para a abertura do curso não eram as mais adequadas, sendo necessárias algumas modificações.

Após efetuar algumas pequenas mudanças, o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial "Dom Carlos" tentou, novamente, a abertura da Faculdade contando com os cursos de Pedagogia, Letras, Filosofia Pura e História, mas ainda assim as condições não eram adequadas (DOCUMENTA, 1968b). Somente depois de doações de livros e dinheiro à instituição mantenedora, o CFE foi favorável à abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e

[64] O professor Lotário não concluiu a sua formação.

Letras de Palmas (PR), com os mesmos cursos solicitados, conforme o Parecer nº 568/68 (DOCUMENTA, 1968c).

Para conseguir a abertura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, não apenas as pessoas ligadas à Igreja Católica e responsáveis pela mantenedora lutaram para a obtenção desse direito, mas toda a população, uma vez que se tratava de um município pequeno e em uma região isolada, principalmente quando se tratava do ensino superior (LUPORINI, 2008). Assim, a comunidade local tentava ajudar de várias maneiras, principalmente quando chegavam autoridades para avaliar a proposta.

Essa atitude de abertura da Faculdade em Palmas (PR) era uma ação contrária ao que o Poder Público pensava para a região, já que não havia pretensões para a criação de algum estabelecimento de ensino no local, pois os esforços eram centrados em outras regiões (LUPORINI, 2008).

Conforme o Decreto 72.452/73 a faculdade é reconhecida e nos anos seguintes vai expandindo a sua atuação, mesmo passando por sérias dificuldades, como o uso de Colégios da cidade para ser a sede da Faculdade, além de contar com professores leigos para ensinar nos seus cursos (LUPORINI, 2008).

Com a expansão do ensino superior na cidade, é criada a Faculdades Reunidas de Palmas (PR), autorizada a funcionar conforme o Decreto nº 84.784/80 e sendo reconhecida em 1983, conforme a Portaria Ministerial nº 76. Assim, conforme Luporini (2008) a Faculdade começou a funcionar com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Mais tarde foram criados os cursos de Educação Física, Administração Rural e Ciências com habilitação em Matemática, Biologia e Química.

Foi nessa faculdade que alguns dos nossos entrevistados fizeram suas graduações. Guido Miranda contou-nos poucos detalhes sobre o curso de Ciências Contábeis, mas percebemos que o mesmo foi útil para sua atuação enquanto viveu na região e, posteriormente, quando foi para Rondônia e construiu seu escritório de contabilidade (hoje sob a direção de seu filho). O curso que Guido realizou foi reconhecido por meio da Portaria nº 76 do MEC, de 18 de fevereiro de 1983 (DOCUMENTA, 1983b).

Já Lotário e Nelson nos contaram que os cursos que realizaram também podiam ser considerados como “cursos vagos”, já que eram frequentados apenas em uma semana por mês, na qual os alunos tinham que entregar trabalhos, se preparar e estudar para as provas. Era uma formação viável para eles, pois exigia o deslocamento em apenas uma semana do mês, não comprometendo tanto seu trabalho.

Lotário iniciou o curso de Ciências com habilitação em Matemática com o objetivo de regularizar sua situação perante o Estado, a fim de continuar lecionando Matemática, já que possuía formação em Filosofia. Porém, não terminou o curso, já que ao assumir a direção do Colégio Estadual Costa e Silva, ficou difícil se ausentar por uma semana inteira dessa atividade, além da docência. O professor ainda destacou em sua entrevista que o curso continha disciplinas específicas de Matemática e as disciplinas pedagógicas, as quais ele pode aproveitar de sua graduação em Filosofia.

O professor Nelson Domingues cursou a licenciatura em Filosofia. Nelson já havia realizado os estudos em nível superior em seminário maior na área de Filosofia Pura[65] e conseguiu a validação dessas disciplinas alguns anos depois[66]. Porém, ainda era necessário fazer a licenciatura em Filosofia. Dessa forma, o curso ofertado em Palmas (PR) foi escolhido por Nelson por se tratar da cidade mais próxima.

Em 2001, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR) e a Faculdades Reunidas de Palmas (PR) foram unificadas, criando as Faculdades Integradas de Palmas (PR) (FACIPAL), que foi posteriormente denominada como Faculdades Integradas Católicas de Palmas (PR).

A partir de 2010, a FACIPAL foi anexada ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori.

Percebemos que os moradores de Itaipulândia, no entanto, não procuram mais pelos cursos da cidade de Palmas (PR) atualmente, principalmente pela distância entre as duas cidades e devido ao formato dos cursos, uma vez que eles são presenciais e, com isso, há a necessidade de estabelecer residência na cidade.

4.3.3.5 A volta das viagens longas: os cursos em Presidente Prudente

A professora Oneide Patrício, o professor Lotário Knob e o professor Nelson Domingues buscaram uma formação complementar no interior de São Paulo, em Presidente Prudente, uma prática muito comum para vários professores de Itaipulândia e região, em virtude, principalmente, do formato do curso que conseguia minimizar o principal problema dos professores itaipulandienses: não poderem abandonar a docência enquanto se formavam.

Lotário após ter feito o curso de Filosofia na UPF, uma pós-graduação em História das Américas em Palmas (PR) e iniciado o curso de Matemática nesta última cidade, resolveu

[65] Mais informações na sequência do trabalho.
[66] Mais informações na sequência do trabalho.

iniciar o curso de Direito junto à Faculdade de Direito de Presidente Prudente, reconhecida desde 21 de agosto de 1967, conforme o Decreto nº 61.194 (DOCUMENTA, 1967).

A professora Oneide buscou o curso de licenciatura plena em Letras, na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)[67], pois já havia cursado a licenciatura curta em Umuarama.

Já o professor Nelson cursou a licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática ao longo da década de 1990 para regularizar a sua situação, já que a maior parte de suas aulas era na área de Matemática, e então era necessário regularizar a sua situação.

Todos esses professores buscaram fazer os cursos citados acima, pois eles eram estruturados de formas diferentes de outros: aconteciam nos "finais de semana", ou seja, durante a sexta-feira, no período noturno, e durante todo o sábado. Esse formato de curso é ilegal e foi alvo de várias denúncias. A primeira que encontramos é tratada no Parecer nº 507/83 (DOCUMENTA, 1983a), feita pela Delegacia do Ministério da Educação e Cultura (DEMEC) do Mato Grosso do Sul envolvendo a Faculdade Integrada de Marília, as Faculdades Integradas Rui Barbosa (Andradina), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales, a Associação Prudentina de Educação e Cultura (Presidente Prudente), a Faculdade de Educação de Penápolis e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Urubupungá, todas do Estado de São Paulo.

Nessa denúncia constavam várias questões consideradas como graves pelo relator do processo (DOCUMENTA, 1984c), entre elas: "Frequências escolares apenas em dias de provas, alunos que residem e trabalham em outros Estados, às vezes, distantes da faculdade '*quase 1.000 km*', estágios '*simplificados*' sempre fora da sede e publicidade dos cursos '*2 ou 3 semestres – fins de semana*'" (DOCUMENTA, 1983a, p. 159, itálico do autor). Além disso, o relator lembra que, conforme a denúncia, a maioria dos alunos desses cursos eram funcionários do Estado do Mato Grosso do Sul, sendo professores e agentes administrativos, que trabalhavam 8 ou 12 horas diárias, sem condições de frequentarem regularmente o curso, devido à grande distância entre os dois estados.

A denúncia continuava apontando que essa configuração de formação era prejudicial tanto para as universidades sul-mato-grossenses como para os próprios alunos que retornam ao mercado de trabalho. Assim, o Parecer é favorável à abertura de inquérito nessas universidades a fim de investigar a situação dessas universidades.

[67] Conforme Parecer nº 817/84 (DOCUMENTA 1984c), a Associação Prudentina de Educação e Cultura solicitou autorização para a criação da UNOESTE, a qual seria composta pelas faculdades de: Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Engenharia Cons. Algacyr Munhoz Maeder, Ciências da Saúde, Fisioterapia e de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas. Ao todo a nova universidade contaria com 15 cursos de duração plena e 19 habilitações.

No Parecer nº 816/84 (DOCUMENTA, 1984c), constava que, conforme o relatório feito pela Comissão de Inquérito Administrativo relativo à denúncia do DEMEC-MS, não havia irregularidades na Associação Prudentina de Educação e Cultura (a futura UNOESTE), uma vez que: dos nomes relacionados à denúncia, poucos eram alunos da entidade; o deslocamento rodoviário entre o Estado de Mato Grosso do Sul e de São Paulo é fácil; nos três dias de visita houve frequência normal dos alunos e funcionamento regular do curso; os alunos que prestam o exame de segunda chamada frequentam pelo menos 50% das aulas, o que é o mínimo exigido pelo regimento da universidade, entre outros fatores.

As denúncias continuaram, conforme percebemos na Indicação 1/85 e seu referido Parecer de nº 639/86 (DOCUMENTA, 1986). No relatório desse parecer encontramos informações sobre o deslocamento feito por meio de transporte individual ou coletivo fretado de alunos de estados vizinhos para realizar os estudos em regime de concentração de aulas e trabalhos escolares em finais de semana. Além disso, abordava questões acerca da falta de respeito do limite de faltas, conforme o regimento, bem como a realização dos exames de segunda ordem de alunos sem frequência mínima.

Uma das medidas tomadas pelo Conselho Federal de Educação foi criar uma Resolução que regulamentava a presença mínima de 75% dos alunos às aulas e demais atividades escolares de cada disciplina, sendo que essa presença mínima era necessária para a prestação dos exames finais de segunda época (DOCUMENTA, 1986). Com isso, esperava-se frear o funcionamento dos cursos de finais de semana.

A professora Oneide, na década de 1980, conseguiu se formar em um curso no estilo dos denunciados e, nos anos seguintes, como ela, vários alunos de Itaipulândia, viajando, inclusive com transporte público, para esses cursos, com a saída na sexta-feira para Presidente Prudente e o retorno marcado para o domingo. Desse modo, profissionais de várias disciplinas conseguiram a titulação mínima exigida pela Lei 5.692/71 por meio da realização dos cursos no interior paulista. Evitar que esses cursos funcionassem/funcionem de forma irregular, ainda é uma tarefa difícil, pois mesmo que, informalmente, tomamos conhecimento de alguns deles.

4.3.3.6 Enfim o ensino superior no Oeste do Paraná

Como já apontamos ao longo de todo o trabalho, a região Oeste do Paraná estava em grande expansão econômica, e a partir das décadas de 1950 e 1960 houve uma expansão no ensino secundário em várias cidades como Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Com isso, muitos alunos ao terminarem o secundário ou os cursos técnicos, não tinham mais a

possibilidade de seguir com os seus estudos na região Oeste do Paraná e, com isso, precisavam se mudar para outros locais, o que nem sempre era acessível para a população.

Em Cascavel, o município mais desenvolvido economicamente da região Oeste desde aquele período, acelerou a criação do ensino superior para suprir essa demanda de alunos formados no secundário, envolvendo o poder público municipal, a imprensa, os professores das escolas cascavelenses e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) (MARTIN, 2006). Assim, uma das primeiras atitudes foi a criação da Fundação Universidade Oeste do Paraná (FUOP) como mantenedora dessa nova instituição de ensino superior.

Posteriormente, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel:

> Em 15 de maio de 1972, o Decreto Federal 70.521 autoriza a implantação da Fundação Universidade do Oeste do Paraná – FUOP, como entidade Mantenedora e autoriza a implantação dos Cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências de 1º Grau e Letras Português - Francês/Inglês (MARTIN, 2006, p. 87).

Em 1972 foi realizado o primeiro vestibular para os cursos criados. Dessa forma, possibilitou-se a criação de licenciaturas para que Cascavel e região pudessem ter supridas as demandas de professores habilitados para o ensino. Em 1974, segundo Martin (2006), foi criada a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, mantenedora da Faculdade citada acima, surgindo então a FECIVEL.

Nos anos seguintes, os cursos de Matemática e de Ciências tiveram que ser convertidos em um único curso com dois planos distintos, conforme é relatado no Parecer nº 7.607/78 (DOCUMENTA, 1978). Assim, é mantido um único curso de Ciências, com dois planos: um de licenciatura de 1º grau e o outro de licenciatura plena, com habilitação em Matemática. É nesse segundo curso que Cecília Moretto realizou seus estudos.

A professora Cecília viajava diariamente de Medianeira a Cascavel para realizar o seu curso. Como as duas cidades são relativamente próximas e já existia a BR-277 ligando-as, foi possível realizar a licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática.

Como nos apresentou em sua entrevista, o curso foi bastante diversificado e após o segundo ano a referida professora optou pela continuidade em Matemática. Nesse momento, cursou as disciplinas específicas de Matemática e realizou o estágio supervisionado e a prática de ensino ao longo de dois anos.

Logo após ter terminado a sua graduação, em 1985, Cecília recebeu um convite para lecionar em Itaipulândia e o aceitou. Dessa forma, ela era a primeira professora de

Matemática que veio de outro local já com a formação específica para ministrar aulas de Matemática. Lecionou também Ciências e Química.

Em Foz do Iguaçu, à mesma época do ocorrido em Cascavel, surgiu a necessidade de se instalar uma faculdade para atender, principalmente, à formação de pessoal especializado para o setor econômico. Creditamos isso à expansão populacional e econômica, em virtude da Itaipu e dos investimentos em turismo. Assim, em 1979, foi criada a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), com os cursos de Administração e de Ciências Contábeis[68]. Este último cursado por Derseu de Paula, que relatou sobre as dificuldades para a obtenção de uma sede para a FACISA, assim como de professores especializados, tanto que ao se formar, foi imediatamente contratado para lecionar no curso.

Devido à demanda econômica exigida por Foz do Iguaçu, em 1985, foi criada a primeira licenciatura em Letras e apenas em 1998 o curso de Matemática.

Em Toledo, foi criada a Fundação de Ensino Superior de Toledo, responsável pela Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo (FACITOL), devido ao apelo da comunidade, já que a cidade precisava de uma faculdade para atender aos alunos formados em suas escolas de segundo grau (RINALDI, 2002). Também, nessa cidade, houve a preocupação em se criar cursos que atendessem tanto aos setores econômicos como oportunizar uma formação humanística para a população. Dessa forma, em 1980 foi dado início ao curso de Ciências Econômicas e de Filosofia, os quais foram reconhecidos conforme a Portaria nº 69, de 17 de fevereiro de 1983 (DOCUMENTA, 1983b). Nos anos seguintes, a política de criação de cursos continuou a mesma, com o surgimento dos cursos de Secretariado Executivo Bilíngue e de Serviço Social.

Vale ressaltar que Nelson Domingues fez um curso intensivo na Toledo para validar as disciplinas de Filosofia Pura que havia realizado no seminário. Após isso, em um período de dois anos, ele conseguiu a habilitação para lecionar Filosofia, no curso feito em Palmas (PR) como já ressaltamos. Porém, continuou atuando principalmente em Matemática na Escola Estadual Tiradentes. Apenas durante a década de 1990 começou a lecionar Filosofia, devido à obrigatoriedade do seu ensino em algum momento do segundo grau.

Por fim, outro polo de ensino superior da região foi Marechal Cândido Rondon. No entanto, os professores que fazem parte de nossa pesquisa não estudaram em tal cidade. Nesse local foi criada a Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon em 1980, a

[68] Segundo a Portaria nº 218, de 24 de maio de 1983 (DOCUMENTA, 1983c), é reconhecido o curso de Administração e de Ciências Contábeis ministrados pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Foz do Iguaçu, mantida pela Fundação Educacional de Foz do Iguaçu.

mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR). Por possuir uma grande diversidade cultural, predominando a existência de imigrantes alemães, houve a valorização do ensino, o que refletiu nos primeiros cursos superiores criados no local (RINALDI, 2002). Assim, em 1980, foram criados os cursos de Ciências Contábeis, História e Letras com habilitação em Português, reconhecidos pela Portaria nº 73, de 18 de fevereiro de 1983 (DOCUMENTA, 1983b). A expansão continuou ao longo das décadas de 1980 e 1990 com os cursos de licenciaturas e os direcionados para a formação de profissionais para os setores econômicos da região.

A partir de meados de 1980, houve um movimento, junto ao governo estadual para a criação de uma universidade que, em princípio, seria a junção das faculdades FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR (RINALDI, 2002). Então, em 1987, foi criada a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, utilizando a sigla UNIOESTE. Em 1988, passou a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (FUNIOESTE).

Em 1994, houve o reconhecimento da UNIOESTE, tanto em nível estadual como pelo Ministério da Educação. Assim, essa se tornou a universidade mais importante na região Oeste do Paraná, sendo uma das grandes responsáveis pela formação dos professores de Matemática, como também das demais áreas.

4.3.3.7 A controversa formação em seminários

Entre os professores entrevistados, temos três que realizaram seus estudos em seminários: Guido Miranda e Lotário Knob nos níveis de primeiro e segundo grau e Nelson Domingues que além de ter feito os primeiros estudos em seminário, cursou também Filosofia Pura. Devido aos seus estudos iniciais é que Guido e Nelson conseguiram suas primeiras aulas. Já vimos o caso do professor Guido, que se tornou professor pela necessidade de Itacorá, e por ter uma formação que “agradava” aos responsáveis pelo Colégio Nossa Senhora de Fátima. Porém, o caso do professor Nelson foi diferente, uma vez que havia feito um curso superior que não era reconhecido para lecionar. Assim, caso quisesse ser um professor de Filosofia ele precisaria ter feito uma licenciatura na área. Contudo, devido à falta de professores e o reconhecimento que existia pelos estudos seminarísticos, Nelson conseguiu aulas de Matemática, primeiramente, em São José do Itavó e em Aparecidinha do Oeste.

No entanto, o reconhecimento dos estudos de Nelson feito em seminário sempre foi digno de polêmica. Desde a década de 1960, vários Projetos de Lei, pedidos de interessados e solicitações de pessoas contrárias ao processo de reconhecimento dos cursos aconteciam.

Um exemplo dessas situações é o que consta no Parecer nº 99/64 (DOCUMENTA, 1964) que trata sobre um pedido do Ministro da Educação para que o presidente do CFE seja contrário ao Projeto de Lei da Câmara de Deputados de nº 463/63, o qual trata em seus dois artigos sobre a equivalência dos cursos de Filosofia com duração mínima de três anos com os cursos de Filosofia, em nível superior, desde que o aluno, oriundo de um seminário maior, cursasse Didática pelo período de um ano, em uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ficando, dessa forma, equivalente ao curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Superior (CADES)[69].

Neste Parecer consta uma postura contrária do Ministro da Educação, acreditando que, dessa forma, o ensino ficaria sucateado, desrespeitando a LDB de 1961, uma vez que ela determinava a obrigatoriedade do exame de suficiência. Além disso, a CADES deixaria de ter importância nesse cenário, sendo irrelevante os seus cursos de Filosofia.

Em 1969, conforme a Indicação nº 11/69 (DOCUMENTA, 1969), o Presidente da Câmara de Ensino Superior (CESu) indicava que os portadores de diploma de curso de Filosofia de pelo menos dois anos feitos em seminários, poderiam prestar exame em Faculdades de Filosofia, apenas para o curso de Filosofia, a fim de cursar as disciplinas que faziam parte dos currículos de ambas universidades, de forma que, se aprovado, seria possível matricular-se no curso de Filosofia da Faculdade (sem precisar prestar vestibular) para concluí-lo, frequentando as disciplinas restantes do currículo do novo curso.

Com base nessa Indicação, houve a aprovação do Decreto-Lei nº 1.051, de 21 de outubro de 1969, "[...] que dispõe sobre o aproveitamento, em cursos de licenciatura, de estudos realizados em seminários maiores, faculdades teológicas ou instituições equivalentes, de qualquer confissão religiosa [...]" (DOCUMENTA, 1975b, p. 79). Porém, o referido Decreto-Lei foi um pouco mais além, ao definir que os portadores de diplomas de cursos de duração mínima de dois anos, feitos em seminários maiores, faculdades de teologia ou instituições equivalentes, poderiam ser pretendentes de uma vaga, após prestação de exame, de qualquer disciplina que tenha feito parte de seu currículo, obtendo uma licenciatura nessa área.

[69] Mais informações da CADES em: BARALDI, I.; GAERTNER, R.. Contribuições da CADES para a educação (matemática) secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica (1953-1971). **Bolema: Boletim de Educação Matemática**. Rio Claro, v. 23, nº 35 jun. 2010. Disponível em http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/3791/3147.

Sobre esses cursos pairavam dúvidas, principalmente, relativas à fiscalização que não existia em várias instâncias: muitas faculdades teológicas aceitavam alunos que não concluíram o ensino de segundo grau e lhe davam o título de graduado, bem como ofertavam cursos com duração menor do que dois anos; e, ainda sobre as faculdades receptoras, estas não faziam a devida conferência dos materiais entregues como o diploma, as cargas horárias das disciplinas e os pedidos de aproveitamento das disciplinas, tanto para escolher o curso como para abater as disciplinas já cursadas (DOCUMENTA, 1975b). Assim, nesse Parecer é sugerido que haja uma maior fiscalização, principalmente por parte da faculdade receptora do ex-aluno de seminário, conferindo a documentação recebida.

Dessa forma, foram criadas legislações, principalmente na década de 1980, ressaltando os trechos do Decreto-Lei 1.051/69, ou seja, o aluno formado em curso de seminário maior poderia realizar um exame vestibular para tentar o ingresso em uma disciplina que tivesse feito parte de sua formação. Porém, esses pareceres foram sendo modificados, até o momento em que deixou de ser realizado o vestibular por parte dos interessados, conforme foi descrito pelo Parecer nº 518/86.

Assim, essa provavelmente foi a oportunidade para Nelson Domingues ter realizado o seu curso de Filosofia em Toledo, validando as disciplinas de Filosofia Pura, e depois em Palmas (PR) obtendo a licenciatura. Portanto, essa foi uma maneira para conseguir a sua formação mais rapidamente e lhe manter seguro pelo menos com algumas poucas aulas de Filosofia, já que elas ainda não faziam parte do currículo obrigatório do ensino de segundo grau no início da década de 1990.

4.3.4 E a formação continuada?

Tanto a formação continuada do professor em exercício, quanto os estudos de pós-graduação chegaram tardiamente para os professores de Itaipulândia. Durante as décadas de 1960 e 1970, os professores entrevistados não falaram da existência de algumas dessas modalidades ofertadas tanto pelas secretarias municipais de educação como pelas delegacias de ensino. Porém, durante a metade final da década de 1970 iniciou-se um projeto com a finalidade de buscar investimentos para a educação na região, tanto nos níveis básicos do ensino superior, e também fazendo levantamentos estatísticos sobre a região Oeste do Paraná. Tratava-se do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil/Paraguai/Uruguai, conhecido como MEC/OEA.

Como percebermos pelo nome do projeto, havia o envolvimento de três países: Brasil, Paraguai e Uruguai, tratando de regiões específicas em cada um deles: a região Oeste do Paraná e o Paraguai, em virtude dos impactos das obras da Itaipu, e a região de fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e do Uruguai, na qual também foi feita a construção de uma hidrelétrica na Bacia da Lagoa Mirim. Os entendimentos referentes ao projeto se deram a partir de 1972 e em 1974 houve a elaboração de um Plano de Operações iniciando os trabalhos em 1975 (BRASIL, 1977).

Para a execução do MEC/OEA, houve a criação de sete subprojetos: Coordenação Administrativa Interna e Orientações Técnica do Projeto, Estudos e Pesquisas, Assistência Técnica a Instituições e Programas Educativos, Capacitação e Aperfeiçoamento de Pessoal para a Educação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Mão-de-Obra, Assistência Técnica à Educação Especial e Publicações (BRASIL, 1977), todos inseridos em um objetivo geral: "Apoiar e promover o desenvolvimento da Educação, com ênfase na Educação Técnica e Educação Especial, estudando e aplicando novos métodos e formas de Educação Geral, Especial e para o trabalho, preferencialmente nos níveis da educação de 1º e 2º graus" (BRASIL, 1977, p. 2). Além desse objetivo geral, havia também três objetivos específicos:

> - Para a Educação Técnica:
> Realizar estudos e pesquisas destinadas a aperfeiçoar e atualizar os métodos, materiais didáticos e formas de educação técnica, especializar o pessoal em nível de pós-graduação e prestar assistência técnica.
> - Para a Inovação Tecnológica:
> Promover a realização de estudos e facilitar a especialização de alto nível nesse campo, incentivando e apoiando sua utilização pelo sistema escolar.
> - Para a Educação Especial:
> Dar apoio, assistência e cooperação à pesquisa e à especialização de pessoal. (BRASIL, 1977).

A escolha pela região Oeste do Paraná se deu pelo fato de que ela sofreria não apenas os impactos naturais, mas também sociais. Assim, na sequência do nosso estudo, centraremos as análises nos impactos do projeto MEC/OEA na região Oeste do Paraná. Tomamos essa posição, pois durante as nossas entrevistas, os professores não mencionaram em nenhum momento a atuação de um projeto de larga escala como esse, mesmo ele afetando o município-mãe de Itaipulândia, à época, São Miguel do Iguaçu.

A partir de 1975, vários estudos foram realizados na região Oeste do Paraná, primeiramente, para descobrir as especificidades do local, tanto na economia, como na sociedade e na educação. Assim, foram realizadas várias pesquisas e a elaboração de projetos em locais específicos, como foi o caso de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, que tiveram o

desenvolvimento dos seus planos municipais de educação em conjunto com a equipe do MEC/OEA[70] (BRASIL, 1977).

Foram oferecidos vários cursos para a elaboração de materiais, capacitação, metodologias de ensino, treinamento profissional, expressão e comunicação para professores, supervisão escolar, atualização do ensino de Matemática, educação especial e de especialização de mão-de-obra rural (BRASIL, 1977). Além disso, houve a aquisição de materiais para bibliotecas e para as instituições das regiões atingidas.

A partir dos levantamentos, foi feita uma relação dos problemas educacionais que deveriam ser sanados para essa região, envolvendo tanto o primeiro como o segundo grau, sendo eles: diminuir o abandono e a repetência; otimizar a capacidade física, docente e do pessoal técnico administrativo e aumentar a taxa de admissão geral (1º grau) e de conclusão e continuidade (2º grau).

Além disso, o MEC/OEA auxiliou na criação da FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR, dando-lhes apoio financeiro para que pudessem formar os seus primeiros cursos (RINALDI, 2002).

Dessa forma, o projeto se estendeu até 1982 e foi preciso dar uma continuidade. Com isso, foi criada a Associação Educacional do Oeste do Paraná (ASSOESTE) que fez com que as políticas de cursos de capacitação de professores, fornecimento de materiais para as escolas, cursos para os setores administrativos, entre outros, continuassem em toda a região. Assim, a ASSOESTE continuou com o incentivo ao ensino em toda a região Oeste do Paraná.

Porém, pelos relatos dos professores de Itaipulândia, não se teve notícias de auxílios para as escolas locais. Apenas a professora Oneide citou um curso de alfabetização ofertado para os professores. Porém, acreditamos que o fato de Itaipulândia ainda fazer parte de São Miguel do Iguaçu, foi o empecilho para que o auxílio não chegasse às escolas itaipulandienses.

Os professores destacaram que a única política de cursos de capacitação que tiveram conhecimento se deu a partir da década de 1990, com os cursos realizados em Faxinal do Céu, dentro das áreas específicas como em Matemática, por exemplo. Por vários anos essa foi uma política de capacitação que concentrava professores de vários Núcleos Regionais de Educação (NRE's). Porém, essa política centralizadora para a capacitação de professores foi caindo em

[70] Esses Planos tinham o caráter de projeto piloto, servindo de modelo não apenas para esses municípios como para toda a região Oeste do Paraná e até mesmo de outras regiões brasileiras (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1977).

desuso, principalmente a partir de 2003, momento em que Roberto Requião assumiu como Governador do Estado.

Uma política de formação continuada para professores da rede pública de ensino, criada no período em que Roberto Requião era governador (2003-2010), foi o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), desenvolvido para que professores da rede estadual de ensino do Quadro Próprio do Magistério (QPM), Nível II, Classe 11 e em pleno exercício de suas atividades, ou seja, para professores que são concursados por um período de, no mínimo, 15 anos.

Desde 2006 o PDE atendeu, diretamente, 1200 professores de todas as disciplinas, sendo 160 dessas vagas direcionadas para Matemática. Além disso, indiretamente, foram atendidos 44 mil professores por meio dos Grupos de Trabalho em Rede (GTR). O Programa é realizado por meio de um convênio entre cinco universidades estaduais e duas universidades federais do Paraná, nas quais são cedidas toda a estrutura, materiais e docentes universitários para que o professor seja reconhecido como um produtor de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.

Os professores selecionados para participar do PDE são vinculados ao Programa por dois anos, sendo que no primeiro eles ficam totalmente liberados das atividades em sala de aula e no segundo ano retornam com uma carga horária reduzida em 25%.

No primeiro ano, os professores são liberados para elaborar um projeto de intervenção na sala de aula. Para isso, ele reúne-se com o seu orientador – um professor de uma universidade participante –, frequenta cursos e eventos oferecidos na universidade, a fim de elaborar o seu plano de ação (MORAES; TERUYA, 2011). Além disso, o professor participa de grupos de colaboração em rede.

Após a preparação nas universidades, os professores retornam no segundo ano para a sala de aula a fim de efetivar seu Plano de Ação. Ele elabora um material didático e produz um material escrito no estilo de um trabalho de conclusão de curso ou artigo discutindo sobre as leituras realizadas e a efetivação das atividades em sala de aula.

Essa formação continuada foi realizada por três professores entrevistados: José Griebeler, Nelson Domingues e Lotário Knob nas áreas de Matemática, Filosofia e História, respectivamente. Todos eles elogiaram muito as atividades realizadas, considerando um projeto muito importante para a sua formação e de grande aprendizado, mesmo estando a tantos anos em sala de aula. Atualmente, o PDE continua com suas atividades, seguindo praticamente essa mesma modalidade explicitada, com uma procura muito grande pelos professores da rede estadual de ensino do Paraná.

4.4 Uma breve conclusão

Com base na análise de convergências elencamos essas categorias para nosso trabalho. Com elas, conseguimos fazer observações acerca da educação em Itaipulândia e como o professor, que atuou nesse local, buscou a sua formação, analisando os aspectos dos cursos escolhidos, das universidades selecionadas, das distâncias percorridas e como aconteceu o seu processo de formação continuada. Essas foram algumas possíveis categorias que selecionamos para a realização das análises, visto que o nosso tesouro é amplo e ainda podemos olhar para vários aspectos sobre a formação do professor de Matemática de Itaipulândia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Navegar é preciso, viver não... já nos dizia o poeta Fernando Pessoa. Mesmo sendo com motivos diferentes, o mencionamos para dizer que navegar num cenário tão vasto como o de Itaipulândia, tentando enxergar de outra maneira o que nos era tão familiar, buscando as pistas para compor o mapa e desfrutar do tesouro, não foi fácil. No entanto, como o mesmo poeta disse "*tudo vale a pena, se a alma não é pequena".* Com base nessa afirmação, asseguramos que essa jornada valeu a pena e o que fica são as experiências, mostrando que o mais importante não é chegar ao tesouro, mas desenhar todos os passos que realizamos até a chegada ao nosso objetivo final: conhecer mais sobre a história da formação dos professores de Matemática que atuaram em Itaipulândia de 1961 ao início da década de 1990.

As particularidades de Itaipulândia e a região da qual ela faz parte nos possibilitaram entender como esse processo de formação de professores foi ocorrendo: uma região afastada, com muitas necessidades nos seus primeiros anos de existência, dado que não havia infraestrutura para praticamente nada. Conforme essa região era povoada, começava a se organizar e a desenvolver-se economicamente.

O fato de pensarmos como a formação do professor ocorreu em Itaipulândia nos fez querer entender como ela se constituiu e elaborarmos a nossa versão sobre isso. Dessa maneira, nossa busca não pôde limitar-se ao local geográfico atual, mas também aos locais que hoje estão submersos e que passaram a ser visitados por nós.

Mergulhamos nessa busca, partimos daquilo que conhecíamos, no caso, as instituições escolares da sede do município de Itaipulândia e do distrito de São José do Itavó e encontramos várias pistas materiais que nos auxiliaram a constituir a nossa pesquisa. Porém, elas nos fizeram navegar por águas desconhecidas e por um local que nem ruínas podem ser encontradas durante boa parte do ano: Itacorá[71].

Caso ainda existisse esse antigo distrito de São Miguel do Iguaçu, provavelmente seria um município maior do que Itaipulândia é atualmente. No entanto, hoje em dia restam apenas algumas antigas estruturas que são cobertas pelas calmas águas do Lago de Itaipu. Todo esse cenário ficou oculto e pouco restou de recordações do local, apenas nas memórias dos que viveram ou passaram por lá.

[71] No final do ano de 2012 e início de 2013 o Lago de Itaipu esteve extremamente baixo e várias estruturas da antiga Itacorá se tornaram visíveis, levando o presente pesquisador a visitar o local. Assim, temos algumas imagens das ruínas de Itacorá no APÊNDICE C.

O Lago de Itaipu fez com que a nossa busca fosse estendida para toda a sua região de abrangência, indo de Guaíra à Foz do Iguaçu e depois caminhando por terra firme até chegar à Cascavel. Toda região Oeste do Paraná teve uma forma semelhante de colonização e desenvolvimento, o que variava era o período em que aconteceu. Porém, significar essa região e como esse processo de colonização afetou a educação, sempre nos foi considerado importante.

Desde o início da nossa jornada, havíamos escolhido uma forma diferente para chegar às pistas: a História Oral. Para isso, buscamos entender como essa metodologia se constitui, analisando o exemplo de uma situação fictícia, mas muito próximo da realidade de Itaipulândia, principalmente de Itacorá.

O filme *Os Narradores de Javé* evidenciou-nos não apenas a história de um lugar que seria tomado pelas águas, mas como devemos proceder para realizar a nossa busca, ressaltando a nossa postura de pesquisador quanto às evidências deixadas para a constituição de um passado. Passamos a entender como devíamos nos portar para fazer a nossa jornada e assim ter sucesso na busca de nosso tesouro.

Entender os procedimentos metodológicos da História Oral e aplicá-los nos possibilitou juntar as pistas e, com isso, chegar ao tão esperado tesouro. Quando nos encontramos de fronte a ele, após juntarmos todas as entrevistas, documentos históricos, referenciais bibliográficos e fotografias, sabíamos que era possível analisá-lo com mais atenção, e foi nesse momento que resolvemos efetuar uma *análise de convergências*.

Essa forma de olhar para o nosso tesouro fez com que, inicialmente, tentássemos separá-lo em dois blocos grandes e distintos, mas que nunca foram isolados. Assim, buscamos responder a alguns questionamentos que, desde o início da nossa busca, existiam.

O primeiro e talvez mais marcante de todos os questionamentos foi a tentativa de compreender como a constituição do Lago do Itaipu afetou a educação em Itaipulândia, e como isso influenciou a formação dos professores de Matemática. Ficamos um pouco decepcionados quando olhamos para as entrevistas e percebemos que, para a grande maioria dos nossos entrevistados, a chegada das águas do Lago, cobrindo terras povoadas e submergindo o seu passado material e até mesmo algumas memórias, era algo normal. Esperávamos mais: desespero, choro, tristeza, revolta. Fantasiamos muito e acabamos ficando atônitos com o que nos foi dito.

Ainda assim continuamos buscando e passamos a entender que a chegada das águas do Lago de Itaipu não foi tão normal assim. Não apenas o cenário mudou, mas todo um contexto,

envolvendo as pessoas, escolas, estabelecimentos públicos e comerciais. Do ponto de vista educacional, houve muitas mudanças.

Graças ao Lago de Itaipu, em 1975, ocorreu a implantação do Projeto MEC/OEA com estudos em várias instâncias diferentes sobre a região Oeste do Paraná: sua economia, urbanização, industrialização, educação, quantidade de habitantes, número de alunos e tantas outras coisas a fim de entender como estava essa região que seria transformada.

Com os estudos preliminares do Projeto MEC/OEA foi possível fazer investimentos na educação da região Oeste do Paraná. Mesmo esse investimento não sendo direto para as escolas de Itaipulândia, é possível sentir os reflexos dessa política até os dias atuais.

O Projeto MEC/OEA possibilitou a criação de uma melhor infraestrutura para a educação básica na região Oeste do Paraná, com o desenvolvimento de Planos de Educação para os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Tratava-se de algo que precisava ser criado e organizado, para ajudar a nortear o ensino. Foram feitos investimentos financeiros em escolas, bibliotecas e outros órgãos ligados à educação, o que contribuiu para o desenvolvimento da região como um todo. Os professores tiveram a oportunidade de participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento a fim de melhorar a sua prática, algo que mesmo estando concentrado em locais distintos de Itaipulândia contribuiu para o desenvolvimento da educação na região.

Outro grande legado do Projeto MEC/OEA merece destaque: o investimento nas instituições de ensino superior da região. Com o auxílio financeiro dadas às faculdades da região Oeste do Paraná, foi possível estabelecer um dos polos universitários mais importantes do Paraná que é a atual UNIOESTE, com campus em cinco cidades diferentes, sendo que quatro delas receberam o auxílio para se manterem quando ainda eram instituições municipais[72].

Além do Projeto MEC/OEA, o Lago de Itaipu interferiu e ainda interfere na vida da região, devido o pagamento dos *royalties* feito pelo Governo Federal pelas terras desapropriadas pela Itaipu. Atualmente, Itaipulândia tem uma condição em seu ensino muito boa e com expectativa de sempre poder melhorar. Dessa forma, o que antes faltava em infraestrutura, pessoal capacitado e materiais, agora, "sobra". As pessoas passaram a ser atraídas para o município, pois há condições de se investir na educação local.

[72] Tratam-se da FECIVEL (Cascavel), FACISA (Foz do Iguaçu), FACIMAR (Marechal Cândido Rondon) e FACITOL (Toledo) que receberam auxílio financeiro. A única faculdade que não recebeu auxílio financeiro, mas que hoje faz parte da UNIOESTE é da cidade de Francisco Beltrão.

Antes do advento dos *royalties*, as pessoas se mudavam para Itaipulândia para um recomeço em suas vidas, uma nova oportunidade. Assim, muitos dos nossos entrevistados foram surpreendidos ao serem convidados/convocados a lecionar. Mesmo esperando um recomeço, para muitos foi uma ideia diferente e não tão fácil de assimilar. Com isso, nos deparamos com distintas formações que foram realizadas em vários lugares e que nos fizeram olhar não apenas para o profissional na área de Matemática, mas para o contexto geral, dado que, na maioria dos casos, os professores atuavam em mais de uma disciplina e nem sempre a Matemática foi a opção definitiva para dar prosseguimento à carreira. Assim, em nossas análises fizemos apontamentos sobre outras formações, às vezes, de uma forma incipiente, mas para evidenciar os locais mais comuns que eram procurados para os estudos e como este ocorria.

Ao tratarmos da formação em Letras da professora Oneide, buscamos apontar que o local em que realizou seus estudos era um ponto importante para os professores que já lecionavam em Itaipulândia. A opção por Umuarama e Presidente Prudente era conveniente para os estudantes de Itaipulândia, já que não havia a necessidade de abdicar do seu trabalho e dos laços com a comunidade, já que o estudo era realizado nos finais de semana.

Outro local que também carrega essas características é Palmas (PR), cidade que até o início dos anos 2000 tinha o ensino realizado por meio de cursos vagos como uma das principais formas de atrair alunos de Itaipulândia. Dessa forma, muitos professores buscaram a formação em cursos que eram realizados durante somente uma semana no mês e que também eram viáveis, principalmente se o aluno já fosse professor.

Com relação à formação em Matemática, podemos destacar os aspectos de dois cursos. O primeiro foi o realizado pelo professor José, em Ijuí – RS, que acreditamos, inicialmente, se tratar de um curso vago e não como parte de uma política emergencial para a formação dos professores. Assim, o curso realizado em período de férias era uma ótima opção, uma vez que não atrapalhava o trabalho do professor. Porém, a grande distância entre os locais sempre foi um agravante, mas nos ajudou a mostrar como o professor de Itaipulândia e região tinha que fazer para realizar o mínimo de estudo.

O outro curso que destacamos foi o realizado pela professora Cecília junto à antiga FECIVEL, pois se tratava do primeiro realizado em um município da região Oeste do Paraná e que oportunizou uma formação diferenciada para a professora, uma vez que era composto de aulas diárias, diferente de uma política de aligeiramento para a formação, como era o caso nos demais locais. Esse foi um dos poucos cursos frequentado diariamente pelos professores entrevistados, o que era uma raridade para quem residia na região. Os pouquíssimos casos em

que isso acontecia, eram de moradores oriundos de outros locais, como o caso do professor Nelson que fez a sua formação em um seminário em Ponta Grossa com estudos diários e se mudou para Itaipulândia após tê-la concluído.

Além das formações em nível superior, percebemos que os estudos em nível de segundo grau ou colegial foram importantes para os primeiros professores, visto que era o grau de estudos máximo de quem residia em Itaipulândia, principalmente no período entre as décadas de 1960 e de 1970. Esses professores foram os responsáveis pelo desenvolvimento das escolas em várias localidades e tiveram um papel muito importante para a História da Educação de Itaipulândia.

Buscamos, desse modo, elucidar a nossa interpretação sobre essa aventura, que foi conhecer a formação do professor de Matemática de Itaipulândia, e passamos a atribuir um significado para algo que antes nem dávamos atenção, mesmo sendo aluno e professor nesse local. Alias, é um belíssimo tesouro que ainda tem muitas peças espalhadas por aí e que agora podemos admirar.

Um pirata não se contenta com o tesouro que já tem e também, muitas vezes, não dá conta de admirar todas as peças dele. Dessa maneira, muito ainda teremos que navegar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, G. S. A. de; MINHOTO, M. A. P. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdo e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), nº. 46, p. 107-118, jun. 2012.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História:** a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história. 1. ed. Bauru (SP): EDUSC, 2007..

ANDRE, M. E. D. A.; CANDAU, V. M. O projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, nº 50, p. 22-28, ago. 1984.

ARAÚJO, R. S.. VIANNA, D. M. A trajetória da formação de professores de Física no ensino superior: do descobrimento à Resolução 30/74. Colóquio Práticas de Ensino e Formação de Professores, n. 2, 2008, São Gonçalo (RJ). In: ***Anais.***.. São Gonçalo, 2008.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BARALDI, I. M.. **Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru (SP):** uma história em construção. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2003.

BERNARDES, M. R. **As várias vozes e seus regimes de verdade:** um estudo sobre profissionalização (docente?). 2003. 268f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru (SP), 2003.

_____. **Educação, relações capitalistas, estratégias e táticas:** um ensaio a partir de algumas escolas de ensino superior de Maringá (PR). Bauru, 2009. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência – Área de concentração: Ensino de Ciências). Faculdade de Ciências, Campus de Bauru, Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho", 376 p.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1999.

BOLIVAR, A. “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemología de lainvestigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, Ensenada (Baja California, México), v. 4, n. 1, p. 1-26. 2002.Disponível em: <http://redie.uabc.uabc.mx/vol4no1/contenido-bolivar.html>. Acesso em: 21 fev. 2011.

BORBA, Francisco S. (org.) 2004. **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo**. São Paulo, Editora UNESP, xv + 1470 p.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. Decreto n.19.482, de 12 de dezembro de 1930, limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 1 de fevereiro de 1931, Seção 1, p. 1603, 1 de fevereiro de 1931.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de novembro de 1937.

_____. Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, n. 184, p.1, 9 de agosto de 1943. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2403914/dou-secao-1-09-08-1943-pg-1/pdfView>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei** nº 4.024**,** de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1961.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei** nº 5.692**,** de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura; Organização dos Estados Americanos. **Plano de Operações:** 1978. Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil - Paraguai - Uruguai. Brasília (DF), 1977.

_____. Decreto n.1, de 11 de janeiro de 1991, regulamenta o pagamento de royalties da Itaipu Binacional ao Governo Brasileiro. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de janeiro de 1991. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/pesquisa/pesquisa_resultado.jsp?texto_todas=Decreto+n%BA+1+de+janeiro+de+1991&rbfonetica=0&d-7825134-

p=2&ano=1991&dataPublicacaoFinal=14%2F01&dataPublicacaoInicial=14%2F01>. Acesso em: 19 jun. 2012.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, n. 248, p.1-9, 23 de dezembro de 1996. Disponível em < http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289 >. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, estabelece a duração de nove anos para o ensino fundamental, modificando a Lei n. 9394. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, n. 27, p.1-2, 7 de fevereiro de 2006. Disponível em < http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=07/02/2006&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=64>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008, estabelece a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 de junho de 2008. < http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=03/06/2008>. Acesso em: 19 jun. 2012.

CURI, E. **Formação de professores de Matemática:** realidade presente e perspectivas futuras. 2000. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (SP), 2000.

CURY, F. G. **Uma narrativa sobre a formação de professores de Matemática em Goiás**. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2007.

_____. **Uma história da formação de professores de Matemática e das instituições formadoras do estado do Tocantins**. 2011. 201 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 26, jun./1964.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 68, abril/1967.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 81, fev./1968a.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 89, ago./1968b.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 92, ago./1968c.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 109, jul./1969.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 111, fev./1970a.

_____. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 113, abr./1970.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 173, abril./1975b.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 174, mai./1975a.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 217, dez./1978.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 219, fev./1979.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 241, dez./1980.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 244, mar./1981.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 259, jun./1982a.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 265, dez./1982a.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 267, mar./1983b.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 270, jun./1983c.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 274, out./1983a.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 277, jan./1984b.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 281, mai./1984a.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 288, dez./1984c.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 300, dez./1985.

_____Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 309, set./1986.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FERNANDES, D. N. **Sobre a formação de professores de Matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível.** 2011. 201 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

FERREIRA, M. de M.. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 03, n. 05, p. 314-332, jul-dez. 2002.

FILLOS, L. M. **A educação matemática em Irati (PR):** memórias e história, Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FREITAG, L. da C.. **Fronteiras Perigosas:** Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.

_____. **Extremo-oeste paranaense**: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca (SP), 2007.

GARNICA, A.V. M. História Oral e Educação Matemática. In BORBA, M.de C. e ARAÚJO, J. de L. **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-98, 2004.

_____. Um ensaio sobre História Oral: considerações teórico metodológicas e possibilidades de pesquisa em Educação Matemática. **Revista Quadrante**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 27-49, 2º semestre. 2007.

_____. Presentificando Ausências: A Formação e a Atuação dos Professores De Matemática. In: CUNHA, A.M. de O. (org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 555 -569 (Didática e prática de ensino).

_____; SILVA, H da; FERNANDES, D. N. História Oral: pensando uma metodologia para a Educação Matemática. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DE MATEMÁTICA, n. 5, 2010, Canoas (RS). **Anais...** Canoas: ULBRA, 2010.

_____. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. **BOLEMA:** Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 25, n. 41, p. 213-250, dez. 2011.

GAERTNER, R. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968**: da Neu Deutsche Schule à fundação Universidade Regional de Blumenau. 2004. 248 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2004.

GALETTI, I. P. **Educação matemática e Nova Alta Paulista:** orientação para tecer paisagens. 2004. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2004.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador/BA: Editora ULBRA, 2003.

GREGORY, V. Colonização e Fronteiras: O caso do estado do Paraná (1930-1960). In: Lopes, M. A. Org. **Espaços da Memória**: Fronteira. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

_____. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PARANÁ**. Brasília. Disponível em < ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/mapas_estaduais/pdf/parana.pdf >, acessado em 15 de nov.2012.

_____. **REGIÃO SUDESTE**. Brasília. Disponível em < ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/regiao_sudeste.pdf >, acessado em 15 de nov.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **REGIÃO SUL**. Brasília. Disponível em <

ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_escolares/ensino_medio/regiao_sul.pdf >, acessado em 15 de nov.2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Estado do Paraná**: divisão política 1960. Curitiba. Disponível em < http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/Divisao_politica_1960_base_2010.pdf>, acessado em 19 jun. 2012.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. Foz do Iguaçu. Disponível em <www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>, acessado em 1 de novembro de 2012.

JENKINS, R. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAGE, A. C. Grupo Escolar. In: LOMBADI, J. C.; SAVIANI, D. e NASCIMENTO, M. I. M. (ORG). **Navegando pela História da Educação brasileira**. Campinas, São Paulo: Graf. F.E.: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm>, acessado em 3 de dezembro de 2012.

LANDO, J. **O ensino de Matemática em Sinop nos anos de 1973 a 1979:** uma história oral temática. 2002. 168f. Monografia (Especialização em Educação Matemática) - Faculdade de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Mato Grosso, Sinop, 2002.

LAROSSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr, 2002.

LIMA FILHO, D. L.. O ensino técnico-profissional e as transformações do Estado-Nação brasileiro no século XX. Congresso Brasileiro de História da Educação, n. 2, 2002, Natal (RN). In: **Anais...** Natal: 2002.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. **Naturalistic Inquiry**. Londres: Sage Publications. Lisboa, Portugal, Edições 70, 1985.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5 ed, 2002, p. 15–25.

LUPORINI, T. J.. Ensino superior no Paraná: a memória da região Sudoeste. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, n. 31, p. 52-66, 2011. Disponível em <

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/31/art05_31.pdf >, acesso em 12 de novembro de 2012.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. 10. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008 [original 1979].

MACHADO, R. de C. G.. **Uma análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970):** subsídios para a História da Educação Matemática do Brasil. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

MACHADO, L. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira de EPT** , Brasília (DF), v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008.

MACHADO, L. R. de S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MARTIN, É. **A gênese da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (1968-1974)**. 2006. 137 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

MARTINS, M. E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores de escolas rurais**: um estudo no oeste paulista. 2003. 260 f. Relatório Final (pesquisa Iniciação Científica financiada pela FAPESP) - Departamento de Matemática, Universidade Estadual Paulista, Bauru (SP), 2003.

MARTINS-SALANDIM, M. E. **Escolas técnicas agrícolas e educação matemática:** história, práticas e marginalidade. 2007. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2007.

_____. **A Interiorização dos Cursos de Matemática no Estado de São Paulo**: Um exame da década de 1960. 379 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2012.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MORAES, D. R. da S.; TERUYA, T. K. PDE do Paraná: uma política de formação continuada e de valorização da carreira docente na rede pública estadual. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 43, p. 183-201, 2011. Disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/index.html>, acessado em 12 nov. de 2012.

NASCIMENTO, V. M. do. **Ensino Técnico-Profissionalizante no Paraná:** análise de sua trajetória. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 2007.

OLIVEIRA, S. C. B. de. **A formação dos professores em Guaraniaçu: a capacitação em serviço, o Logos I, Logos II e HAPRONT.** 2010. 85 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Colegiado de Pedagogia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

PARANÁ. Lei n. 9908, de 19 de março de 1992. Cria o município de Itaipulândia, desmembrado do município de São Miguel do Iguaçu. **Diário Oficial Paraná**: Poder Executivo, Curitiba, PR, n. 3726, 20 de março de 1992. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=6993&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 19 jul. 2012.

_____. Lei Complementar n. 130, de 14 de Julho de 2010, Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor da Rede Pública de Ensino do Paraná. **Diário Oficial Paraná**: Poder Executivo, Curitiba, PR, n. 8266, p. 3, 20 de Julho de 2010. Disponível em: < https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&numero=8266&dataInicialEntrada=&dataFinalEntrada=&search=&diarioCodigo=3&submit=Localizar&localizador=>. Acesso em 19 jun. 2012.

PEREIRA, T. V. A hegemonização do processo científico e o projeto educacional da modernidade. **Pensamento Plural**, Pelotas (RS), n. 06, p. 123-145, jan/jul. 2010.

RIBEIRO, M. de F. B. **Memórias do concreto:** vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIBEIRO, D. F. C.; VALENTE, W. R.. A Matemática dos cursos Clássico e Científico da Reforma Capanema e os livros didáticos. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE: SABERES DOCENTES, n. 7, 2007, Curitiba. In: **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, p. 1556-1597, 2007.

RINALDI, R. N. **Adaptação estratégica em universidades públicas**: o caso da UNIOESTE. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ROLKOUSKI, E. **Vida de professores de matemática**: (im)possibilidades de leitura. 2006. 288f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2006.

SBARDELOTTO, D. K. Análise e perspectiva para a pesquisa em História da Educação da atual mesorregião Oeste do Paraná. **Educere et Educare (Revista de Educação)**, v.4, n. 7, p.273-291, jan./jun. 2009.

SCARPATO, R. BÖHM, I. B. **Itaipulândia:** seu povo, sua origem, sua história. Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

SCHENATO, V. C. Expropriação, des-territorialização e construção de identidades rurais no Oeste do Paraná-BR. Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, n. 8, 2010, Porto de Galinhas. **Anais**... Porto de Galinhas: 2010. p. 1-20

SCHMITT, J. V. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. 2008. 130 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Paraná, Marechal Cândido Rondon (PR), 2008.

SCHNEIDER, C. I. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946-1960). 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2001.

SEARA, H. F. **Nedem – Núcleo de estudo e difusão do ensino de matemática**: sua contribuição para a Educação Matemática no Paraná. 2005. 552f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2005.

SILVA, H. da. História Oral, Memória e Narrativas na análise da constituição de identidades na Educação Matemática. In: SEMINÁRIO PAULISTA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, n. 4, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, de 10 a 12 de outubro de 2005.

_____. **Centro de educação matemática (CEM)**: fragmentos de identidade. 2006. 480f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2006.

SOUZA, G. L. D. **Três décadas de Educação Matemática**: um estudo de caso da baixada santista no período de 1953 – 1980. 1998. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 1998.

SOUZA, L. A. **História Oral e Educação Matemática**: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias. 2006. 313 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2006.

_____. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um grupo escolar.** 2011. 420 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2011.

STRUJAK, A. P.; ZANLORENZI, C. M. P. Desfiles escolares e a legitimação do civismo em Irati. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, n. 9, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, de 31 de julho a 3 de agosto de 2012.

VALÉRIO, T. F. **A reforma do 2º grau pela Lei 5692/71 no Paraná:** representações do processo. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2007.

ZAAR, M. H. A Migração Rural no Oeste Paranaense/Brasil: A trajetória dos "brasiguaios". **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Nº 94 (88), Barcelona, v. 88, n. 94, sem paginação, ago 2001. Disponível em < http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-88.htm> Acesso em, 24 de out. 2011.

VIDEOGRAFIA

CAFFÉ, E. **Os Narradores de Javé**. Bananeira Filmes, 2003.

APÊNDICE A – Apresentação Inicial

Esta entrevista será realizada para o fim específico de ser parte de uma dissertação de mestrado, que tem como objetivo conhecer como se deu a formação dos professores de matemática que atuaram a partir de 1961 até o final da década de 1980 na região do atual município de Itaipulândia.

Seguindo uma orientação metodológica dentro do que se intitula *História Oral*, é importante advertir aos entrevistados de que aquilo que se busca é a sua experiência pessoal, a expressão de seu modo de ver, de sentir. Assim, o que importa é o testemunho daquilo que foi vivenciado.

O entrevistado terá plena liberdade de interferir, no sentido de vetar a audição de passagens, bem como proibir a transcrição e publicação de trechos que possa julgar inconvenientes. Entretanto, as gravações ficarão sob a guarda do entrevistador e/ou de uma instituição que se disponha a cumprir essas exigências, constituindo fonte histórica de referência para futuros trabalhos de outros pesquisadores. Reitera-se que toda e qualquer publicação dos depoimentos será feita desde que autorizada pelo depoente-colaborador e a publicação ocorrerá conforme os termos indicados por esse entrevistado. O mesmo terá acesso total a todos os momentos de trabalho com o texto gerado a partir de seu depoimento e, tendo total direito em relação às suas memórias, poderá vetar, alterar, complementar ou refazer frases que julgar passíveis de veto, alteração e/ou complementação.

O procedimento metodológico a ser adotado com as gravações compreende: a) uma transcrição do que foi dito; b) uma edição do que foi dito, recriando-se o texto em primeira pessoa (o que chamamos de textualização); c) a apresentação desta textualização para que o entrevistado dê sua aprovação ou proponha as mudanças que julgar necessárias; d) assinatura de documento de cessão de direitos dos documentos escritos.

O entrevistado deve ter claro que se deseja traçar um esboço de sua vida sob a perspectiva de que ele foi um professor de matemática que atuou na região do atual município de Itaipulândia e que esse estudo pode compor uma das várias versões sobre a história da formação dos professores de matemática.

APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas

1) Apresentação do entrevistado (nome, casado ou solteiro, nome e profissão dos pais, data de nascimento, local de nascimento.);
2) Como você se tornou professor de matemática?
3) Quando você foi para a região? Como era a vida nessa região?
4) Fale sobre a sua escolarização.
5) Como era o trabalho com os alunos nessa época?
6) Você acha que a formação do Lago de Itaipu com a construção da Hidrelétrica de Itaipu teve alguma influência tanto no seu trabalho como na vida escolar?
7) Houve alguma influência política no ensino?
8) Havia cursos de capacitação naquela época? Como eles eram feitos?
9) Como era a situação das escolas na época? Como era a estrutura?
10) Como eram os materiais usados no trabalho?

APÊNDICE C – Carta de Apresentação

Rio Claro, abril de 2012.

Prezado Professor(a)

Segue a documentação referente à entrevista que realizamos com a finalidade de produção de dados para minha dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), campus de Rio Claro/SP, sob a orientação da professora Ivete Maria Baraldi, sobre a formação dos professores de Matemática que atuaram na região de Itaipulândia (PR).

Solicito a conferência, adequações, correções e complementações, o que julgar necessário, as quais devem ser feitas no texto **Textualização**, o qual será incorporado ao trabalho. Deixei algumas mensagens em trechos que fiquei com dúvidas e, se possível, gostaria que se atentasse para elas. A transcrição é apenas para seu conhecimento e não precisa ser devolvida, enquanto que a textualização precisa ser devolvida caso sejam feitas modificações.

Estou enviando também uma **Carta de Cessão de Direitos** e solicito que seja devolvida assinada para o endereço abaixo, ou se usar assinatura eletrônica, a devolução pode ser via email.

Mais uma vez agradeço sua atenção e qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento estou à disposição em: jeant3000@yahoo.com.br e pelos telefones (19) 8133-9398 e (45) 9922-0366.

Se possível, envie-me uma fotografia para ser anexada ao texto.

Jean Sebastian Toillier

(Avenida 4-A, nº 1373, bairro Bela Vista, Rio Claro, São Paulo. CEP 13506-770)

Obrigado,

Jean Sebastian Toillier

ANEXO A – Cartas de Cessão

CARTA DE CESSÃO

Eu, José Jacob A Griebeler,
RG 1489823-9 declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 15/07/12 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Uruguaiana 27 de Julho de 2012.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

COMARCA DE PORTO VELHO-RO

Tabeliã/Oficiala - Drª Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Av. Dom Pedro II, 1039, Centro - Porto Velho-RO - CEP: 76.801-117
Fone/Fax: (0**69) 3224-6442 e 3224-6462

Livro: 0289-P
Folhas: 054
Protoc: 00056132

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: **GUIDO MIRANDA** EM FAVOR DE: **EDER MIRANDA**, na declarada forma abaixo:

Saibam quantos este público instrumento de procuração, bastante virem que, aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove **(27/08/2009)**, nesta cidade e comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, em cartório perante mim Tabeliã, do 4° Ofício de Notas e Registro Civil, compareceu como outorgante: ***GUIDO MIRANDA***, brasileira, casada, contador, portadora da cédula de identidade n° **720.617-8 SSP/PR** e inscrita no CPF/MF sob o n° **020.269.109-87**, domiciliada e residente na cidade de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, à Estrada dos Chacareiros, Km 05, ora de passagem por esta capital, a presente devidamente identificada e qualificada como sendo a própria pelos documentos apresentados, do que trato e dou fé. E, pela outorgante referida, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma do direito, nomeia e constitui, seu bastante procurador: ***EDER MIRANDA***, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade n° **316.548 SSP/RO** e inscrito no CPF/MF sob o n° **389.410.072-91**, domiciliado e residente nesta cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, à Rua Tancredo Neves, 4.002, Bairro Caladinho, a quem confere os mais amplos e gerais poderes para gerir e administrar, todos os bens e haveres do outorgante, possuídos ou que venha a possuir, a qualquer título, podendo comprar, vender, compromissar, ceder, permutar, prometer comprar, arrendar, locar, dividir, lotear, dar e receber em pagamento ou penhor, demarcar, incorporar, ou por qualquer outra forma e título adquirir, onerar, gravar e alienar bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, terminais telefônicos, créditos, direitos, quotas de capital, ações, títulos e demais efeitos; renunciar direitos; assinar, aceitar, outorgar, anuir, convencionar, rescindir, retificar e ratificar instrumentos públicos ou particulares, provisórios ou definitivos; pactuar preços, prazos, juros, multas, modo, local de pagamento e demais condições, mesmo penais, receber e transmitir posse, jus, domínio, direitos e ações; responsabilizar e obrigar pela evicção de direito na forma da lei; requerer e autorizar registros e averbações; dar e aceitar características e confrontações; assumir compromissos e obrigações; **receber tudo que for de direito**, inclusive salários, seguros, pecúlio, indenizações, restituições, aluguéis, benefícios, auxílios, bonificações, dividendos, PIS, FGTS, PASEP, e o demais de direito; pagar o que dever, receber, passar recibos, dar e aceitar quitações, totais ou parciais; firmar quaisquer tipos de convênios, inclusive os de prestação de serviços médicos; **contrair empréstimos, financiamentos, Cédula de Crédito Bancário-CCB**, e confessar

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Livro: 0289-P
Folhas: 054V

dívidas; efetuar aplicações de capitais em qualquer modalidade financeira, inclusive comprando ou vendendo moedas estrangeiras, em especial o DOLAR; fazer remessas de quaisquer espécies de numerários para o exterior, bem como recebê-las; promover e autorizar viagens, para qualquer parte do território nacional ou internacional; **representar perante quaisquer repartições públicas**, órgãos ou empresas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou privadas, Ministérios, Prefeituras, Companhias de Saneamento ou de Energia Elétrica, públicas, privadas ou autárquicas, concessionárias de serviços públicos ou privados, registros imobiliários, tabelionatos, registros civis, consulados, IBAMA, ITCF, IAP, INSS, INCRA, Juntas Comerciais, Delegacias Fiscais e de Imposto de Renda, Aeroportos, Portos, Rodoviárias, Ferroviárias, Caixa Econômica Federal e Estadual, Sistema Financeiro de Habitação e seus agentes financeiros, consórcios, Sindicatos, Ministério do Trabalho, Corpo de Bombeiros, Delegacias de Polícia Militar, Civil ou Federal, Institutos de Identificação, Seguradoras, pessoas físicas, fornecedores, representantes, DETRAN de qualquer cidade, CONTRAN, CIRETRAN, Imobiliárias, Loteadoras, GRA-(Antiga DAMF), TELEBRÁS, TELEMAR, VIVO, BRASIL TELECON, TIM, CLARO, Companhias Telefônicas privadas ou autárquicas, sociedades cooperativas, bolsas de valores, prestadoras de serviços, Conselhos Regionais, Estaduais ou Federais que jurisdicionam atividades profissionais, Fundações, estabelecimentos de ensino, público ou privado, Universidade, e onde mais preciso for, tudo assinando, promovendo ou requerendo, juntando, retirando e desentranhando documentos, assinando formulários e requerimentos, efetuar recadastramento, inscrições, matrículas, transferências, trancamentos em qualquer faculdade ou universidade, inclusive efetuar a inscrição do outorgante em qualquer concurso público no país; constituir advogados e seus honorários, bem como destituí-los, com os poderes da cláusula **"AD JUDICIA"**, para o foro em geral, em qualquer juízo ou grau de jurisdição; promover inventários, arrolamentos ou partilhas; propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais, cabíveis e acompanhando-os; transigir, desistir, confessar, acordar, firmar termos e compromissos, notificar e o demais necessário; receber citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, mesmo inicial, comparecer em audiências; abrir, movimentar e encerrar contas correntes e aplicações, mesmo de poupança, em quaisquer estabelecimentos bancários ou de crédito, inclusive junto ao **Banco do Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Itau S.A, UNIBANCO S.A, Banco HSBC S.A, Banco Santander Banespa S.A, Banco Real ABN/AMRO, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia S.A - BASA e demais bancos existentes**, requisitar e retirar saldos, extratos e talões de cheques; dar ordens e contra-ordens; reconhecer saldos; emitir, assinar, aceitar, avalizar, receber, resgatar, endossar, sacar, descontar, caucionar, reformar e protestar cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio, duplicatas, faturas, notas promissórias e demais títulos de crédito; fazer cadastramentos ou recadastramentos; requerer a confecção ou cancelamento de cartões, magnéticos ou de créditos, inclusive para movimentação bancária; criar ou modificar senhas; prestar fianças ou avais a

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
COMARCA DE PORTO VELHO-RO

Tabeliã/Oficiala - Drª Ivani Cardoso Cândido de Oliveira
Av. Dom Pedro II, 1039, Centro - Porto Velho-RO - CEP: 76.801-117
Fone/Fax: (0**69) 3224-6442 e 3224-6462

Livro: 0289-P
Folhas: 055
Protoc: 00056132

favor de terceiros, inclusive referente ao FIES; representar em assembléias ou reuniões de acionistas, quotistas, condôminos; votar e ser votado para qualquer cargo ou função; aprovar ou impugnar contas e relatórios; assinar livros, termos e atas, mesmo fiscais; solicitar admissão e demissão; poderes de requerer e retirar certificados, cautelas, segundas vias destes; converter ações nominativas em endossáveis; endossar ações; retirar cautelas ou certificados; resgatar ações; firmar ordens de transferências de ações escriturais; converter, desdobrar ou agrupar certificados ou cautelas; firmar boletins de subscrição; subscrever ações; ceder direitos de subscrição; endossar cautelas de penhor; requerer certidões de prova de tempo de serviço ou de recolhimento de contribuições; requerer e promover a confecção ou emissão de notas fiscais; subscrever, integralizar capital ou quotas de capital, levantar capital; constituir associações ou sociedades, independente do objeto social, podendo ser por quotas de responsabilidade limitada, sociedades anônimas ou por outra forma de constituição, assinando os competentes contratos, estatutos ou outros documentos de constituição de sociedade, inclusive com a cláusula que declara que a parte encontra-se desimpedida de exercer atividades mercantis, contratar ou ser contratado; promover rescisões contratuais, assinar carteiras e contratos de trabalho, estipular horários, salários e demais condições, como parte empregada ou empregadora; contratar e demitir empregados; requerer ou renovar licença; enfim praticar todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, ***sendo vedado o substabelecimento***. **Os dados constantes na presente procuração foram fornecidos e conferidos pelo outorgante, que, responde civil e criminalmente por quaisquer eventualidades que venham a ocorrer.** Assim o disse, e me pediu que lavrasse nestas notas este Instrumento, que lhe sendo lido e achado conforme, aceita e assina. Fica dispensada a presença de testemunhas, conforme provimento nº 006/96 expedida pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, (a.a) GUIDO MIRANDA. Trasladada na mesma data. Dou fé. Eu, _____ EDNA MARIA DE FREITAS ZOGHBI-Escrevente Autorizada, a fiz trasladar, subscrevo e assino em Público e raso. FUJU: R$-2,97. Emolumentos: R$-14,85. Selo: R$-0,062. Total: R$-18,44.

Em Test._____da verdade.

EDNA MARIA DE FREITAS ZOGHBI
Escrevente Autorizada

Bruna Dantas Ferreira
Escrevente Autorizada

17HD6895

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CARTA DE CESSÃO

Eu, GUIDO MIRANDA,
RG 720.617 PR, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 15/07/2011 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

RORAINÓPOLIS - RR, 11 de JUNHO de 2012.

p/p Eder Miranda

CARTA DE CESSÃO

Eu, CECILIA ANTONIA BOLADOR MORETTO,
RG 4.694566-2, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 14/10/2011 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Itajubá/MG 14 de junho de 2012.

CARTA DE CESSÃO

Eu, Nelson Domingues,
RG 3010352-1, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 2010/2011 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Itaipulândia, 7 de julho de 2012.

CARTA DE CESSÃO

Eu, Oneide Martins Patrício,
RG 2.211.278-3, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 21/12/2011 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Itaipulândia, 2 de julho de 2012.

Oneide Martins Patrício

CARTA DE CESSÃO

Eu, Antonio Dereu C. de Paula,
RG 854029-PR declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 24/10/2011 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Foz do Iguaçu, 04 de Julho de 2012.

CARTA DE CESSÃO

Eu, Lotário Otto Knoll,
RG 3.903.023-3, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 01/02/2012 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Horizontina, 01 de junho de 2012.

CARTA DE CESSÃO

Eu, JOÃO KAZMIREZAK,
RG 752371-0, declaro para devidos fins ceder a Jean Sebastian Toillier, RG 9.603.347-8, sem quaisquer restrições, os direitos sobre a gravação da entrevista que lhe concedi em 08/02/2012 e também sobre a textualização do registro oral que me foi apresentada, conferida e validada. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle a Jean Sebastian Toillier, que tem a sua guarda ou a outro que ele possa vir a determinar.

Itaipulandia, 14 de junho de 2012.

ANEXO B – Diploma de Conclusão do Logos II de Oneide Martins Patrício

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Funcionamento Autorizado pela Lei Nº 456 de 12 de Abril de 1976
Decreto de Reorganização Nº 1583/76 de 06 de Fevereiro de 1976

DIPLOMA

O Diretor do Instituto de Educação do Paraná da cidade de Curitiba, Estado do Paraná, de acordo com o Artigo 16 e Artigo 6º da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, conforme a Resolução Secretarial nº 1.700 de 05 de outubro de 1979 e com o disposto na Deliberação nº 029/79 do Conselho Estadual de Educação, que aprovou o Projeto Logos II, confere o título de Professor do Ensino de 1º Grau a

ONEIDE MARTINS RUI

filha de RAMON MARTINS RUI e de DOLORES DAZOTTE MARTINS RUI

natural de CIANORTE Estado do PARANÁ nascida em 20 de setembro de 1.950, por ter concluído o ensino de 2º Grau, no ano letivo de 1.979, e obtido habilitação específica para o exercício do Magistério, com direito a lecionar de 1ª a 4ª séries do 1º Grau. O presente Diploma outorga os direitos e prerrogativas estabelecidos nas Leis do País.

Curitiba, 02 de dezembro de 1.980

DIRETOR

Oneide M. Rui
DIPLOMADO

SECRETÁRIO

INSPETOR DE ENSINO

Curso Anterior: Projeto LOGOS II – Del. 029/79 DO CEE-Pr.
Órgão Executor: CETEPAR
Local: Curitiba – Pr.

Período de agosto de 1.974 a dezembro de 1.979

MATÉRIA	DISCIPLINA	HORAS	NOTA
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa	125	81,00
	Educação Artística	50	87,50
	Educação Física	10	90,00
	Língua Estrangeira Moderna	60	91,33
	Literatura Brasileira	200	89,50
Estudos Sociais	Geografia	40	90,00
	História	40	93,00
	OSPB	10	92,00
	Educação Moral e Cívica	10	98,00
Ciências	Matemática	120	89,20
	Ciências Físicas e Biológicas	115	86,65
	Programa de Saúde	80	96,00
Fundamentos da Educação	Filosofia da Educação	100	90,00
	História da Educação	100	88,00
	Psicologia Educacional	60	73,00
	Biologia Educacional	40	80,00
	Sociologia Educacional	100	82,00
Estrutura e Funcionamento do Ensino	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	200	97,16
	Currículo de 1º Grau	40	100,00
Didáticas	Didática Geral	300	82,66
	Didática da Linguagem	100	85,50
	Didática da Educação Artística	100	91,50
	Didática dos Estudos Sociais	100	86,00
	Didática da Matemática	100	87,00
	Didática das Ciências	100	84,37
	Didática da Educação Física	50	88,50
	Recreação e Jogos	100	88,63
	Preparação do Material Didático	40	95,50
	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado	300	97,00
	Regência de Classe	1.200	
Estudos Complementares	Informações Pedagógicas	100	89,16
	Orientação Educacional	80	85,33
	TOTAL DA CARGA HORÁRIA	4.230	

Espaço reservado ao Órgão do MEC

Espaço reservado ao Órgão fiscalizador do Profissão

OBSERVAÇÕES

A carga horária mínima da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado é de 300 horas.

A carga horária mínima de Regência de Classe é de 1.120 horas.

ANEXO C – Fotos das ruínas de Itacorá

No dia 13 de janeiro de 2013 o presente pesquisador estava em Itaipulândia e junto com alguns amigos fomos de bicicleta para o local onde era Itacorá, praticamente 20 quilômetros distantes da sede do município de Itaipulândia. Após uma hora e meia de pedaladas chegamos ao nosso destino final.

A imensidão do Lago de Itaipu já não é mais a mesma, pois o seu nível estava muito baixo. Desde dezembro de 2012 o reservatório "encolheu", possibilitando a visualização de muitas árvores que estavam submersas e em alguns pontos as ruínas do que um dia foi Itacorá.

O que vimos é um pouco do que restou de um local que não era conhecido por nenhum dos presentes. Fazíamos várias suposições sobre o que seria cada um dos poucos locais que apareciam, imaginávamos a disposição do antigo distrito, onde estariam o morro que cercava a possível escola, qual seria o futuro de Itacorá se a inundação não tivesse acontecido, entre tantas outras coisas.

Essas fotos foram cedidas por Jessica Müller, uma das integrantes do nosso passeio, e por Gilberto Brandt Júnior que esteve nas ruínas de Itacorá em dezembro de 2012.

FIGURA 1 – Local aonde a água do Lago de Itaipu chegava.

FIGURA 2: Ruínas do que alguns acreditam ser as instalações do Grupo Escolar Gabriel de Lara.

FIGURA 3: A possível estrutura do Grupo Escolar Gabriel de Lara.

FIGURA 4: Um pouco do que sobrou de Itacorá.

FIGURA 5: Ruínas de Itacorá e algumas árvores que voltaram a aparecer.

FIGURA 6: Um pouco do que restou da estrutura do Grupo Escolar Gabriel de Lara.